

EDUARDO BUENO

**TEXTOS
CONTRACULTURAIS,
CRÔNICAS
ANACRÔNICAS**

& OUTRAS VIAGENS

CHARLES BUKOWSKI JACK KEROUAC THOREAU

CHUCK BERRY TRUMAN CAPOTE GINSBERG

WALT WHITMAN HANS STADEN CRISTÓVÃO

COLOMBO FERLINGHETTI ROBERT CRUMB TOM

WOLFE WILLIAM BURROUGHS PAUL BOWLES

MOEBIUS NORMAN MAILER GARY SNYDER

LITTLE RICHARD JERRY RUBIN NEAL CASSADY

BARTOLOMÉ DE LAS CASAS ET CETERA...



EDUARDO BUENO

**TEXTOS
CONTRACULTURAIS,
CRÔNICAS
ANACRÔNICAS
& OUTRAS VIAGENS**

L&PM EDITORES

APRESENTAÇÃO

Como as pedras que rolam à beira da estrada

Eduardo Bueno

Ocorridos em vertiginosa sequência no primeiro semestre de 1975, três eventos cruciais precipitaram-se para modular o porvir – no caso, o meu. Em janeiro daquele ano, pousei pela primeira vez nas praias então semisselvagens de Santa Catarina e lá fiquei por cerca de dois meses acampado numa colina à beira-mar. Os dias escoaram lentos, diáfanos e leves como se a desafiar o peso dos séculos. No dia 8 de março, logo após o retorno a Porto Alegre, onde havia nascido e morava, escutei Bob Dylan pela primeira vez. Oito semanas mais tarde, em maio, sentado num banco da Plaza San Martín, no coração de Buenos Aires, li pela primeira vez *On the Road*, de Jack Kerouac. Três primeiras vezes em sucessão trepidante.

Sobre o impacto da vida e da obra de Dylan em minha própria vida (e obra), nunca escrevi – com exceção de artigos esparsos e introduções ou posfácios de livros escritos por ele ou sobre ele. Talvez algum dia o faça. O fato é que a música e as palavras do genial e genioso bardo americano ressoam até hoje em quase tudo que faço. Mas, de momento, importa ressaltar que, além da onipresente influência de Dylan, são as cores e aromas daquelas praias catarinenses (hoje ameaçadas de extinção, quando já não extintas) e o uivo libertário da prosa de Jack Kerouac (e de seus companheiros da geração beat) que modulam boa parte das crônicas e

artigos reunidos neste livro: constituem o tripé sobre o qual ele se assenta.

Começando pelo começo. No raiar de 1975, aos dezessete anos, *with a little help from my friends*, e com a ajuda também daquilo que o antropólogo Carlos Castañeda intuiu chamar de “plantas de poder”, penetrei nos mares e matas ainda pouco explorados do colar de praias que se estende de Laguna até a Pinheira, já nas franjas da ilha de Santa Catarina. E o fiz como quem ingressa num mundo paralelo: uma galeria de árvores similares aos quadros de Henri Rousseau, emolduradas por águas translúcidas cujas ondas lambiam areias faiscantes.

*The haunted, frightened trees, out to the windy beach/ Far from the twisted reach of crazy sorrow/ Yes, to dance beneath the diamond sky with one hand waving free/ Silhouetted by the sea, circled by the circus sands/ With all memory and fate driven deep beneath the waves/ Let me forget about today until tomorrow.*1

E foi ali e assim que, num arroubo tipicamente hippie (e um tanto temporão), decidi que queria ser índio: viver despido, numa tenda ou caverna, de frutas e pesca, em bando – “como os primeiros habitantes daqui”, balbuciei para mim mesmo –, cabelos ao vento, mãos espalmadas ao sol, em contato íntimo com a natureza e com meu próprio corpo pela primeira vez na vida.

Logo percebi, porém, que seria demasiadamente arriscado fazer a hipotética (e desvairada) troca no escuro: não que eu achasse minha vida a melhor do mundo, mas não iria substituí-la, nem que fosse apenas num devaneio, pela vida de um povo extinto sobre o qual eu nada sabia. Resolvi que não consumaria a permuta antes de saber onde estava me metendo. E

foi então, ao som do mar e à luz do céu profundo, que resolvi pesquisar sobre os povos indígenas cujas pegadas haviam sulcado aquelas mesmas praias mil anos antes de mim. Não precisei de muito tempo para descobrir que quase todo mundo não sabia nada sobre eles. Mas que felizmente havia uns poucos que sabiam quase tudo que se podia saber.

Acabei assim por conhecer o padre João Alfredo Rohr, criador do Museu do Homem do Sambaqui, e, com igual reverência, visitei o Instituto Anchietano de Pesquisas, sob o comando do também jesuíta Ignácio Schmitz. Como já havia sido aluno do professor e arqueólogo Arno Kern, dei-me por satisfeito com o que aprendi sobre o povo dos sambaquis. E concluí que seria divertido ser um deles – nem que fosse, é claro, só na imaginação. Ocorre que, quase na mesma época, caíram em minhas mãos dois livros fundamentais (que, por auspiciosa coincidência, agora fazem parte do catálogo da L&PM): *Enterrem meu coração na curva do rio*, de Dee Brown, e *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano. Aí, fiquei obcecado pelo que passei a denominar de “primeiro encontro”: o exato instante em que os chamados “índios históricos” (e não pré-históricos, como o povo dos sambaquis) depararam com os “caras pálidas” recém-desembarcados de suas “colinas flutuantes”, como os astecas haviam descrito as naus e caravelas de Cortez, the Killer.

Meu grau de interesse adquiriu sobretons compulsivos, pois se expandiu para muito além das praias catarinenses, estendendo-se da Patagônia ao Alasca. Comecei a perseguir uma visão: como teria sido o cenário “nativo” original, desde o estreito de Bering até o Cabo Horn, e quais eram – de que forma se vestiam, como moravam, o que comiam, como se sentiam, de que modo professam suas crenças e rituais mágicos – *todas* as tribos que ocupavam a vasta massa continental que viria ser

chamada de América. Mas logo percebi que seria mais fácil descobrir como e quem eram – e como viajavam, pensavam, se armavam e se comportavam – os homens barbudos vindos do Leste que os conquistaram sem dó nem piedade. E assim pus-me a ler todos os diários de bordo, cartas e relatos de exploradores coloniais que pude encontrar: de Colombo a Vespúcio, de Cabeza de Vaca a Hans Staden, de Las Casas a Cortez. Anos mais tarde, pude editar todos os citados numa coleção publicada pela própria L&PM.

O rasgo irado e profético da voz de Bob Dylan veio antes, mas logo depois de escutá-lo, e enquanto a vertigem indígena ainda me embalava, fui parar em Buenos Aires, em busca dos diários de Cabeza de Vaca e Ulrich Schmidl. E lá uma nova viagem se iniciou. No final da Calle Florida, na lendária Librería La Ciudad, muito frequentada por Jorge Luis Borges (que cheguei a avistar ali, mas que não ousei interpelar), comprei *En el camino*, versão em espanhol do clássico *On the Road*, de Jack Kerouac.

Ao lê-lo, à sombra dos carvalhos da Plaza San Martín, num outono reluzente, decidi, como Dylan ao fugir de casa, que seria, para sempre, um rebelde com causa. Mergulhei nos textos proféticos de Thoreau, Whitman, Melville e Emerson. E decidi, talvez ali mesmo, fazer a mesma jornada de Jack: de carona de Nova York a San Francisco e de lá para a Cidade do México. Acabei extrapolando os limites da viagem original: saindo de Nova York, aponte o polegar esticando o caminho até Porto Alegre.

Só que, para fazer essa jornada de peregrinação – dedicada não apenas a Kerouac, mas aos apaches e sioux, aos toltecas, olmecas e astecas, aos maias e aos cunas, aos mochicas e aos incas, cujos templos visitei –, eu precisava trabalhar. E não foi por outro motivo que, em 9 de agosto de

1976, com dezoito anos, ingressei no jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre. Depois de dois anos ralando lá, enfim pude sair para seguir os passos de Jack, em setembro de 1978. De volta ao Brasil, após um ano e meio na estrada, dispus-me a traduzir *On the Road*, até então inédito em português. O livro saiu em fevereiro de 1984 e fez um sucesso estrondoso. Graças a ele, tornei-me editor na L&PM, onde pude publicar vários autores da geração beat, bem como os ditos diários dos conquistadores, além de certos outros rebeldes e outros certos malditos.

Mas aí, deixei Porto Alegre para morar no mato, como Thoreau. Só que dois anos mais tarde, de novo sem grana, tive que trocar a serra gaúcha pela selva de pedra, e em 1989 lá estava no jornal *O Estado de S. Paulo*. Em São Paulo, conheci Bob Dylan e, na sequência, fui convidado para fazer várias turnês com ele e sua trupe. Nesse meio tempo, por vezes graças a Dylan, conheci e entrevistei vários de meus heróis da contracultura – em especial depois que retornei a *Zero Hora*, em 1992. Saí de *ZH* em 1996 e escrevi a coleção *Brasilis*, sobre a história colonial do Brasil, cujo segundo volume, *Náufragos, traficantes e degredados*, resgatava a história dos espanhóis que haviam naufragado na ilha de Santa Catarina, em 1516, numa praia muito próxima de onde eu tivera minha epifania “indígena”. A coleção vendeu mais de um milhão de exemplares e fiquei extático ao poder compartilhar tal história com tantos leitores.

Em 2017, após anos afastado do jornalismo, fui convidado a escrever crônicas semanais no mesmo jornal em que minha carreira havia se iniciado espantosos 41 anos antes. Relembro isso tudo agora não para mergulhar numa trip egoica, nem para curtir um embalo nostálgico, mas simplesmente porque os textos agrupados nesta coletânea incluem, além das colunas escritas entre novembro de 2017 e janeiro de 2019 para *Zero*

Hora, vários outros artigos, matérias, reportagens, ensaios, crônicas anacrônicas e textos contraculturais sobre a geração beat, sobre o new journalism, sobre a conquista e a descoberta da América, sobre andanças e lambanças, além de entrevistas com sujeitos prodigiosos como Allen Ginsberg, William Burroughs, Charles Bukowski, Robert Crumb, Moebius e outros gênios desviantes.

Agrupados e postos em perspectiva, esses escritos esparsos acabaram por desvendar, para minha surpresa, uma trajetória bem menos errática do que eu sempre achei que tivesse sido. E muito mais coerente do que jamais julguei que pudesse ser. Espero que, em conjunto, eles sejam capazes de desencaminhar os mais jovens e despertar nos mais maduros o ímpeto de seguir em movimento. De forma que todos possam rolar – feito as pedras que rolam à beira da estrada, como o gremista Lupicínio Rodrigues cantou, em Porto Alegre, em 1951, dez anos antes do surgimento dos Rolling Stones e quinze antes de Bob Dylan gravar *Like a Rolling Stone*.

Porto Alegre, escaldante verão de 2019

¹ As assombrosas árvores mal-assombradas, lá fora na praia ventosa/ Longe do alcance perverso da tristeza insana/ Sim, dançar sob o céu de diamantes com uma mão rodopiando solta/ Silhuetado pelo mar, circundado pelas areias circulares/ Com toda memória e destino submersos sob as ondas/ Me deixa esquecer de hoje até amanhã. “Mr. Tambourine Man”, Bob Dylan (1965).

TEXTOS CONTRACULTURAIS

O pianista do cassino abandonado

Um encontro com o poeta Lawrence Ferlinghetti, na lendária livraria City Lights, em San Francisco, no alvorecer de uma nova era de conservadorismo na América. Só que ela foi no início dos anos 80.2

Em janeiro de 1980, escapando do inverno rigoroso que se esparramava pelas planícies desabrigadas da América do Norte, tomei o rumo do poente e, vencendo a barreira das Rochosas em freeways vorazes que rasgavam as montanhas, despenquei no fervilhar febril da Califórnia – suas palmeiras agitadas pelo vento cálido, casas com varandas elegantes, conversíveis rabo de peixe, lanchonetes reluzindo esverdeadas em neon.

Em San Francisco arrumei uma cama numa pensão barata que pertencia a uma daquelas seitas religiosas estilo Jim Jones³: uma campainha estridente soava às 7h30, era preciso levantar, fazer a cama e varrer o quarto antes de sair, no máximo até às 8h. O estabelecimento então fechava as portas e só as reabria às 19h. Quem não estivesse dentro até às 22h, dormia na rua. Mas pelo menos o pernoite custava só dois dólares e, levantando tão cedo, havia tempo de sobra para girar pela cidade que fora a capital dos beats e o lar dos hippies. Assim, logo no segundo dia, decidi dar uma chegada na lendária City Lights.

Foi uma longa caminhada desde as colinas da Haight Street, do lado do Golden Gate Park, até os baixios da Columbus Avenue, em North Beach,

onde a livraria nasceu e permanece. O bar Vesúvio de um lado, a fachada triangular da editora que ajudou a mudar a consciência da América, do outro. Arredores um tanto sórdidos: bares com shows de topless, casas de massagem, estúdios de tatuagem, bazares de quinquilharias japonesas etc. Entrei e, de imediato, num frêmito de audácia, solicitei um encontro – breve, é claro – com o poeta que fundara e ainda dirige a City Lights: Lawrence Ferlinghetti.

Instantes depois fui autorizado a passar para a parte “íntima” da livraria: uma saleta no segundo andar, que a escritora italiana Fernanda Pivano (autora de bons livros sobre os beats) descreveu como “um semissótão com uma mesa sepultada sob um monte caótico de cartas, jornais e documentos; emblemas antinucleares espalhados pelas paredes, um mural repleto de cartas dos amigos estradeiros”. Um lugar histórico no qual, segundo Jack Kerouac, os subterrâneos vinham fumar seus baseados no início dos 50’s. No início dos 80’s, a cena quase não se modificara – embora, naquela hora, não houvesse ninguém fumando um.

De jeans, camisa de flanela xadrez de lenhador canadense, botas rústicas, ali estava ele, Ferlinghetti – sorridente ao lado de três garotas lindas, olhar safado beatífico, rosto queimado pelo sol, barba grisalha. Sabedoria e vigor aos sessenta anos. (“Porra, esse sujeito é mais velho que meu pai”, pensei instantaneamente.) Apesar da origem italiana, mais parecia um irlandês ativo e empreendedor – daqueles que bebem uísque no gargalo e aparecem trabalhando na construção de estradas de ferro em filmes B sobre o Oeste Selvagem. Era difícil associá-lo ao homem que escrevera os poemas sutis surreais de *Pictures of the Gone World* (seu primeiro livro, 1955). Era fácil identificá-lo como o poeta satírico de *Christ Climbed Down* e *Autobiography*.

Conversamos por alguns instantes. Falei que era brasileiro, que estava percorrendo os Estados Unidos (com uma mochila absurdamente pesada: 33 quilos, com uma dúzia de livros de capa dura dentro) e que me interessava pelo espírito de rebelião que impulsiona boa parte da criação artística dos Estados Unidos – de Walt Whitman a Bruce Springsteen, uma tradição de rebeldia que inclui o próprio Ferlinghetti. Perguntei-lhe se tinha algum roteiro, texto, lugar ou visão para sugerir. Ele sorriu, enigmático. Respondeu um tanto amargurado: “Ronald Reagan será eleito presidente deste país, dentro de alguns meses. Onde está a rebelião?”.

Insisti e perguntei: “Onde posso encontrar um pouco da velha alma da América?”. Ele ficou pensativo, com o olhar distante. Afagou aquela barba de Hemingway do Velho Oeste e sugeriu, melancólico: “Tente as montanhas”.

Já tentei o exílio, o silêncio e a esperteza.

Parafraseando James Joyce, em seu longo poema *Autobiografia*, Ferlinghetti definiu alguns limites das atitudes que tomou para manter-se incólume, intocável como um digno representante dessa tradição de rebeldia que nasce com Whitman, Thoreau e Melville, desemboca nas letras de Bob Dylan e vive hoje, por exemplo, nas canções de Bruce Springsteen (basta ouvir o LP *Born in the USA*). O exílio. O silêncio. A esperteza.

Ferlinghetti já foi preso e processado. Seus livros, juntos, venderam quase dois milhões de exemplares. Mesmo perseguida pelo establishment, sua editora foi considerada a mais importante dos Estados Unidos nos anos 60. Poetas do porte de Neruda e Yevtushenko declararam-se seus

admiradores. E ele jamais deixou-se fisgar. Continua um sujeito simples, de jeans surrados, tão desleixado quanto Homero, seu galgo afegão com os pelos cheios de nós e cheiro pouco atraente. Tão largado como a velha pick-up vermelha, anos 60, com para-lamas amassados e portas frouxas, que mantém estacionada em frente à livraria.

Diz que ignora quando ou onde nasceu: “entre Paris e Nova York, em 1919 ou 20”.⁴ Só sabe que o nascimento se deu pouco depois da morte do pai, que era italiano e anarquista. Com seis semanas, Lorenzo (como o chamam os amigos italianos, e como o chamou Kerouac, em *Os vagabundos iluminados*) foi levado para a França e criado lá por uma tia. Aos seis anos, mudaram-se para Nova York e, dois anos depois, a tia sumiu de repente. Adotado por uma família francesa, ele descobriria, anos mais tarde, que a tia morrera num hospital, como indigente. Durante a guerra alistou-se na Marinha (“mas já era pacifista o suficiente para não disparar um só tiro”) e, depois dela, foi estudar pintura em Paris, na Academia de Belas-Artes (seus poemas estão repletos de citações e visões típicas de um pintor).

Em 1951, Ferlinghetti retornou aos Estados Unidos e se estabeleceu na Califórnia, “único lugar no país onde se podia levar uma vida decente”. No mesmo ano, criou a livraria City Lights que, em 1955, se transformaria em editora ao lançar *Pictures of the Gone World*, dele próprio. No mesmo ano, surgiu *Uivo*, de Allen Ginsberg, apreendido pela polícia sob acusação de “obra obscena”. Depois de um julgamento tumultuado, o livro foi liberado e vendeu de imediato 360 mil exemplares, consagrando Ferlinghetti como um dos editores mais atentos e sensíveis da nação. E sua carreira de poeta prosseguia com o mesmo sucesso, graças ao lançamento em 1958 de *Coney Island of the Mind* ⁵, considerado seu melhor livro e que, ao longo

dos anos, venderia mais de 500 mil exemplares.

Na época, em entrevista ao *Chicago Review*, Ferlinghetti definiu o livro como um exemplo de “poesia andarilha”: “Os poetas estão abandonando as salas acadêmicas para sair às ruas e fazer poesia falada, baseada nos olhos e nos ouvidos”.

Na primeira parte de *Coney Island of the Mind*, este “circo de alma”, ou parque de diversões da cabeça, aparecem poemas curtos, surreais, alquímicos. As influências são flagrantes: Apollinaire, e.e. cummings, Ezra Pound, T. S. Eliot e, sobretudo, William Carlos Williams. Ali estão os objetos comuns poetizados: molas de colchão, lâminas de barbear usadas, velhos ventiladores a ranger no teto, pontas de cigarros nas elevadas do metrô; a gíria do dia a dia; os acontecimentos banais transformados por uma súbita explosão surrealista; a prosódia americana, o som da língua falada instantaneamente capturado.

A parte seguinte, *As mensagens orais*, se constitui de longos poemas mutantes jazzísticos – mais afeitos aos recitais em bares enfumaçados do que à página escrita. É uma tradição tipicamente beat e bastante californiana, responsável pela suprema fusão beat + bop, que redundou na chamada jazz poetry dos anos 50, da qual os poetas Kenneth Rexroth e Kenneth Patchen são famosos representantes. O próprio Ferlinghetti gravou seus poemas e gosta de remeter seus leitores ao disco lançado pela gravadora Fantasy em 1957: *Kenneth Rexroth / Lawrence Ferlinghetti Poetry Readings In The Cellar, with the Cellar Jazz Quintet*. O livro se encerra com os melhores poemas de *Pictures of the Gone World*, que remete a pequenos quadros de Dalí, pintados com as tintas de Apollinaire.

Lawrence Monsanto Ferlinghetti continua gostando dos recitais ao som de jazz ou rock. Uma das raras oportunidades que o público brasileiro teve

de vê-lo em ação foi no filme *The Last Waltz*, de Martin Scorsese, que registra a despedida do admirável The Band, o conjunto que durante anos acompanhou Bob Dylan (um concerto grandioso, que o próprio Lawrence definiu como “uma espécie de celebração *post mortem* da euforia dos 60’s”). No intervalo da apresentação de superstars como Eric Clapton, Neil Young, Joni Mitchell e o próprio Dylan, Ferlinghetti subiu ao palco – logo após Michael McClure ter recitado os *Contos de Canterbury*, num inglês arcaico, ancestral, quase incompreensível – e, como se fosse um pastor protestante, metido numa camisa sem golas e com chapéu-coco, rezou um Pai-Nosso às avessas (“*Thy kingdom come and gone/Thy will willl be undone/On Earth, as it isn’t heaven...*”) que, em vez de terminar com “Amém”, encerrava-se com um suspiro profundo e satírico “Ah, man...”. A plateia jovem delirou.

No início dos anos 70, o ultrarreacionário J. Edgar Hoover, famigerado criador do FBI, acusou Ferlinghetti – mais Allen Ginsberg e Jane Fonda –, de “desequilíbrio mental”, assegurando que suas atividades levavam “ao enfraquecimento moral da nação”. Em 1975, porém, a prefeitura de San Francisco reconhecia o trabalho do poeta-editor ao estabelecer no calendário cultural da cidade o Lawrence Ferlinghetti Day. Ele, porém, permanece intocável. Incólume, sorridente, entre garotas, na salinha do segundo andar, ao fundo da editora. Tão desleixado como Homero. Largado como a velha pick-up, estacionada do lado de fora da livraria, esperando para conduzi-lo uma vez mais às montanhas de Big Sur.

Para o exílio. Para o silêncio. Para a esperteza.

Foi também em montanhas silenciosas que Leonardo Fróes (em Petrópolis, RJ) e eu (em Gramado, RS) traduzimos com devoção e fervor esses poemas de Lawrence Ferlinghetti, numa tentativa de aproximar o

leitor brasileiro da obra do homem que um dia escreveu: “Sou um pianista/num cassino abandonado/numa colina à beira-mar/em meio ao espesso nevoeiro/mas sempre a tocar”.

Porto Alegre, primavera de 1984

2 Texto escrito em outubro de 1984 e publicado como apresentação do livro *Um parque de diversões da cabeça*, lançado pela coleção Alma Beat, naquele mesmo mês e ano.

3 Jim Jones foi um pastor evangélico norte-americano, criador da famigerada seita People's Temple Christian Church Full Gospel (Templo dos Povos: Igreja Cristã do Evangelho Pleno), fundada em San Francisco, Califórnia, em 1959. Em 1974, Jones e seus seguidores transferiram-se para a Guiana e lá, numa fazenda, depois de ameaçado por uma missão enviada pelo Congresso dos Estados Unidos, ele se suicidou, induzindo seus 909 seguidores (dentre os quais 304 eram crianças) a fazerem o mesmo, em 17 de novembro de 1978.

4 Apesar de ele mesmo nunca ter colaborado plenamente para a elucidação dos fatos, sabe-se agora que Lawrence Monsanto Ferlinghetti nasceu no dia 24 de março de 1919, em Yonkers, próximo a Nova York. Seu pai morreu semanas antes de seu nascimento e sua mãe foi internada numa instituição psiquiátrica um mês mais tarde, de modo que o bebê foi mandado para a França, onde vivia uma de suas tias.

5 *Coney Island of the Mind* foi publicado no Brasil pela L&PM com o título *Um parque de diversões da cabeça* e ainda está em catálogo.

Uivo de Ginsberg é a voz da América

Um encontro com o poeta Allen Ginsberg em seu apartamento, em Nova York, ao final duma longa era de conservadorismo nos Estados Unidos, no início dos anos 90.

O velho televisor Maxwell 1957, de pés palito e tela ovalada, fica num canto da saleta do apartamento de dois quartos, sob um guardanapo de crochê e um vaso de flor. Foi nele, entre chuviscos e distorções – e em preto e branco, é claro –, que o poeta Allen Ginsberg acompanhou a vitória do democrata Bill Clinton nas eleições presidenciais de 3 de novembro de 1992. Apesar de sua relativa repulsa aos políticos em geral, extensiva ao próprio Partido Democrata, Ginsberg festejou com algum entusiasmo a vitória do candidato que, segundo ele, “mais se aproxima dos ideais libertários dos anos 60”. Mais do que os predicados de Clinton, porém, o que o maior poeta americano vivo estava de fato celebrando era o “fim do período neomacarthista” instaurado com o início da Era Reagan, em 1980, e acrescido de uma sobrevida de quatro anos com a vitória de George Bush em 1988.

Aos 66 anos, Ginsberg talvez simbolize como nenhum outro artista norte-americano vivo “os ideais libertários dos anos 60” – cujos

fundamentos ele e seus companheiros da geração beat ajudaram a forjar em plenos anos 50. Judeu, comunista, homossexual e “maconheiro”, Allen Ginsberg concentrou em torno de sua figura frágil e gorducha as principais categorias desviantes das regras de bom comportamento – pelo menos de acordo com os padrões doentidamente puritanos da Era McCarthy, renascida com Nixon, Reagan e Bush.

Horrorizado, o poeta deparou, em plenos anos 80 e 90, com o ressurgimento da censura, o recrudesimento da “caça às bruxas”, o crescimento de um combate às drogas que não faz distinções entre substâncias químicas inteiramente distintas entre si, como cocaína e maconha, e um cerco crescente às liberdades individuais. De repente, era como se todas as conquistas da década de 60 tivessem se desmanchado no ar. Mesmo com todo o ceticismo que anos de luta política lhe concederam, Ginsberg considera Clinton o presidente capaz de amenizar o avanço do “stalinismo soft” que, de acordo com o poeta, apoderou-se dos Estados Unidos nos últimos doze anos.

Herdeiro direto e dileto da poesia panteísta e ecumênica de Walt Whitman (1819-1892) – como ele, um bardo barbudo –, ex-secretário do poeta William Carlos Williams (1863-1963), autor do extraordinário poema *Howl*, um uivo rascante de dor e de êxtase, que mudou os rumos da poesia norte-americana (e mundial) em fins da década de 50, agitador cultural e ativista político incansável, místico por natureza e budista por opção; músico, fotógrafo, cineasta e agente literário nas horas vagas, “inimigo público número 1 da CIA e do FBI”, Ginsberg enfrentou todas as barreiras interpostas entre ele e o mais alto posto no panteão dos poetas norte-americanos – lugar que hoje, indiscutivelmente ocupa, ao lado de Whitman e Ezra Pound.

Allen Ginsberg levou a poesia para a rua, para os campi, para os campos. Allen Ginsberg, filho de pais comunistas, foi posto para a rua de Cuba e da Tchecoslováquia. Tentou levitar o Pentágono, para “exorcizá-lo de todo o mal”, encarou a polícia nas rebeliões estudantis de Chicago, consumiu ayahuasca no Peru, dançou com os aborígenes na Austrália, meditou no Tibete, jejuou na Índia, consagrou-se na Europa, exilou-se em Tânger e percorreu a América real com seu coração surreal. Allen Ginsberg, o poeta itinerante, é um cidadão do mundo. Ele arrancou as luvas brancas da poesia e levou-a para labutar nos guetos e nas sarjetas da desolação. “O mundo é uma montanha de merda. Se quisermos mudá-lo, temos que sujar as mãos”, foi o que ele disse. “Vi as melhores cabeças de minha geração destruídas pela loucura”, foi o que ele cantou.

Ginsberg mora em Nova York, em um apartamento na 12th Street, entre a 1st Avenue e a Avenue A, compartilhado com o também poeta Peter Orlovsky – com quem há 28 anos mantém um sólido casamento. O televisor antiquado, mais do que um objeto vintage, ou do que um fascínio pela moda fifties, revela despojamento zen e pobreza franciscana. Foi na sala deste apartamento banhada pelo sol do outono americano, um dia após o concerto que comemorou grandiosamente os trinta anos da carreira de seu amigo Bob Dylan, que Allen Ginsberg – de calças pretas vincadas com corte clássico e uma convencionalíssima camisa social branca – recebeu-me para uma conversa de três horas, cujos principais momentos estão a seguir.

A poesia de Walt Whitman – sem dúvida a maior influência de sua obra – cantava uma América sublime, libertária, viçosa, quase virgem. A sua poesia, ao contrário, fala uma América pervertida, repleta de rancores e

frustrações, com rios poluídos e montanhas sem eremitas, políticos corruptos e hospícios lotados. O que houve no meio do caminho?

Houve o desmoronamento de um sonho, a falência de um país, a tragédia política e moral mais absoluta do nosso tempo. A América – ou melhor, os Estados Unidos, que são apenas uma parte da América, apesar de terem se apoderado deste nome repleto de som e significado – tem-se comportado como uma criança arrogante que, criada com todas as regalias, apenas dilapidou o patrimônio da família e recusa-se agora a aceitar a sua própria decadência. Outra metáfora que tenho usado com constância para definir a atual situação dos Estados Unidos é a do alcoólatra que está de porre, acaba de servir-se de um novo drinque e não está disposto a ouvir menções ao próprio vício. A violência, a decadência física e mental, a dependência – tudo serve para definir o que o consumo, a hipocrisia e a arrogância fizeram da América idílica de Whitman e Thoreau.

Você está se referindo especificamente à América da Era Reagan?

A Era Reagan, e a sua continuação natural, o governo Bush, adquiriram algumas características conservadoras bem similares ao período macarthista. E exacerbaram alguns dos mais sinistros aspectos da queda da América [*The Fall of America* é o título do livro de Ginsberg que recebeu o *National Book Prize Award* em 1974]. Eram sinais menos explícitos nos governos Kennedy ou Carter, por exemplo. De qualquer forma, a América dos pais fundadores, de Thomas Jefferson e Benjamin Franklin – o único gênio que já presidiu um país –, a América dos transcendentalistas, de Herman Melville e de Emerson, esta dançou muito antes. É apenas uma

imagem cujo clarão permanece silhuetado em nossas mentes. A América de hoje, como disse o poeta Robert Duncan, é uma represa de dor.

A troca de presidente não poderá modificar este estado das coisas?

Evidentemente Bill Clinton é um sujeito muito menos conservador, reacionário e arrogante do que George Bush. Ele jamais promoveria o incremento da censura, nem estimularia a postura escandalosa do National Endowment for the Arts⁶, que passou a considerar pornografia qualquer tipo de nu. Clinton não incentivaria a invasão de domicílios pela polícia à procura de cinco gramas de maconha. Nem cercearia as liberdades individuais ou faria passar no Congresso uma lei como a que foi proposta pelo senador Jesse Helms, proibindo a difusão pelo rádio e pela TV de tudo que é “indecente” – sem se preocupar em definir o que é “indecência”. Bill Clinton por certo há de ter seus defeitos, mas é quem mais se aproxima dos ideais libertários dos anos 60.

De que forma esse quadro político influenciou a produção artística dos Estados Unidos?

A produção artística americana, de modo geral, submeteu-se a esta situação sem maiores reações. O cinema, especialmente por causa de suas implicações industriais e do poder das grandes produtoras, se tornou um veículo a serviço da ideologia da Era Reagan. Há exceções, é claro – mas insuficientes para conter esse avanço do conservadorismo. Na poesia, apareceram até alguns idiotas dispostos a ressuscitar a rima, como se a rima em si pudesse significar alguma coisa. A literatura em geral também me parece um tanto estagnada, apesar da obra estimulante de gente como Paul Auster.

A influência da geração beat terá se esvaído?

Não há dúvida de que, em certa medida, a influência dos beats arrefeceu. Mas veja, o movimento já tem quase meio século! Passaram-se quatro décadas desde que Jack Kerouac escreveu *On the Road*, William Burroughs lançou *Junkie* e meu poema *Howl* foi publicado depois de uma ampla polêmica judicial. Nossa mensagem foi captada pelos Estados Unidos. A princípio pelos rebeldes e malditos, em seguida pelo próprio establishment. Ajudamos a modificar a face e a consciência da América, isso é certo. De alguma forma, influenciámos todos os poetas e escritores que vieram depois. Influenciamos Bob Dylan – e Bob Dylan mudou o mundo.

Você esteve ontem no monumental concerto em homenagem aos trinta anos de carreira de Dylan, no Madison Square Garden. O que achou da festa?

Enfim se começa a fazer justiça ao imenso legado musical e poético de Bob Dylan. Toda a constelação de estrelas pop estava lá no Madison Square Garden para prestar-lhe tributo. Mas, por parte da crítica – e do próprio público, de alguma forma –, ainda não existe o reconhecimento total daquilo que Dylan realmente significa, de todas as barreiras que rompeu e do universo poético que ele ampliou, difundiu e popularizou. Dylan atingiu a plenitude daquilo que buscávamos ao tentar fundir poesia e jazz, na Costa Oeste, na década de 50. Suas músicas, suas letras, a forma como ele as canta, tudo faz o mais absoluto sentido. Creio que ele é o maior artista que jamais conheci. Acho que a mídia deve estar esperando que ele morra para enfim descobrir o quão genial ele era. Mas Bob ainda tem muita vida pela frente.

Voltando à geração beat; quais foram, na sua opinião, as maiores conquistas do movimento?

O movimento beat não foi apenas uma escola literária que concretizou plenamente os seus objetivos estéticos e suas propostas artísticas, além de torpedear velhas regras retóricas. O movimento beat foi também uma espécie de escola filosófica, com uma ampla e ecumênica proposta ética e moral. Na minha opinião, a principal conquista beat foi a fusão de instâncias até então tidas como contrárias: Ocidente/Oriente, branco/negro, mente/corpo, terra/céu. Misturamos tudo – com sucesso, quero crer. De alguma maneira, forjamos uma nova imagem dos Estados Unidos. Não é pouca coisa para um bando de desajustados, é?

No Brasil, recentemente, o movimento estudantil rearticulou-se, voltou às ruas e ajudou a derrubar o presidente. Você participou de algumas das maiores manifestações de protesto da História: na Convenção Democrata em Chicago em 1968 e naquela delirante tentativa de fazer levitar o Pentágono, no mesmo ano. Que lembrança você guarda desses episódios?

Eles foram, de certa forma, dois dos primeiros momentos nos quais a influência da filosofia oriental manifestou-se maciçamente entre a juventude dos Estados Unidos. Em Chicago, cantamos o mantra OM – a sílaba mágica da religião hindu – durante seis horas à frente de 22 mil policiais. Em Washington, à frente do Pentágono, havia ainda mais policiais, e nós fizemos uma corrente meditativa realmente poderosa. De qualquer forma, a mais importante consequência desses dois episódios foi que todo o país, e o mundo, puderam ver que os Estados Unidos eram um Estado policial e repressivo, e não mais o Lar dos Bravos e a Terra da

Liberdade, se é que algum dia o foi.

Ao que tudo indica você também considera Cuba um Estado policial, já que chegou a ser expulso de lá em janeiro de 1965...

Bem, na verdade, naquela ocasião, houve excessos de parte a parte. Cuba estava vivendo uma situação terrivelmente tensa – e eu não quis nem saber: simplesmente chutei o pau da barraca. De qualquer forma, minhas reivindicações em defesa dos homossexuais e das religiões afro-caribenhas estavam corretíssimas, tanto naquela época como agora. Fidel Castro sem dúvida é um líder carismático e popular. Mas é um ditador e, como tal, obcecado pelo poder.

Qual de seus poemas você considera o melhor?

Acho que *Kaddish* é uma realização plena. À medida que os anos passam, minha tendência é considerá-lo minha obra-prima.

Qual você julga ter sido sua maior contribuição à poesia norte-americana?

Para além de minha própria obra, guardo um orgulho: ajudei a resgatar a obra de Walt Whitman, considerado um caipira pelos críticos na década de 50. Sua atual consagração popular é uma honra para mim.

Porto Alegre, 7 de novembro de 1992

⁶ National Endowment for the Arts é a agência federal norte-americana criada pelo Congresso dos Estados Unidos, em 1965, durante a administração Lyndon Johnson, para “promover a arte e a excelência artística”. Ronald Reagan fez tudo a seu alcance para acabar com ela desde o momento em que assumiu a Casa Branca, em 1980. Em 1989, a controvérsia aumentou depois

que os senadores Jesse Helms e Pat Buchanan forçaram a proibição de uma mostra do fotógrafo Robert Mapplethorpe, tida como “herética, pornográfica e anticristã” e que recebera financiamento da NDA. A exposição acabou sendo realizada com o apoio financeiro da Washington Project for the Arts (WPA), organização privada sem fins lucrativos. Eleito em novembro de 2016, o governo Trump já tentou cancelar inúmeras vezes as verbas destinadas à NDA, mas o Congresso as manteve.

O bandoleiro da literatura

Um encontro com o escritor William Burroughs, regado a vodca com Pepsi-Cola, às 9h da manhã, em uma lanchonete em Lawrence, no Kansas, em pleno coração desértico dos Estados Unidos.

Ao contrário de Holcomb, a cidadezinha onde Truman Capote exumou os cadáveres da família Clutter, no clássico *A sangue frio*, Lawrence não se localiza em “um canto desolado do Kansas que os outros habitantes do estado chamam de ‘lá longe’”. Cidade universitária e entreposto estratégico na época da conquista do Oeste, Lawrence se ergue na porção oriental da extensa e ondulosa planície do Kansas, quase na fronteira com o Missouri. Não está longe de Topeka e de Kansas City, os principais núcleos urbanos dessa região agropastoril, que brota no exato coração geográfico dos Estados Unidos.

O visitante que chega a Lawrence depara com duas cidades distintas. A primeira é aquele típico aglomerado norte-americano de beira de estrada: apenas uma longa sequência de postos de gasolina, motéis baratos, neons imensos e outdoors maiores ainda, tudo alinhado sob o rumor incessante do tráfego voraz que parece ter pressa para chegar a lugar nenhum. Há bandeiras com estrelas e estrias tremulando entre os silos. Uma vaca de plástico maior que o maior dos caminhões. A pradaria brotando ao final de cada estreita esquina. *Middle America, corn belt, Bible belt at it's core:*

quer dizer, a América em sua essência, o cinturão do milho, o cinturão da Bíblia. Em outras palavras, um território meio perigoso e eventualmente hostil.

A outra Lawrence, mais recôndita e mais aprazível, às margens do barrento rio Kansas, fica ao norte da Interstate 70, a estrada que rasga sem dó o coração da grande planície americana. Trata-se de uma paisagem de cartão-postal dos anos 50: casas vitorianas de alpendres rebuscados e janelas ovaladas, sombras cambiantes sob carvalhos solenes, caixas de correio ao sol do Meio-Oeste. Um bom cenário para Norman Rockwell, caso ele ainda vivesse e pintasse. Um bom lugar para criar as crianças.

Lawrence, com sua alma bipartida de cidade esquizofrênica, poderia ser tudo, menos o local que William Seward Burroughs, o rebelde definitivo, um bandoleiro das letras, o mais indômito dos escritores norte-americanos, algum dia escolheria para morar. No entanto, é justamente lá, nesse ícone apaziguado de cidadezinha fronteiriça, que Burroughs foi se meter. E o caso parece sério: o bravo Bill chegou em 1981 e continua sem dar sinais aparentes de tédio ou desilusão pela escolha implausível. Pelo contrário: revela-se “encantado” pela atmosfera modorrenta do Meio-Oeste, pelo clima seco e doméstico de Lawrence.

Na verdade, ao contrário do que possa parecer, trata-se de uma escolha meticulosamente coerente, dentro da incoerência radical que sempre regulou os passos, os anseios e a obra de Bill Burroughs. Onde o sujeito que circulou pela atmosfera cosmopolita e inquieta de Nova Orleans, que viveu os anos mitológicos de Tânger, que curtiu o *bas-fond* de Paris na década de 40, de Nova York nos anos 50 e de Londres nos loucos e balouçantes anos 60 poderia terminar seus dias? Ora, em Lawrence, no Kansas. Longe da badalação, longe do *jet set*, longe da fama e longe dos

fãs. Perto de sua própria lenda.

William S. Burroughs começou a forjar sua lenda em maio de 1950 ao partir para o México, aos 39 anos, deixando para trás uma vida aos escombros. Nascido em Saint Louis, no Missouri, em 5 de fevereiro de 1914, neto do inventor da máquina de somar, filho de uma família abastada e herdeiro de uma fortuna fabulosa, William foi educado em Harvard e criado para dirigir o império industrial da família. Como alguns parentes mais zelosos e os vizinhos mais intrometidos não tardariam a diagnosticar, ele não era exatamente o tipo talhado para a tarefa. De alguma forma, o garoto parecia possuir aquela conjunção de características típicas do sujeito “que não vai dar em nada”. Até 1950, William deu em menos do que nada.

Viciado em heroína desde 1944, preso em Nova York em 46, no Texas em 47 e em Nova Orleans em 49, demitido de uma série aparentemente interminável de empregos improváveis (dedetizador, arquivista, revisor), homossexual constantemente envolvido em casos escandalosos, Burroughs acabaria sendo deserdado legalmente daquela linhagem de calculistas meticulosos. Ao chegar ao México na primavera de 50, estava no fundo do poço. Alguns meses mais tarde, deu um jeito de chegar mais baixo: ao entardecer de 6 de setembro de 1951, depois de um dia inteiro de beberagem, decidiu brincar de Guilherme Tell com sua companheira, Joan Vollmer. Colocou um copo na cabeça da mulher e disparou a pistola. Errou o copo. Acertou a testa. E matou Joan.

A morte de Joan Vollmer foi, de certa forma, o renascimento de Bill Burroughs. Primeiro, ele começou a escrever suas memórias sórdidas. Lançado em 1952 sob o pseudônimo de William Lee, *Junkie* é o mais devastador retrato do submundo das drogas jamais publicado. Lacônico,

sintético, brutal, o livro, ainda assim, não permitiria adivinhar as surpresas desestabilizadoras que a futura carreira literária de Burroughs reservava para o mundo das letras.

Ao fugir do braço nem sempre tão longo da lei, Bill foi dar com os costados em Tânger, no Marrocos, em 1954. Lá, junto com Paul Bowles, ajudou a forjar a reputação da cidade como uma espécie de Meca dos escritores malditos. Foi no norte da África, sob o sopro do siroco (o vento quente e seco que sopra do Saara, enfeitiçando Tânger), que Burroughs escreveu aquela que permanece sendo sua obra maior: *Almoço nu* – uma estação no inferno, sem passagem pelo purgatório, a *Divina Comédia* da geração beat.

O mundo acadêmico e os críticos convencionais precisaram de apenas uns vinte anos para perceber que Burroughs simplesmente fora capaz de capturar o pesadelo das drogas pesadas e transformá-lo em literatura de vanguarda: incisiva, formalmente indômita, semanticamente inovadora. O equivalente em prosa de uma pintura de Bosch refeita por Jackson Pollock. Foi Jack Kerouac quem deu o título ao livro: ele e Burroughs tinham acabado de comer um frango. Jack olhou para os ossos empilhados no prato e disse: “Olha aí o almoço nu”. O resto, é lenda. *The Naked Lunch* virou clássico.

Apesar das evidentes ressonâncias árabes do nome, não se serve frango na Casbah, um café vegetariano que fica na Massachusetts Street, quase esquina com a 9th Street, bem no centro histórico de Lawrence. Trata-se de um espaço encantador, mescla de galeria de arte e loja de artesanato indígena com casa de espetáculos e restaurante naturista. Foi esse o lugar que James Grauerholz, secretário particular, editor e amigo íntimo de William Burroughs há mais de vinte anos, escolheu para o encontro com o

escritor.

Não que Burroughs seja propriamente um vegetariano, ou que goste de frequentar lugares públicos – de fato, a verdade é justamente o contrário. Mas também é verdadeiro o fato de que Burroughs envolve sua casa/escritório, localizada em algum lugar nos subúrbios de Lawrence, num clima altamente restritivo. Pouca gente entra lá – e os que o fazem, às vezes levam um bom tempo até sair.

Foram dois meses de negociações até que o encontro – marcado para as 9h de um sábado, 29 de maio de 1993 – enfim se realizasse. E pontualmente às 9h daquela luminosa manhã de primavera, Bill Burroughs entrou na saleta localizada no segundo andar da Casbah. Chegou sozinho, apoiado numa bengala, mas num estado físico surpreendente para alguém que, como ele, experimentou todas as drogas e sobreviveu para descrever os efeitos.

Burroughs parece mais alto do que de fato é – ele tem cerca de 1 metro e 75 – simplesmente porque exhibe uma magreza espantosa, quase esquelética. Mas o que mais impressiona em sua figura é a pele: esticada nas maçãs das faces e no nariz, enrugada no pescoço e na testa, ela é translúcida, quase transparente, revelando veias muito azuis e carne em tons macilentos. Suas olheiras são proverbiais, mas os olhos cinza-azulados preservam uma chama inesperada que refulge ardente em intensidade e vibração – ainda que seja difícil manter qualquer contato visual com William Burroughs: o foco de sua visão parece concentrar-se no chão, como se ali houvesse uma espécie de verdade bíblica transcendental, que apenas ele consegue vislumbrar.

Quando o velho e lendário Bill abre a boca, porém, o impacto é muito superior ao de qualquer avaliação meramente física ou visual. Burroughs

tem uma voz amedrontadoramente suave; nasal e profunda, paternal, mas remota; monocromática e, com certeza, hipnótica. Você pergunta e ele responde de imediato. Mas o jogo não é tão simples assim: suas palavras parecem adquirir eco próprio, múltiplas ressonâncias, significados convexos – e na hora mais imprópria. Ali está você tentando engrenar a, digamos, quarta pergunta quando, de repente, a resposta da segunda começa a voltar em sua mente. Burroughs parece absolutamente consciente do efeito que sua prosa melíflua tem sobre o interlocutor. É como se seus lábios brancos, finos feito cicatriz, disfarçassem permanentemente a miragem de um sorriso de mofa.

William Burroughs está bem ali, mas não está nem aí. Ou quem sabe esteja, de sua própria e inigualável maneira. Ele veste um terno cinzento rajado de listras azul-escuras. Usa camisa cinza, gravata azul-marinho, chapéu de feltro. Parece um ministro batista pronto para pregar seu evangelho herético e sua ética evanescente. Ele continua sendo o tio esquisitão, um fantasma no armário, o fora de lei do mundo acadêmico.

Quando não está encarando fixamente o chão, Bill mira a ponta de metal de sua bengala. Fuma cigarros sem filtro obcecado, quase obscenamente: uma carteira de Camel vai durar apenas duas horas. E ele logo pede vodca com Pepsi-Cola, antes das 10h da manhã. Como duvidar de que se trata de uma versão turbinada do que jocosamente se convencionou chamar “*the breakfast of champions*”, o lendário desjejum dos campeões?

Foi em Lawrence, a mil anos luz das demências de Tânger e das picadas de Nova Orleans, que conversei com William Burroughs por duas horas que me pareceram inesgotáveis. Aos 79 anos, lúcido e sardônico, detalhista e enigmático, o mais maldito dos escritores falou sobre sua

obra, suas pinturas, suas drogas e sua vida – hoje tão bucólica. Diz que atualmente prefere pintar do que escrever (embora continue escrevendo) e não parece nem um pouco disposto a falar sobre seus velhos amigos beats. Recusou polidamente o convite para vir ao Brasil e assegurou que quer viver até os cem anos. Quem o vê, é incapaz de duvidar.⁷

Parece impossível começar uma conversa com o senhor em pleno Kansas sem perguntar o que o levou a se mudar para cá depois de ter vivido em alguns dos lugares mais mitológicos do mundo – e exatamente na época em que eles estavam no auge de sua fama. Por que cargas d'água o senhor veio parar em Lawrence?

Nasci aqui perto, no Missouri. Sempre gostei da amplitude dos horizontes do Kansas. Você enxerga tão longe nas planícies que só mesmo um idiota não perceberia que a Terra é redonda. Lawrence é uma cidade universitária, simpática e generosa. Outros escritores já viveram aqui antes de mim – e foram felizes. Decidi abandonar Nova York em 1975 porque a cidade estava se tornando cada vez mais cara e insuportável. Ao longo do tempo todos esses lugares que você chamou de “mitológicos” vão se tornando progressivamente caros e insuportáveis. Tornam-se cidades perfeitas para aquele tipo de gente que chega sempre atrasada. Turistas, por exemplo.

Essa mudança tão radical de cena provocou alguma transformação na sua obra? O senhor escreveu seus livros mais famosos em lugares bem mais agitados do que Lawrence...

Estou aqui desde 1981. São doze anos, portanto. Escrevi seis livros desde então. É bastante, não é? Eram livros que já estavam dentro de mim,

de modo que a atmosfera de Lawrence influiu pouco neles. Talvez *O gato por dentro*, minha penúltima obra, tenha um pouco mais a ver com a cidade: o livro fala do comportamento de três de meus cinco gatos e do intercâmbio digamos telepático que mantenho com eles. Agora acabo de terminar o primeiro de dois volumes de cartas que pretendo publicar em breve. Preparo também um livro de sonhos – esse também há de ter alguma relação com Lawrence. Mas, para dizer a verdade, desde que moro aqui tenho me dedicado mais à pintura do que à literatura.

Seu interesse pela pintura é antigo. O senhor considera sua técnica nesta arte tão inovadora quanto na literatura?

Diria que sim. Atualmente tenho me dedicado mais às gravuras em metal, às aquarelas e às colagens. Mas, durante boa parte da década de 80, pratiquei *shotgun painting* – uma técnica que, acredito, fui o único a utilizar até agora.

E o que vem a ser exatamente shotgun painting?

O nome é autoexplicativo, de certa forma. Eu colocava uma tábua de encontro à parede e uma lata de tinta a óleo em frente a ela. Me afastava uns dez passos e disparava minha espingarda de dois canos contra a lata. O tiro libera as cores de uma forma absolutamente imprevisível, bastante incomum. A textura da madeira ferida pela bala, e a seguir recoberta pela cor, sempre me pareceu muito estimulante.

O senhor continua apaixonado por armas?

Oh, sim, sem dúvida. Tenho várias. Sou particularmente apaixonado por meu Colt 45 e pelo meu Smith & Wesson, também 45.

Pretende usá-los em alguma outra espécie de experimento?

Não creio. Mas gostaria de usá-los em cães que ladram, talvez. Ou em visitantes inconvenientes.

Sua ligação com as armas tem algo a ver com sua longa ligação com as drogas?

Oh, não, de forma alguma. Mas as armas, como as drogas, são parte inevitável da vida. Ambas já me serviram bastante nos meus projetos de expansão dos níveis normais de consciência. Mais as drogas do que as armas, por certo.

Basta ler seus livros para saber de que forma as drogas contribuíram na sua elaboração. A pergunta mais óbvia, porém, é saber como o senhor sobreviveu a elas...

Para usar drogas é importante saber tudo sobre elas. Mentalizar sua estrutura molecular e pulverizar seus possíveis malefícios. Também é fundamental trocar de droga de quando em quando – e na hora certa. E é preciso ter controle sobre cada uma de suas próprias células. Pouca gente está preparada para desfrutar do que as drogas podem oferecer.

O que achou da versão cinematográfica de "The Naked Lunch", dirigida por David Cronenberg?

Adorei, cara. Muitos quiseram filmar o livro – todos, menos David, desistiram. Nunca imaginei que alguém pudesse fazê-lo. Os méritos são todos de David.

O senhor trabalhou com o dramaturgo Bob Wilson, com os compositores

Tom Waits e Laurie Anderson, com o cineasta Gus Van Sant. Qual dessas experiências o estimulou mais?

Todas elas, para dizer a verdade. Cada uma a seu modo, é evidente. Bob Wilson é um tanto quanto perfeccionista demais. Tom é o sujeito mais *cool* que jamais conheci. Laurie é ótima também – ela sempre me pareceu uma espécie de Susan Sontag musical. O trabalho com Gus em *Drugstore Cowboy* foi muito divertido. Espero que ele me convide para atuar novamente. Gostaria de fazer o papel de vendedor de seguros.

Há alguém com quem gostaria de trabalhar e com quem ainda não colaborou?

Oh, sim. Com Jackson Pollock – mas ele está morto, como você sabe. A literatura está pelo menos cinquenta anos atrás da pintura. E nenhum escritor, nem mesmo Joyce ou Beckett, chegou até onde Pollock levou sua arte. É lá que eu gostaria de chegar.

Porto Alegre, 27 de junho de 1993

⁷ William Seward Burroughs não viveu até os cem anos, como planejava. Morreu no dia 2 de agosto de 1997, em Lawrence, vitimado pelas complicações resultantes de um ataque cardíaco sofrido no dia anterior. Ele tinha 83 anos. Está enterrado em sua cidade natal, Saint Louis, no Missouri, ao lado do enorme obelisco que sinaliza o túmulo de seu avô, o inventor da máquina de somar, também chamado William Seward Burroughs.

A longa e tortuosa estrada profética

Um breve mergulho na mística de *On the Road*, o livro clássico de Jack Kerouac, responsável pelo surgimento da geração beat, lançado nos Estados Unidos em 1957 e publicado no Brasil quase trinta anos depois.8

Pouco antes da meia-noite de 4 de setembro de 1957, Jack Kerouac e Joyce Johnson, a jovem escritora com quem ele estava vivendo, saíram do apartamento dela no Upper West Side, em Nova York, para esperar, numa banca de jornal na esquina da 66th St. com a Broadway, pela edição do dia seguinte do *The New York Times*. Kerouac fora alertado por seu editor que o romance *On the Road*, que escrevera havia quase dez anos, mas só então era publicado, seria comentado pelo mais prestigiado jornal americano.

Sob a luz difusa de um poste, Jack e Joyce folhearam avidamente as páginas do *Times* até depararem com a crítica. Assinada por Gilbert Millstein, dizia: “*On the Road* é o segundo romance de Jack Kerouac, e sua publicação é um evento histórico, na medida em que o surgimento de uma genuína obra de arte concorre para desvendar o espírito de uma época. [...] É a mais belamente executada, a mais límpida, e se constitui

na mais importante manifestação feita até agora pela geração que o próprio Kerouac, anos atrás, batizou de beat e da qual o principal avatar é ele mesmo”.

Estava deflagrado o mito de *On the Road*. Mito em vários sentidos da palavra: 1. relato passado de geração em geração; 2. alegoria, fábula; 3. afirmação inverídica, inventada.

Como Millstein previa, *On the Road* estava destinado a se tornar o que *O sol também se levanta*, de Ernest Hemingway, fora, duas décadas antes, para a chamada Geração Perdida – embora o livro de Kerouac viesse a influenciar muitas gerações além de sua própria e muitas mais do que o clássico de Hemingway. Mas *On the Road* iria se transformar também numa espécie de livro-prisão para Jack Kerouac e passaria a ser designado por chavões do tipo “bíblia hippie”, sendo vinculado, desde o advento daquele movimento, aos mais variados e desvairados desatinos cometidos na década de 60.

A lenda em torno de *On the Road* se inicia, de certa forma, justamente a partir da resenha do *The New York Times*. O episódio, narrado em detalhes por Joyce Johnson em seu livro *Minor characters* (“Personagens coadjuvantes”) – no qual ela ainda conta que, após ler a crítica, Jack ficou sacudindo a cabeça “como se não conseguisse compreender por que não estava tão feliz quanto deveria” –, foi utilizado também para abrir a introdução que Ann Charters, a mais famosa das biógrafas de Kerouac, fez para a edição lançada pela Penguin Books em 1997, no quadragésimo aniversário da publicação de *On the Road*.

Apesar de saber exatamente o que se passou após a publicação da resenha do *Times* (já que escreveu amplamente sobre isso em seu *Kerouac – Uma biografia*), Charters preferiu ignorar os acontecimentos posteriores

em sua introdução comemorativa. Afinal, o que ocorreu não se enquadra na lenda de *On the Road*, embora (ou talvez por isso mesmo) esteja profundamente ligado à realidade da obra. O livro não foi aclamado da noite para o dia, nem era, na opinião de Kerouac, o retrato mais fiel de sua geração nem de seu trabalho.

A resenha de Millstein – tão similar à resenha que, cinco anos mais tarde, Robert Shelton escreveria no mesmo *NY Times*, catapultando Bob Dylan num piscar de olhos da obscuridade para a fama (e não deixa de ser uma ironia que o talento de artistas como Kerouac e Dylan tenha precisado do aval do *Times* para ser plenamente reconhecido) – foi publicada numa terça-feira, escrita por um jornalista freelancer durante as férias do crítico titular. No domingo seguinte, 10 de setembro de 1957, numa edição cuja tiragem e índice de leitura costumavam ser quase o dobro dos das terças, o articulista David Dempsey – chefe de Millstein – decidiu também resenhar o livro.

Apesar de achar a obra “altamente legível e divertida”, Dempsey lastimava que *On the Road* não tivesse “nenhuma moldura mais ampla dentro da qual seus personagens pudessem se desenvolver”. Depois de comparar Kerouac desfavoravelmente a Thomas Wolfe e Saul Bellow, Dempsey mostrou-se ofendido pelo fato de, ante “tanto sexo, adultério e abuso de drogas”, o autor “demonstrar um ponto de vista moralmente neutro”.

Era só o começo: uma semana mais tarde, a 17 de setembro, a revista *Time*, em tom severo e paternal, acusou Kerouac de estar “dando fundamento à explosiva juventude que, de um canto ao outro do país, se agrupa em torno de *jukeboxes* e se envolve em arruaças sem motivo em plena madrugada”. Se não foi capaz de se livrar da pecha de subliterato –

que lhe seria imposta por críticos obtusos após o lançamento de *On the Road* e ainda o é –, Kerouac enfrentaria problemas ainda maiores por causa da cruzada moral que se ergueu contra ele. E nem todo o reacionarismo e azedume direitista dos últimos anos de sua vida seriam capazes de “redimi-lo” perante a grande associação de pais e mestres que é a América conservadora.

Mas não restam dúvidas de que, logo após o lançamento de *On the Road*, Kerouac tornou-se uma celebridade. “Após ler a resenha”, é ainda Joyce Johnson quem relembra, “Jack foi dormir no anonimato pela última vez. Quando o telefone nos despertou na manhã seguinte, ele era famoso.” O que se iniciava, no entanto, era uma espécie de calvário. Daquele dia em diante, Jack teria de responder milhares de vezes o que significava a palavra beat – e ele sempre o fazia com elipses, hipérboles e vertigens que frustravam os repórteres e irritavam os editores.

Durante o boom publicitário que cercou o lançamento do livro – e que jamais voltou a se repetir para Kerouac –, ele ajudou a propagar alguns dos mitos que envolvem *On the Road*. Mais de meio século depois, o principal deles mantém-se virtualmente intacto: Jack espalhou que havia escrito o livro em apenas três semanas. Entrevistado no programa de Steve Allen, um dos talk-shows mais famosos da TV americana, ele garantiu que havia passado “sete anos na estrada” e levara apenas “três semanas para escrever tudo”. O apresentador, sardônico, rebateu afirmando que, se por acaso passasse três semanas na estrada, precisaria de sete anos para escrever o livro...

A versão original de *On the Road* de fato havia sido escrita entre 9 e 27 de abril de 1951 num rolo de papel para telex – e agora é conhecida como *The original scroll* –, num total de quarenta metros ininterruptos de prosa

em espaço um, sem parágrafos, com Kerouac aditivado por doses colossais de benzedrina, suando uma camiseta atrás da outra, datilografando como um alucinado doze mil palavras quatorze horas por dia, movido por aquilo que o poeta Lawrence Ferlinghetti certa vez chamou de “febre onívora de observação”.

Mas, ao longo dos longos e terríveis anos em que o original foi sendo recusado por uma editora após a outra, Kerouac o reescreveu inúmeras vezes. Além disso, quando a Viking Press enfim decidiu lançar o livro, forçou Jack a suprimir cerca de 120 páginas. Outras tantas, o próprio editor, Malcolm Cowley, se encarregou de cortar (além de incluir “milhares de vírgulas inúteis”, segundo Kerouac). Por isso, sua “prosa espontânea” praticamente inexistente na presente versão de *On the Road*, embora tenha se materializado em outros livros, especialmente *Visões de Cody*, lançado postumamente, e no próprio *Manuscrito original*, publicado nos Estados Unidos no ano do cinquentenário do lançamento original.

On the Road, de todo modo, é o mais lendário e o mais famoso, embora talvez não seja o melhor, dos 23 livros que Jack Kerouac escreveu em 47 anos de vida. O posto bem poderia ser ocupado por *Visões de Cody* – também dedicado a Neal Cassady, o Dean Moriarty de *On the Road*. Redigido em 1951 e publicado em 1971, *Visões de Cody* resume e apreende todo o esforço de Kerouac em modular os contornos de sua “prosa espontânea” e remete ao *On the Road* original, antes de sua submissão às “sugestões” dos editores da Viking (“Eles queriam uma estrada destituída de todas as curvas”, disse Kerouac anos depois, ao passo que seu desejo era “percorrer a tortuosa estrada profética de William Blake”).

Em ambos os livros, Kerouac empenhou-se em forjar uma nova

prosódia, capturando a sonoridade das ruas, das planícies e das estradas dos Estados Unidos, disposto a libertar a literatura norte-americana de determinadas amarras acadêmicas e de um certo servilismo a fórmulas europeias (ou europeizantes). Ao fazê-lo, introduziu o som na prosa – antes e melhor do que qualquer outro romancista de sua geração. Suas frases repletas de vogais – muitas delas presentes em *On the Road*, apesar da tesoura dos censores (e das limitações de uma tradução) – têm uma rima interna insidiosa e envolvente, de forma que várias passagens se assemelham a longos poemas em prosa jogados, quase perdidos ou desperdiçados, em meio à fluidez aquosa do texto.

O livro traz também ressonâncias de Jack London (em especial do vigoroso conto chamado justamente *The Road*), de Mark Twain (em *Huckleberry Finn*), de Herman Melville (em *O vigarista*), de John dos Passos (na trilogia *USA*), e, acima de tudo, de Walt Whitman em seu magistral poema *Canto da estrada aberta*. Em certo sentido, portanto, Kerouac não estava impondo, nem propondo, uma total inovação, mas a retomada de uma trilha genuinamente norte-americana, já percorrida por autores que ele admirava.

O mais irônico é que ele desenvolveu seu estilo – o estilo beat por excelência: laudatório, verborrágico, impressionista, vertiginoso, incontido, “espontâneo”, repleto de sonoridade, de gíria, de coloquialismo e de aliteraões – não a partir de fontes literárias clássicas, mas com base nas cartas quase iletradas que recebeu de Neal Cassady, o delinquente juvenil que, no capítulo um de *On the Road*, vem procurar Kerouac para aprender “a ser escritor”.

Ao transformar Cassady no herói de *On the Road* (e de *Visões de Cody*), Kerouac acabou por condená-lo ao papel de eterno coadjuvante.

Embora tenha se tornado uma figura maior do que a vida (o motorista sem limites do mais desvairado ônibus da história, aquele que conduziu Ken Kesey, os Merry Pranksters e o Grateful Dead pelas estradas dos Estados Unidos para a realização de Acid-Tests antes que o LSD fosse proibido), ao morrer de insolação, com o corpo repleto de barbitúricos e tequila, ao lado dos trilhos de trem no México, em fevereiro de 1968, Neal Cassady não havia conseguido se tornar um escritor. Seu legado verbal sobrevive na obra de Kerouac.

De todo modo, não seriam Neal Cassady nem *Visões de Cody*, mas Jack Kerouac e *On the Road*, o autor e o livro que moveram montanhas. O fôlego narrativo avassalador, o imaginário protopop, o frescor libertário, o fluxo ininterrupto de sua avalanche de palavras, imagens, promessas, ofertas, visões e descobertas acabaram por tornar *On the Road* exatamente aquilo que o chavão define como “a bíblia de uma geração”.

A questão é que tal geração se multiplicou em muitas. Bob Dylan fugiu de casa depois de ler *On the Road*. Chrissie Hynde, dos Pretenders, e Hector Babenco, de *Pixote*, também. Jim Morrison fundou The Doors. No alvorecer da década de 90, o livro levou o jovem Beck a tornar-se cantor, fundindo rap e poesia beat. Jakob Dylan, filho de Bob, deixou-se fotografar ao lado da tumba de Jack em Lowell, Massachusetts, como o próprio pai fizera, vinte anos antes. Em 1992, Francis Coppola (o produtor), Gus Van Sant (o diretor) e Johnny Depp (o ator) envolveram-se numa filmagem nunca concretizada do livro – e, apesar da diferença de idade, os três compartilham o mesmo fervor reverencial pela obra. Cerca de vinte anos mais tarde, em 2012, Walter Salles e o roteirista José Rivera enfim conseguiram, com produção da American Zoetrope de Coppola, levar *On the Road* para as telas, com Garrett Hedlund, Sam Riley e Kristen

Stewart, todos ainda na casa dos vinte anos de idade, nos papéis principais.

Na verdade, se a explosão hippie dos anos 60 for interpretada como uma consequência indireta de *On the Road* – o que não constitui um exagero –, nenhum livro do século XX terá deflagrado uma revolução sociocomportamental maior do que a obra de Kerouac.

De todo modo, *On the Road* foi a glória e a danação de Jack Kerouac. O livro primeiro misturou-se e em seguida engoliu a figura de seu autor. Para milhares de leitores, Sal Paradise (sad paradise?), o personagem, e Jack Kerouac, o escritor, passaram a ser a mesma pessoa. Isso na melhor das hipóteses, pois inúmeras vezes julgavam que Jack fosse Dean Moriarty. Embora seja uma obra de ficção, todos os personagens e acontecimentos de *On the Road* são reais: Carlo Marx, por exemplo, é o poeta Allen Ginsberg (1926-1997), autor de *Uivo*; Old Bull Lee é William Burroughs (1914-1997), autor de *Almoço nu*; Camille é Carolyn Cassady, mulher de Neal, amante de Jack e autora do livro de memórias *Off road*.

De qualquer forma, as ligações de Kerouac com o budismo, seu crescente conservadorismo, suas guinadas literárias, seu vasto projeto autobiográfico (“a saga de Duluo”, como ele a batizou), seus devaneios cristãos, o experimentalismo de *Visões de Cody*, as sutilezas fugidias de seu primeiro livro (*Cidade pequena, cidade grande*, de 1947), tudo foi arrastado pela enxurrada de *On the Road*.

A fama tornou-se um fardo para Kerouac, e os estereótipos da geração beat o perturbavam e ofendiam. Fora ele quem havia dado ressonância e expandira o significado da palavra beat, que escutara pela primeira vez na boca de Herbert Huncke, marginal homossexual que fazia ponto na Times Square, Nova York, e que aparece brevemente nas páginas de *On the Road* sob o nome de Elmer Hassel.

Para Huncke, beat definia um estado de “exaltada exaustão”. Mas Kerouac logo percebeu as múltiplas ressonâncias da palavra, que significa simultaneamente “batida” (no sentido do ritmo musical), “porrada” (no sentido de golpear), “abatido” ou “exausto” (*beated*), “batimento cardíaco” (*heart beat*), “cadência do verso”, “trajeto” ou “trilha”, “furo” (no sentido jornalístico), “pilantra” ou “aproveitador” e até “botar o pé na estrada” (“*beat the way*”, expressão, aliás, muito usada por outro Jack, o London), além de conter, também e acima de tudo, o radical de “beatitude” – que foi o que realmente despertou Jack para a sonoridade do vocábulo ao qual ele se vincularia pelo resto da vida.

“Sou um estranho e solitário católico louco e místico”, disse certa vez. Era mesmo. Os peregrinos religiosos russos, os poetas zen do Japão, os místicos católicos, como São João da Cruz e Santa Teresa, os andarilhos americanos Henry David Thoreau e John Muir – eis os homens aos quais Kerouac queria ser comparado. “Não conheço nenhum hippie”, afirmou certa vez. “E eles pensam que eu sou um motorista de caminhão.”

Jack Kerouac morreu em outubro de 1969, depois de anos sentado no sofá vendo programas de auditório na TV da casa de sua mãe (com quem morou a vida inteira), barrigudo, alcoólatra e reacionário, afastado de seus companheiros da geração beat, odiando cada cabeludo americano e se perguntando o que, afinal, havia de errado com *On the Road*. Sabendo-se quem de fato era Kerouac, não é difícil entender por quê.

Amar, trabalhar e sofrer

Norte-americano de origem franco-canadense, católico praticante, educado em um colégio jesuíta, fixado na figura da mãe (a *memère*),

tímido, introspectivo, generoso, gentil, desajustado e angelical, Jean Louis Lebris de Kerouac – o *Ti Jean* (ou Pequeno Jean) – nasceu em Lowell, Massachusetts, em 12 de março de 1922. Conforme seu pai, a família era descendente de celtas da Cornualha que “muito antes de Cristo” tinham se mudado para a Bretanha e lá, como prova de nobreza, obtiveram um brasão em cujo lema se lia: “*Aimer, Travailler et Souffrir*” – amar, trabalhar e sofrer.

Por volta de 1750, os então Kernuaks receberam uma concessão de terras no Canadá, onde vários descendentes da família casaram-se com índios Mohawk e se dedicaram ao cultivo de batatas. Em 1880, o avô paterno de Jack imigrou para os Estados Unidos. Como muitos franco-canadenses antes e depois dele – vários dos quais descendentes dos primeiros exploradores da América do Norte –, Jean-Baptiste de Kirouack foi tratado como um estrangeiro indesejável. Afinal, não passava de um *blanc nègre*, um “branco negro”, pois a posição social dos chamados “canucks” não era muito diferente daquela dos escravos recém-emancipados. Interessante observar que, muitos anos depois, e justo em 1957, ano da edição original de *On the Road*, o jornalista e escritor Norman Mailer, num ensaio que se tornou clássico, definiria os primeiros hipsters como *white negros*.

Até os seis anos, Jack Kerouac só falava o *joual* – o dialeto franco-canadense –, e isso talvez explique não apenas sua permanente sensação de rejeição, sua postura marginal, como também sua paixão latina pelas vogais numa terra protestante obcecada pelas consoantes. Antes da consagração de *On the Road*, Jack fracassara em tudo na vida. E nesse “tudo” é preciso incluir, além de quase uma dezena de bicos e profissões, os seis livros que escreveu entre 1951 e 1956 sem conseguir ver

publicados – conforme registrou numa carta encolerizada, redigida em um cubículo na Cidade do México em fins de 1956, enviada ao amigo John Clellon Holmes:

“O que tenho eu? Tenho 35 anos. Uma ex-mulher que me odeia e que gostaria de me ver na cadeia. Uma filha que nunca vejo. Um bolso vazio. Minha própria mãe, após todos esses anos de labuta e lágrimas, ainda rala o rabo numa fábrica de sapatos. E eu não tenho um só centavo, nem para uma puta que preste. Maldito seja! Filho da puta! Às vezes penso que a única coisa que está pronta para me aceitar é a morte. Nada nesse mundo parece me querer, ou lembrar-se de mim. Sabe o que acho dessa vida desprezível? Vou abandonar essa história de romances épicos e tentar concentrar meu talento – se é que tenho algum – no que quer que não seja escrever. O que sei é que existem apenas dor e desespero aguardando por nós todos, especialmente por mim. Sou o mais solitário escritor da América, e vou lhe dizer por quê: porque escrevi seis longos romances desde março de 1951 e nenhum deles foi aceito até agora, agora, AGORA!”

Poucas semanas depois, *On the Road* era enfim aceito pela Viking. Foi publicado um ano depois – e, quase por acaso, aclamado pelo *The New York Times*. Mas Kerouac, que já começava a alimentar sentimentos dúbios em relação ao livro, ficou quase indignado com a situação, pois tinha se sujeitado às mudanças propostas pelos editores.

Apesar dos problemas trazidos pela fama, ele obteve o dinheiro de que tanto necessitava e pôde dar continuidade ao projeto literário que se constituía basicamente na vertigem irrealizável de recapturar toda a história de sua infância – cada detalhe, cada visão, cada lembrança, num espasmo proustiano embalado em benzedrina. Depois de mergulhar na

vasta empreitada, que batizou de “a saga de Duluoz” (por causa do personagem autobiográfico Jack Duluoz), Kerouac praticamente esqueceu-se de *On the Road*. Ou melhor, gostaria de ter podido esquecer. Toda e qualquer resenha de seus livros posteriores a *On the Road* invariavelmente os comparava ao “original” – sempre desfavoravelmente.

Os autores contemporâneos que mais influenciaram Jack Kerouac foram Thomas Wolfe e William Saroyan, integrantes de uma tradição americana altamente individualista. Ao longo de sua jornada autoral, Jack foi se tornando cada vez mais intimista, a ponto de escrever grandes livros (alguns com mais de quatrocentas páginas, como *Visões de Cody* e *Some of the Dharma*) sem nenhum *plot*, sem enredo preestabelecido. Seu plano era deixar a própria persona expressar-se livremente, entregando-se à descrição detalhista da paisagem suburbana (e *underground*) norte-americana, numa versão tardia (mas pré-pop) da escrita automática dos surrealistas, um *stream of consciousness* (ou fluxo de consciência) mais facilmente compreensível por quem desfrutou de alucinógenos como maconha, mescalina e peyote.

Ainda assim, ao longo dos anos, ele se afastaria diametralmente da imagem de *outcast*, de rebelde doidão, deixando de ser um *white negro* para votar em Richard Nixon, encharcar-se de vinho barato, condenar a marijuana e o LSD e romper com todos os ex-companheiros beats, tachando-os de “comunistas”.

Kerouac entregou primeiro a sanidade e depois a vida ao longo e doloroso processo de desenvolver e aprimorar seu estilo parentético: a descrição minuciosa dos desvãos de sua memória o forçava a escrever frases que, cada vez mais, abandonavam (quando não implodiam) a ordem natural da sintaxe, de forma que ele pudesse parti-las ao meio,

introduzindo parênteses que se prolongavam por todo um parágrafo, ou digressões repletas de adjetivos (às vezes cinco por substantivo), que impediam o período inicial de chegar ao fim (“tenho implicância com pontos finais”) a não ser após várias páginas de reminiscências e desvios de rota aparentemente delirantes.

Como se não bastasse esse anseio conceitual, ele teve uma espécie de *satori* (“o súbito despertar” budista) ligado ao som das palavras e, desde o manuscrito original de *On the Road*, tentava fazer com que suas frases soassem como um solo de sax de Charlie Parker, ao som do qual escrevera a primeira versão do livro.

Com o tempo, seu intelecto mergulhou num oceano de sonoridade e harmonia melodiosa que o afastou progressivamente do significado formal das palavras. Kerouac escrevia para ser lido em voz alta (e ninguém o fazia melhor do que ele) – num tom celebratório e panteísta diretamente derivado da poesia de Walt Whitman. Mas o estilo telegráfico, jornalístico e eficiente de Ernest Hemingway havia estabelecido outros padrões para a prosa norte-americana. Kerouac tornou-se, involuntária mas decididamente, sua antítese. Pagou caro por isso. “*That isn’t writing; it’s typewriting*” (“Isto não é literatura: é datilografia”), declarou Truman Capote com mordacidade letal.

No entanto, toda uma legião de escritores, artistas, cineastas, dramaturgos e músicos – a geração que se multiplicou em muitas – seria profundamente influenciada pelo estilo e pelas visões de Jack Kerouac. Difícil imaginar a obra de Sam Shepard, de Bob Dylan, de Charles Bukowski, de Jim Morrison, de Lou Reed, de Tom Wolfe, de Bret Easton Ellis, de Joni Mitchell, de Wim Wenders, de Hunter Thompson, de Neil Young, de Jim Jarmusch, de Jay McInerney, de Beck, de Bono, de Tom

Waits, de Gus Van Sant, de Bob Wilson, de Walter Salles sem *On the Road*. Todos eles, de uma forma ou de outra, pagam tributo à franqueza fluídica e generosa do católico louco e místico que viu a luz nos trilhos e trilhas da América.

À medida que o novo século avança, as conquistas literárias de Jack Kerouac revelam-se cada vez mais plenas. Ao tirar a literatura do escritório e jogá-la na estrada e na sarjeta, nos atalhos e nos becos, Kerouac vinculou-se à venerável tradição dos “romances em movimento”, como *Dom Quixote*, de Cervantes, e *O peregrino*, de John Bunyan, esforçando-se para capturar o espírito nômade dos velhos pioneiros americanos, partindo do “Leste da minha juventude para o Oeste do meu futuro” – só que, em vez de carroções, usando um Cadillac (quase roubado). Ou deixando o dedão apontar o caminho.

Jack Kerouac seguiu o sol na rota do poente. Como Huckleberry Finn a oeste do Mississippi. Como Francis Parkman na Trilha do Oregon. Como John Muir em busca do Yosemite. Como Walt Whitman, celebrando a “estrada aberta”. Como, na verdade, a própria humanidade em sua jornada do Oriente ancestral para o jovem e petulante Ocidente que Jack Kerouac ajudou a definir.

Porto Alegre, março de 2004/maio de 2012

⁸ Texto escrito como prefácio para a reedição brasileira de *On the Road – Pé na estrada*, publicada pela L&PM.

A estrada sem fim

Onde se narram os meandros e volteios que antecederam e sucederam a tradução de *On the Road* no Brasil. O texto foi o posfácio da primeira edição pocket do livro publicada no país.

Até fevereiro de 1984, quem estivesse disposto a ler *On the Road* em português dispunha de uma única opção: arranjar o volume branco com um calhambeque mal desenhado na capa em que, em letras vermelhas desiguais, estava estampado o título *Pela estrada afora*. Dada a largada, o hipotético leitor depararia com frases como: “Fui-me de boleia ao Oregão num carro descapotável”. Após frear, estaria diante de duas possibilidades: 1) correr para o dicionário de português lusitano; 2) fechar o livro e fazer um cursinho de inglês.

Embora fosse sucesso no mundo inteiro, *On the Road* ainda não havia sido considerado digno de receber uma edição brasileira. Àquela altura, o livro já estava quase completando trinta anos, mas, para brasileiros incapazes de ler o original, o melhor a fazer era curvar-se ante o poderio editorial da língua espanhola. E, nesse caso, nem seria necessário recorrer à Espanha.

Desde 1959, apenas dois anos após a publicação original nos Estados Unidos, a Casa Editorial Losada colocara *On the Road* à disposição dos leitores argentinos. Traduzido por um certo Miguel de Hernani – Deus o

abençoe! –, o livro se chamava *En el camino* e narrava, num espanhol porreta, as aventuras de Dean e Sal pelas estradas da América do Norte. Parecia ser a prova da superioridade cultural de Buenos Aires sobre, digamos, São Paulo. Ou pelo menos foi o que a mim pareceu no instante em que, num entardecer lilás do outono de 1975, entrei na minúscula e soberba Librería La Ciudad (onde Borges costumava ir como se ali fosse a Biblioteca de Babel), na galeria Del Este, no final da Calle Florida, ao lado do parque San Martín (em que as folhas amarelas despediam-se dos plátanos murmurando: “Cedo demais, cedo demais”, como disse o beat Lawrence Ferlinghetti, falando doutras folhas, doutras árvores, doutras latitudes), e comprei meu primeiro *On the Road*. Ou melhor, meu primeiro e único *En el camino*.

Único porque, catapultado pelo poder do livro, pouco depois me vi em Nova York, lendo *On the Road* em inglês – numa edição bem vagabunda, aliás, da Pan Books, com tratamento gráfico cem por cento *pulp fiction*. Na capa havia umas mulheres fatais se roçando nuns sujeitos mal-encarados com a barba por fazer, e um deles esbofeteava uma garota de *slack*... era assim que se chamavam calças compridas para moças naquela época, não era? Essa foi a primeira das mais de vinte edições de *On the Road* que eu acabaria juntando ao longo do caminho.

Assim, lá estava eu entre os bueiros fumarentos e os ônibus rangentes de Nova York, com uma mochila enorme – 33 quilos, doze livros dentro, que delírio! –, indo para Lowell, Massachusetts, visitar a casa natal e a tumba de Jack, seguindo dali para a Califórnia, via Chicago e Denver, sempre de carona, e da Califórnia até o sul do Brasil, com o polegar apontando o caminho – *peyote* em Real de Catorze, no México; discos voadores y *hongos* em Palenque; nudez virginal em Cancun (então um

vilarejo menor que Jericoacoara em 1969); amebas na água e disenteria na Guatemala; a pensão Poco Loco às margens do lago Atitlán; horror e morte em El Salvador; Somoza no poder na Nicarágua; corrupção e *marines* no Panamá; de tudo e mais um pouco na Colômbia; o Equador parece um jardim; surfistas calhordas brasileiros no Peru; um outdoor da Coca-Cola em Machu Picchu – a coca errada no lugar certo –; um terremoto na Bolívia; inundação e mosquitos no Pantanal; o trem da morte de Corumbá a Bauru (SP) e então, depois de nove meses, a volta para casa – porto vá lá, mas por que alegre?, perguntou, certa vez, com cinismo, o velho Millôr Fernandes.

Ao longo de toda a jornada, eu estivera lendo outros livros de Kerouac – *Visões de Cody* (supostamente o melhor, e com certeza o meu favorito), *Os vagabundos iluminados* (o mais acessível, o mais simpático) e *Anjos da desolação* (o mais... bem, o mais desolado) – e me sentia protegido e abençoado por Jack, santo padroeiro dos estradeiros. Pensei nele a cada passo do caminho, acho, ou talvez seja lenda pessoal.

Depois da longa e sofrida jornada de peregrinação, concluí que a tarefa devocional seguinte seria traduzir *On the Road* para o “brasileiro”, já que achava que tinha viajado de “carona” e não de “boleia”; que eventualmente estivera em alguns “conversíveis”, mas nunca num “descapotável”, e que, naquela ocasião, não tinha visitado o Oregon porque lá chove muito (e porque não sabia que Ken Kesey vivia lá), mas que o Oregão jamais estivera nos meus planos (nem Moscovo, nem Amsterdão...).

E foi assim que a coisa se iniciou, e essa tradução começou a sair da cabeça para o papel. A questão é que, dentre as editoras que então contatei, nenhuma se mostrou disposta a publicar o livro. Houve até quem dissesse

que o livro estava “pra lá de *passé*”... Então, em outubro de 1982, Caio Fernando Abreu esteve em Porto Alegre para autografar *Morangos mofados*, que fazia parte de uma nova e inovadora coleção, a Cantadas Literárias, da editora Brasiliense. Fui entrevistá-lo para o programa *Pra começo de conversa*, da TVE do Rio Grande do Sul, do qual era apresentador.

Lá chegando, eis que, ao lado de Caio (à frente de quem havia uma fila enorme), sentava-se, com cara de tédio e abandono, o escritor Reinaldo Moraes. Reinaldo pegara carona com Caio para autografar seu *instant-classic Tanto faz* (também da Cantadas Literárias), pois alguém tinha concluído que seria uma boa ideia mandar Rei para Porto Alegre junto com o príncipe Caio – só que, àquela altura, ninguém conhecia Reinaldo no Sul, e ele ficou ali assistindo à farra do amigo na terra natal, embora Caio, generoso e preocupado como sempre, insistisse para que seus muitos fãs nativos pegassem também o autógrafo de Reinaldo.

Acabei entrevistando Reinaldo Moraes no mictório (o programa era pra ser meio punk, sabe como é?). E viramos amigos de infância. Em janeiro de 1983, nos reencontramos em São Paulo e, durante um porre memorável no tristemente finado bar Riviera, na esquina da Paulista com a Consolação, alguma coisa aconteceu em nossos corações e, mesmo longe da Avenida São João, decidimos traduzir *On the Road* a quatro mãos (àquela altura, eu estava atolado no final da primeira parte, tinha umas cem laudas prontas, ou quase, e lutava para não desistir).

Reinaldo disse que Caio Graco, o elegante e legendário dono da Brasiliense, e seu então braço direito, o dinâmico Luiz Schwarcz, planejavam iniciar uma nova coleção jovem na Brasiliense (a Circo de Letras) e estavam aventando a possibilidade de adquirir os direitos de *On*

the Road. Synchronicity enough, Schwarcz e eu descobrimos que nos conhecíamos desde a infância: tínhamos morado no mesmo prédio do bairro Higienópolis, em São Paulo. Assim, duas horas de chá de banco e uma hora de reunião depois, lá estava eu voltando para Porto Alegre, de ônibus, de ressaca, sem um tostão, com uma caixa de figos maduros e um gordo roncando na poltrona do lado, encarregado da solene missão de traduzir *On the Road*.

Reinaldo Moraes desceu do carro logo na primeira linha do capítulo dois; por isso, passei nove meses labutando sozinho, com uma pequena ajuda de Gigi Bohrer, e estourando em um semestre o prazo combinado, até tascar o ponto final. Do alto da insegurança dos meus 23 anos, sugeri que alguém lesse a tradução e desse uns palpites, já que era o que esperava que Reinaldo fizesse caso não tivesse saltado da barca.

Não sei se Caio ou Luiz, um dos dois, sugeriu que o encarregado da nobre tarefa fosse Antônio Bivar, dramaturgo, escritor, poeta, doidão. E foi assim que conheci essa espécie de santo andarilho. Bivar leu aquela montoeira de laudas em papel jornal, deu vários palpites, arredondou umas pisadas na bola, deixou passar outras tantas e meteu o bedelho numas que nem precisava. Eu estava ali, do lado, duas semanas inteiras, no apê dele, na Rua Dona Veridiana, com vista para os avermelhados tijolos ao estilo londrino da Santa Casa de São Paulo, olhando, curtindo, aprendendo, palpitando.

Menos de um mês depois, *On the Road* – cobatizado de *Pé na estrada*, por insistência, mais do que isso, por exigência de Caio Graco – enfim saía em “brasileiro”. Era 4 de fevereiro de 1984.

O que se passou então é “fantástico demais para não ser contado”, como diria K. E era sobre isso que esse posfácio deveria ser. Sim, porque

On the Road saiu e foi uma explosão. Não sei bem quanto vendeu, mas vendeu muito. A edição de livraria – sob a lendária capa preta com um “descapotável” de tracejado multicolorido, concepção pop-chic de Newton Mesquita e Takashi Fukushima – teve dez reimpressões. Mas houve duas edições de banca e a do Círculo do Livro, o que permite supor que o livro tenha vendido mais de cem mil exemplares.

Os segundos cadernos da vida foram à loucura. Publicaram-se páginas e mais páginas. Ainda tenho algumas por aqui, amareladas. A primeira resenha saiu na *Folha de S.Paulo*, assinada por Pepe Escobar. A segunda foi publicada na *Veja*, feita por Marcelo Rubens Paiva, autor do comovente best-seller *Feliz ano velho*, carro-chefe da Cantadas Literárias. *On the Road* ficou 22 semanas em segundo lugar nas listas de mais vendidos. Nunca chegou ao primeiro porque, em janeiro de 1984, fora lançado *O nome da rosa*, de Umberto Eco, e todos queriam entrar na biblioteca da torre em companhia do monge Guilherme de Baskerville.

O coração beat passou a pulsar vigorosamente no Brasil. Semanas depois do lançamento, saí da Brasiliense e fui para a L&PM, de Porto Alegre, onde os deuses (e os donos da casa) me permitiram participar primeiro da edição de *Uivo*, de Allen Ginsberg, devotadamente traduzido por Claudio Willer, e, a seguir, criar a coleção Alma Beat, que publicou William Burroughs, Gregory Corso, Gary Snyder, Philip Lamantia, Carl Solomon e Neal Cassady. Também traduzi, em parceria com Leonardo Fróes, os poemas de Lawrence Ferlinghetti, enquanto Reinaldo Moraes traduzia *Junkie*, de Burroughs, para a Brasiliense.

E tudo parecia maravilhoso – com os beats remanescentes (na verdade todos, menos Jack, morto em 1969) e seus respectivos agentes sem entender o que se passava no Brasil, mas adorando aqueles cheques de

direitos autorais pingando em sequência. Foi legal, foi rentável, foi proveitoso. Bem bacana mesmo. Quem viveu o lance – de ambos os lados do balcão – lembra direitinho. Era a época da abertura, das Diretas Já, do rock paulista, da geração saúde, do Circo Voador, do Carbone 14, do primeiro Rock in Rio, do *Pra começo de conversa* e do Cio da Terra (o “Woodstock gaúcho”) no Rio Grande do Sul e de outros babados mais. Era o alvorecer dos anos 80, e havia muitas promessas no ar, com aquela gente voltando para a caserna de onde não deveria ter saído.

Até que, de repente, a mesma imprensa – na verdade, os mesmos órgãos de imprensa, mas outros caras que trabalhavam neles – decidiu que aquilo tudo era uma grande bobagem e que os tais beats não estavam com nada e que já era hora de dar um basta àquele papo subliterato. Ainda mais que a onda beat puxara outros sucessos correlatos: a L&PM e a Brasiliense tinham lançado a obra de Charles Bukowski no Brasil e junto veio o autor favorito dele, o singelo John Fante (traduzido por Paulo Leminski, que também traduzira Ferlinghetti – embora, àquela altura, ao fazer uma resenha de *A queda da América*, de Ginsberg, editado pela L&PM, ele tenha escrito: “Gente, vamos parar de gastar papel em bobagens”, veja só, o Leminski, Deus o tenha!), mais Sam Shepard e até o espantoso Hunter Thompson.

Como eram os bons tempos do Plano Cruzado – aquele que mostrou que os brasileiros gostam de ler, sim; que só não compram livros quando julgam seu preço abusivo, ou seja, quase sempre – e como ninguém que entenda alguma coisa de literatura dá bola para o que os críticos dizem, os beats continuaram sendo publicados e vendendo muito bem, obrigado. Mas aí acabou o Cruzado, Caio Graco morreu, Luiz Schwarcz fundou sua Companhia das Letras, eu saí da L&PM, Lima e Ivan (L e PM,

respectivamente) continuaram sua carreira editorial com outros títulos e outras trilhas, e a tardia onda beat no Brasil esmoreceu, como tudo um dia esmorece.

Quando a edição original de *On the Road* fez quarenta anos, em setembro de 1997, e Francis Coppola anunciou que iria produzir um filme sobre o livro, dirigido por Gus Van Sant e com Johnny Depp no papel principal, a Ediouro resolveu relançar a tradução que originalmente eu havia levado dez meses para fazer e cinco anos para ver publicada. Fiquei de revisar a obra. Mas estava envolvido demais com uma coleção sobre o descobrimento do Brasil e dei apenas uma lida diagonal rapidinha.

O filme de Coppola nunca saiu, e a edição da Ediouro tornou-se quase um livro-fantasma. Ninguém viu, ninguém leu, nenhuma resenha saiu. Ainda assim, os três mil exemplares da primeira tiragem sumiram das prateleiras. Mas era a lendária edição da Brasiliense, com aquela capa preta, que continuava tendo fila de espera nos sebos do Brasil e, quando aparecia, era vendida pelo equivalente a trinta dólares.

Então, exatos vinte anos depois do lançamento da Brasiliense, *Pé na estrada* voltou para casa, embora nunca tenha morado lá: estacionou de vez na L&PM, a editora que mais acreditou e apostou nos beats no Brasil, e ainda acredita e aposta, ao contrário de uns que outros. Sim, a mesma casa editorial que lançou a coleção Rebeldes & Malditos, a Olho da Rua, os Freak Brothers, Crumb, *Mate-me por favor* e outras tantas contravenções literárias decidiu relançar *On the Road – Pé na estrada* – em pocket, mais barato, mais *pulp*, mais pop, mais punk. Os leitores transformaram a edição de bolso em um retumbante e permanente sucesso de vendas.

Só o que posso dizer é que, daquela vez, reli tudo linha por linha, junto

com minha ex-mulher, Lúcia Brito, tradutora de *Mate-me por favor* e das autobiografias de Bob Dylan e Eric Clapton. Refizemos várias coisas. Ainda não é a melhor tradução do mundo, mas é uma tradução devotada, apaixonada, febril, nervosa, feita no ardor dos vinte e poucos anos, com doses colossais de entusiasmo e outras doses mais. Além disso, *On the Road* nasceu para ser lido em voz alta – em inglês. Portanto, isso é só um simulacro.

E como essa estrada parece mesmo ser a infinita *highway*, em 2012 *On the Road* enfim saiu do papel para a tela, após incontáveis desvios e desvios típicos da indústria cinematográfica. E o fez por mãos e por obra do diretor Walter Salles, autor de vários outros “filmes de estrada” – um feito prodigioso que estreitou ainda mais a relação entre o livro e o Brasil, e a L&PM publicou uma nova edição do clássico, com a imagem do cartaz do filme na capa. Foi como se um ciclo estivesse completo. Ou quase.

De todo o modo, os anos vão passando e a tumba de Kerouac continua lá, à sombra de veneráveis carvalhos, no cemitério católico da pequena Lowell, em Massachusetts – a única diferença desde o dia em que estive lá (em novembro de 1979) é que, depois de um drinque no inferno, Allen Ginsberg e Bill Burroughs foram encontrá-lo num céu de diamantes, ou num céu de marmelada, ou num céu amarelo no qual reluz um sol azul (ou qualquer outra metáfora lisérgica de qualquer outra pop song, já que, de certa forma, se pode dizer que nasceram todas sob a influência dos pais fundadores da *beat generation*, Jack, Allen e Bill, a santíssima trindade) – enquanto nós permanecemos aqui, nesta terra irreal, com nossos corações tão melancolicamente reais.

De novo, e sempre, só o que tenho a dizer é: “Thanks, Jack”.

Porto Alegre, maio de 2012

Visões e revisões de Jack & Neal

Um perfil do extraordinário Neal Cassady, feito como prefácio da tradução de Visões de Cody, quando esse, que é tido como o melhor livro de Jack Kerouac, foi enfim lançado no Brasil.

— Sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito!

Foram essas, reza (e conta) a lenda, as últimas palavras balbuciadas pelo espantoso Neal Cassady. Quem escutou o enigmático suspiro numérico foi um mirrado grupo de índios Tarahumara que passava ao lado da linha férrea, no ardente deserto mexicano, a quatro quilômetros da estação mais próxima, San Miguel de Allende, em Guanajuato, norte do México. Era a manhã de 4 de fevereiro de 1968 e os nativos evidentemente não alcançaram o significado dos algarismos que, junto com o último suspiro, derramaram-se da boca ressequida do gringo recoberto de poeira, tombado junto aos trilhos de olhos esbugalhados.

Se vivesse apenas quatro dias mais, Neal Cassady iria comemorar seu 42o aniversário. Mas quem pode dizer que foi pego de surpresa pela morte anunciada – e, menos ainda, que ela não havia chegado de forma inteiramente coerente com a trajetória do falecido? Cassady morreu drogado, sozinho, (relativamente) jovem, no (auto)exílio e à beira do caminho. Seu passamento viria a configurar também uma macabra profecia: ao largo da longa e tortuosa estrada de excessos dos anos 60, em

breve seria fácil, corriqueiro até, avistar os despojos de incautos que deram tudo para emular a vida de Neal Cassady – mas que só se revelaram capazes de imitá-lo na morte despropositada...

O nobre selvagem da geração beat, o frenético e maníaco personagem de *On the Road*, o “herói secreto” do poema *Uivo*, de Allen Ginsberg, o *enfant terrible* por excelência, um coquetel explosivo de James Dean com Jack London, o vagabundo demencial, o sacrossanto hipster, o pai de todos hippies, o *prankster* original, o Quarto Pateta (fechando o quatrilha com Jack, Allen e Bill Burroughs), o patrono das armas da delinquência juvenil e da rebeldia sem causa nem calças, o motorista sem limites do Magic Bus de Ken Kesey (retratado por Tom Wolfe em *O teste do ácido do refresco elétrico*), o cowboy da meia-noite e de muitos quartos, Neal Cassady foi um desses personagens maiores do que a vida. Um genuíno herói americano, do tempo em que eles não precisavam vir da Áustria nem exterminarem o futuro.⁹ Acima de tudo, o cerne, o foco, o fogo que arde nas páginas de *Visões de Cody*.

Nascido em Salt Lake City, em 8 de fevereiro de 1926, criado nos becos sem saída de Denver, no Colorado, por um pai alcoólatra, Neal Cassady passou a adolescência em reformatórios, lendo Nietzsche e histórias em quadrinhos (há quem diga que sem entender bem nenhum deles) e escrevendo longas, loucas cartas. Pelas vias transversas que sempre marcaram sua vida, tais cartas chegaram às mãos (e aos espíritos) de Allen Ginsberg e Jack Kerouac. E deflagraram uma revolução literária na América.

O vertiginoso estilo parentético de Neal, seu *stream of consciousness*, a torrente verbal sem pontos ou vírgulas, a sonoridade da prosa ecoando os cantos da rua desatolaram Kerouac do areal criativo onde ele se

encontrava e o levaram a escrever, em delirantes três semanas, o clássico *On the Road – Pé na Estrada* – o livro que transformou Cassady em personagem imortal... e o matou como escritor. A vida (e a incipiente obra) do homem que Kerouac batizou de Dean Moriarty lá e de Cody Pomeray aqui também inspiraria Ginsberg a criar um dos mais fulgurantes e sombrios poemas dos tempos modernos, *Uivo*.

A súbita fama tornou Neal Cassady prisioneiro da própria lenda. Mas ele ainda se mostraria capaz de incrementá-la ao partir com Ken Kesey (autor de *Um estranho no ninho*) numa longa louca viagem de ônibus e de ácido, de costa a costa, através da América. Em meio a tantas vertigens, Neal escreveu seu único livro, a parte inicial de uma autobiografia inconclusa, chamado *O primeiro terço* (os dois terços restantes partiram-se ao meio em muitos daqueles quartos). O texto remete a um pesadelo lisérgico vivido por Huckleberry Finn.

O fim da linha, e o fim das picadas, se precipitaria em Guanajuato, no México, naquela manhã de fevereiro de 1968 quando, após ingerir colossais doses de *pulque*, Cassady partiu, doidão e a pé, de Celaya, cidadezinha no meio de nada, até San Miguel de Allende, em meio a lugar nenhum, anunciando para sua jovem amante que iria “contar quantos dormentes” havia na linha férrea entre um vilarejo e o outro.

– Sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito! – foi o que os Tarahumara escutaram o gringo agonizante balbuciar, antes que a insolação e a desolação o levassem a brincar noutros campos do Senhor.

A notícia demorou mais de semana para chegar aos ouvidos cheios de cera e ao cérebro já quase pifado do alcoólatra Kerouac, afundado no sofá, assistindo programas de auditório na TV da casa da mãe, em Saint Petersburg, Flórida, quase disforme de tão balofo, reacionário e ranzinza.

Jack recusou-se a encarar a obviedade dos fatos. Pouco antes não havia Ken Kesey deixado sua van de portas abertas à beira de um penhasco em Big Sur para simular a própria morte? Quem sabe não fizera Neal o mesmo? Mas Cassady havia flertado com a morte tantas vezes que já era mais do que a hora de ambos concretizarem o caso... Ainda assim, Kerouac levou dias para se render à realidade.

Dezenove meses mais tarde, em 20 de outubro de 1969, Jack foi menos incisivo e, embora não quisesse ser internado, não ofereceu resistência no momento em que os enfermeiros chegaram para conduzi-lo ao hospital. *Mémère* – sua venerada mãe Gabrielle – o encontrara de joelhos ao lado da privada, vomitando sangue. Vinte e quatro horas mais tarde, após 26 transfusões de sangue, Jack morria de hemorragia no esôfago – a típica morte de um alcoólatra. Tom Sawyer e Huck Finn modernos tinham sido enfim engolidos pela torrente de seu Mississippi imaginário. Cassady aos 42 e Kerouac aos 47 anos de idade.

Mas ambos já haviam urdido a própria imortalidade nas páginas daquele que Kerouac julgava ser “o primeiro romance verdadeiramente moderno” – as *Visões de Cody*. Pena que, então, naquele crepúsculo da década que supostamente mudara o mundo e arrancara dos batentes as tais “portas da percepção”, a obra permanecia inédita, embora já houvesse sido conspurcada por uma edição espúria e esquartejada. De qualquer sorte, ao redigi-la, dezoito anos antes, o próprio Kerouac profetizara que ela só seria “publicada daqui a vinte anos”. E aqueles que tinham lido o original concordavam. Quem a lê hoje, meio século depois, eventualmente acha que talvez seja preciso esperar outros vinte.

Visões de Cody é o livro que transformou as palavras em entorpecentes. E são torrentes delas – repletas de sonoridade e significados, aliteraões,

onomatopeias, neologismos jorrando das páginas como se em rebelião, dispostas a implodir o argumento, desprezar o roteiro, estraçalhar a lógica (mas não assassinar a gramática) e ganhar vida própria, forjando uma realidade onírica, bruxuleante – mais que real. *Visões de Cody* constitui um fluxo de reminiscências que se assomam em flerte explícito com a hiper-realidade, num exercício extenuante de captura de memórias cada vez mais recônditas e detalhistas que acaba por confrontar o próprio papel da memória à medida que pulveriza, quase dissolve, a realidade em minúsculos íons de lembranças. *Visões de Cody* é *Em busca do tempo perdido* com duas gotas de mescalina no chá das cinco e marijuana no recheio das madeleines – ou melhor, do turbinado brownie.

E, sim, por certo: ainda há a gravação. O inconsciente capturado em fita cassete. A fusão de duas mentes dementes. A literatura testada aos limites: Jack e Neal conversando e enrolando (um) com o gravador de rolo rodando enquanto as palavras vão se tornando estilhaços de espelhos, fundindo-se e confundindo-se em mundos e fundos, em poços sem fundo, fungando em tom funesto, fundindo-se nas profundezas, à toa mas sem jamais buscar à tona. São memórias do subterrâneo em estado bruto. Underground é isso aí. Udrigrudi também.

O fato é que nunca antes ou depois a obra de Kerouac atingiu tal equilíbrio entre forma e conteúdo, entre a trama e a moldura, como na Parte 3 de *Visões de Cody* (conhecida como *the Frisco tapes* – as *basement tapes* da literatura beat). De certa forma, a prosa lembra os filmes de David Lynch: se você tentar entender, não vai entender nada; se não der a menor bola para o suposto sentido, vai ficar tudo muito claro.

Na verdade, embora haja trechos em que o livro de fato vire cinema falado, filmado de muitos ângulos e numa sucessão de *cut-ups*, closes e

raríssimas panorâmicas (ao contrário da amplitude da tela de *Pé na estrada*), os paralelos mais estreitos devem ser traçados com a música, mais especificamente com o bebop. Muitas vezes o que importa é tão somente o *som*, não o significado formal das palavras. Repletos não só de anagramas, mas de anapestos e iambos – unidades métricas de poesia de sabor medieval –, muitos trechos fazem as frases soar como uma bailarina em busca do equilíbrio, saltando a cada sílaba tônica apenas para, como num passe de mágica, e sem passos em falso, revelar-se capaz de encontrar o rumo e o prumo na última delas, concedendo assim à frase um eco quase hipnótico que haverá de se repetir na sentença seguinte.

Kerouac sempre escreveu com o propósito de ser lido em voz alta – e com rapidez vertiginosa, como Neal falava. O próprio Jack se mostraria seu melhor leitor, e quem está familiarizado com os CDs lançados pela gravadora Word Beat sabe o quanto a prosódia turbinada de K é capaz de conceder vida nova a cada uma de suas obras. E nenhuma é mais sonora e ressonante que *Visões de Cody*, ao longo das quais a prosa ecoa e escoia feito o sax de Lester Young. *So, put it to press, Prez.*

Sendo assim, não parece haver maior sentido configurar as molduras “reais”, o contexto histórico em que *Visões de Cody* foi gerado, sem cortes, do outono de 1951 ao inverno de 1952. Mas talvez seja relevante relembrar que, naqueles dias, *On the Road* ainda não havia sido publicado e Jack vivia envolto em fracasso e dor, com as dúvidas e as dívidas assomando-se por todos os lados, feito enchente. E, por amarga ironia, à medida que *On the Road* ia sendo recusado por uma editora após a outra, os demais integrantes da turma beat se aprumavam em direção ao sucesso.

Escrito basicamente a lápis, só às vezes na máquina de Carolyn Cassady, no sótão da casa que ela dividia com Neal e na qual Jack vivia de

favor, *Cody* foi, muito propriamente, gestado ao som de um programa de bop (o de Pat Henry, detalham os biógrafos), que ia ao ar diariamente da meia-noite às seis da manhã numa estação de Denver. Mas, em seu cerne, o livro é tão elusivo que nada disso parece ter muito significado. É como se Jack, o rei dos andarilhos, enfim dissesse: “*Caminante, no hay camino – se hace...*”.

Visões de Cody é uma sinuca literária: as palavras aqui rolam pelas páginas como bolas no pano verde – bólidos, nem sempre rumo à caçapa. E a bola da vez – sempre Cody/Neal – vai mudando de cor e de personalidade: convencido de que Cassady/Pomeray é o verdadeiro, o autêntico, quase o único e com certeza o último herói americano, Kerouac o identifica com Bat Masterson, Babe Ruth, Theodore Dreiser, W.C. Fields, Jelly Roll Morton e, acima de todos, com o próprio Lester Young. Parece seguir à risca a tradição e os conceitos propostos por Thomas Carlyle em seu perfil de *Heróis*. E assim como Neal/Cody caça a baleia branca e dialoga com o negro corvo, Duluo/ Kerouac identifica-se com Poe e Melville – sem deixar de flertar com Céline e Genet. Como Joyce e Beckett, também recorre ao monólogo interior disposto a escancarar o isolamento da mente.

Desnuda-se assim uma narrativa disposta a implodir o espaço e o tempo. Afinal, quem disse que a literatura tem que ser subserviente à lógica? Quem disse que uma história precisa ter início, meio e fim – e ainda por cima nessa ordem, mr. Jones? Mas, como se esgotado, Kerouac acaba por conceder e, no último parágrafo de *Cody*, comprime um dia inteiro, do “amanhecer na laguna azul” ao pôr do sol luzindo nos trilhos da linha férrea, transformando Cody Pomeray subitamente em um Leopold Bloom – bum! – e a periferia suburbana de Oakland transubstancia-se de

imediatamente em Dublin.

Apesar das piscadelas com o cinema experimental, com Joyce e Céline e do namoro explícito com o jazz-bop, pode-se intuir também que Kerouac escreve aqui como Jackson Pollock em sua *action painting*: vai refazendo cada nova camada da peça em tons progressivamente sombrios – até concluir que talvez seja preciso acrescentar sangue à receita... E, de fato, a sombra da morte paira ao longo de toda essa obra de celebração à vida *loca*.

Esse não é, portanto, um livro para incautos. Lê-lo do começo ao fim equivale a contar os dormentes da via férrea tremeluzindo sob o sol escaldante do deserto, doidão de *pulque*. “Sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e oito!” Mas aqueles que conseguem completar tantas e tais enumerações e chegam ao fim da jornada saem dela revigorados – com a certeza de que Jack e Neal não morreram de graça. Ousaram imolar-se no altar de sacrossantas palavras, sendo capazes de transformar a própria vida – ou, ao menos, as deles – em uma avassaladora torrente literária pronta para fertilizar territórios eventualmente áridos e solitários da mente. Todavia, *Visões de Cody* é assombroso demais para ser gravado em uma lápide e extrapola também os limites de mero epitáfio. Assim sendo, o que se desvela é uma litania. Uma ladainha. Um mantra.

Mas se você achar que “amém” é forte demais, então apenas balbucie “*Ah, man...*”. *A Dios*.

Adiós.

Porto Alegre, outono de 2009

2 Referência a Arnold Schwarzenegger, ator austríaco (com cidadania norte-americana), estrela da série *O Exterminador do Futuro*, que foi eleito governador da Califórnia em 2003 e reeleito em 2006. Ainda ocupava o cargo quando o texto acima foi escrito.

Na estrada da beatitude

Seguindo trilhas de Whitman e Thoreau, os beats percorreram as estradas da América orgulhosos por terem nascido no país que consideram a “pátria da vagabundagem”.10

“Qual a sua estrada, homem? – a estrada do místico, a estrada do louco, a estrada do arco-íris, a estrada da droga, qualquer estrada... Há sempre uma estrada em algum lugar, para qualquer pessoa, em qualquer circunstância.”

Neal Cassady

Visões da América. Refinarias fumegando sob estrelas opacas da noite industrial, água oleosa de rio poluído sem peixes refletindo o céu rubro do entardecer, longas retas de estradas desertas conduzindo em direção às montanhas purpúreas que muitas vezes pertencem a outros estados, imensos céus azuis cristalinos com nuvens brancas silenciosas pairando acima das macieiras carregadas, garota loira gorda de jeans montada num cavalo marrom no acostamento ensolarado à beira da estrada onde uma enorme jamanta vermelho metálico passa levantando poeira e agitando os tufo de capim do deserto escaldante; velhos restaurantes de beira de

estrada com grelha gordurosa fritando hambúrgueres, e bacon, e ovos sob a luz azulada de neon na noite cálida do sul da Califórnia; ratos percorrendo caminhos de terra nos fundos de um posto de gasolina onde cães assassinos rosnam por trás de cercas de arame farpado; vagabundos maltrapilhos tomando café numa lata junto a uma fogueira próxima aos trilhos do trem ao lado de um imenso silo amarelo de zinco; luzes e sirenes de viaturas policiais brilhando/zumbindo no silêncio morto da noite como se estivessem fugindo de algum crime inconfessável; um índio parado ao lado de uma máquina de fliperama numa estação rodoviária com o piso recoberto de tickets, baganas e saliva (provocando aquela melancolia que só mesmo as rodoviárias podem provocar), andarilhos desamparados de rosto fino e nariz aquilino cruzando e tornando a cruzar o país – para o sul no inverno, rumo ao norte no verão – carregando um pequeno pedaço de papel amassado com a imagem de Santa Teresa num dos bolsos da mochila. Policiais de óculos escuros e botas reluzentes e rosto macilento aguardando soturnos, sombrios e insondáveis em postos fronteiriços palitando os dentes no calor abafado do meio-dia; um grupo de migrantes mexicanos, pequenos e mirrados, prostrados à beira da estrada, com os olhos fixos e vazios, sob a chuva fina, perdidos na imensidão descolorida, sem ter para onde ir ou o que fazer...

Eis aí o que buscavam os beats em sua peregrinação: visões da América ao longo dos caminhos, estradas e trilhas. “Todas essas caronas, todo esse sacolejar ferroviário, todos esses regressos eternos à América!” Longas loucas cenas americanas que pareciam estar ali à espera desde sempre, à margem da superfreeway rasgando o coração industrial de alguma grande cidade da costa Leste, ou ao lado de extensas estradas de duas pistas cruzando desertos de areia e artemísia, ou nas trilhas

secundárias e tortuosas por entre montanhas de picos nevados.

Um bando de garotos inquietos, universitários de saco cheio, intelectuais avessos aos gabinetes e seu imenso país continental com um apelo irresistível: “Toda aquela terra crua e rude se esparramando numa única, inacreditável e elevada vastidão até a Costa Oeste, e toda aquela estrada seguindo em frente, e todas as pessoas sonhando nessa imensidão enquanto a estrela do entardecer vai caindo e irradiando sua pálida cintilância sobre a pradaria...” profetizava Jack Kerouac no final nostálgico, melancólico de *On the Road*, ao pensar em Dean Moriarty, e também no velho Dean Moriarty (o pai que ele e Neal “Dean” Cassady jamais encontraram), ambos perdidos “na pavorosa imensidão da América...”.

A estrada dos loucos

Jack Kerouac, como se sabe, não foi o mais estradeiro dos beats. Mas sem dúvida foi quem criou a mística literária da estrada e incorporou-a definitivamente à narrativa beat. Nunca chegou a viajar tanto quanto gostaria (ou quanto geralmente se imagina que tenha viajado). Além das rotas de *On the Road* (quatro grandes viagens entre julho de 1947 e abril de 1950, pelo vasto triângulo Nova York – San Francisco – Cidade do México, com constantes paradas em Denver, Colorado), houve poucas aventuras estradeiras na vida de Kerouac.

Mesmo antes de virar um barrigudo meio reacionário tomando cerveja e vendo TV na casa da mãe na Flórida, Jack já tinha abandonado as caronas. Até 1959, porém, continuava tomando velhos ônibus de segunda classe, ou utilizando seus passes ferroviários em pesados e escuros trens

de carga (ou às vezes embarcando num cargueiro lerdo em direção ao Marrocos e à Europa). Esteve várias vezes na Califórnia e no México (onde escreveu *Doctor Sax*, *México City Blues*, *Tristessa* e *Anjos da desolação*). Em *Viajante solitário*, descreve sua “viagem épica” até lá, mais de três mil quilômetros num ônibus “que era uma lata velha, alto e frágil, com bancos de madeira e passageiros de poncho e chapéu de palha com suas cabras ou porcos ou galinhas, avançando aos trancos e solavancos por uma interminável estrada de terra com breves paradas para desentorpecer as pernas nas cabanas do deserto de Sonora onde grandes índias gordas cozinhavam tortillas em fogões de pedra enquanto eu aproveitava para fumar um baseado escondido nos fundos das estações rodoviárias, entre os cactos, acorado no chão poeirento sob o sol abrasador”.

Mas de carona *mesmo*, Kerouac fez apenas uma grande viagem: de Nova York a Denver, e a descreve em ínfimos detalhes nos capítulos 2 a 9 de *On the Road*. Aos 25 anos, de saco cheio da escola (“minha vida de vagabundagem pelo campus tinha completado seu ciclo e já não significava nada para mim”), recém-curado de “uma doença séria, da qual nem vale a pena falar” e com o “sentimento de que tudo estava morto”, Jack encontrou-se pela primeira vez com o lendário Neal Cassady, de 21 anos, na época “um delinquente juvenil envolto em mistério” e que tinha larga experiência pelas estradas da América. Das conversações intermináveis pelos túneis, ruas, cais de Nova York, explode em Kerouac o desejo irresistível de finalmente cair na estrada. “Mais tarde ele (Neal) me abandonaria em sarjetas famintas e camas enfermas, mas o que me importava? Eu era um jovem escritor e tudo o que eu queria era cair fora. Em algum lugar, ao longo de estrada, eu sabia que haveria garotas, visões

e tudo mais; em algum lugar a pérola me seria ofertada.”

E assim, em julho de 1947, com cinquenta dólares no bolso, Kerouac caiu fora em direção à dourada Costa Oeste, a seis mil quilômetros de distância. E o que narra então faz bater os corações (estradeiros ou não) ainda hoje, trinta anos depois que o livro foi escrito e quase quarenta depois de suas cenas terem sido vividas.¹¹

Em 1978, tive a sorte de fazer uma viagem de carona de Nova York a San Francisco (depois, é claro, de ter lido *On the Road* nos bancos amarelos ensolarados de um parque no outono azul de Porto Alegre, entusiasmado pela leitura que fizera, também num banco de praça, em Buenos Aires, da tradução espanhola, *En el camino*). A monumentalidade da prosa de Kerouac me envolveu como se tudo fosse um filme em três – ou mais – dimensões. Era tudo tão igual, tão real. Os arredores cinzentos desolados sob a névoa poluída da periferia de Nova York, prédios avermelhados de tijolos à vista com escadas de incêndio, trólebus rangendo na manhã desesperançada, o “insólito vazio fosforescente do túnel Lincoln” e o livro ali, no bolso do meu casaco militar (“*I touch your book and feel absurd*”, disse Ginsberg, comprando imagens e seguindo Walt Whitman em um *Supermercado na Califórnia*, entre carnes de frigorífico, delícias congeladas, frutas de neon e bebês nos abacates...).

Depois de “meses delirando em cima de mapas”, Jack concluiu que o melhor era seguir por uma única estrada (“aquela imensa linha vermelha”) até Frisco. E se deu mal, como a absoluta maioria das pessoas que cai na estrada pela primeiríssima vez (oh, aquele trevo na saída de Florianópolis, oito horas de espera, a noite úmida, a chuva fina). Mas depois foi tudo uma sucessão de imensos e loucos caminhões com motores potentes roncando dentro da noite americana, caixeiros-viajantes com seus Fords e

suas opiniões absurdas e conversas chatas (“um dos maiores tormentos de se viajar de carona é ter que falar com incontáveis pessoas, distraí-las, até que elas se convençam que não cometeram um erro ao ter te apanhado”), cowboys motorizados reacionários, sujeitos muito loucos em caminhonetes caindo aos pedaços com o painel coberto de mapas e barras de chocolate meio derretidas, loiras num cupê (com idade suficiente para serem sua mãe), tortas de maçã em bares de beira de estrada cheios de moscas com lento ventilador de hélice, ônibus Greyhound velozes ondulantes passando como num sonho em direção à cidade na qual você daria tudo para chegar.

E trechos como: “A maior carona da minha vida estava prestes a surgir, um caminhão com uma plataforma atrás, o motorista vinha recolhendo toda e qualquer alma solitária que encontrasse por aquela estrada”. (Stop. Rewind. Remind. A maior carona da *minha* vida: periferia de Istambul – algo como Nova Iguaçu com minaretes, Osasco com mesquitas ou Cachoeirinha repleta de bazares turcos – chuva fina, dia gris – vento soprando na manta hindu lilás – cabelos úmidos, gola do casaco levantada junto ao pescoço, parado em frente a uma borracharia, à beira de uma estrada estreita e esburacada, o acostamento de terra sujo de graxa e cascas de frutas estranhas – um livro de Thoreau num bolso, uma harmônica no outro – de repente, o imenso caminhão verde-escuro range os pneus e para aos solavancos a uns cem metros de distância – corrida descabelada, mochila com 33 quilos às costas, uma dúzia de livros dentro – pé no estribo do caminhão; motorista loiro barbudo jovem sorridente, mãos enormes, pulsos grossos, costas largas, camiseta com botão antinuclear, cabeça feita – oh, man, demais: “Pra onde você tá indo?” “Pra Basileia, Suíça, mas só te levo até a fronteira com a Iugoslávia.” “Legal, vamo

nessa!” E lá fomos nós, e o caminhão, pra completar, tinha um gravador, e fitas de Miles Davis e Doors – cruzando lentamente a Turquia e seus campos de papoula, para além das ruínas de Troia – entrando na Grécia e todos nós conversando sobre John Huston e Wim Wenders, e Plotino e Diógenes, o cínico – ganhei, é claro, a carona até onde queria ir, Veneza – a três mil e oitocentos quilômetros da periferia funesta de Istambul – cruzando as montanhas litorâneas recobertas de neve da Iugoslávia (era novembro) – avançando dia e noite – comendo em bares de caminhoneiros que vinham do Iraque – oh, a maior, mais vibrante e inesquecível carona da minha vida, com um americano chamado Michael, um australiano (Bill?) e Ron, motorista suíço que recolhia “toda e qualquer alma solitária naquela estrada desamparada”).

Bem, mas antes que seja tarde demais, o importante aqui é ressaltar o que a estrada significou dentro da ruptura que os beats provocaram no panorama até então europeizado da literatura norte-americana; os críticos (mesmo aqueles que desde o início perceberam a importância do grupo na inovação da linguagem literária deste lado do planeta) sempre consideraram que aquilo que realmente valeu no trabalho dos beats foi a forma “espontânea”, o estilo novo com que eles descreveram sua “omnívora percepção dos fenômenos”, nas ocasiões em que eram tomados por aquilo que Ferlinghetti chamou de “febre da observação” (e isso geralmente acontecia, não por acaso, quando eles estavam justamente na estrada).

Mas a estrada como a coisa em si, o ato de estar ou cair na estrada sempre foi visto como um fenômeno menor por aqueles que gostam de desvendar um pouco dos aspectos literários do riquíssimo universo beat. Pois bem, o que eu estou disposto a fazer neste texto um tanto

desarticulado é justamente o oposto: uma Ode à Estrada Aberta, um cântico àquela permanência às vezes absurdamente longa nos acostamentos do asfalto; um elogio à vagabundagem à beira dos caminhos. Algo, aliás, que possui raízes bastante profundas na tradição de rebeldia norte-americana.

Antes de cavoucar nessas raízes históricas, porém, cabe terminar o papo sobre Kerouac e sua estrada. E, infelizmente, a conversa acaba de jeito melancólico (como o final de *On the Road* e de sua própria vida). A última grande viagem de Jack Kerouac pelos Estados Unidos foi no verão de 1960, para encontrar-se com Lawrence Ferlinghetti em San Francisco e tratar da publicação do seu *Book of Dreams* (*O livro dos sonhos*, lançado no Brasil pela L&PM). Em Chicago, apanhou o Califórnia Zephyr, um trem expresso, comprando uma cabine só para si, com sanduíches e café preparados por sua mãe Gabrielle, a Memère. Já bastante abatido pelo álcool, com úlcera estomacal, diarreia e problemas circulatórios, Kerouac não saiu da cabine por três dias e três noites. Imaginava como ficariam surpresos os garotos que agora liam *On the Road* ou *Vagabundos iluminados* se vissem o quão confortavelmente ele viajava. “Eles devem pensar que eu tenho eternos 26 anos, mantenho o rosto voltado pro vento e para a chuva, sempre escalando montanhas ou pedindo carona à beira das estradas. Sequer imaginam que tenho quase quarenta anos, moro com minha mãe, estou à beira de um colapso físico e mental”, escreveu em *Big Sur*, um relato amargurado.

De todo modo, como a primeira parte deste texto se dedica à “estrada dos loucos”, não dá pra deixar de falar em Neal Cassady. Filho de “um dos bêbados mais trôpegos da Larimer Street” de Denver, Neal passou a infância em becos imundos, esmolando nas esquinas das grandes avenidas

e entregando a grana para o pai, que jazia atirado entre garrafas estilhaçadas, cobertores em farrapos em ruas estreitas sem saída na parte baixa do centro de Denver. Aos seis anos, depôs num tribunal para livrar o velho do xadrez. Segundo Kerouac, Neal era “o cara perfeito para a estrada, já que nasceu na estrada quando seus pais estavam passando por Salt Lake City, 1926, num calhambeque caindo aos pedaços”.

Em 1943, depois de fugir de vários reformatórios, essa “nova espécie de Santo Americano” fez sua primeira grande viagem. E nas páginas de *On the Road* ele conta tudo: “Eu trabalhava na lavanderia Nova Era, em Los Angeles, aí falsifiquei meus papéis e fui até o autódromo de Indiana, que ficava a uns três mil quilômetros, com a determinação expressa de assistir à clássica corrida de Memorial Day, pedindo carona de dia e roubando carros à noite pra ganhar tempo”. E depois: “No outono seguinte, aos dezessete anos, refiz o mesmo percurso para assistir o jogo entre Notre Dame e Califórnia em South Bend, Indiana – e tinha apenas a grana para entrada, nem um centavo a mais, e não comi absolutamente nada na ida e na volta, a não ser o pouco que consegui mendigar de todos os tipos de malucos com os quais ia cruzando pela estrada, e das putas também. Fui o único sujeito em todos os Estados Unidos da América que se sujeitou a tamanhas dificuldades somente para assistir a um jogo de baseball”.

Mais tarde, Neal pôde percorrer com mais conforto (mas não menos demência) as estradas da América: conseguiu comprar alguns carros, como o lendário e flamante Hudson 49 de uma das viagens de *On the Road*, ou o Cadillac que ele e Jack foram pagos para levar de Denver a Chicago (e realmente levaram, só que o reduziram a escombros – “mais parecia uma bota enlameada do que uma limusine flamejante; pagara o preço da noite”), ou o velho Ford modelo 1937 com as portas amarradas

por uma corda, no qual ambos viajaram para o México na primavera de 1950.

Maior motorista de todos os tempos (“Cody, como qualquer outro motorista que dirigia por aquelas estradas cheias de buracos e tremendamente perigosas, apoiava o cotovelo na janela e, mais do que ninguém, dava a impressão de sentir-se particularmente calmo, tranquilo e à vontade atrás do volante, com seu pescoço grosso, musculoso, erguido e eficiente – como são os pescoços dos grandes motoristas de ônibus – e era assim que eu o via enquanto olhava por cima de seu ombro para a estrada que à noite mostra apenas uma pequena parte de si mesma”, escreveu Kerouac no sublime *Visões de Cody*, sendo que Cody Pomeroy, claro, é Neal Cassady e o livro, a obra suprema da prosa “espontânea” de Jack), Neal continuou na estrada mesmo depois que Kerouac careteou de vez.

Tornou-se chofer do ônibus mais alucinado de todos os tempos: o ônibus pintado com a bandeira dos Estados Unidos no qual viajavam o escritor Ken Kesey e seus Merry Pranksters, o embrião do conjunto Grateful Dead, dando concertos gratuitos e promovendo coloridíssimos happenings, nos quais aproveitavam para distribuir ácido para todos os participantes, graciosamente. A insólita experiência (fulminada pelo já baixo astral Ronald Reagan, então governador da Califórnia) foi narrada por Tom Wolfe, num livro antológico, *O teste do ácido do refresco elétrico*.

No dia 4 de fevereiro de 1968, pouco antes de completar 42 anos, Neal Cassady foi encontrado estendido à beira dos trilhos de trem, no deserto mexicano. Misturara (propositadamente?) uma dose descomunal de álcool e anfetaminas. Quando o encontraram, “era puro espírito já”.

Uma morte de todo diferente daquela que, 76 anos antes, levara o

maior poeta da América.

A estrada do arco-íris

Nascido em 31 de maio de 1819, descendente de lavradores ingleses e marinheiros holandeses, Walt Whitman morreu em março de 1892, solitário e tranquilo, em uma colônia em Nova Jersey. Havia crescido no Brooklyn, então uma pequena aldeia estabelecida em frente de Nova York, do outro lado do East River. Entre as rochas de sua ilha nativa, lia clássicos gregos, Shakespeare, Hegel, Cervantes, Dante e a Bíblia, sempre “na presença total da natureza, solitário sob o sol, em frente à paisagem ampla e o azul distante do mar”. Desta maneira, cresceu disposto a levar uma vida aventureira. Foi professor numa escola primária, carpinteiro, tipógrafo, jornalista e enfermeiro. Mas, acima de tudo, aprendeu a amar a estrada: fez duas longas viagens a pé, a primeira até os Grandes Lagos na fronteira com o Canadá, a outra até Nova Orleans, ao sul. “Como Adão ao amanhecer/saio do bosque fortalecido pelo descanso noturno”, escreveria num de seus poemas estradeiros.

Nenhum deles, porém, se compara ao *Canto da estrada aberta*:

A pé e de coração leve

Eu enveredo pela estrada aberta,

Saudável, livre, com o mundo à minha frente,

À minha frente o longo atalho pardo

Levando-me aonde eu queria.

[...]

Ó estrada minha e de todos,

O que posso lhe dizer
É que não tenho medo de deixá-la,
Por mais que a ame: você me expressa melhor
Do que eu expresso a mim mesmo,
Você há de ser para mim
Mais que o meu poema.

Ao final do canto, traduzido por Geir Campos, Whitman adverte aqueles que pretendem segui-lo e fazer da estrada sua vocação:

Eis como hão de ser os dias que se podem suceder:
Você não acumulará riquezas, assim chamadas,
Distribuirá com mão pródiga
Tudo o que venha a adquirir ou ganhar,
Nem bem chegando à cidade à qual era destinado
Difícilmente se há de estabelecer
E ter alguma satisfação
Sem que ouça um apelo irresistível
A de novo partir [...]

Outro velho andarilho, contemporâneo de Whitman, está na raiz estradeira da América: o fauno, o *wildman* Henry David Thoreau, nascido em Concord, Massachusetts, (próxima da acinzentada e têxtil Lowell, de Kerouac) a 12 de junho de 1817. Aos 28 anos, abandonou a cidade e transferiu-se para o lago Walden, há uns poucos quilômetros de Concord, e lá construiu com as próprias mãos uma cabana, onde viveu durante dois anos, dois meses e dois dias, “para encurralar a vida a um canto e arrancar

dela seu sentido mais íntimo”. Antes, durante e depois da estadia em Walden, Thoreau realizou longas caminhadas e extensas excursões de canoa pelos rios límpidos da região. Deixou textos admiráveis, como o ensaio *Caminhando*:

“Desejo dizer uma palavra em nome da liberdade absoluta, em nome da natureza, em nome da amplidão, que contrastam tanto com a liberdade e a cultura opressivas da cidade. Em todo o decurso da minha vida só encontrei uma ou duas pessoas que compreendiam a arte de caminhar, isto é, de andar a pé – que tinham o gênio, por assim dizer, do *sauntering*, palavra esplendidamente derivada de “pessoas vadias que erravam pelo país, na Idade Média, sob o pretexto de irem a la Sainte Terre”, até as crianças exclamarem “lá vai um Sainte-terror”, um *saunterer*. [...] Os que se deixam ficar em casa, quietos e calados, sempre e sempre, podem ser os maiores errantes, mas o *saunterer* não é mais errante que o rio sinuoso cujo propósito é encontrar o caminho mais curto para o mar. [...] Sou capaz de andar facilmente dez, quinze, vinte, qualquer número de milhas, começando da minha porta, sem parar em qualquer casa, sem atravessar uma estrada exceto nos trechos em que as próprias raposas e doninhas são obrigadas a fazê-lo e, do alto das colinas, posso ver a civilização e suas construções. O homem, seus negócios, a Igreja, o Estado, a escola, o comércio, a agricultura, a política – folgo em ver a insignificância do espaço que ocupam na paisagem. Ah, mas cada vez derrubam-se mais florestas, surgem novas cercas... temo o dia que há de chegar em que não poderemos caminhar pelas matas sem ter que cruzar por propriedades particulares.”

Os beats amam Thoreau, e Kerouac – ao abandonar a Columbia University – parece ter tomado ao pé da letra uma das muitas frases

antológicas deste ultrarrebelde: “Quanto mais ar e luz solar em nossos pensamentos, tanto melhor”.

Mais tarde, o espírito estradeiro americano amplia o seu raio de ação com a marcha para oeste, depois capitalizada pelo chamado “Destino Manifesto”: a expedição de Lewis e Clark em 1805, a corrida do ouro de 1849, na Califórnia e depois no Alasca, o massacre das tribos selvagens das Grandes Planícies abrem novos espaços para a colonização. Surgem as primeiras grandes estradas continentais americanas: a Bozeman Trail, a Parkman Trail, e os “fios que falam” do telégrafo dividindo o céu límpido da pradaria; as ferrovias do Leste e do Oeste se encontram afinal. O país está unido de costa a costa (apenas o México insiste em atrapalhar um pouco reivindicando a propriedade de seus antigos territórios, o Texas, o Novo México, o Colorado e a Califórnia – uma guerra rápida e fácil encerra a questiúncula). *“Pobre México, tan lejos de Dios, tan cerca de Norte América.”*

As novas estradas rapidamente se povoam de andarilhos, garimpeiros, ratos do deserto, aventureiros sem escrúpulos, jogadores, prostitutas, trapaceiros, xerifes corruptos, índios bêbados, pistoleiros imbatíveis, guias intrépidos, especuladores de terra, jornalistas abelhudos, militares obtusos (“Índio bom é índio morto”), religiosos beatos, vendedores de elixir, caçadores de peles e toda essa fauna impressionante que Hollywood reduziu a estereótipos medíocres – mas que, claro, existiram de fato e foram estradeiros de primeira.

Na virada do século, os velhos ratos mochileiros começaram a ser enxotados das cidades que ajudaram a fundar, “mas que se tornaram tão prósperas que já não precisavam mais de mochileiros”, como disse K. Na segunda década do século, a agricultura altamente mecanizada, a

concentração de terras e o capitalismo selvagem expulsam milhares de moradores de Oklahoma e demais estados do Meio-Oeste de suas propriedades. Eles partem para a Califórnia formando filas imensas pelas estradas. As fronteiras do estado são fechadas. Lá ninguém entra (pelo menos não sem grana). Muitos colhem algodão e maçãs em troca de um prato de comida.

Por mais indigna que seja uma época, sempre sobram homens íntegros nela: Woody Guthrie e Joe Hill são apenas dois exemplos. *Bound for Glory*, a emocionante autobiografia de Guthrie (em cujo violão estava inscrito à faca: “Esta máquina mata fascistas”), oferece um retrato bastante fiel deste período sombrio, quando o Oeste foi tomado por andarilhos, desempregados e marginais em geral, viajando sobre os trens de carga, enfrentando a fúria dos guarda-freios e dos fura-greves. Na mesma época, as garotas da indústria têxtil de Chicago entram em greve. Seu lema: “*We want bread. And roses too*”. Várias foram assassinadas pela polícia. Uma tragédia americana, como tantas. A depressão de 1929 aumentou ainda mais a população de estradeiros americanos – a maioria, claro, sem muita convicção na nova atividade.

John Steinbeck, que se declarava “andarilho na alma”, foi um dos escritores que penetrou no mundo desses vagabundos de beira de estrada, enxovalhados por um modelo econômico exclusivista. Criou clássicos admiráveis: *Ratos e homens*, *Boêmios errantes*, *A rua das ilusões perdidas* e a saga atormentada da família Joad em *As vinhas da ira*. Em *Viajando com Charley* Steinbeck diz:

“Quando eu era muito jovem e sentia o impulso intenso de estar em algum outro lugar, as pessoas mais velhas me garantiam que a maturidade haveria de curar tal anseio. Quando, com o passar dos anos, pude ser

classificado como um homem amadurecido, o remédio prescrito foi a meia-idade. Então, depois dela, afirmaram que mais alguns anos abrandariam minha febre. Agora, aos 58 anos, talvez a senilidade possa dar um jeito. O fato é que nada funcionou. Os quatro apitos roucos da chaminé de um navio ainda deixam meus cabelos arrepiados. O ruído de um jato, um motor esquentando, o som do galope de um cavalo trazem de volta o antigo estremecimento. Em outras palavras: não melhorei nada. Uma vez vagabundo, sempre vagabundo. Receio que a doença seja incurável...”

Portanto (e isso sem citar os naturalistas, caminhantes e escritores John Muir e John Burroughs, o super ídolo beat Jack London, o desertor de navios baleeiros Herman Melville, o jornalista revolucionário John Reed, o implacável assassino de animais selvagens Ernest Hemingway e dezenas de outras estrelas norte-americanas com um pé ou uma gota de sangue na estrada), quando os beats arrombaram a cena literária na América, a estrada estava longe de ser uma novidade. Antes deles, porém, ela nunca fora tão importante no ato da criação artística. A não ser talvez, no Japão dos séculos XVI e XVII.

A estrada mística

Luas e sóis são viajantes da eternidade. Os anos que vêm e que vão são viajantes também. Aqueles que passam a vida a bordo de navios ou envelhecem montados a cavalo estão sempre em viagem, e seu lar é lá onde essas viagens os levam. Os homens de antigamente, muitos morreram pelos caminhos e a mim também, durante os últimos anos, a visão de uma nuvem solitária levada pelo vento me inspirou ideias

contínuas de meter o pé na estrada [...] Os espíritos do caminho me fizeram inúmeros sinais, e eu descobri que não podia continuar trabalhando e tinha que partir...

Matsuo Bashô (1644-1694) foi o mais célebre dos poetas andarilhos do Japão, e autor do inigualável haicai sobre a rã que salta numa antiga cisterna, rompendo o silêncio e “causando uma profunda ressonância”. No trecho acima, reproduzido de *Sendas de Oku*, o mais famoso de seus relatos de viagem, traduzido por Paulo Leminski, o venerável poeta fala nos “homens de antigamente”, também estradeiros em busca de um satori (o súbito despertar), como ele.

Essa frase já é suficiente para comprovar que a estrada mística seguida por Gary Snyder, o budista beat da poesia norte-americana, não chega a ser propriamente uma novidade. Por outro lado, poucas vidas beats são tão inovadoras e límpidas como a de Snyder, poucas estradas tão luminosas e repletas de visões, revelações e espíritos mágicos. Ecologista, profundo conhecedor da ecologia tribal dos índios da América, lunático zen, Snyder traçou uma longa e serena trajetória pelas rotas de seu vasto país.

Jamais ficou à margem de freeways vorazes onde roncam os motores todos dos Estados Unidos: seu caminho foi trilhado entre as florestas do Noroeste, pelas montanhas ao redor de San Francisco (“velhas rotas percorridas por Jack London, há meio século”), nos vales soberbos de rios cristalinos fluindo murmurantes entre rochas recobertas de musgos e líquens e, por duas vezes, esse caminho levou-o ao Japão para o treinamento formal zen. Ao contrário das descrições kerouaquianas das periferias da América industrial, os poemas de Snyder transmitem outra vibração:

Terminamos de abrir a última
Parte da trilha lá pelo meio-dia
Lá em cima, no topo do espinhaço
Seiscentos metros acima da enseada
Alcançamos a paisagem, e seguimos
Além do bosque de pinheiros brancos,
No ar puro e fresco,
Comemos truta fria e frita
Sob sombras cintilantes
Uma região de gamos gordos
E eles vieram até nosso acampamento
Na sua própria trilha
Eu segui a minha até aqui
Dez mil anos.

Depois de ter seguido uma estrada bastante semelhante à de Kerouac (provavelmente por influência de seu amante fortuito Neal Cassady), Allen Ginsberg teve o que chamou de “iluminação auditiva de Blake”. Deu então uma guinada em direção à estrada mística de Snyder, e ela o levaria a fazer uma viagem de dezoito meses pela Índia e outros países do Oriente, bem como a aproximar-se bastante do zen-budismo. Em busca da iluminação, porém, o maior poeta beat não se limitou a seguir apenas esse caminho.

A estrada da droga

Na verdade, Allen Ginsberg figura entre os beats mais estradeiros. Sua vida e obra estão repletas de poemas, trechos & visões da estrada. O antológico *Longo poema destes estados*, por exemplo, foi escrito segundo ele próprio “num fluxo onírico autoconsciente de carros ônibus aviões, pelas estradas destes estados”. Seus diários narram também passagens por quase todos os países do mundo. E antes da fama Ginsberg costumava pegar muitas caronas pelos Estados Unidos.

E viajar com a cabeça feita sempre foi uma de suas predileções. Por isso, sempre curtiu as drogas da estrada: haxixe no Marrocos, ópio na Índia, peyote e cogumelos no México, maconha em qualquer lugar, yage no Peru, ácido na Grã-Bretanha e daí para fora.

Seguindo os passos do mais drogado de todos os beats, William Burroughs, Ginsberg esteve no Peru em 1963 em busca do yage, o poderoso cipó alucinógeno dos índios do alto Amazonas, chamado de ayahuasca ou Santo Daime no Brasil. A correspondência alucinada que os dois mantiveram foi publicada pela L&PM na coleção Alma Beat. Ela mostra os sacrifícios que Burroughs era capaz de fazer pela sensação de experimentar um novo barato. Na sua alma – beat, sem dúvida –, Burroughs não é exatamente o que se pode chamar de estradeiro. Mas em busca das drogas (com preço barato e qualidade acima de suspeitas) e de sexo (homossexual), passou boa parte de seus jovens anos girando pelo planeta: fixou residência no México e no Marrocos, onde obtinha ambos com facilidade. Seus livros, porém, falam muito mais de suas estações no inferno do que dos caminhos que percorria para penetrar nelas...

Qualquer estrada

Não faz sentido finalizar esse breve ensaio sem mencionar Lawrence Ferlinghetti e Gregory Corso – dois estradeiros de primeira. Com uma infância terrível passada em orfanatos e reformatórios, a adolescência na prisão e a juventude sem um níquel, Corso decidiu trilhar qualquer estrada que surgisse à sua frente. E para ter uma ideia de quão delirante foram seus caminhos pelas estradas norte-americanas, basta dar uma olhadinha neste poema, que se chama *Poetas pedindo carona à beira da estrada*:

Claro que eu tentei lhe dizer

Mas ele virou a cara

Sem sequer desculpar-se

Eu lhe disse que o céu persegue

o sol

e ele sorriu e disse:

“Sim, e daí?”

Eu me sentia como um demônio

Outra vez

Por isso disse: “Mas o oceano persegue

Os peixes.”

Desta vez ele riu

E disse: “Suponho que

os morangos foram empurrados para uma

montanha.”

Depois disso vi que a

Guerra estava declarada...

Então lutamos:

Ele disse: “A carroça das maçãs como um

Anjo numa vassoura
racha & lasca
velhos tamancos holandeses”.
Eu disse: “O relâmpago vai cair no velho carvalho
E libertar a fumaça!”.
Ele disse: “Rua louca sem nome.”
Eu disse: “Assassino careca! Assassino careca! Assassino
careca!”
Ele disse, perdendo a cabeça de uma vez por todas,
“Fogões! Gasolina! Divã!”
Eu, sorrindo, disse apenas:
“Sei que Deus voltaria sua cabeça
Caso eu me sentasse calado e pensasse.”
Acabamos evaporando
Com ódio do ar!

Essa amostra permite ter uma ideia de como são as demenciais viagens de Corso pelas estradas infindáveis desse vasto mundo, pois o poeta de fato esteve muitas vezes na Europa e outras tantas na África.

E quanto ao velho e bom Lawrence Ferlinghetti?

Pois, como “Dean Moriarty”, Ferlinghetti também nasceu na estrada, “em algum lugar entre Paris e Nova York”, semanas depois da morte de seu pai. E quem nasce nestas condições, não permite que as chamas das longas jornadas se apaguem jamais. Um bom exemplo das estadias estradeiras de Ferlinghetti – repletas de homens-sanduíche, banhistas antiquados, mulheres de Sarolla e centenas de imagens nitidamente surrealistas – é o livrinho *The Mexican Night*, editado pela New

Directions, que conta sua viagem pelo México e seu próprio “labirinto da solidão”.

Labirinto no qual Jack Kerouac – que certa vez escreveu: “A América é a pátria da vagabundagem” – parece ter se perdido nos últimos anos de sua vida, quando deixou de lado o que muitos beats não desistiram de fazer até o último dia: “Observar o perpassar veloz das estradas e trilhos e trilhas, percorrendo a América real com o coração irreal...”.

Porto Alegre, inverno de 1984

10 “Na estrada da beatitude” é um dos oito ensaios sobre a geração beat publicados no livro *Alma Beat*, lançado pela L&PM no inverno de 1984, com textos de Antonio Bivar, Claudio Willer, Leonardo Fróes, Pepe Escobar, Reinaldo Moraes e Roberto Muggiati.

11 Divertido e intrigante ler a frase “trinta anos depois que o livro (*On the Road*, no caso) foi escrito e quase quarenta depois de suas cenas terem sido vividas”, pois, como o presente ensaio foi redigido em 1984, e está sendo reeditado em 2019, o tempo que se passou desde então é equivalente ao que se passara entre sua publicação original e o lançamento de *On the Road*: 35 anos.

O vagabundo celestial

Um breve perfil do poeta Gary Snyder, o beat zen que ajudou a introduzir o budismo nos Estados Unidos e foi pioneiro da luta ecológica, publicado como prefácio do livro Velhos tempos.

Poeta zen, xamã, linguista, antropólogo, indigenista, principal articulador do “braço rural” da contracultura e do *drop-out* (aquela atitude de “cair fora” que tomou conta de boa parte das jovens cabeças ocidentais nos países industrializados no fervilhar da década de 60), Gary Snyder é um profeta com o olhar voltado para o passado remoto e para um futuro libertário.

Espécie de Thoreau moderno, cujo Walden é uma fazendola no sopé da serra californiana, em Nevada County, Snyder é um poeta whitmanesco naturalista ecológico pacifista, que reúne as mesmas qualidades de seus poemas e de seus ensaios: é um homem límpido, luminoso, revigorante. Sua importância dentro da multiplicidade cultural do movimento beat e da contracultura é definitiva e única.

Como divulgador do zen-budismo no Ocidente, exerceu uma influência que só pode ser comparada a de Alan Watts, a de Christmas Humphreys e a de D.T. Suzuki. De suas palestras pelas universidades norte-americanas, surgiram as bases da luta ecológica e antinuclear de muitas associações conservacionistas da Costa Oeste dos Estados Unidos. Foi a paixão de

Snyder pelos índios da América que deu um impulso decisivo ao movimento e despertou a consciência de milhares de norte-americanos para a situação lamentável das reservas indígenas no país mais rico do mundo.

Rituais mágicos, mitologias antigas, experiências alucinógenas, agricultura biológica, vida rural – isso tudo Snyder investigou, pôs em prática, difundiu. É um homem múltiplo, fluídico, com um carma admirável.

Nascido em San Francisco em 1930, filho de pais anarcossindicalistas, “alemão por um lado, escocês-irlandês por outro”, Gary Snyder foi criado numa fazenda na zona rural do estado de Washington, onde cedo se descobriu tomado por um “fascínio indescritível diante do mundo natural”. Aos dezoito anos, no final dos anos 40, ganhou uma bolsa no Reed College, no Oregon. Em 1951, formou-se em mitologia. Logo a seguir, fez um curso de linguística na universidade de Indiana e então, duplamente formado, decidiu “vagabundear o máximo possível, trabalhando como lenhador e guarda florestal, percorrendo de carona toda a Costa Oeste, dormindo nos bosques, mergulhando nos regatos”. Alternava essa vida ao ar livre com estudos de chinês clássico em Berkeley.

Em setembro de 1955, integrado ao grupo Renaissance, em companhia dos poetas Michael McClure, Philip Lamantia e Philip Whalen, conheceu Jack Kerouac nas ruas de San Francisco. O encontro histórico está narrado no livro *Os vagabundos iluminados*. Lá, Snyder – com o nome de Japhy Ryder – aparece escalando montanhas imensas, “percorrendo as mesmas trilhas usadas por Jack London”, meditando, redigindo haicais e praticando com fervor a cerimônia do chá, até partir para o Japão a fim de

receber o treino formal zen, nos primeiros meses de 1956.

Ficou no Japão de maio de 1956 a agosto de 1957; depois trabalhou num petroleiro até abril de 1958, visitando os portos do Pacífico e do Mediterrâneo. Na volta, instalou-se em San Francisco, onde permaneceu até janeiro de 1959, quando lançou seu primeiro livro, *Riprap and Cold Mountain Poems*, e então retornou ao Japão para terminar seu treinamento, no monastério Daitoku-ji, com um mestre famoso: Oda Roshi.

Snyder permaneceu no Japão até 1967, período em que dois de seus livros foram lançados nos Estados Unidos: *Myths and Texts* (1960) e *A Range of Poems* (1966). Ao regressar para a Califórnia, veio junto com a mulher, a japonesa Masa, e com o filho Kai, instalando-se numa fazenda, num vale entre as montanhas, no norte da Califórnia.

Seus poemas, refinados, com requinte quase artesanal, são reflexos dessa vivência zen: estão repletos de “visões, natureza, magia, dança e ecologia tribal”. O melhor exemplo desta poesia está em *Turtle Island* (1974). Suas ideias libertárias & propostas revolucionárias estão reunidas em dois livros: *Earth House Hold* (1969) e *The Real Work* (1979). Neles, fala de animismo, energia nuclear, zen-budismo, pré-história, meditação, xamanismo, dança ritual, poesia, contracultura, poluição, filosofia oriental, tribalismo, agricultura biológica, gnomos & fadas, urbanismo, meio ambiente.

Velhos tempos é um livro importante e tem estreita relação com o Brasil. Não só pelas referências específicas que Snyder faz ao país, que considera “um caso especialmente tocante” em função do genocídio indígena, da devastação da Amazônia, do papel das multinacionais. A questão é que nessa época de políticos sórdidos e horizontes estreitos, quando a nação parece necessitar de uma redescoberta urgente, é preciso

apostar no renascimento do maravilhoso.

E, para tal, convém compreender o Brasil sob a ótica da “etnopoética”, do “senso de lugar”, da “paisagem da consciência” das quais fala Snyder no seu inovador *Velhos tempos*. Porque, mesmo sufocada por anos de equívocos de um militarismo obtuso e autoritário, sobrevive, ainda que tênue, a vibração cósmica de uma nação grandiosa. Onde floresce a maior flora medicinal do mundo. Onde muitas florestas ainda intactas são o reduto de alguns dos últimos povos primitivos do planeta. Onde um litoral paradisíaco, rios imensos e matas intocadas abrigam dezenas de espécies em extinção. Onde, num ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico, se ergue o Planalto Central, antiquíssimo e profético.

Mas, ao mesmo tempo, esse é o país de Cubatão, das queimadas infundáveis, do urbanismo desregrado, dos agrotóxicos, da especulação imobiliária, da política corrupta, do decreto presidencial que permite mineração em terras indígenas, dos rios mortos, do Pantanal devastado, das minorias favorecidas e da miséria abrangente, das favelas periféricas, das praias particulares & das praias arrasadas. O país que afogou Sete Quedas. Que vem matando o Rio Tietê. Que abriu as comportas de Tucuruí. Que contaminou sua maior floresta com o agente laranja.

Em plena Amazônia, durante as filmagens de *Fitzcarraldo*, o cineasta alemão Werner Herzog declarou: “O Brasil é tido como uma das nações mais ricas do mundo. E o é, de fato. Mas não só geopoliticamente, como potência emergente ou algo assim. É que somente na Amazônia falam-se mais de vinte línguas diferentes. Isso é uma riqueza incomensurável, única, invejável”.

É justamente neste sentido que o Brasil precisa se redescobrir. E aqui está o caminho para um renascimento. Este é um país sublime. E Gary

Snyder nos ajuda a (re)vê-lo assim.

Porto Alegre, primavera de 1984

O passamento de Charles

Bukowski

O mais ébrio dos escritores morreu em março de 1994, aos 73 anos, contra todas as possibilidades. O texto foi escrito tão logo a morte foi anunciada pela esposa, Linda Lee.

“Hank não poderá recebê-lo. Ele está de cama, perdeu dezessete quilos, continua muito fraco e não se sente disposto a ver quem quer que seja. Desculpe, mas o encontro terá que ficar para uma próxima vez.”

A voz de Linda Lee Beighle estalava ao telefone, cruzando os desertos e as planícies desde San Pedro, na Califórnia, até aquele pequeno posto de gasolina, na vastidão ventosa dos arredores de Lawrence, no Kansas. Os redemoinhos de folhas secas e a amplitude desolada da pradaria, brotando por detrás de cada placa balouçante, apenas aumentaram a premonição: não haveria uma outra oportunidade. Se Charles “Hank” Bukowski não me recebesse para o encontro longamente negociado e previamente agendado – em sua própria casa, no dia 3 de junho de 1993 – era muito possível que não houvesse “uma próxima vez”.

Pois bem: não haverá, é claro, uma próxima vez. Charles Bukowski morreu ontem [8 de março de 1994, menos de um ano após a conversa telefônica com Linda], no Hospital Peninsular de San Pedro, de uma

pneumonia que o surpreendeu enquanto seu organismo concentrava-se na luta contra a leucemia. E, no entanto, sua morte, aos 73 anos, não deixa de ser uma surpresa: o incrível é que Bukowski tenha “durado” tanto tempo. Pelas regras da medicina e do bom senso, ele já deveria estar morto há uns bons vinte anos.

Orgulhoso por ser uma das provas vivas (ou quase) da teoria conforme a qual “vaso ruim não quebra”, Bukowski há de ter cumprido a promessa de receber alegremente a chegada da velha amiga, com quem flertou por décadas. Quando chegasse a hora de encarar a morte, ele sempre garantiu que diria: “Hey, buddy, glad to see ya” (“Olá, comadre, legal te ver”). Sem beber havia dois anos, Bukowski continuava escrevendo [seu último livro, *Pulp*, foi lançado apenas três semanas depois]. Ele havia substituído o álcool pelas corridas de cavalo, nas quais apostava obsessivamente, indo, em geral, até o hipódromo da cidade de Caliente, no México, bem perto da fronteira com a Califórnia.

Mas os cavalos, é evidente, jamais puderam substituir plenamente o paraíso ébrio no qual Charlie Bukowski viveu mergulhado por mais de quarenta anos. E Linda Lee, sua segunda mulher, trinta anos mais jovem do que ele, dona de uma loja de produtos naturais e principal responsável pela sobrevivência de pelo menos dez anos concedida a Bukowski, confessava para os amigos mais íntimos – como o agente do escritor, o alemão Carl Weissner – que Hank (como o chamavam os amigos) andava desiludido e disposto a afogar as mágoas num último e definitivo porre. Pois morreu sem fazê-lo.

Como acontece com a maioria dos “autores malditos”, Charles Bukowski viu sua obra literária – mais de mil poemas, doze romances, cinco livros de contos e 32 de poesia – ser encharcada por estereótipos e

interpretações equivocadas de críticos obtusos. Bukowski não era propriamente um gênio, mas também não foi apenas um borracho, temulento, um gambá incurável escrevendo entre um porre e outro. Sua maior contribuição literária foi tanto estilística como conceitual e temática. Assim como Franz Kafka desvendou a banalidade do mal, Bukowski nos fez ver com clareza inigualada a singeleza da desgraça, a suavidade, os anseios e absoluta “normalidade” dos feios, sujos e malvados.

Charles Bukowski nos conduziu generosamente aos porões e, como William Carlos Williams, bem poderia ter dito, com leveza e ironia: “Senhoras, levantem as barras de suas saias: vamos atravessar o inferno”. E Bukowski de fato era o cicerone ideal para o vale dos caídos, um Virgílio moderno que avisava de viva voz: “Vós, que aqui entraís, abandonai toda a esperança”.

“Não escrevo para salvar o mundo, escrevo para salvar a mim mesmo”, disse ele certa vez. Seu estilo franco e porco, trôpego e taquicardíaco tinha o tom de um boletim de ocorrência e o ritmo de um eletroencefalograma. Bukowski foi um Lautréamont pós-pop, rebelde e conservador, vanguardista e tardio, um beat desgarrado que chegou tarde demais à festa, mas soube fazê-la com as migalhas. Charles Bukowski não colocou o léxico no liquidificador, como fez William Burroughs, mas embebedou o vocabulário até fazê-lo perder o rumo e, a seguir, os sentidos. Há em Bukowski certas ressonâncias de Dostoiévski – seus humilhados e ofendidos, seus infernos alcoolistas, a jogatina febril, uma paixão descompromissada. Henry Miller também eventualmente bafeja em meio aos textos de Bukowski – especialmente em *Cartas na rua*, mesmo porque ambos trabalharam nos correios americanos, e os destruíram em prosa e

verso.

“Gosto das ruas, eu as compreendo”, disse Bukowski noutra feita. Ou terá sido Henry Chinaski, seu alterego literário? Não faz diferença. A frase vale para ambos, e é verdadeira. Charles Bukowski nasceu em Andernach, na Alemanha, em 1920, mas foi para as ruas de Los Angeles aos quatro anos de idade. Como conta no autobiográfico *Misto-quente*, começou a beber aos treze anos, para amortecer o impacto das pancadas que levava do pai.

Misto-quente é um livro legal, mas talvez não seja o melhor de Bukowski. O melhor bem pode ser *Notas de um velho safado*, que reúne as crônicas semanais publicadas pelo jornal *LA Free Press* ao longo da década de 70, uma mescla de seus delírios cotidianos depois de destilados em tonéis de vinho barato.

“Meu campo de batalha é a máquina de escrever, e nele pretendo morrer”, proferiu o homem, com empáfia, firmeza e a mais absoluta lisura.

Apesar da editora Black Sparrow Press ter sido fundada em 1965 por John Martin, na Califórnia, especificamente para publicar os livros de Bukowski (o primeiro, de poemas, saiu em 1960, mas foi seu primeiro romance, *Misto-quente*, de 1971, que vendeu 75 mil exemplares nos Estados Unidos e 200 mil em todo o mundo, que de fato o lançou para a fama), a verdade é que Hank sempre fez mais sucesso na Alemanha e na Itália do que nos Estados Unidos. No início da década de 80, ele foi enfim “descoberto” no Brasil, e doze de seus livros acabaram sendo lançados no país, dentre eles o fabuloso *Crônica de um amor louco*, que virou filme de Marco Ferreri.

Charles Bukowski e sua ralé combinam bem com o Brasil. Justamente

por isso, o plano era convidá-lo para vir ao país. Portanto, de alguma forma, para mim, a imagem de Charles Bukowski estará para sempre associada ao desespero refreado de uma voz telefônica soando ao telefone, nas lonjuras desabrigadas de uma cidadezinha do Kansas. “Terá que ficar para uma próxima vez...”

O texto acima foi publicado em Zero Hora em 9 de março de 1994, no dia seguinte à morte de Charles Bukowski

O eterno retorno de Paul Bowles

Um dos mais elusivos escritores norte-americanos, autoexilado no Marrocos, só ficou famoso depois de septuagenário. O texto abaixo foi escrito em 1994, um dia depois de Paul Bowles completar 84 anos.

De todas as figuras enigmáticas que povoam a literatura norte-americana do século XX, o escritor, compositor e expatriado Paul Bowles talvez seja a mais elusiva e requintadamente paradoxal. Quatro décadas depois de terem sido escritos, seus romances e contos ainda conservam a capacidade de chocar, seja pela violência subliminar, seja pela naturalidade constrangedora com que abordam temas tabu, em clima quase sempre onírico, eventualmente exótico ou “selvagem”. Paul Bowles, ele próprio, no entanto, a julgar pelas vezes em que se deixa fotografar, mantém a aparência de um dândi conservador e as maneiras de um professor de latim.

Como residente permanente do Marrocos [onde viveu cinquenta anos, de 1947 até sua morte em 1997], sempre manteve profunda relação com a cultura do país, tanto em sua vida como em seu trabalho. Mas insiste em dizer que nenhum ocidental pode de fato penetrar na mentalidade árabe e que ele mesmo ainda não entendeu “quase nada” daquele mundo. Embora

aclamado por sua ficção, insinua também que sua obra musical, quase intangível, é mais “importante” do que a literária.

Paul Bowles, o errático, fez 84 anos no último dia de 1994. Ele próprio e o mundo literário festejaram a data com entusiasmo. Nos Estados Unidos, suas cartas, suas fotografias e uma coletânea de entrevistas concedidas entre 1952 e 1990 foram lançadas para marcar a efeméride. Na França, seu texto acompanha as fotos sublimes que Jellel Gastelli fez para captar a mitológica Tânger dos anos 50 – a Tânger de Bowles! Tido como um *outcast*, um marginal e um eremita, ele parece, de repente, ter se tornado um *insider*, quase um socialite, um autor definitivamente na moda. A impressão é superficial e fugaz. Na essência, Paul Bowles se mantém inatingível.

Bowles voltou literalmente à cena quando Bernardo Bertolucci dirigiu, em 1990, *O céu que nos protege*, baseado no primeiro (e principal) livro de sua intrigante obra literária, e no qual ele próprio faz uma ponta. Os temas mais caros a Bowles – a insatisfação e a inconstância de seus personagens, sua ambiguidade sexual, sua fuga permanente para uma África remota, quando não perigosa e hostil, seu repúdio ao mundo ocidental e anglo-saxão, o fascínio pelas drogas e pelos excessos – continuam todos atuais, quase meio século depois dele tê-los explorado com sutileza e requinte. Paul Bowles “existencializou” (no sentido sartriano da palavra) tessituras góticas, presentes na literatura norte-americana desde Edgar Allan Poe. O toque de gênio foi ter incorporado à trama os vazios inquietantes do Saara. Com efeito, de todas as metáforas da obra de Bowles, nenhuma é mais constante, precisa e necessária do que o silêncio do deserto, tão opressivo e prenhe de significados.

Foi Paul Bowles que tornou Tânger a capital beat por excelência.

William Burroughs só foi dar com os costados lá por causa dele – e Allen Ginsberg, Jack Kerouac e Gregory Corso não fizeram mais do que seguir o mestre. Quando Bowles lançou sua autobiografia, em 1972, decidiu chamá-la *Without Stopping* (Sem Parar) e esse, claro, revelou-se um título mais que perfeito. “Passei minha vida inteira escondendo alguma coisa de alguém. Acabei, eu mesmo, sendo incapaz de achá-la”, disse ele certa vez. Pois o faro infalível dos leitores encarregou-se de encontrar para ele.

31 de dezembro de 1994

O velho new journalism

Os perfis de Truman Capote, Tom Wolfe e Norman Mailer, pais fundadores do estilo literário que concedeu aos textos de não ficção as técnicas antes aplicadas apenas na ficção.

Quando nasceu o new journalism? Pois o new journalism pode muito bem ter nascido em 16 de novembro de 1959, no instante em que o escritor (e eventualmente jornalista) Truman Capote abriu o *New York Times*, à hora do desjejum (no caso dele, em torno de uma da tarde), em seu elegante apartamento em Brooklyn Heights, e deparou com uma pequena notícia, perdida em meio à página 39, cujo título dizia: “Fazendeiro rico e sua família são barbaramente assassinados”. Acontecera em Holcomb, uma cidadezinha fincada nos confins varridos pelos ventos do Kansas, no dia anterior. O lead: “Um bem-sucedido plantador de trigo, sua mulher e os dois filhos foram assassinados com tiros à queima-roupa, depois de terem sido amarrados e amordaçados”.

O parágrafo, lacônico, espartano, quase indiferente, venceu profundamente Capote – na época, com 35 anos, já o autor consagrado de *Outras vozes, outros lugares* e *Bonequinha de luxo*, figura fulgurante do jet set. Seis anos, mais de duzentos depoimentos e quatro mil páginas datilografadas depois, ele estava pronto para lançar, com soberba e empáfia, *A sangue frio*, o livro que desafiadoramente batizaria como “o

primeiro romance de não ficção da história”.

[illegible]

Mas também é justo afirmar que o new journalism se materializou pela primeira vez em setembro de 1957, quando Norman Mailer publicou, nas páginas do *Village Voice* – jornal que ajudara a fundar em 1955 –, um longo, sombrio, sinuoso ensaio, *The White Negro*, sobre a rebelião dos jovens marginais norte-americanos (inspirada pela geração beat). Era intelectualizado demais, reflexivo demais – mas pelo menos conspurcava e desavergonhadamente arranhava, no tema e no estilo, o verniz acadêmico do gênero (“o ensaio”). Mailer saía às ruas e entrevistara os garotos que rebatizou de “brancos negros”, de “humanistas radicais”, os quais, julgava ele à época, poderiam liderar “a revolução”. O tema era “novo”, o estilo era audacioso, mas seria “jornalismo”?

Os anos passaram – o novo jornalismo tornou-se velho (cronológica, não estilisticamente) –, Truman Capote, Tom Wolfe e Norman Mailer consagraram-se como autores tão grandiosos quanto os próprios egos e, no fim das contas, ficou mais ou menos estabelecido que quem inventara o tal new journalism fora mesmo Tom Wolfe com sua “baby aerodinâmica

cristalizada como um floco cor de tangerina”. Todos concordaram – menos Tom Wolfe, é claro. Para ele, o “novo jornalismo” era tão velho quanto a prosa de Daniel Defoe, ou a de Balzac, Dickens e Mark Twain. Se alguém redescobrir o estilo, as honras então cabiam a Gay Talese e a seu artigo sobre o boxeador Joe Louis, publicado pela *Esquire* no outono de 1962. O ego de Wolfe é monumental, mas sua disposição de permanecer *gauche* e eternamente do contra é ainda maior.

O que vem a ser new journalism? Pois bem: trata-se, pura e simplesmente, da aplicação das técnicas ficcionais a textos de não ficção. Seu objetivo, na definição do próprio Wolfe – avalizada pelos companheiros/concorrentes –, é descrever a realidade tão detalhada e fielmente quanto possível, conferindo a tal descrição um tratamento até então destinado exclusivamente ao romance ou ao conto. Isso, e mais: descobriu-se que um artigo jornalístico podia – deveria, na verdade – recorrer a todos os artifícios literários (diálogos, monólogos interiores, teorizações ensaísticas), simultaneamente e dentro de um espaço breve, capturando o leitor, emocional e intelectualmente. Nada mal. Mas bem difícil de concretizar.

Onde nasceu o new journalism? *A sangue frio* foi publicado em capítulos pela revista *New Yorker*, antes de virar livro. Antes de virar livro, *The Kandy-Kolored...* foi publicado em capítulos pela revista *Esquire*. O mesmo se passou com *The White Negro*, que, antes de ser incluído numa coletânea de ensaios de Mailer, foi publicado pelo semanário *The Village Voice*. Ou seja, o new journalism nasceu no seio do jornalismo – porém em revistas ou em jornais alternativos. Um tanto distante da grande imprensa, portanto.

E por que nasceu o novo jornalismo? Porque a literatura americana da

virada dos anos 60 se revelou incapaz de acompanhar as vertiginosas mudanças culturais e comportamentais da nação. E a nação queria um novo texto, um novo estilo, um novo... jornalismo. Saul Bellow, John Updike, Philip Roth tremeram na base com a chegada dos “novos bárbaros”, que de imediato lhes roubaram a cena.

Respondidas as perguntas básicas e elementares do velho jornalismo – “quando, onde e por quê?” – é hora de saber “quem” lançou os alicerces do estilo que mudou o jeito de contar a história, e “como” isso foi feito.

O sangue quente de Capote

Truman Capote foi o Marcel Proust da era pós-macarthista, o Flaubert dos loucos anos pop, um artífice da palavra, condenado a viver na época em que a palavra estava sendo maculada, humilhada e ofendida, virada pelo avesso, travestida pelo avanço desmedido da publicidade, pela voracidade da mídia, pela própria futilidade dos discursos vazios da política e da comezinha vida cotidiana. Truman Capote foi um estilista meticuloso que nasceu atrasado mas se dispôs a registrar, com requinte e minúcia, a crônica das décadas que Tom Wolfe chamou de “púrpuras”: os anos 60 e 70. Foi um jet setter que amou e odiou o jet set, embora soubesse – ou talvez por isso mesmo – que jamais poderia viver sem jantares suntuosos, festas de arromba, cruzeiros a bordo de iates, *villas* à beira-mar. Truman Capote mordeu a mão que o alimentava e escreveu uma crônica doentamente raivosa sobre o jet set. Truman Capote nunca foi exatamente um jornalista, mas mudaria para sempre a história do jornalismo ao redigir *A sangue frio*, seu “romance de não ficção”.

Ele estava submerso numa crise profissional quando abriu o *New York*

Times naquela histórica manhã de 16 de novembro de 1959 e deparou com a notícia da morte da família Clutter, no longínquo, impensável, quase mitológico Kansas – “tão remoto quanto a lua”. Depois de convencer William Shawn, o diretor da *New Yorker*, de que valeria a pena enviá-lo para Holcomb – o vilarejo onde o crime ocorrera – e também de dizer ao homem que “simplesmente” não encontrava um fim para o artigo de quarenta páginas que estava escrevendo sobre Moscou, Capote embarcou num trem rumo ao Meio-Oeste. Sua viagem resultaria, seis anos mais tarde, num dos mais profundos e perfeitos documentos da América dos anos 60. Muito mais do que isso: Capote foi capaz de dissecar até os limites impostos pela literatura, pela sanidade e pela própria realidade, os meandros da vileza humana e os desatinos do destino.

O domínio emocional de Truman Capote sobre o material verdadeiramente avassalador que ele foi capaz de colher em Holcomb (mais de duzentos depoimentos, duas cartas por semana durante cinco anos de correspondência ininterrupta com os dois assassinos, entrevistas com policiais, vizinhos, psiquiatras, agentes penitenciários, parentes de matadores e mortos), seu distanciamento engajado, sua precisão descritiva, sua acuidade psicológica, seu estilo jornalisticamente irretocável e literariamente refinado, o ritmo de sua prosa, a pulsação a um só tempo frenética e contida da história, suas reflexões sobre a gratuidade de um crime brutal, o peso devastador da mão do destino tal como Capote capturou-o – dando-lhe a forma na trajetória convergente dos assassinados e dos assassinos numa noite sem estrelas nas lonjuras desoladas do Kansas –, tudo isso fez de *A sangue frio* um clássico eterno.

Quando o livro enfim foi publicado, em janeiro de 1966 – poucas semanas depois do enforcamento dos assassinos, Perry Smith e Dick

Hickock, na penitenciária estadual do Kansas –, a máquina da mídia (revistas, TV, jornais e rádio) tornou-se uma banda gigante a ressoar uma só melodia: Truman Capote, Truman Capote. Inimigos e desafetos saíram à caça de supostas incorreções – ou “licenças poéticas” – num livro que Capote anunciara como “rigorosamente documental”. Mais: num livro que batizara acintosamente de “o primeiro romance de não ficção da história”.

Mesmo que houvesse deslizes factuais – e não havia: os candidatos a detratores do livro só conseguiram descobrir que o cavalo da filha de Clutter não tinha sido vendido “a um forasteiro”, mas a um fazendeiro da região –, *A sangue frio* já seria um dos mais admiráveis relatos da tragédia americana. Ao se revelar irretocavelmente exato depois de submetido a tantos repórteres transformados em detectores de mentiras, tornou-se um livro alquímico, capaz de transfigurar a realidade e desnudá-la em toda a sua – para sempre sua – inexorabilidade insondável e brutalidade gratuita.

Tom Wolfe no ônibus dos insensatos

Tom Wolfe é o Andy Warhol das letras. Ele incorporou as latas de sopa Campbell, as cintilâncias do neon, o tilintar do dinheiro fácil, o colorido faiscante do imaginário pop – Marilyn Monroes borradas, James Deans silhuetados, a pélvis balançante de Elvis – ao vocabulário contemporâneo e ao mundo fugaz (a partir dele apreendido e capturado mesmo em sua futilidade fugidia) do jornalismo diário – ou melhor, do “novo jornalismo” diário.

Tom Wolfe inaugurou uma nova época e fez luzir em tons mais hipnóticos o sol nas bancas de revistas. Tom Wolfe não teve preguiça para nos mostrar quem lê tanta notícia. Ou pelo menos por que as lê. Tom

Wolfe é o Frank Lloyd Wright da arquitetura verbal. Seus projetos foram sempre mais ousados, mais surpreendentes – e mais utilitários – do que os dos concorrentes. Tom Wolfe é um ladrão de casaca, sacando ideias mais rapidamente do que os presentes e usurpando da realidade os temas e os tons que, na mão de jornalistas comuns, se tornariam comuns e tediosos como eles próprios e, nas mãos de Wolfe, transformaram-se em histórias tão exemplarmente elucidativas como se fossem parábolas bíblicas. Tom Wolfe é o pai fundador de uma nova religião – cínica e excludente como o próprio coração da América.

Tom Wolfe transformou a América numa imensa, inesgotável pauta para seu “novo jornalismo”. Ao descobrir, no verão de 1967, que o país estava sendo percorrido pela mais alucinada das caravanas, pelos argonautas do delírio, por ciganos lisérgicos reunidos sob o manto protetor do escritor Ken Kesey, Tom Wolfe decidiu seguir-lhes a trilha e devastar-lhes a utopia. O resultado materializou-se naquele que muitos consideram o melhor livro de Wolfe antes da comédia humana nova-iorquina que é *A fogueira das vaidades*. *O teste do ácido do refresco elétrico* é o mais implacável retrato da era hippie, o mais sarcástico e o mais corrosivo, ainda que muitas de suas páginas sejam perpassadas por uma sutil complacência (talvez um disfarce para a autopiedade de Wolfe, extensiva à humanidade).

O estilo caleidoscópico, vertiginoso, relampejante de Tom Wolfe adaptou-se com perfeição à demencial odisseia liderada por Ken Kesey e seu ônibus dos insensatos. *O teste do ácido do refresco elétrico* foi lançado no Brasil em fins de 1993. Passou despercebido. Vendeu pouco, foi quase ignorado pelos jornais e precisa ser garimpado nas livrarias por leitores dispostos a transpor-lhe as fronteiras. Trata-se de um livro quase

operístico, despretensiosamente épico, burlesco, redigido em pequenos estilhaços de prosa sempre incontida e com o texto tropeçando numa vertente de adjetivos que, de forma incompreensível, Wolfe consegue manter não apenas a seu serviço, mas a serviço da clareza e do prazer do leitor.

A saga de Ken Kesey prescindia de um cronista tão admirável. Era alucinante por si só. Kesey, ele mesmo um grande escritor – autor de *Sometimes a Great Notion* e do clássico *Um estranho no ninho* –, era um doidão convicto e ativista. Foi preso, fugiu para o México e voltou para os Estados Unidos a tempo de desfrutar do boom do psicodelismo. Desfrutar, não: deflagrá-lo. Kesey pintou um velho ônibus escolar de 1939 com as cores mais berrantes que o espectro poderia lhe oferecer, arrebanhou o bando mais demencial que pôde juntar, convidou Neal Cassady (o lendário Dean Moriarty de *On the Road*) para dirigir aquela banheira sobre rodas e o grupo de rock Grateful Dead para fazer a trilha sonora ao vivo. Kesey sentia-se engajado numa guerra santa: embeber a América em LSD. *And take no prisoners*.

Batizado Further (“Adiante” ou “Em frente” em tradução livre), o ex-ônibus escolar passou a conduzir outra espécie de professores e alunos: foi levado a rodar pelas estradas da Califórnia, no verão de 1964, parando em cidadezinhas, montando seu circo de som e luz – longos, loucos concertos gratuitos do Dead – para que os sacerdotes Kesey e Cassady e seus coroinhas do ácido pudessem distribuir LSD para quem quisesse. E para quem não quisesse também.

Tom Wolfe perdeu boa parte da viagem. Recuperou-a com entrevistas, cartas, consultas a filmes e fitas. Conquistou a simpatia de Kesey – algo virtualmente impensável. Pegou umas caronas no ônibus antes que ele

fosse definitivamente banido, junto com o próprio LSD (até então legal), pela administração Reagan – na época esse sujeito era governador da Califórnia. Com o material que tinha nas mãos, Wolfe delineou um painel dolorosamente melancólico da “nova sociedade” que a garotada de Kesey julgava estar forjando. O ônibus nos é apresentado como palco de uma tragicomédia que repete o que o “mundo exterior” tinha de pior. Um microcosmo megalomaniaco e competitivo da América, embebido em ácido e cercado pelo coturno reluzente dos tiras por todos os lados.

Quando o ônibus de Ken Kesey se revelou apenas uma *bad trip*, Tom Wolfe já estava longe, diagnosticando, com o mesmo rigor cubista, alguma outra doença da América.

Norman Mailer espiona a CIA

Norman Mailer é o Cassius Clay da literatura americana, sempre decidido a vencer por nocaute e inclinado a bater sem piedade, mas com técnica e elegância. Ele nunca quis ser o Mike Tyson, cara! As frases de Mailer distribuem uma sequência avassaladora de jabs nos ângulos mais impertinentes do texto e uns quatro ou cinco diretos definitivos partem na busca incessante do *plot* exato e do ritmo correto da prosa. Mailer pega no fígado da literatura molenga. Norman Mailer é o Ernest Hemingway da era do napalm e do isopor. Sua escrita é máscula, tabagista, confessional, egocêntrica, competitiva, agressiva, neurótica, devassa, inconformista e parece estar, às vezes, exausta e incuravelmente neurótica. De qualquer forma, sempre dá um jeito de deixar o hospital sem ter recebido alta e voltar às ruas para circular por onde os anjos temem ser vistos. Norman Mailer é um garanhão: cercas não podem contê-lo. Rédeas e selas

tampouco.

Não é só o texto de Mailer que se apresenta de maneira descaramente heterossexual, narcisista e competitiva. O próprio homem é assim. Por isso, ele entrou cedo na perseguição incessante do “tema perfeito”, da pauta exata na hora e na busca do tom inatacável – os elementos que perpassam e definem a eterna competição entre os jornalistas norte-americanos dispostos a definir o espírito da época e a cara medonha do país. Quem terá ido mais longe do que ele no cumprimento dessa tarefa?

Norman Mailer narrou a corrida à Lua em pinceladas rápidas e cínicas, sem deixar o encantamento de lado (quase duas décadas antes de Tom Wolfe compor *Os eleitos*). Tornou a brutalidade do boxe um espetáculo de requinte gótico. Biografou Marilyn Monroe com a devoção exigida pelo grande sonho molhado da América. Revisitou o Vietnã com sua câmera detalhista e cruel. Acompanhou a efervescência política da década de 60 com o olhar cético e meticuloso do caçador comprometido apenas com a queda da presa. Penetrou na mente de um assassino com o mesmo e espantoso rigor de Truman Capote (ainda que o tenha feito duas décadas depois), em *A canção do carrasco*. Desafiou John Kennedy. Ficou milionário, obeso, famoso, intratável.

Em 1994, antes de contar o “evangelho segundo Jesus Cristo” [seu último livro publicado em vida, em 1997 – depois viria o póstumo *O castelo na floresta*, sobre a infância de Hitler, lançado só em 2007], Norman Mailer apontou sua carabina verbal de cano cerrado, acostumada a abater muitos elefantes, em direção à mastodôntica CIA, sua tromba enxerida, seus tentáculos e sua viscosidade pegajosa. Pela alça de mira de Mailer vislumbramos *O fantasma da prostituta – Um romance da CIA*. Trata-se de uma água-forte, impressa em tintas ácidas, feita para macular

o papel e as reputações. É um livro tipicamente Mailer: espaçoso, loquaz, irado, imprudente, vesicatório. O velho Norman segue suas normas e nos transporta para a época da Guerra Fria – a Baía dos Porcos, as contrarrevoluções exportadas para a América Latina, África e Ásia, a corrida armamentista, o poder militar instalado no coração da Casa Branca, a inescrupulosidade e hipocrisia da democracia americana – só para nos lembrar que a besta sobrevive e que daqueles anos para cá nada mudou tanto assim. Ou talvez ele o tenha feito de forma tão eloquente, vitoriosa e épica (são mais de 1.300 páginas) apenas para deixar claro que ele próprio também não mudou tanto assim: continua sendo o grande, o arrogante, o inigualável, o único Norman Mailer.

10 de abril de 1994

A morte do yippie que virou yuppie

Jerry Rubin, o líder estudantil que foi parar em Wall Street, morreu atropelado cinco anos após o suicídio de Abbie Hoffman, seu camarada de luta. Eles foram Caim e Abel da Era de Aquarius.

Jerry Rubin foi um profeta de seu tempo e de sua geração. Não o profeta armado, barbudo e revolucionário que ele próprio – e os que acreditaram nele – julgava ser. Não o arauto de uma nova época de um ecumenismo digamos um tanto neolítico: um tempo tribal e ritualístico, a era dourada de retorno ao comunismo primitivo, um período pré-monetário. Jerry Rubin, que agora está morto, foi o homem que decretou – nas ações mais do que nas palavras – a derrocada do sonho hippie e sua transformação em ostensiva e ostentatória realidade yuppie. Foi o sujeito que simbolizou, na forma de um suposto sucesso pessoal, o fracasso dos anseios de toda uma geração. Foi o retrato do homem que se tornou aquilo que queria mudar. Um Dorian Gray às avessas.

Jerry Rubin foi um Che Guevara norte-americano e judeu – só que não tombou em combate. Jerry Rubin foi Daniel Cohn-Bendit mais cabeludo, mais drogado e mais agressivo. Jerry Rubin foi um dos “sete de Chicago”, foi “herói” de um livro de Norman Mailer. E acabou virando o Caim de uma Bíblia apócrifa cujo o Abel foi Abbie Hoffman – que agora também está morto. Jerry Rubin e Abbie Hoffman foram os primeiros yippies,

fundadores do Yip, o Youth Internacional Party (ou Partido Internacional da Juventude), criado e desfeito no mitológico ano de 1968 e cujo “programa de governo” previa “a abolição do dinheiro, do pagamento de aluguéis e do pagamento pela alimentação” e sugeria que “as pessoas deviam transar o tempo todo, em qualquer hora, com quem quisessem”. Jerry Rubin e Abbie Hoffman foram, portanto, os pais fundadores da rebelião da flor.

Jerry Rubin tentou fazer levitar o Pentágono, tumultuou a convenção democrata de 1968, em Chicago, liderou (sempre ao lado de Abbie Hoffman) a grande revolta estudantil americana de 1967 e 1968. Jerry Rubin liberou geral. Aí, foi preso, julgado, condenado e, a seguir, absolvido. E, então, sumiu. Depois, reapareceu.

Ao reaparecer, no final dos anos 70, Jerry Rubin havia mudado. Tornou-se o porta-voz dos yuppies, amante da grana, almofadinha de terno Armani, de abotoaduras, gravata Hèrmes e caneta Montblanc. Trocou o antipsiquiatra David Cooper pelo teste de Cooper, a maconha pelo Gatorade, a tenda indígena por um apartamento na 56th Street, quase esquina com a Park Avenue, o sol na cara por um banho de luz ultravioleta. Vivia bronzeado, cheiroso e em forma, circulando por Wall Street, antes de se mudar para a costa do sol, na Califórnia. Ganhava dinheiro organizando “festas de solteiros” (trinta dólares por cabeça) no Palladium, a discoteca “da hora” em Nova York, e com palestras nas quais enfrentava, ferina e cinicamente, o ex-amigo Abbie Hoffman – cuja silhueta, os cabelos e a barba de Neanderthal eram a prova viva de que, ao contrário de Rubin, ele seguia “acreditando”. Abbie Hoffman foi o Fidel Castro norte-americano e judeu – só que tombou em combate.

Entrevistei Abbie Hoffman e Jerry Rubin, com intervalo de apenas uma

semana, em Nova York, em outubro de 1985. Foram experiências inesquecíveis – e escancaradamente reveladoras. Encontrei Hoffman no Roosevelt Hotel, numa convenção sobre “vida alternativa”. Quando cheguei, ele perguntou, na lata: “Onde está o baseado?”. Quando respondi que não tinha, ele sorriu com mofa: “Então você vem entrevistar Abbie Hoffman e não *traz* um baseado?”. Como punição pelo descaso afrontoso, e em troca da entrevista, ordenou que eu pagasse as cinco cervejas Heineken que consumiu em pouco mais de uma hora. Valeu cada gota.

Abbie se revelou um safado beatífico, com um senso de humor judaico corrosivo. Ou não tinha nenhuma autoestima ou tinha a maior autoestima do mundo, pois fez dezenas de piadas sobre si mesmo e sua “decadência”. Foi irônico, debochado, mordaz – mas, de alguma forma, parecia deprimido. Saí do hotel bêbado de suas palavras e das cervejas.

Sete dias e uma eternidade depois, encontrei Rubin em seu apartamento de mais de um milhão de dólares perto do Central Park. Quando cheguei, ele perguntou, na lata: “Onde está a grana?”. Sim, fui entrevistar Jerry Rubin e, é claro, levei os 150 dólares que ele cobrou adiantados por uma hora de conversa. Como estava saindo para fazer jogging, preferiu falar enquanto corria. Valeu cada gota de suor.

Jerry se revelou um cínico egocêntrico, com um senso de humor judaico corrosivo. Ou tinha a maior autoestima do mundo ou fazia muito bem o papel, pois referiu-se a si mesmo virtualmente a cada passada de uma corrida de cinco quilômetros pelo Central Park. Foi irônico, debochado, mordaz – mas, de alguma forma, parecia menos feliz do que o gordo e alcoolizado Hoffman. Saí do parque tonto da corrida e do perfume francês.

De qualquer maneira, ficou claro que Jerry Rubin e Abbie Hoffman não

se “odiavam” tanto assim, que seus ruidosos debates em universidades dos Estados Unidos eram, acima de tudo, uma boa fonte de renda para ambos. Afinal, sujeitos como eles, que, ao serem julgados pelo crime de “complô contra a nação”, em Chicago, em 1968, compareciam ao tribunal vestindo togas e dizendo que quem verdadeiramente estava no banco dos réus eram seus juízes e “uma sociedade decadente e corrupta” e não eles, que estavam ali para derrubá-la, não poderiam mesmo virar inimigos de verdade. “Porcos da política e do Judiciário: seus dias estão contados. Somos a Segunda Revolução Americana. Venceremos. Yippie!”, clamavam Rubin e Hoffman no tribunal, antes de dizerem qualquer outra coisa.

Abbie Hoffman suicidou-se em 12 de abril de 1989, aos 52 anos, numa cidadezinha insignificante da Pennsylvania, depois de ingerir 150 comprimidos de fenobarbital em grandes goles de uísque. Jerry Rubin chorou no enterro. Mas como é vida que segue, em 1991 ele se mudou para Los Angeles, onde lançou uma bebida nutritiva chamada *Wow*, à base de ginseng e geleia real. Quem a vendia era Bobby Seale, o fundador dos Panteras Negras.

No dia 14 de novembro de 1994, Jerry Rubin foi atropelado enquanto fazia jogging na movimentadíssima Wilshire Boulevard, em Los Angeles, quase em frente ao seu apartamento de cobertura. Morreu no hospital duas semanas depois, aos 56 anos.

Se Abbie Hoffman e Jerry Rubin de fato foram o Che e o Fidel da malfadada revolução hippie, seu fim não foi menos melancólico do que de seus barbudos colegas latinos.

1o de dezembro de 1994

Crumb e Shelton no autoexílio

Um encontro com Robert Crumb e Gilbert Shelton em Paris, onde os criadores de Fritz, the Cat e dos Freak Brothers foram para escapar da América de Ronald Reagan.

O som do piano de Bud Powell ecoa pelo pequeno ateliê da Rue François de Neufchâteau, no 11o *arrondissement*, um dos vários bairros chiques de Paris. É uma melodia cubista e luminosa que enche a saleta de nostalgia e insinuações. Powell foi um pianista de jazz norte-americano, genial e soturno, que na década de 40 abandonou a América – onde sempre fora maltratado e incompreendido – para adquirir, em Paris, algumas migalhas de paz e reconhecimento.

O dono do ateliê, o cartunista texano Gilbert Shelton, de 52 anos, nunca chegou a ser propriamente incompreendido ou maltratado nos Estados Unidos. Nem veio para Paris em busca do reconhecimento que, de certa forma, jamais lhe faltou em sua terra natal. Há, no entanto, alguns paralelos entre a sua trajetória e a de Bud Powell. E é justamente sobre isso que Shelton, criador dos fabulosos Freak Brothers, está falando, enquanto as notas de Powell reverberam como lágrimas na chuva:

“Powell nasceu tarde demais para ser um pianista de jazz tradicional e morreu cedo demais para que o público pudesse compreender a revolução do bebop, que ele ajudou a comandar”, comenta Shelton, com o sotaque

texano temperado por anos de vivência na Califórnia, mas sem uma única sonoridade latina. “Já eu, era moço demais para ser beatnik e logo me vi velho demais para ser hippie. Ficamos, ambos, no meio do caminho. Paris amenizou, mas não consertou nossas vidas *gauche*”, completa ele, com mais lucidez do que ressentimento.

“Não acho que você fosse velho demais para ser hippie. Senão, como teria se transformado no que é hoje: um hippie velho?”, pergunta, com uma gargalhada, o também cartunista Robert Crumb, de 49 anos, criador dos igualmente fabulosos Fritz, the Cat e Mr. Natural, e que há dez minutos chegou para visitar o estúdio do amigo com o qual vem se encontrando ao longo das últimas três décadas. A piada é boa e, à gargalhada de Crumb, junta-se a de Shelton – que, com seus jeans desbotados, a longa cabeleira grisalha presa num rabo de cavalo e a camiseta que mal disfarça uma barriga proeminente, parece, de fato, um velho hippie.

Encontrar Robert Crumb e Gilbert Shelton em um mesmo ateliê em Paris equivale a se transformar em testemunha ocular e privilegiada da História. Shelton e Crumb foram os mais importantes cartunistas alternativos da década de 60. Suas personagens ajudaram a definir a época tanto quanto Andy Warhol, os Beatles ou Jean-Luc Goddard. Todos os estereótipos, os avanços e recuos, as demências e as paranoias e, é claro, as cores lisérgicas da década mais agitada do século cristalizaram-se nas historietas dos Freak Brothers, de Fritz, the Cat, e do Mr. Natural, publicadas na revistinha californiana *Zap Comix* – espécie de fanzine que, na época, era tão consumido quanto ácido em concerto gratuito do Grateful Dead.

Shelton e Crumb foram os homens que deram forma aos sonhos

disformes dos anos 60. Os únicos sujeitos que chafurdaram no substrato psicológico do psicodelismo e saíram de lá com vida e alguns resquícios de sanidade. Quando o cinismo da Era Reagan-Bush alastrou-se como erva daninha a recobrir os anseios e as ilusões da década hippie, Crumb e Shelton decidiram abandonar o “lar dos bravos”, a “terra da liberdade”.

Gilbert Shelton, casado com a agente literária Laura Fountain, zarpou antes. Mora em Paris desde 1981. Ainda não aprendeu francês tão bem quanto esperava. Continua criando algumas histórias dos Freak Brothers – ainda publicadas pela Rip Off Press, a editora “alternativa” que ele ajudou a fundar. Criou novos personagens – que, por enquanto, só falam francês (bem melhor do que seu criador, aliás). Mora nas proximidades do ateliê. Trabalha oito horas por dia. Anda dormindo cedo.

Já Robert Crumb, o Picasso da contracultura, casado com a também cartunista Aline Kominsky, demorou dez anos para seguir o conselho e o rumo de Shelton. De certa forma, porém, Crumb já havia abandonado a América antes do amigo. Depois de viver de 1969 a setembro de 1991 no vilarejo californiano de Winters, mudou-se para outra cidade minúscula, Sauve, no sul da França. Vai constantemente a Paris visitar Gilbert Shelton.

Shelton e Crumb não apenas não são os primeiros artistas norte-americanos a se autoexilarem na França como, de alguma forma, parecem cultivar os laços que os unem à nobre estirpe que reúne Henry Miller, Scott Fitzgerald, Dexter Gordon, Gertrude Stein, é claro, Bud Powell. Adotaram, como seus predecessores, uma postura crítica e mordaz com relação ao país onde nasceram. E uma devoção sincera ao país que decidiram adotar.

É virtualmente impossível entrevistar sujeitos reclusivos e

exclusivistas como Robert Crumb e Gilbert Shelton. Mas, num dia azulado do outono parisiense de 1995, os dois gênios rebeldes dos quadrinhos não pareciam incomodados em recordar suas carreiras, falar sobre seus projetos e, é claro, criticar implacavelmente a vida e a arte nos Estados Unidos, numa conversa lenta e amistosa, regada a vinho, que se prolongou por nove horas.

Crumb e sua viagem para o interior

Robert Crumb, o John Lennon dos quadrinhos, parece um ex-seminarista. De sandálias com meia, calças pretas e camisa xadrez, óculos redondos, cabelos ralos e uma timidez proverbial, Crumb está sentado ao lado da prancheta de Gilbert Shelton, no ateliê da rua de Neufchâteau, com o cotovelo apoiado nela e a mão segurando a cabeça, num desconsolo que parece ser seu estado natural. O sujeito é quase exatamente igual às milhares de caricaturas que fez de si próprio, ao longo de mais de trinta anos de carreira profissional. A única diferença entre a realidade e os desenhos é que o verdadeiro Crumb jamais seria capaz de se expressar com tanta demência, desenvoltura e volúpia quanto faz seu alter ego nos cartuns.

Tanto que, de início, é quase impossível arrancar palavras do homem que criou Fritz, o gato mais tarado da história dos quadrinhos, uma mistura de Tom (do Jerry) com Manda-Chuva viajando de ácido, e que também inventou Mr. Natural, o guru vegetariano que come hambúrguer escondido, um personagem que parece ter profetizado o advento de Osho, o Rajneesh duro de roer. Mas aos poucos, estimulado pelo esforço de Gilbert Shelton em suplantar a própria timidez, Crumb também começa a

falar. Em breve, está quase gritando:

“Sempre confessei todas minhas perversões, taras e obsessões nas minhas histórias. Fiz de meu trabalho minha psicanálise. Provavelmente sou o único cara do planeta do qual os leitores conhecem todos os cantos escuros, todos os detalhes sórdidos. Jamais escondi nada. Sou exatamente como apareço nas minhas histórias. Tão horrível assim... Em todos os sentidos – e não só na aparência física”, diz Crumb, com um sorriso nervoso.

Você encara aquele homem frágil, quase curvado, sentado à sua frente e tem dificuldade em acreditar que ele tenha sido capaz de criar uma obra de tal forma lendária, influente e – definitivamente – confessional. Robert Crumb, na verdade, transpôs para os quadrinhos o método literário forjado por Henry Miller: ele faz não ficção ficcional autobiográfica. Por isso, é natural que não goste de falar da própria obra. Recentemente a revista americana *Art?* publicou um artigo de dez páginas sobre ele, definindo-o como “inentrevistável”. “Nosso repórter passou seis meses em busca de Crumb”, escreveu o editor Mitch O’Connell. “Não conseguiu nada: o endereço, um telefone, uma pista sequer. Onde foi se meter Robert Crumb?”

Pois Robert Crumb foi se meter em Sauve, uma cidadezinha minúscula, com 4.600 almas, localizada num anfiteatro natural às margens do rio Vidourle, 280 quilômetros a noroeste de Marselha. É um lugar conhecido por seus deliciosos bombons, suas grutas pré-históricas e suas fontes de água sulfurosa. Quem sabe não ficará conhecido também pela extraordinária série de desenhos que Crumb tem produzido de suas ruelas medievais. Mas por que, diabos, Robert Crumb foi se enfiar em Sauve?

“Quem realmente decidiu vir para a França foi Aline, minha mulher”,

conta Crumb. “Gilbert também teve sua influência, nos alertando que a Europa é muito mais chique e civilizada que a América”, continua ele, indicando o amigo com um leve movimento de cabeça. “Além disso, a América, além de tediosa, confusa e poluída, se torna cada vez mais a Amérika: um lugar racista, conservador, autocentrado, moralista. Eles não escutaram o que eu fiquei anos avisando...”, comenta, com um riso sarcástico.

Robert Crumb começou a alertar a América de que ela não deveria manter suas bibliotecas cheias de lágrimas nem suas ruas repletas de desabrigados em 1965, depois de se mudar para a Califórnia e ingerir um tablete de LSD. Sua mensagem – ainda que ignorada pela Casa Branca – atravessou as fronteiras e tornou-se mundialmente admirada. Mas em 1979, Crumb deitou sua obra em cova rasa e caiu fora do circuito.

Mas ele não tem vocação para carpideira. Por isso, depois de um hiato na carreira, voltou a desenhar em ritmo obcessivamente febril. Foram seus desenhos que lhe permitiram adquirir a casa medieval em Sauve, na qual mora com Aline e a filha Sophie, de onze anos: trocou uma dúzia de quadros pelo imóvel. Agora, circula por Sauve com a serenidade de um artista maior, em paz consigo mesmo.

“A vida em Sauve é bucólica e a cidade, um tanto provinciana. Mas eu gosto da calma do interior. Estou interessado apenas na minha família e no meu trabalho. Nunca quis ser líder nem porta-voz de ninguém, que dirá de uma geração. Especialmente de uma geração perdida...”

O sonho aos farrapos de Gilbert Shelton

Quando ouve seu amigo Crumb reduzir a “Amérika” a migalhas,

Gilbert Shelton sorri com uma ponta de tristeza. Não se trata, porém, de alguma espécie de reprovação. Acontece que um ar de permanente melancolia envolve a figura antiquada de Shelton. E isso torna difícil associá-lo ao homem que criou uma das obras mais avassaladoramente hilariantes da história dos quadrinhos. Shelton há de ter sido responsável pelas maiores sessões de gargalhadas coletivas em todas as comunidades hippies da América – e, por extensão, do mundo. Gargalhadas que, naquela época, provavelmente não comportavam a pitada de tristeza que hoje o próprio autor das piadas carrega consigo.

“Conheço pelo menos uns três ou quatro Fat Freddies. No mínimo uns dois Freewheelin Franklin. É mais difícil encontrar sujeitos como o Phineas por aí, mas deve haver vários”, diz Shelton. Ele está se referindo, é claro, aos seus personagens mais famosos: os fabulosos cabeludos Freak Brothers. As mais perfeitas traduções artísticas do finado e coloridíssimo universo hippie, três deliciosos arquétipos da época do *flower power* – aquela do “paz e amor, bicho!”.

Fat Freddy é o obeso ocioso, com uma fome mais insaciável do que a de Obelix: simultaneamente servo e sacerdote da larica. Freewheelin Franklin é um cowboy psicodélico – “fisicamente” parecidíssimo com Shelton (psicologicamente também...), um eterno insatisfeito, que odeia o establishment mas tampouco suporta o “mundo alternativo”. Já Phineas Freak é o esquerdista lisérgico, radicalmente revoltado contra a hipocrisia do sistema. Os três caíram no caldeirão de todas as drogas e mais algumas. O que não os impediu, ao contrário de certos gauleses, de continuar as consumindo ininterruptamente. Nestes tempos de Aids e de *crack* não estariam os Freak Brothers perigosamente anacrônicos e desatualizados?

“Em primeiro lugar, é importante dizer que eu jamais poderia imaginar

que os Freak Brothers fossem sobreviver mais do que três ou quatro números da revista *Zap Comix*”, responde Shelton. “A longevidade deles sempre me surpreendeu. De qualquer forma, hoje não desenho mais do que uma história longa e cinco ou seis curtas por ano. E se o faço é só porque os fãs dos Brothers são mais insaciáveis do que os de Sherlock Holmes e se recusam a vê-los morrer. Quanto ao aspecto moral, sempre achei que a missão dos quadrinhos é justamente solapar a moral.”

Gilbert Shelton é um profundo conhecedor de quadrinhos. Seu ateliê parisiense está repleto de edições de luxo com a obra dos grandes mestres: Will Eisner, Art Spiegelman, Al Capp, Jack Kirby, Hal Foster. Ele também é fã da obra do gaúcho Adão Iturrusgarai, criador dos cowboys gays Rock & Hudson e da ninfomaniaca Aline. Os álbuns de capa dura e os velhos gibis dos anos 40 e 50 ficam todos meticulosamente arrumados, por ordem alfabética, em lindas prateleiras de madeira branca. “Apesar da temática de minha obra, assim como a de Crumb, aparentemente se opor frontalmente a dos quadrinhos clássicos, na verdade existe uma linha evolutiva muito coerente. Como aqueles que vieram antes de nós, apenas fizemos a crônica da nossa época. E a nossa foi uma época de devassidão e excessos. Mas também de luta pela liberdade e pela felicidade plausível.”

Ao mudar-se para a França, no início dos anos 80, Gilbert Shelton – criador também do Fat Freddy’s Cat, o gato mais libertário da história dos quadrinhos – teria desistido de lutar pela “liberdade e pela felicidade plausível” na América? “De certa forma, sim”, diz ele. “Não há dúvida de que todos nós que vivemos o sonho hippie da Califórnia nos desiludimos muito com o que veio a seguir. A América – sua polícia e seus políticos – de fato não nos ajudou nem um pouco. Mas se você quer saber a verdade, o que me motivou a vir para Paris foi uma razão ainda mais romântica: vim

para cá para seguir as pegadas de James Joyce e Ezra Pound. Mas, como sempre, cheguei tarde demais. Em 1968, ao invés de ter ido para a Califórnia, eu deveria ter vindo para cá”.

A verdade é que a inclemência parece preocupar muito mais a Gilbert Shelton do que aos “impreocupáveis” Freak Brothers. Mesmo que seu criador se sinta ultrapassado e esteja em Paris, os Brothers continuam na Califórnia sonhando juntos seu sonho hippie. E sonho que se sonha junto periga virar realidade. Mesmo que seja uma realidade tão aterradora como aquela que Robert Crumb e Gilbert Shelton ajudaram a desenhar. Dentro e fora dos quadrinhos.

22 de outubro de 1995

Moebius: o gênio e o charlatão

Uma conversa colorida com o Júlio Verne do século XX, o Ridley Scott das histórias em quadrinhos, que não tem nenhuma pressa, mas só come cru.

Moebius é o poeta simbolista das histórias em quadrinhos. Seus desenhos trazem barcos ébrios, cemitérios marinhos, clarões de luar. Ele é Júlio Verne – só que de outro tempo e de outro espaço. Moebius parece já ter visitado vários mundos e, cada vez que retorna de um deles, expede relatórios minuciosos, com traços exatos e cores inebriantes. Ele já fez parábolas a Rabelais e colocou um de seus personagens lendo *Les Illuminations*, de Rimbaud, num mundo a um só tempo futurista e primitivo, repleto de verdes amazônicos e monstros inconcebíveis. Ele venera os surrealistas. Na vida real, comporta-se como se fosse Cândido, o Otimista.

Moebius é super.

Moebius é o Philip K. Dick das tirinhas; suas histórias nunca caducam. Ele faz um mix de ficção científica clássica com filme *noir* anos 40 e assenta a ação num espaço atemporal. É fã de carteirinha de Jack Vance e Robert Heinlein – além de K. Dick, é claro. Acha que a ficção científica o libertou “de conceitos pedestres”.

Moebius é hiper.

Moebius é o Ridley Scott da HQ. O cinema o influenciou e ele influenciou o cinema. Moebius fez os cenários de *Alien*, os storyboards de *O garoto do espaço*, de *Tron* e de uma versão de *Duna* que seria dirigida por Jodorowsky e nunca saiu do papel. Natural que decidisse fazer também seu próprio filme, *Starwatcher*, produzido por Ridley Scott e que acabou ganhando versão em 3D. Aliás, muitas das ideias visuais de *Blade Runner* foram “roubadas” de uma de suas histórias, *O longo amanhã*. Moebius é amigo de Ridley Scott e não deu a menor bola. Ridley Scott adora Moebius.

Moebius é ultra.

Moebius é o Castañeda dos quadrinhos. Vegetariano, utópico, ligado em “plantas de poder”, em gnomos e elementais, sabe que o planeta é um ser vivo, capaz de controlar seu próprio destino. Moebius não é apressado, mas só come cru: segue uma rígida e estrita dieta crudivora: pude vê-lo comendo uma manga... sem descascá-la. Foi num dos salões da Casa França-Brasil, no Rio de Janeiro, em novembro de 1991. A sala era decorada com gravuras de Theodor de Bry, o ilustrador e editor belga que, entre 1550 e 1585, desenhou a “descoberta e conquista da América” sem sair da Europa. “Ele viajou só na mente. Como eu”, disse Moebius, sorriso de beato, terno largo de linho claro, sandálias com meia, cabelos desgrehados e óculos frouxos se equilibrando na ponta do nariz.

Moebius é o máximo.

Moebius nasceu Jean Giraud em 1938, no coração da França, filho de uma família humilde. Publicou suas primeiras tiras em quadrinhos aos dezoito anos e nunca mais parou.

Muita gente já o chamou de gênio?

Ah, sim, já. Muita gente.

E você se considera um?

Sim, sem dúvida. Mas não no sentido renascentista, ou humanista. Não como Leonardo da Vinci, é claro. Sou um gênio no significado esotérico da palavra: um gênio das florestas, das montanhas. Um elemental. Uma entidade ligada ao mundo natural, aos seus mistérios e aos meus poderes.

De que maneira esta posição influencia no seu trabalho?

Esta posição é o meu trabalho. Mas veja, é uma questão complexa. Na França, muita gente considera Pasteur um gênio e outros tantos o acham um charlatão. Provavelmente, ele era ambos... Como eu mesmo.

Há muitas influências literárias em seu trabalho. Rimbaud, por exemplo. Que outros autores o inspiram?

Oh, são tantos. Rimbaud, sem dúvida. E Boris Vian, muito. O surrealista Raymond Roussel virou minha cabeça. Eu o li quando tinha 25 anos e entrei numa imensa viagem. A literatura *noir*, Raymond Chandler e Dashiell Hammett, também teve sua parte. E o jazz, é claro: Monk, Charlie Parker, Bud Powell. Sem falar no cinema e na ficção científica: Jack Vance, Asimov e Heinlein, especialmente. Muitas influências, sem dúvida. Misturei elas todas.

Como você deve ter reparado, grande parte dessas influências são norte-americanas...

Sim, sim. A América sempre esteve no meu imaginário com muita força. Meu primeiro trabalho “famoso” foram as aventuras do tenente

Blueberry, passadas no Velho Oeste dos Estados Unidos. Só que o livro não fez muito sucesso lá.

Mas é um trabalho fantástico. Por falar nele, Blueberry morreu??

Oh, não. De jeito nenhum. Ele está “*alive and well*”. Até o final do ano [de 1990] a editora Humanoides lança uma nova aventura de Blueberry, a primeira que escrevo em trinta anos. Os desenhos são de William Vance. Ele [*Blueberry*] está grisalho e fatigado, mas continua durão...

Além de Blueberry, o que você tem feito ultimamente?

Milhões de coisas, cara. Duzentas coisas ao mesmo tempo. Estou fazendo um filme, *Starwatcher*, que será todo produzido por computador. Estou fazendo um novo projeto com Jodorowsky. Ressuscitei Jim Cutlass, também um cowboy. Os desenhos são de Christian Rossi. Fiz uns pôsteres e desenhos sobre a descoberta da América, que estão expostos em Sevilha. Trabalho todos os dias, bastante.

Como é a sua relação com o computador? É algo novo em sua carreira, não?

Sim, novíssimo. Foi meu filho Julian [*de dezoito anos*] quem me ensinou a lidar com a máquina. É demais. Abriu um novo campo para mim. As cores e a pintura se tornaram muito mais fáceis. É ótimo mesmo.

Como é o seu método de trabalho?

Não tenho. Nunca tive. Faço o que me dá na cabeça. E o que me dá na cabeça de manhã é diferente do que me dá na cabeça à tarde. Por isso minhas histórias mudam tão bruscamente. Elas saem do nada. Ou melhor,

saem de algum lugar que eu não sei qual é. Não decido nada. As decisões tomam-se por elas mesmas. Além disso, sou taurino e lido com dois princípios distintos: parte de minha inspiração vem de cima e entra pelos chifres; outra parte vem do solo, da terra, da lama, onde minhas quatro patas estão firmemente fincadas.

Você já colaborou com vários cineastas em filmes que se tornaram clássicos. Como foi a experiência?

Alien foi ótimo, sou muito amigo do Ridley Scott. Operamos na mesma frequência. Trocamos ideias e sensações. *Tron* também foi muito divertido, como um videogame, mesmo. Apenas *Duna* não deu certo. O filme acabou sendo feito por David Lynch. É bom, mas não tanto quanto *Veludo azul* ou *Twin Peaks*. Ah, rapaz, *Twin Peaks* é o máximo! Adoro aquilo!

Suas histórias parecem passar os códigos e as bases de uma nova espécie de religião; um tipo de sociedade secreta ou de seita para iniciados. É apenas uma impressão ou é assim mesmo?

Claro que é assim. Jodorowsky é meu mestre e nós temos muita cumplicidade nisto. Ele me abriu o caminho para o zen-budismo, para a cabala e até para a Bíblia. O sufismo e algumas tradições da Índia também fazem parte de nossas ideias. Parece um coquetel, mas na verdade as coisas são simples: trata-se, basicamente, de saber distinguir o sagrado do profano. E optar pelo sagrado. Mas, de qualquer maneira, eu tento apenas ser eu mesmo, e minha arte – como todas – não passa de uma máscara. É apenas um jogo.

Carlos Castañeda também não se inclui entre seus mestres?

Sem dúvida. Quer saber? Eu o considero um dos grandes pensadores deste século. Ainda leio seus livros.

Ele é muito arredio. Parece invisível. Você já o encontrou pessoalmente?

(Com um sorriso muito irônico) Quase.

Você fez uma série de pôsteres sobre a descoberta da América. O que você acha do episódio?

Estranho carma o da América. Mas, ao mesmo tempo, acho que tudo o que acontece é porque tinha que acontecer. O planeta sabe o que faz, cara, e não faz nada por acaso. O planeta é um elemento vivo, pode ter certeza. De qualquer modo, é importante dizer que, neste momento, o mundo inteiro está de olhos postos no Brasil. O jogo da sobrevivência está sendo jogado aqui. E, por enquanto, os humanos estão perdendo.

O Estado de S. Paulo, 5 de novembro de 1991

A missa pagã de Chuck Berry e Little Richard

Um extático tributo aos pais fundadores do rock'n'roll, prestado por eles mesmos a si próprios, com a empáfia e a arrogância que o estilo que eles inventaram exige.

Chuck Berry e Little Richard são Jesse James e Billy, The Kid: foras da lei lendários que saquearam o establishment, deixaram a estrada coalhada de vítimas e viraram mocinhos antes do final do filme. Little Richard e Chuck Berry são Touro Sentado e Cavalo Louco, com uma diferença: não precisaram morrer para virar pôster e serem idolatrados por muitas tribos. Chuck Berry e Little Richard são Luther King e Malcolm X; são o Cole Porter e o Aaron Copland do protopunk; são Fred Astaire e Gene Kelly encharcados de anfetamina.

Chuck Berry tornou-se um roqueiro mercenário que vende o inigualável poder de fogo de sua guitarra a quem pagar mais. Foi seu inerente fascínio pela marginalidade, seu amor excessivo pelo dinheiro e sua desconfiança absoluta com a indústria fonográfica que pavimentaram o caminho: Berry percorre os Estados Unidos e a Europa em shows caça-níqueis, viaja sozinho, sem banda para não ter que dividir o cachê. Toca quinze, vinte hits – como *Roll over Beethoven*, *Johnny B. Goode*,

Maybellene, Sweet Little Sixteen –, dá seus “passos de pato”, lasca uns *licks* de guitarra que soam como uma assinatura, dá dois ou três solos, pega a segunda metade do cachê (a primeira deve ser paga antecipadamente) e cai fora rumo ao próximo show. Viva Chuck Berry!

Para tocar onde quer que o levem, Berry exige um Mercedes quatro portas (que ele mesmo dirige), uma diária de noventa dólares, entregue em mãos, junto com a chave do hotel, assim que ele desembarca no aeroporto, e mais um dólar por quilômetro rodado fora da rota aeroporto-hotel-teatro. Não são exigências assim de nenhum Michael Jackson, mas perto de Chuck Berry, Michael Jackson é apenas um fantoche esbranquiçado.

Little Richard é a mãe de todas as *drag queens*. Com seus gritinhos em falsete, seu pompom capilar, seus olhos pintados e esbugalhados e o som diabólico de seu piano, ele incendiou a América dos anos 50 com uma música selvagem, catártica e ultrassensual. Madonna é uma boneca inflável se comparada a essa bonequinha de luxo que é Little Richard. Precursor da androginia no rock e um de seus artistas mais performáticos, Ricardinho é o pai de Prince. E pai de *prince*, você sabe o que é. Viva Little Richard!

Berry e Richard não se bicom. Andam tocando juntos em festivais pelo mundo afora, mas só são amigos de si próprios. Suas carreiras, no entanto, guardam enormes similaridades. Ambos nasceram muito pobres e tiveram experiências traumáticas na infância. Berry passou três anos num reformatório por tentativa de assalto e Richard viu o pai ser morto na sua frente numa briga de bar. Ambos estouraram em 1955, misturaram estilos e criaram uma nova música (Berry fundiu country e blues, enquanto Richard uniu spirituals e gospel forjando o soul), ambos desenvolveram um apetite sexual voraz (ainda que com objetos de desejo divergentes),

ambos foram traídos pela revolução sonora que ajudaram a criar, ambos ficaram anos esquecidos, ambos deram a volta por cima. Viva Chuck Berry! Viva Little Richard!

Little Richard e Chuck Berry vieram ao Brasil para um festival de jazz. Depois deles, o dilúvio. Os dois pareciam dispostos a homenagear o mais incendiário, inconformista, indômito e indecoroso dos estilos musicais. Mas, na verdade, acabaram prestando dois tributos: Little Richard fez uma emocionada, profunda e devota homenagem a Little Richard. Meia hora mais tarde, Chuck Berry subiu ao palco para um tributo igualmente devoto, profundo e emocionado a Chuck Berry. Nada mais justo: Chuck Berry e Little Richard são o corpo, a alma, o carma, são o pai e a tia do rock'n'roll. Little Richard e Chuck Berry inventaram os Beatles, os Stones, o Nirvana e o Primal Scream. Chuck Berry e Little Richard profetizaram o cabelo comprido, o amor no banco traseiro, o topete, a trapaça, o filho que ainda não veio.

Quem saía, trôpego e em transe, às duas e meia da manhã, pelas calçadas de Moema, tinha todo o direito de readaptar a frase do crítico John Landau e uivar: “Eu vi o passado do rock”. Em seguida, se sentiria compelido a acrescentar: “E ele é melhor que o presente e o futuro”. É impossível fazer rock'n'roll melhor do que Richard e Chuck. Só há uma solução para os que se dispuserem a superá-los: inventar alguma outra coisa – ou calar-se para sempre. Chuck e Richard conhecem todos os truques, todas as táticas, todos os trambiques. São gladiadores natos, com sede de sangue cristão.

O show deveria ser aberto por Chuck Berry. Mas Chuck chegou a São Paulo em cima da hora, não gostou do carro que o aguardava no aeroporto, exigiu a Mercedes especificada em contrato, chegou ao Palace tarde

demais para a passagem de som, e os organizadores convenceram Richard a subir ao palco antes. Mas Richard não subiu apenas no palco: pousou direto em seu piano preto, soprando beijinhos para plateia e declarando que já estava “velho” mas continuava “lindo”. “Fui eu quem inventou o rock’n’roll. Vocês fizeram bem em esperar quarenta anos para me ver”, disse. Em seguida perguntou: “Onde está Chuck Berry? Chuck Berry não quis abrir. Então, abro eu. Gosto de abrir, estou sempre abrindo...”, gargalhou, antes de tascar *Roll Over Beethoven* – um dos principais hits de Berry. “Vocês acham que Chuck faria melhor?”, perguntou ao final da música. A massa urrou, ululante.

De vermelho e preto, distribuindo os broches reluzentes que lhe cobriam o paletó, Richard revelou-se, aos 62 anos, um pastor pagão, uma pomba gira em muitos decibéis, a rainha diaba. Sensualidade, transgressão e libidinagem vertiam de versões relampejantes de *Good Golly, Miss Molly*, *Lucille*, *Old Time Rock’n’Roll*, *Tutti Frutti*, *Long Tall Sally*. Houve até um flamejante *It’s Only Rock’n’Roll (But I Like It)*, dos Rolling Stones. Richard convidou mais de cem pessoas a subirem ao palco e as fez sacolejar o esqueleto. Depois de duas horas de trovoadas sonoras, de gritos primais em falsete, foi embora largando a batata quente nas mãos de Chuck Berry.

Mas Chuck Berry é um pivete de 67 anos e briga de gangue é com ele mesmo. Com seu visual de cafetão do Bronx, bandido com gomalina, corruptor de menores, Chuck – o mercenário da guitarra – subiu ao palco pouco depois da meia-noite com uma Gibson emprestada e uma banda também. Mas os *licks*, o passo de pato, as letras imagéticas, a voz metálica, as costeletas e o bigodinho eram dele mesmo. *Guitar hero* é aquilo ali, meu chapa: cada toque de sua guitarra desvenda o código

genético do rock'n'roll e libera uma carga demencial de energia, lascívia e desobediência. Por duas horas, Chuck Berry desfilou seu cardápio de iguarias, abrindo desafiadoramente com *Roll Over Beethoven* e passando para *Hail! Hail! Rock'n'Roll*, *Sweet Little Sixteen*, *No Particular Place To Go*, encerrando com toda a majestade de *Johnny B. Goode*.

Pois atesto que deuses existem: são negros, tocam guitarra e tocam piano. No dia 30 de setembro de 1993, eles fizeram de um teatro em São Paulo a catedral. Quem viu, viverá.

1o de outubro de 1993

Jerry Lee encarna a decadência

Uma das maiores lendas do rock’n’roll, o pianista que deixava a plateia em chamas, e sem fôlego, era chamado The Killer. Mas ficou incapaz de matar uma mosca.

A grande farsa do rock’n’roll – *the great rock’n’roll swindle* – encarnou na carne flácida, nos ossos porosos e no olhar opaco de Jerry Lee Lewis. O *Killer* não é mais capaz de matar uma mosca, que dirá uma moça. O ex-grande (mas eternamente majestade) Jerry Lee Lewis – o homem que se casou com a prima de treze anos, o sujeito que já enterrou duas ex-mulheres e um filho (por coincidência, Jerry Lee Lewis Jr.), o charlatão genial que botou a América em chamas com suas insinuações roçando a indecência, seu ritmo diabólico e seu sorriso malévolo – veio dar um show em São Paulo. Mas tocou por apenas 35 minutos, e caiu fora sem maiores explicações.

Jerry Lee, o falastrão (“meu show é satisfação garantida ou dinheiro de volta”, dissera ele, de roupão, pés descalços e charuto, no seu quarto de hotel, horas antes), subiu ao palco pontualmente às 22 horas. A pontualidade – suprema ironia – seria sua única virtude na noite. Estava de smoking e black-tie. “*It’s a magnificent honour to be in this part of the world – how you called it? I think is Brazil*” (“É uma honra inaudita estar nessa parte do mundo – como é mesmo o nome disto aqui? Brasil, acho

eu”), disse ele, com seu inglês ébrio, sulista e quase incompreensível, para tascar, logo de cara, *Roll Over Beethoven*, de Chuck Berry. Parecia o início de mais uma noite memorável. Parecia, e só.

Jerry Lee foi logo arrancando a gravata. Depois o casaco, a seguir alguns botões da camisa. Teve mais dificuldade quando foi chegada a hora de arrancar as notas incendiárias de seu piano alugado. Onde estava o homem cuja lendária ferocidade no palco aterrorizou grandes como Elvis Presley e Chuck Berry? A muitas noites e manhãs modorrentas dali, com certeza. Jerry Lee tornou-se famoso pelo seu absoluto controle na alternância emocional das próprias performances: ele levava a música ao limite de um rugido selvagem, martelando ensandecidamente o piano, para, logo em seguida, reduzir a voz a um sussurro sensual e a batida a um murmúrio insinuante, conduzindo-a, depois, a um novo clímax – e era assim que enlouquecia a plateia, decretando o enterro do secular reinado vitoriano no campo do showbiz.

Agora, ao que parece, Jerry Lee preferiu fazer da decadência sem elegância seu modo de vida. Uma opção perigosa – ressalve-se; afinal, algum dia, ele haverá de deparar com uma plateia menos complacente que a brasileira. Ainda que a opção de encará-lo também seja, evidentemente, temerária: Jerry Lee adora andar armado – e, parece, atira bem melhor que certos governadores da Paraíba.

Jerry Lee Lewis já foi Jack, o Estripador, da história do rock. Hoje é uma espécie de Ronald Biggs sem o butim do trem pagador. No entanto, mantém uma certa altivez na sua queda em espiral em direção ao fundo do poço. Há em Jerry Lee – em seus esgares de tédio, de celebração, de superação e dor; em seu cabelo grisalho e ralo, em seu olhar sem foco ou luminescência – aquela dignidade de velhos garçons de Buenos Aires, ou

de porteiros de uma Londres nostalgicamente imperial. Jerry Lee é Lenny Bruce, drogado e de cuecas, contando piadas sem graça nalgum muquifo da 10a Avenida. Jerry Lee é o crooner impertinente de um balneário arrefecido pela menopausa. Jerry Lee é o maître de paletó puído de um restaurante que perdeu as receitas e as estrelas. Ele encarna um verso imortal de Lawrence Ferlinghetti: é o pianista de um cassino abandonado à beira-mar, envolto pela bruma, mas sempre a tocar.

Bem, nem sempre... Quando chegou a quarta música – depois de mais um rock’n’roll e de um country rock –, ficou claro que Jerry Lee não estava ali. Bêbado como um marinheiro irlandês, ele ofereceu uma versão trôpega de sua soberba *High School Confidential* e as mãos tropeçavam no teclado. Com *Good Golly, Ms. Molly* e *Whole Lotta a Shakin’* não foi muito diferente. Jerry Lee ainda tentou seu velho truque: tocar o piano com os pés. Pena que mal conseguisse erguê-los do chão. Depois, queria quebrar algumas coisas – o microfone, a banquetta –, mas não tinha força para tanto. Bom lembrar que foi ele quem inventou essa história de quebrar instrumentos – e incendiá-los também (Jerry Lee botou fogo em seu piano, usando fluido de isqueiro, porque Chuck Berry exigiu fechar um show – e não o abrir – quando algum promotor foi incauto o suficiente para colocá-los no mesmo programa).

Depois de seis músicas e vinte minutos de show, Jerry Lee deu boa noite e caiu fora. Ante a estupefação estupidificada da massa, voltou quinze minutos depois, tocou mais duas músicas – entre as quais *Great Balls of Fire* – e foi embora, de ressaca. Sem submeter-se à suprema humilhação de tocar – numa versão que seria o avesso do avesso – seu clássico *Breathless* (Sem fôlego).

26 de novembro de 1993

CRÔNICAS ANACRÔNICAS

Meu primeiro dia

Não parece que foi ontem. Nem anteontem, para dizer a verdade. Trasanteontem ainda vá, não tivesse a palavra tanta facilidade em se transmutar na aberração “tresontônti”. O certo é que faz tempo, um bom tempo. Era 9 de agosto de 1976 – caiu numa segunda-feira, eu garanto; mas você pode conferir (com a internet ficou muito mais fácil mentir, mas mais difícil também...). Resolvi ir a pé. Foi uma decisão consciente. Não que eu tivesse carro, mas também não tinha paciência para o T3, a nova linha transversal da Carris, cujos ônibus pareciam passar só de hora em hora. Além do mais, já conhecia bem o caminho de inúmeras marchas épicas: do Moinhos à Azenha, de uma moenda a outra, pelas margens do riacho, era uma peregrinação. Pelo menos para mim. Até a pé... etc.

Sim, faz tempo, mas o Dilúvio já não se chamava Jacaré (“rio dos jacarés”) nem separava a sesmaria de Jerônimo de Ornelas da de Francisco Chaves. Mas já estava podre. Os jornais diziam que “em breve” ele estaria limpo. Eu não estava certo de que os jornais dissessem a verdade – não só no caso da despoluição do Dilúvio. Mas achava que os jornais podiam mudar o mundo. Não que o mundo não estivesse mudando – estava, e rápido; só que ninguém sabia bem para onde. Porto Alegre tinha seis jornais. Um deles, a *Folha da Manhã*, sonhava em mudar o mundo. A *Folha da Tarde* também, só que para trás... O *Correio do Povo* tinha certeza (e não havia por que duvidar) que o mundo era seu e que, portanto, não havia por que mudá-lo.

O *Jornal do Comércio* era do mundo dos negócios, que está sempre mudando para ficar igual. O mundo do *Diário de Notícias* estava ruindo. *Zero Hora* era o novo mundo. Pelo menos para mim.

Entrei. Minha primeira visão foi turva. Não era proibido fumar: era proibido não fumar. Em meio à névoa densa e sob o matracar retumbante das máquinas de escrever, achei que só havia velhos no recinto. Eu estava certo: a idade média devia beirar impensáveis trinta anos. Eu tinha dezoito. Achei que eles teriam muito a aprender comigo. Mulheres constituíam cerca de dez por cento da população local: uma dúzia, se tanto. Felizmente uma delas – e logo a mais bonita – seria minha chefe. Pena que ela estava de férias. E o preposto tinha recebido ordens para me tratar mal. Minha fama me precedera: eu era coxinha do bairro Moinhos de Vento e não deveria durar muito ali. Não que o substituto fosse ferrenho cumpridor de ordens – mas essa ele cumpriu. E me tratou bem mal. Acabou sendo bom. Pelo menos para mim. Aprendi com eles, embora ache que ninguém aprendeu nada comigo (deve ser por isso que estou de volta).

Os jornais não mudaram o mundo ao longo dos 41 anos, três meses e duas semanas que se passaram desde aquele primeiro dia para este.

Mas acompanharam e registraram suas mudanças. Quando os jornais não tiverem mais papel, o mundo não vai melhorar nem um pouquinho. Haveremos de suspirar com a expiração dos jornais. E não vai ser de nostalgia.

24 de novembro de 2017

Mil e uma noites

Adoro hotéis. Talvez porque tenha morado num quando criança, com a família, em Porto Alegre. Ele ainda existe: chama-se Lido e fica na Andrade Neves. Depois, aos treze anos, li *Hotel*, de Arthur Hailey, e a paixão se consolidou. O livro era da minha tia Zilah. Ela só lia porcarias. Eu adorava as porcarias que ela lia (embora convenha deixar claro que Arthur Hailey só é porcarias para intelectuais bobos). Como quer que seja, acabei ficando em mais tipos de hotel do que você possa imaginar.

De moquiços sinistros na cracolândia em São Paulo ao Emiliano, na mesma cidade, a mil milhas e mil anos de distância. Em espeluncas escabrosas na Colômbia, em salões suntuosos de Paris. No hotel Niko, em Atlanta, tão automatizado que eu não sabia nem dar a descarga. Na pensão Madre Nuestra, em Tegucigalpa, onde a polícia meteu o pé na minha porta de carabina em punho – mas queriam derrubar a porta ao lado. No Mayflower Hotel, em Nova York, onde, cada vez que Bob Dylan retorna, o porteiro diz: “*Welcome home, sir*”. Em Miami Beach, quando ainda era um lugar fétido, num albergue acima de um neon que soava como broca de dentista anunciando *pan con lechón*, cujo cheiro impregnava o ar – e atraía as baratas. No Frankfurter Hof, durante a Feira do Livro da Alemanha, com Tom Wolfe (de roupão?) no quarto ao lado. No Chateau Marmont, em LA, no Copacabana Palace, num buraco infecto em Rabat, no Marrocos. Aliás, pensei em ti, em Rabat.

Alguns dos piores hotéis em que fiquei – sem ser nas vezes em que fui

forçado pela própria penúria – foram aqueles nos quais *Zero Hora* me pôs nos idos (idos, mas não esquecidos – sou do tipo que guarda os rancores na geladeira) dos anos 70. O Manchete, na Avenida São João, quando alguma coisa (ruim) acontecia no meu coração. O Augusto's, na Barata Ribeiro, em Copacabana, onde os lençóis eram religiosamente trocados – de mês em mês. E um, cujo nome misericordiosamente esqueci, em Buenos Aires, na Calle Maipú. Esqueci do nome, mas não do que aconteceu lá.

Desembarcamos em Ezeiza, o fotógrafo Paulo Franken e eu. Só chegamos ao hotel às duas e meia da manhã – para combinar com as duas estrelas e meia do estabelecimento. O porteiro da noite – the *nightwatch* – estava atrás do balcão, de dimensões similares às de um armário de banheiro. Ele fumava furiosamente, rabiscando com fervor num papel amarrotado. Ele era espantosamente parecido com as bitucas que transbordavam do cinzeiro. Não se dignou a levantar os olhos, nem quando fazia nosso registro. “*Nombre?*”, latiu ele.

– Eduardo Bueno – respondi. “*Pero puedes llamarme*”, completei, caprichando no espanhol, de “*Eduardo Malo...*”.

Ele enfim ergueu a cabeça. Mirou-me de cima a baixo com o cigarro nos lábios amarelados pela nicotina e, balançando a mão de um lado para outro, vaticinou: “*Eduardo más o menos...*”.

PS – Ele talvez tivesse razão.

Mas agora estou hospedado num palácio em Abu Dhabi – às custas de *Zero Hora*.

15 de dezembro de 2017

Memórias do cárcere

Já fui preso onze vezes, em seis línguas diferentes. Fui preso em norueguês, em italiano, em chinês, em espanhol (duas vezes), em inglês (três) e em português. As menos interessantes foram as três no meu idioma nativo – essas, não conto nem sob tortura.

Em norueguês, fui preso em Flan, uma aldeia minúscula. Era novembro de 1978. Eu estava num albergue. Tinha um africâner lá. Em pleno café da manhã, ele zuniu que todos os negros deveriam ser varridos do mundo. Meu sangue enregelou-se como a neve, essa supremacista branca que recobria as montanhas. Urrei impropérios. Ele cuspiu na minha cara. Esmaguei-lhe a barriga com a mesa entre nós e a parede às costas dele: as tripas do miserável quase lhe saíram pela boca suja. Fomos conduzidos coercitivamente à delegacia, onde o escrivão ouviu o depoimento das testemunhas oculares da história. Saí aclamado da cadeia. O sujeito ficou lá. Tomara que ainda esteja.

Em italiano, fui preso em Veneza. Perdi o horário do albergue. Bati na campainha mil vezes, arranhei a madeira com as unhas, verti lágrimas de sangue (ou seriam de tinto?). Após meia hora de silêncio, entendi que teria de dormir na rua. Era dezembro de 1978 (eu acabara de deixar a cadeia em Flan). Encostei-me num muro roído pelo tempo, tiritando. Então, um camburão aquático, com um farol do tamanho do bumbo da Geral do Grêmio, iluminou minha cara. E a dos dois punguistas argelinos a uns três metros de mim. Deslizamos pelos canais da Recife italiana a bordo da bat-

lança, algemados. Os jihadistas amadores tentaram puxar conversa. Ignorei-os. Eu havia feito a cobertura da Copa de 1978 por *Zero Hora*. Tinha visto a Azurra jogar e ser garfada pela Argentina. Escalei o time todo e critiquei o juiz safado! Deixei a cadeia como qualificado cronista esportivo. Mas só ao raiar do dia seguinte, porque os gentis carabinieri não me deixaram dormir ao relento, nem partir sem um bom desjejum...

Em chinês, fui preso em Wenzhou. Foi em 2010. Eu pesquisava para a biografia de um admirável empresário sino-brasileiro. Meu irmão fez fotos do rio onde a família que eu biografava florescia desde o ano 1610. Mas era “zona de segurança”. Um recruta quis tomar a máquina dele. Depois um cabo, um sargento, um pelotão; aí veio a polícia civil, depois os “membros do partido”. Até que um carro rangiu as rodas e dele saltaram três homens de preto. *The men in black*, com reforço. Eles nos levaram. Chegamos ao Dops de lá e já sabiam tuuuuudo sobre nós, talvez até que eu era o Peninha, do *Pra começo de conversa*. Da TVE. Os agentes secretos tiraram fotos comigo. Não me pareceram muito secretos para agentes, mas você sabe, chineses são todos iguais mesmo. Saí como um escritor consagrado da cadeia.

A banda Titãs já cantou com a sabedoria dos doidões: “Polícia para quem precisa de polícia”. Os Titãs e eu não precisamos de polícia. O Brasil precisa. As outras prisões, conto outra hora.

5 de janeiro de 2018

Reação em cadeia

E, então, como ia contando, já fui parar na cadeia em onze ocasiões. Não só isso: levei voz de prisão em seis idiomas – o que me torna um presidiário reincidente, mas poliglota. Semana passada, relembrei minhas detenções na Noruega, na Itália e na China. Se você não leu, escapou. Mas faltou espaço para as vezes em que fui preso em espanhol (duas) e em inglês (três). Quanto às três ocorrências sem lustro e sem graça na minha língua natal, declinarei de recordá-las, como já confessei.

Fui preso no México. Aconteceu em fevereiro de 1979, e foi assim: decidi dormir nas ruínas zapotecas de Monte Albán. Era para sacar a vibração. Aliás, tremenda *bad vibe*, *bró...* Esperei a noite cair, pulei a cerca e me instalei com meu saco de dormir ao pé do famoso “edifício J” (um milenar observatório astronômico). Sonhei que alguém me chutava no ombro. Acordei – e havia um guarda me chutando no ombro. Ele estava com um rifle apontado bem para o meu nariz. “*Qué piensas, gringo?*”

Na chefatura, argumentei que fora zapoteca numa vida anterior. Menti, é claro (fui maya quiché). Defendi com candente entusiasmo a superioridade física, intelectual e espiritual dos zapotecas sobre os toltecas, olmecas, chichimecas, tlaxcaltecas e qualquer outro povo eca desses aí. Saí da cadeia como um ilustrado Indiana Jones, que aliás sequer existia.

Minhas três detenções seguintes foram por infrações de trânsito que extrapolaram as medidas. Fui preso no Chile, em janeiro de 1995. Vinha

dirigindo pelas solidões solares dos salares do Atacama. A estrada era tão reta e deserta quanto a Transamazônica em 1974. Uma transdesertônica, por assim dizer. Como poderia eu supor que, de tocaia atrás de uma duna, havia dois carabineiros egressos dos tempos de Pinochet? E que a velocidade máxima eram míseros 90 km/h?

Fui pego pelos ratos do deserto, levado na viatura até Copiapó e posto na frente de um juiz com cara de sapo, papada balouçante e ar repugnante – uma espécie de Gilmar Mentos. Ele me inquiriu: Você é um infrator? Sim. Um irresponsável? Sim. Um cocô frito? Sim. Um cocô frito mole? Ah, não, aí não. Você já foi preso no Chile? Melhor concordar com o que eles dizem... Saí do tribunal me sentindo um cocô frito mole.

Fui preso nos arredores de Braselton, na Georgia, sul dos Estados Unidos, em 1996. Estava a 188 km/h – culpa da estrada perfeita, do som do REM e de um compromisso inadiável. Na delegacia, expliquei para o inspetor: “Estou atrasado para encontrar a Kim Basinger. E ela odeia atraso...”. O cara riu na minha cara. Eu disse: “Liga para ela”. Dei o número. Ela atendeu. Ela era dona da cidade. Dona de Braselton. Literalmente. Perguntou se eu havia cometido alguma barbaridade, além do excesso de velocidade. Disseram que não. Ela mandou me soltarem no ato. Saí da delegacia como o latin lover que nunca fui.

Bob Dylan certa vez escreveu: “Para viver fora da lei, você tem que ser honesto”. Sou um fora da lei.

12 de janeiro de 2018

O Guarujá

Não sei se está gramaticalmente correto, mas sei que está certo para quem vive lá. Não se diz “em Guarujá”; diz-se “no Guarujá”. Tipo na frase: “Tenho um tríplex no Guarujá”, entende? Sei disso porque, antes de meu pai falir, veraneávamos no Guarujá, embora nunca tenhamos tido tríplex lá. Os tais veraneios foram nos anos 60, quando ele obteve visto e nos mudamos para São Paulo – de mala e sem cuia.

Diziam que o Guarujá era chiquésimo e, para mim, aquele artigo definido era a prova definitiva de que era mesmo. “Vamos para o Guarujá.” Ah, a frase soava como música. E, embora eu gostasse de me fingir de Robinson Crusoe naquela ilha – sim, Guarujá fica numa ilha, a de Santo Amaro –, não imaginava que um dia escreveria livros sobre ela, pois não fazia ideia de que Vespúcio, Martim Afonso, Brás Cubas, o padre Anchieta e o incrível Hans Staden, entre outros ícones do Brasil colônia, tinham vivido ali. Tampouco podia supor que o Guarujá já não era sombra do que fora – em termos de finesse. Mas suspeitava menos ainda que, meio século depois, a praia estaria pior do que ficaram as finanças do meu pai.

Guarujá virou meca dos grã-finos paulistas em 1893, quando a família Prado construiu lá o incrível Grand Hôtel de la Plage, que ardeu em chamas em 1897, foi comprado pelo magnata Percival Farquhar, então dono do Brasil, e, depois de remodelado por Ramos de Azevedo, reabriu com fulgor em 1912. Sério: dê um Google e veja o que era o Grand Hôtel

de la Plage. Em 1946, o jogo foi proibido e o hotel – que também era cassino – mergulhou na decadência. Foi demolido em 1959. Guarujá jamais voltaria a ser o mesmo. Nascido em 1958, o que eu podia saber disso?

Mas o que logo soube, e sei, é que, a partir do fim dos anos 70, ocorreu no Guarujá o mesmo que em todas as melhores praias brasileiras, de Torres a Boa Viagem, de Garopaba a Ipanema, de Porto Seguro à Pipa: o mau gosto, a especulação, o turismo predatório, hordas de gente burra e feia, rica ou pobre, de todas as cores e gêneros, agindo sem controle num país que nunca teve visão (nem zoneamento ecológico), chegaram em busca dum “pedacinho do paraíso”. E arrasaram com tudo.

Surgiram prédios medonhos. No Guarujá, do lado duma língua negra, está um deles. Chama-se Solaris e fica na praia de Astúrias. Começou a ser construído pela Bancoop, que, à falência, repassou a obra para a OAS. No topo, o Solaris tem uma cobertura tríplex. Mas é tão brega que eu não a queria nem de graça. Como propina, então, revelo (mas só aqui entre nós) que meu preço é mais alto. Talvez, quem sabe, um apartamento em Paris, na Avenida General Foch. Ou um sítio em Atibaia, desde que sem pedalinhos.

Porque, afinal, como veraneei no Guarujá, ainda me acho um cara chique. Embora tal sensação seja, é claro, tão ilusória quanto a fortuna – e o tríplex – que meu pai nunca teve. Até porque, dele, só herdei a vergonha na cara. E uma doença no pulmão.

19 de janeiro de 2018

Não me leve a mal

Desde o primeiro dia, a trilha sonora do Brasil soou polifônica, polimórfica, ritualística e, é claro, antropofágica. Tanto é que enquanto na proa, sob a cruz estampada no velame, um certo frei Maffeu modulava no órgão sua melodia sacra – enchendo de ânimo os marujos da frota de Cabral –, na praia, sob o dossel da floresta, os tupis se punham a chacoalhar seus maracás, balançando os guizos no compasso da criação. Mais tarde, um grumete dedilhou a gaita e Bartolomeu Dias deu um “salto real” nas areias alvas de Porto Seguro, surpreendendo a indiada. Mas não tanto quanto os nativos iriam estarrecer os portugueses tão logo soprassem suas flautas: elas eram feitas dos ossos dos inimigos que eles haviam devorado...

Foi apenas uma amostra rumorosa do que estava por vir: o nascimento de uma nação destinada a se tornar uma das mais musicais do mundo, na qual todos os cantos, todas as vozes e todos os ritmos afinaram-se para fazer com que o planeta, mais do que simplesmente girar, bailasse... Mas é claro que, naquele alvorecer, enquanto lusos e tupiniquins cantavam e dançavam juntos ao som do mar e à luz do céu profundo, como diz a carta de Caminha, ainda faltava o ingrediente primordial: os ritmos, as danças e os cânticos que viriam da África. Quando eles chegaram, em meio às indizíveis infâmias do tráfico de escravos, a alquimia sonora se completou. E o Brasil começou a forjar a música que ajudaria o mundo a não ser tão ruim da cabeça e doente do pé.

Mas ainda seria preciso esperar três séculos para que o lundu africano e a modinha portuguesa concretizassem seu flerte, misturando a casa-grande e a senzala para dar à luz o bendito fruto do maxixe. Consubstanciou-se assim o mistério do samba: o santo batuque, a dança lasciva, o ritmo hipnótico, a pulsação do bumbo na mão dos bambas, umbigo contra umbigo, batendo na cadência do coração. Um som tão retumbante que, após anos na ilegalidade, viraria, em meio ao período mais repressivo da Era Vargas, a trilha oficial do Brasil: a música que embala, na Sapucaí, “o maior espetáculo da Terra”.

Está tudo muito bom, tudo muito bem, e se trata de uma linda trilha sonora. Eu já a estudei um tanto. Tanto que, recentemente, editei o livro de Nelson Motta *101 Canções que tocaram o Brasil* (cuja recomendação aproveito para deixar). Mas o fato é que tenho uma confissão a fazer. Ocorre que, no Carnaval de 1962, minha mãe decidiu fantasiar meu irmão de Tarzan e a mim de cupido. Ambos usávamos tanga e portávamos flechas. A questão é que, enquanto a fantasia dele se impunha definitivamente viril, a minha era, no máximo, romântica. No ano seguinte, ele foi de Eder Jofre. E eu, de galo. Só que, com aquele penacho abanando no traseiro e a crista flácida que jamais ficou ereta, não havia como não achar que eu estava ali de galinha. Com muita boa vontade, um frango.

Portanto, não me leve a mal, mas eu odeio Carnaval.

9 de fevereiro de 2018

Halterocopismo

Meu pai era alcoólatra.

Agora, se você acha que estamos prestes a mergulhar nas memórias do subterrâneo de Dostoiévski e que seguiremos trôpegos rumo ao velho e ao bar de Hemingway, ou que vamos percorrer as sarjetas sórdidas de *O farrapo humano*, filmaço de Billy Wilder (1945), cantarolando *O ébrio* (1946), de Vicente Celestino, ah, então você pegou a barca errada. A coisa aqui está mais para Bukowski ou, vá lá, Zeca Pagodinho, embora meu velho nunca tenha sido chegado numa ceva – acho que ele achava loiras geladas coisa de amador. E o coroa era profissional: bebia como um atleta. Atleta de fundo, é claro. Um medalhista em halterocopismo.

Como você deve saber, neste mundo politicamente correto já não se diz mais alcoólatra: o “certo” agora é alcoolista. Certo para a maioria. Errado para meu pai. Afinal, se a palavra alcoólatra é, como a etimologia determina, “aquele que adora o álcool”, estamos diante do caso certo. Meu progenitor era fiel discípulo de Baco – embora vinho também não fosse seu prato favorito. Ele gostava mesmo de uísque, de vodca e de gim. Em doses colossais.

Ou seja, um perito, um expert, um conhecedor – tenaz e perseverante.

Mas meu pai nunca encheu o saco de ninguém – sem ser o da minha mãe, claro. Nunca deu vexame, nunca vomitou (pelo menos não em público), nunca fez discursos incompreensíveis e intermináveis (embora por vezes recitasse uns poemas). Ele não bebia para esquecer – até porque

lembrava de tudo. Ele não bebia para afogar as mágoas – as dele nadavam muito bem. Aliás, acho que meu pai nem bebia: “Quem bebe é o Araújo”, dizia ele. Minha mãe rebatia: “O coitado tem um encosto e nem sabe...”. Se era um encosto, o Araújo deu muito apoio para meu pai. Mas nunca conheci o Araújo.

Nem o Ateneu.

Ouvi falar do Ateneu quando tinha doze anos. Minha mãe estava viajando e, quando levantei, às 7h, para ir para o colégio, dei de cara com meu pai chegando em casa: “Onde tu tava até esta hora, pai?”. Ele me olhou com triste ternura, pensou um pouco e respondeu: “No enterro do Ateneu, meu filho”. Fiz cara de espanto, então ele explicou:

“Ah, era um amigo de infância, lá de Muçum. Coitado, morreu feito um passarinho...”.

Não estou usando este nobre espaço para defender o álcool – até porque prefiro ervas naturais. Sei de quantas vidas, famílias, reputações e empregos o álcool já afogou, e afoga – no Brasil e alhures. Só estou querendo dizer que nem todos os casos de alcoolismo são iguais e que existem algumas pessoas mais equipadas do que outras para percorrer o caminho dos excessos em busca do palácio da sabedoria. Não que meu pai tenha chegado lá – mas que tentou, tentou. Até morrer, dormindo, aos oitenta anos. Feito um passarinho.

Mas quer saber? Se vivo fosse e tivesse que votar nas eleições de outubro, não sei o que o velho Milton faria. Mas suspeito que iria com o Araújo no enterro do Ateneu.

Ainda bem que agora já tenho idade para acompanhá-los.

19 de abril de 2018

Rainha do lar

Sim, eu sei que o Dia das Mães já passou faz quase um mês. Acontece que, desde 30 de maio de 1958, para mim todo dia é dia das mães. Meu analista disse que não vê nenhum problema nisso. Bom, falando sério, de olhos bem abertos e sem flerte edipiano: muita gente, incluindo meu analista imaginário, acha que falo demais na minha mãe. E eu acho que eles têm razão: volta e meia me pego contando histórias da velha. É que, para um fabulador como eu, ela era um manancial de causos e frases feitas – a maioria delas feita em casa. Brizola, por exemplo, era “o pequeno Nero da Praça da Matriz”, para o qual ela pensava em enviar uma lira “para ele dedilhar enquanto Porto Alegre arde em chamas”. Ao mesmo tempo – na verdade dez anos depois –, definiu o general Geisel (esse que voltou a ser má notícia faz pouco) como “um frade de colégio interno que trocou a batina pelo uniforme”.

Mas era para o senhor meu pai que ela reservava seu melhor: o “eterno ausente”, uma espécie de “ímã para cafajestes” que sabia “o lugar de qualquer coisa, desde que ela não estivesse em casa”. Quando os dois se separaram, ela chamou a mim e ao meu irmão para disparar seu julgamento final. A gente ficou torcendo para enfim ouvi-la proferir um palavrão. Ela nos encarou e disse: “Meninos, lamento informar, mas o pai de vocês é um...” – rufar de tambores, expectativa crescente – “um... periférico”.

Beatriz marcou época em certos círculos porto-alegrenses. Pode

perguntar por aí. Ela, bom, ela “ditava moda”. Era versada em etiqueta e “recebia divinamente”. Um amigo meu a apelidou de condessa arruinada. Fazia sentido. Meu pai faliu e minha mãe perdeu quase tudo – o mordomo Alaor, a engomadeira, a passadeira, a cozinheira, a copeira e o motorista. Mas, entre as coisas que ela manteve, uma delas foi as aparências. O charme e uma certa empáfia também sobreviveram.

Tem gente que me acha autocentrado, egocêntrico, falastrão e metido a besta. Mas também simpático, extrovertido e... falastrão. Acham isso porque não conheceram minha mãe. Ela, sim, era efusiva, entusiástica, rápida e meio doida. Mas só quando lhe convinha. Ela começou a fazer exercícios físicos antes de Jane Fonda. Virou natureba bem antes disso virar modismo. Ela nunca fumou, ela nunca bebeu, ela nunca perdeu o estilo. Quando meu coroa ficou duro, ela arregaçou as mangas (de cetim), ralou muito e refez sua vida. Foi uma das primeiras mulheres da “sociedade” a ir à luta. Tanto que, um dia, cheguei em casa, virado, e ela, de penhoar e pantufas com pompom, já estava ao telefone, antes das 7 da matina. Dizia: “Seu Antoninho, quando a morte se aproximar, vou mandar vir pela sua transportadora: não chega nunca”.

Seu Antoninho deve ter incrementado seus serviços. A morte chegou cedo para minha mãe, lá se vão quase duas décadas, quando ela tinha míseros 67 anos. Bem que meu pai sempre disse que ela deveria ter bebido mais e feito menos exercícios.

1o de junho de 2018

Canela à venda

Fui gerado em Canela, cidade vizinha de Gramado. Foi meu pai, uma figura que cintilava entre o fascinante e o assombroso, quem me contou. Em detalhes, aliás. Que eu nem sei se queria saber. Mas, vá lá: agora eu sei. Tudo se deu numa casa com a dignidade imponente que só a madeira – de araucária – é capaz de conceder às casas. Ela ainda está lá, amarela, entre hortênsias e pinheiros, perto das ruínas espectrais do Cassino de Canela, e meu irmão vive nela. Passei ali quase todas as férias escolares de inverno e de verão. E foi assim que Canela virou o melhor lugar do planeta para mim: meu Parque Triássico particular.

Sim, Hollywood, Spielberg & Michael Crichton, tadinhos, criaram o Parque Jurássico deles. Ocorre que o Triássico – período durante o qual boa parte da ossatura geológica de Canela se constituiu – veio antes e foi mais duradouro, mais turbulento e mais explosivo em vida primitiva. Aos sete anos de idade, entre xaxins descomunais, riachos que murmuravam, nós de pinho simulando meteoritos e penas de gralha-azul mescladas a pedregulhos pontiagudos (que, para mim, só podiam ser flechas de homens de Neanderthal), fui um guri feliz.

Mais tarde, aos dezessete, descobri Rambo. Não o deles, o nosso: Balduino Rambo, jesuíta gênio das ciências naturais, autor do clássico *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*. E então, o que fora apenas devaneio infantil revestiu-se do peso e da leveza do saber – sem deixar de ser lisérgico. Fiquei sabendo que o Campestre Canella surgiu na exata porção

de terra onde a floresta subtropical pluvial começa a ceder lugar aos soberbos Campos de Cima da Serra, com a mata cerrada abrindo espaço às clareiras recobertas por gramíneas, capões, pinheirais e lajeados por sobre os quais deslizam os córregos que cantam.

Pois o primeiro local onde se dá essa transição, tão sublime e típica, é o campo no qual se ergue o Palácio das Hortênsias, inaugurado em 1954 para ser a casa de veraneio dos governadores gaúchos, quase ao lado do campestre onde o pioneiro João Corrêa fez o agora centenário Grande Hotel Canela. No ano 2000, os nove hectares do parque foram cedidos pelo Estado à prefeitura de Canela. Agora, como *ZH* já noticiou, a prefeitura pensa em repassar a área à iniciativa privada, e uma empresa de Balneário Camboriú – a mais medonha das praias catarinenses – pretende erguer ali um centro de eventos, um hotel com duzentos apartamentos (de fato, há poucos na região) e estacionamento para mais de mil carros.

A questão se definirá numa votação na Câmara de Vereadores, no dia 13 de agosto.¹²

Não sei o que vai rolar. Mas sei que, quando tivermos voltado todos ao pó de onde viemos, o campestre estará lá onde sempre esteve – pelo menos desde o Triássico. De todo modo, se o projeto chamado Canela do Futuro for adiante, tenho uma modesta proposta: mudar o nome para Futuro do Pretérito. Mas daí pelo menos Canela vai parar de querer imitar Gramado: vai imitar Balneário Camboriú.

3 de agosto de 2018

¹² A Câmara de Vereadores de Canela suspendeu a votação *sine die*. O parque sobrevive.

Espírito do Natal presente

Todo escritor que se preze tem um conto de Natal. Nunca escrevi um conto de Natal. Se tivesse escrito, suspeito que seria tortuoso, ambíguo, até um pouco turbulento, como alguns dos meus Natais. Talvez fosse mais ou menos assim o conto que nunca escrevi:

Sujeito é um notório ladrão de joias. Foi preso, dedurado pela mulher – denúncia espúria, uma vingança rasteira e vil, feita por razões de foro íntimo, que não cabe aprofundar aqui. O cara ficou guardado no Central. Ou em Bangu, ou no Carandiru. Algum lugar ruim desses. Pegou doze anos, apesar das atenuantes. Encontrou tempo – e conseguiu livros – para ler na cadeia: Dostoiévski, Rubem Fonseca, Kafka. E Dickens, lógico. Teve bom comportamento naquele mundo pútrido. Agora, acaba de obter o indulto de Natal.

Sai do Carandiru, ou do Central, ou de Benfica, com uma mão na frente e outra atrás. Quer encontrar o filho que não vê há três anos. O guri já deve estar com uns seis; ou já terá oito, o pirralho? Sabe como é, o tempo voa, mesmo atrás das grades. Quer dar um navio para o piá – o presente sempre pedido, que ele nunca teve tempo (ou ânimo, ou paciência) para dar. Mesmo sem um tostão, vai para o shopping mais por rima do que por razão.

Ao entrar, dá de cara com o guarda que o prendeu quatro anos atrás. O desgraçado foi demitido da força pública e agora faz bico como segurança numa... joalheria. Eles se veem. Trocam olhares turvos, ermos e sombrios,

que logo se tornam rancorosos e faiscantes. Gaspar, o presidiário, segue seu caminho. Garcia, o segurança, o segue com os olhos. Gaspar conclui que está no lugar errado, na hora errada – mas ainda não imagina o quanto. Na verdade, imagina o oposto quando, ao decidir deixar o shopping pelo estacionamento, vê um anel de brilhantes no chão. Quando o apanha, percebe que a joia ainda tem etiqueta. Decide voltar para devolvê-la à loja de onde ela saiu ou de onde foi, foi...

Sirenes soam seu alarme estridente. Correria e pandemônio. As portas são trancadas, ninguém entra, ninguém sai. No atropelo, Gaspar percebe que o anel rolou para o forro de suas calças, escorregando pelo bolso furado. Olha para os lados em desespero. Vê uma porta de serviço. Entra. É o vestiário dos funcionários. O Papai Noel está trocando de roupa: é a troca de turno. Gaspar se mete nos trajes do bom velhinho. Quando dá por si, está instalado no trono vazio, a basta barba postiça a comichar. Os ladrões fugiram, as coisas estão voltando ao normal. Garcia passa por ali enquanto os pais levam os filhos para fazer os pedidos ao Santa Claus. Um menino senta em seu colo. Gaspar sente o coração se apertar – mas não de medo.

– O que você quer, meu filho? Um navio?

O garoto se surpreende, mas se recompõe:

– Navio eu já te pedi três vezes e tu nunca me deu.

Gaspar engole em seco e molha os olhos.

– Agora, quero dar para minha mãe uma coisa que meu pai sempre prometeu e nunca deu... Um anel bem bonito...

22 de dezembro de 2017

Noite feliz

O comunismo estragou o Natal. Pelo menos o meu, em 1974. Eu tinha dezesseis anos e havia acabado de ler *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels. Mas calma: não fui forçado a fazê-lo por um professor mal-intencionado. Estávamos nos anos 70, e a gente só entrava em fila, “cobria”, cantava “Eu te amo, meu Brasil” e aprendia sobre o milagre brasileiro, a Transamazônica e as duzentas milhas nas aulas de Moral e Cívica, sem doutrinação alguma, nos bons tempos da escola sem partido. Assim, li o tal livro por livre e espontânea vontade. E, na noite de Natal, concluí que estava pronto para discutir sobre esquerda e direita (e cristianismo e hipocrisia) com meu pai. E ele, normalmente um sujeito brando, respondeu-me com... um tapa na cara. E não foi de luva. Achei um tanto deselegante da parte dele. Dando a discussão por encerrada, saí porta afora.

Caminhei sob o bafo úmido da noite rumo à casa de minha namorada – que também tinha dezesseis, mas lia Strindberg, gostava da pintura de Kokoschka e traduzia Bob Dylan de ouvido. Ao chegar à casa dela, vendo pela janela a festa tipicamente alemã, com abundância e requinte, e o segurança do lado de fora comendo num pratinho de papel, dei meia-volta sem bater na campainha. Então, à margem de uma avenida voraz, um carro bateu na traseira de outro. Os motoristas desceram, grunhindo feito insetos hostis. Um deles retornou para o carro, pegou uma faca de prata (embrulhada para presente) e meteu-a na barriga do oponente. O corpo

ficou estendido no chão. Desisti de vez do Natal.

Por anos a fio.

Só em 1987 minha mãe descobriu que minhas filhas (então com sete e quatro anos) jamais tinham ouvido falar no bom velhinho, nem comido peru (até porque éramos vegetarianos) e muito menos cantado *Noite Feliz*. A mãe delas e eu costumávamos fugir para uma praia selvagem (no tempo em que elas existiam) e passávamos o Natal e o Ano-Novo em meio à mata, sob os murmúrios de uma cachoeira (e o zumbido dos pernilongos), saudando o solstício de verão num rito ancestral. E com a certeza de que estava tudo errado com o Natal.

Então, houve o milagre. A avó arrastou as netas para a casa dela, vestiu-as com babados e organdis e as colocou frente às luzes faiscantes de uma árvore enorme (cujos enfeites tinham sido de minha avó, dentre eles uma bola de Natal que era o Zeppelin). Aí, apresentou-as ao Menino Jesus no presépio de porcelana e, com o porteiro como Papai Noel (pouco importava se ele era negro e esquelético: um travesseiro na barriga e a basta barba falsa resolveram a questão), as cobriu de presentes.

A tradição foi resgatada. O ritual restou salvo.

Acho que, caso fossem convidados, até Marx e Engels botariam as barbas de molho e curtiriam a festa da minha mãe.

Mas, como ela não está mais aqui, fica a dica: neste Natal, evite discussões filosóficas. Reserve-as para o Réveillon de 2018 para 1964, que vem vindo aí.

21 de dezembro de 2018

Adeus ano velho

Feliz 2022. Sério, sem piada. A não ser, é claro, que você prefira um feliz 5779, pelo calendário judaico (contado a partir de “um ano antes” da criação do mundo – ou seja, o ano zero); ou feliz 4745, pelo calendário chinês (contado a partir do início do reinado do Imperador Amarelo); ou feliz 2562, pelo calendário tailandês (contado a partir da morte do Buda); ou feliz 1440, pelo calendário islâmico (contado a partir da fuga de Maomé para Medina).

Ok, já deu para entender o relativismo cultural. Mas o fato é que todo mundo (quase que literalmente) estará festejando, depois de amanhã, o aurorescer de 2018. Que história é essa de 2022, então? Simples: o velho e bom frei Dionísio, o Exíguo (ou, vá lá, Dionísio, o Humilde, como o chamavam alguns), errou a data do nascimento de Cristo por (pelo menos) quatro anos.

Nunca ouviu falar em Dionísio, o Exíguo? Talvez não. Ainda assim, você passa todo ano na companhia dele, desde o ano em que nasceu. Foi o Exíguo – que veio ao mundo na atual Romênia, por volta do ano 470 (segundo o calendário que ele criou e nós usamos) – quem inventou o anno Domini, ou ano do Senhor, determinando a contagem do tempo a partir do nascimento de Cristo. Ele fez isso em Roma, no ano que viraria 532 – mas que, até então, era o ano 264 da Era Diocleciana. E o problema, para Dionísio, estava justamente aí: o imperador Caio Aurélio Valério Diocleciano tinha sido um contumaz e irrefreável caçador de cristãos.

Como a contagem do tempo poderia seguir adiante se era em homenagem ao tirano?

Dionísio podia ser o Exíguo, o Humilde ou mesmo o Pequeno (alguns o cognominam assim). Mas também era esperto, dedicado e trabalhador. Apesar de matemático, traduziu mais de quatrocentos cânones apostólicos do grego para o latim, bem como os decretos do Concílio de Niceia (aquele no qual a Bíblia foi cortada, editada e manipulada, no ano de 325 – segundo o calendário de Dionísio). Dionísio concluiu que o único marco digno o suficiente para estabelecer o ano 1 era o nascimento de Cristo. Com base nos esparsos dados citados pelos apóstolos Lucas e Mateus, calculou a data. Errou por pouco. Por quatro, talvez cinco anos. Bem menos do que os exatos duzentos que sua proposta levou para “colar”. Isso se deu por obra do Venerável Beda, monge anglo-saxão, que em 732 publicou a História Eclesiástica do Povo Inglês, livro a partir do qual não só se inicia a historiografia britânica como também o ano 1 enfim emplacou – não com quatro, mas com 731 anos de atraso...

Já houve outras tentativas de criar um ano 1.

E até um desastroso ano zero, como quis o ditador Pol Pot e seu medonho Khmer Vermelho, no Camboja. Se o planeta tivesse acabado no dia 16 de dezembro, lá em Abu Dhabi, talvez estivéssemos vivendo agora um novo ano zero. Mas ainda bem que não acabou: este lindo planeta azul bem merece girar por outros 4,5 bilhões de anos. Um feliz 2022, todo azul para você!

29 de dezembro de 2017

Feliz ano velho

Ah, sem dúvida foi um *annus horribilis* – para usar a expressão latina empregada nos discursos lamurientos de reis e rainhas justificando aos súditos os tempos de vacas magras. Claro, houve o armistício em novembro – mas foi uma pacificação pesada, indigesta, de consequências dúbias.

Já para o meio ambiente, as coisas não andaram nada bem: novas espécies engrossaram a lista de animais extintos. O assunto mais controverso, porém, foi a saúde do presidente eleito: rumores sobre sua doença, talvez letal, não ajudaram a apaziguar os ânimos. Tampouco as manifestações populares e os quebra-quebras – que, segundo alguns, tiveram por trás a mão dos anarquistas. Mas nada pior do que a epidemia que assolou o Brasil, com o vice no poder e o país dividido.

Em suma, 1918 não vai deixar saudade...

O ano começou com o mundo em guerra, todo mundo sabe. E a matança sem siso e sem tino já vinha rolando desde 1914, quando enfim o Brasil percebeu que não poderia mais se fazer de desentendido. Mas o país só entrou na dança em agosto de 1918, quando o baile tétrico já estava acabando. E foi um fiasco: em frente à costa africana, os navios brasileiros confundiram um cardume de golfinhos com submarinos alemães e “afundaram” todos (na chamada “batalha das toninhas”). A única coisa que nossos marinheiros pegaram foi... gripe. A gripe que passou à história como “espanhola”, mas que ninguém sabe onde começou, embora o

primeiro caso oficial tenha sido no Kansas, nos Estados Unidos. Cerca de cinquenta milhões de humanos morreram. Mas, de onde aqueles vieram, havia outros. E a espécie sobreviveu.

Pior foi o caso dos periquitos-da-carolina, que tinham o hábito de se reunir ao redor de um membro moribundo, o que facilitou sua caçada e extermínio. O último pássaro, batizado Incas, morreu em um zoológico nos Estados Unidos em agosto de 1918. Pouco antes, morrera Martha, o último pombo-passageiro, e, a seguir, o derradeiro pássaro-gancho, do Havaí. Pelo mundo todo, eclodiram rompantes anarquistas – mas sem relação com as extinções aladas.

Já no Brasil, as coisas ficaram feias quando o presidente eleito teve que baixar hospital. Rodrigues Alves já havia sido presidente de 1902 a 1906. Voltou a concorrer e se reelegeu em março de 1918. Caiu contagiado pela gripe espanhola no dia de sua posse, 15 de novembro. Quatro dias antes, na décima primeira hora do décimo primeiro dia do décimo primeiro mês (às 11 da manhã de 11 de novembro), milhares de clarins haviam soado anunciando o fim da I Guerra. Começava a nascer a II.

Sem *spoiler* : Rodrigues Alves não voltou a tomar posse, já que morreu no dia 16 de janeiro de 1919.

O vice, Delfim Moreira, então assumiu de vez o cargo, dando início à chamada “regência republicana”, período turbulento, repleto de convulsões sociais. Um ano e seis meses depois, vitimado pela sífilis, ele também morreria. Ainda bem que a história jamais se repete – a não ser, quem sabe, como farsa. Porque tragédia já há de sobra.

28 de dezembro de 2018

Sinais de fumaça

Era uma vez, fins da década de 70, e eis que tive uma ideia genial. Está certo que quase ninguém mais achou que fosse. Mas eu achei. Para dizer a verdade, talvez ainda ache. O plano mirabolante consistia em processar o governo porque, ao me impedir de fumar maconha, ele estava me impedindo também de exercer minha profissão: o duro ofício de escrever.

Meu irretocável enunciado seria assim: em primeiro lugar, eu, indubitavelmente, era um atleta, pois já havia corrido quatro maratonas (a melhor em três horas e treze minutos) e nadava feito peixe (50 metros em 28 segundos). Está certo que tais índices tinham sido obtidos sem exame antidoping, mas poxa... Era também marido exemplar e, para provar, convocaria ao tribunal minhas duas ex-mulheres – mesmo que isso talvez viesse a aumentar meus gastos com os advogados delas. Como sempre fui pai extremoso, minhas filhas, lágrimas nos olhos, provas vivas, seriam igualmente intimadas a depor (um acréscimo na mesada delas não iria me arruinar).

Também seria preciso deixar claro que estávamos frente a um profissional dedicado e muitíssimo bem-sucedido; bem dizer, um gênio (tese a ser defendida pela senhora minha mãe). Mamãe, aliás, estaria lá para provar ainda que eu era o protótipo do bom filho (já meu pai, o “eterno ausente”, não daria as caras). Por fim, só restaria deixar claro que eu era um modelo de equilíbrio psicológico – a ideia aqui consistia em subornar um psiquiatra (pois julguei que uma pitada de ilegalidade não

corromperia o sacrossanto processo). Em suma, o juiz deveria concluir que estava diante de um típico caso de *mens sana in corpore sano*...

Seria então chegada a hora da pergunta que não queria calar: baseado em que critério um pai, marido, filho, atleta e profissional exemplar, genuíno portento (poxa, mãe, não exagera), não podia fumar baseado? Isso encaminharia o caso para seu ápice: eu teria que provar que não conseguia escrever sem dar uns pegs. Assim, ficaria sentado diante da minha velha Remington horas a fio, incapaz de redigir uma só linha. Um caractere que fosse. Então, meu advogado (com permissão do juiz) diria para eu acender aquele *beck* (de boa qualidade, plantado em minhas próprias terras, sem agrotóxicos e sem – oh, céus – a intermediação de traficantes). Eu daria dois tapas e, num átimo, num jorro criativo, num surto de fecundidade, faria brotar um texto irretocável, um autêntico poema em prosa, digno de Rimbaud (talvez previamente decorado, mas eu simularia o improvisado).

Mas não era o plano perfeito: estávamos em pleno regime militar e nenhum advogado topou me defender. Deve ser por isso que tenho bronca de advogados. Mas, felizmente, passados quarenta anos, todo mundo sabe que a erva sagrada é medicamento. Está liberada em 33 países – inclusive na Coreia do Norte! E é vendida em farmácias até no Colorado. Mas, lá, não vou.

Afinal, não sou dependente: fumo há quarenta anos todos os dias e nunca me viciiei!

9 de março de 2018

O quarto poder

Não vem ao caso agora, mas quem leu o livro *Como a geração sexo-drogas-e-rock'n'roll salvou Hollywood* sabe que Steven Spielberg (e George Lucas) foi responsável por devolver o poder (tirânico) aos grandes produtores de Hollywood, depois de o cinema independente (feito pela geração da qual eles faziam parte) ter arrancado o controle daquelas mãos gordas e gananciosas. Nunca fumei Spielberg – nem estou a fim de fazer isso agora. O que importa é que ele acaba de lançar um filme urgente, vigoroso, oportuno: um murro, um urro em prol da liberdade – se não a do cinema (com a qual ele ajudou acabar), a de imprensa.

The Post fala do que rolou depois que pacifistas roubaram milhares de documentos ultrassecretos (sobre as mentiras vergonhosas que o governo dizia a respeito da guerra do Vietnã) e o *New York Times* e, a seguir, o *Washington Post* decidiram publicá-los, apesar da liminar em contrário de um juiz de primeira instância. A ação se passa em 1971, quando o *Post*, em dificuldades financeiras, está abrindo o capital – e, dentre os investidores, há os que apoiam Trump, ops, Nixon... Antes de falar do Brasil, cabe lembrar que, dois anos após os fatos mostrados no filme, o caso Watergate (levantado pelo *Washington Post*) derrubou Nixon; que as dificuldades financeiras continuaram; que em 2013 o jornal foi comprado por Jeff Bezos (da Amazon) e que, quando Trump completou um ano no poder, o *Post* listou 2.140 mentiras comprovadamente ditas por esse escroque em 365 dias na Casa Branca.

A imprensa brasileira não é como a americana, porque o Brasil não é os Estados Unidos, porque nossa frágil democracia tropical tem trinta e não 240 anos ininterruptos e porque a sociedade e o Judiciário latinos não são anglo-saxões. Que a grande imprensa brasileira é naturalmente conservadora, não se discute. A norte-americana também é. O fato é que, desde Vargas, o jornalismo nacional tem cumprido seu papel – mais bem do que mal. A maioria dos grandes jornais apoiou o golpe de 64, é verdade. Mas a imprensa também lutou (em parte) pelas Diretas Já, fiscalizou Sarney mais que seus “fiscais” e, se ajudou a inventar Collor, também foi quem o derrubou. E até pouco tempo atrás, ainda investigava, descobria, revelava – antes de os procuradores ocuparem o lugar dos repórteres.

Mas o que interessa dizer é que aqueles que agora chamam a imprensa de golpista são os mesmos que, nos anos mais negros da censura e da ditadura, tiveram nela sua única voz. A imprensa está longe de ser perfeita – mas seria (e ainda pode ser) aperfeiçoável. A não ser, claro, que você prefira ficar lendo essa espécie de BBB da vida digital, o tal FakeBook. Ou blogs “progressistas” que seriam engraçados como O Bairrista, não fossem antes patéticos. Por fim, o que Lula, Bolsonaro e Aécio têm em comum? Os três dizem que a culpa é da imprensa. Veja *The Post* antes que seja tarde. E você não tenha nem mais papel para enrolar peixe...

16 de fevereiro de 2018

A voz da América

Amo os Estados Unidos. Sempre amei.

Os homens, músicas, filmes e livros que me fizeram ser quem sou vieram quase todos de lá. Meus maiores ídolos são norte-americanos: Thoreau, John Muir e Jack Kerouac. Eles botaram meu pé na estrada e a trilha que segui foi a sonora, cantada por Neil Young (ok, um canadense, mas nem ele se lembra), The Band e Bruce Springsteen. Minha vida virou cena de cinema por causa de John Huston, Sam Peckinpah, Don Siegel e até o Clint.

O caminho das letras, eu o palmilhei junto – e graças – a Melville, Jack London e Stevenson (sim, escocês, mas com a América no coração). Walt Whitman, Emily Dickinson e Allen Ginsberg? Eles me fizeram crer que eu podia versejar. E mesmo que nenhum deles existisse, a pedra angular da minha vida, desde os dezesseis anos, é Bob Dylan.

Odeio os Estados Unidos. Sempre odiei. Nunca dei bola para as baboseiras do idiota latino-americano ou sangrei pelas tais veias abertas, nem lutei contra o imperialismo ianque. Era – e é – um ódio caseiro mesmo: Nixon, Reagan, Bush pai e Bush filho, eleitos nas minhas barbas! Sem falar na Ku Klux Klan, no complexo militar-industrial, na obsessão pelas armas, nos caipiras do Sul. No asfalto, no petróleo, no automóvel. Na CIA, no FBI; em Hoover e McCarthy.

Sempre quis morar nos Estados Unidos. Em Berkeley, em 1968. Em San Francisco, um ano antes. Em Nova York, na década de 50, ao som do

bebop. Em Nova Orleans, nos anos 20, ouvindo jazz. Em Concord, Massachusetts, em 1865, com Thoreau, no lago de Walden, vizinho de Emerson, Hawthorne e Mark Twain. Ah, eu queria morar em Santa Fé, com Georgia O’Keeffe. Ou em Eugene, no Oregon, para dar uma banda no Magic Bus, com Ken Kesey.

Eu jamais moraria nos Estados Unidos. Imagina acordar e dar de cara com uns mórmons, ou com Hells Angels, ou com yuppies, ou gente de Wall Street, ou militares de West Point, ou aqueles evangélicos da televisão, ou policiais assassinos ou marines de cabelo escovinha? Morar em Dallas, morar no Kansas, morar no Mississippi? Oh, não.

Os Estados Unidos têm ascendente em Gêmeos (4 de julho de 1776). Os EUA são o médico e o monstro: curam e matam. Os EUA melhoraram muito o mundo e pioraram o mundo. Os EUA preservam e os EUA destroem. Mas o fato é que agora o país dos “pais fundadores”, de Benjamin Franklin, Washington e Lincoln, os EUA de Obama, Clinton e Carter (os presidentes fãs de Dylan, que fumaram e tragaram) é governado por um sujeito patético e mesquinho. E ele fraudou as eleições, conspurcando a maior democracia do mundo.

Os Estados Unidos são a pátria do Facebook, uma das invenções mais repugnantes surgidas na face da Terra – a revista *Caras* da era eletrônica e o berço das *fake news*, a serviço de Putin. Ah, eu odeio os Estados Unidos. Só que, nesta semana, a capa dos melhores jornais americanos foi Marielle Franco – ali chamada de “heroína global”. Ah, eu amo, sempre amarei, os Estados Unidos da América.

23 de março de 2018

Voar sem asas

Havia três hollywoods no quintal. Eram frondosas, de casca enrugada e galhos retorcidos feito braços de uma deidade hindu projetando uma veneranda sombra. Sim, hollywood, como seria óbvio intuir, é uma árvore. Adoro árvores, estudo as árvores, até já fui uma árvore – ainda assim, ignorava a existência dessa espécie sagrada, tão similar às corticeiras da serra gaúcha. A casa, de madeira e vidro, lembrava a mítica cabana de Thoreau no lago de Walden, só que maior, aninhada na mata numa travessa umbrosa de Sunset Boulevard, em Los Angeles, pertinho de... Hollywood. O chalé tinha um quarto de hóspedes com uma cama dura como a de um iogue. “Anatoli Boukreev dormia aí”, disse o anfitrião em tom solene. Quem leu o best-seller *No ar rarefeito*, de Jon Krakauer, sabe de quem se trata, embora ali Krakauer pinte esse heroico alpinista russo como um vilão. Ainda bem que tomou um soco por conta disso, mas esse é outro assunto. (Se você me pagar por fora, talvez um dia eu conte.)

Por ora, basta dizer que eu estava no quintal da casa, um tanto absorto em elucubrações botânicas. Então, Victor Maymudes, o dono da casa, que descia a trilha rumo à cachoeira nos fundos do terreno, gritou: “Hey, Little Feather, answer the fucking door”. (Em versos, algo como: “Pô, Peninha, atende a porra da campainha”.)

Abri a porta de madeira seivosa. Dei de cara com olhos espantosamente luminosos, de uma melancolia devastadora, realçada pelos cabelos de palha de milho. As maçãs da face, bem, eram a própria

materialização da figura de imagem: ossudas maçãs numa face angulosa. Os lábios finos feito navalha, de um vermelho róseo, pareciam mortiços: era como se os olhos tivessem drenado para si todo o fulgor dos beijos. A pele era translúcida de tão alva, e os dentes, de coelho. E a voz – deuses do céu –, a voz era ao mesmo tempo cavernosa e suave, melódica e retumbante. Mesmo que você não o conhecesse, pensaria: “Cara, quem é esse sujeito? Não pode ser deste mundo: ele está além do tempo e fora do espaço”.

Mas acontece que eu o conhecia. Não ao vivo. Mas dos discos. Naquele dia, ele me deu uma camiseta. Ela estampava sua própria face numa montagem fotográfica cubista: um olho, um pedaço do maxilar, a franja recobrindo um naco estreito da testa. As maçãs da face. Estilhaços dele mesmo, como num espelho partido. É isso que a fama, a estrada, a “indústria” (fonográfica, no caso) e a heroína fazem com os que ousam roubar o fogo dos céus e trazê-lo aqui, para esta terra escura, onde levamos nossa existência pedestre. Foi o que pensei olhando hoje a camiseta que o roqueiro Tom Petty me deu há quase vinte anos.

Faz dois meses que ele morreu.

Morreu coisa nenhuma. Basta você colocar Tom Petty no prato, na tela, no fone, no monitor para comprovar. Ele vai te dizer:

“Estou aprendendo a voar/ Mas não tenho asas/ Aterrissar é a parte mais dura...”. Um monolito – e seu vívido epitáfio.

8 de dezembro de 2017

Deambulações da ganda

Ele se chamava Francisco Pereira Coutinho, mas era conhecido como “Rusticão”. Ganhou o apelido em suas andanças pela Índia, pois tinha “certa rudeza no trato dos negócios”. Apesar das muitas lambanças perpetradas no Oriente, o Rusticão acabou agraciado pelo rei: em 1533, tornou-se donatário da Bahia (o primeiro de uma linhagem, ao que parece). Instalado onde hoje fica o Farol da Barra, em Salvador, o Rusticão fez tudo errado: desprezou a ajuda de Caramuru (o náufrago que ali vivia desde 1508), atacou os indígenas e foi “mole para resistir às doidices dos doidos e mal-ensinados” que ele mesmo trouxera para o Brasil. Acabou morto e comido pelos tupinambás da ilha de Itaparica, em 1546.

Mas, antes de vir para o Brasil, o Rusticão já tinha virado nota de pé de página na crônica lusitana. Em 1515, ele levara para Portugal aquele que é tido como o primeiro rinoceronte a chegar à Europa. O bizarro animal – cujo nariz (*rinos*) ostentava um chifre (*ceros*) – sequer era conhecido pela palavra grega que hoje o designa, mas, sim, chamado de “ganda”, do malaio “gada”. O bicho fora presente de Muzafar, rei de Cambaia, para o rei Dom Manoel.

Dom Manoel já tinha cinco elefantes (ou “alifões”), além de crocodilos, hipopótamos e avestruzes, sem falar nas araras e macacos levados do Brasil. Num domingo, 3 de junho de 1515, o rei decidiu promover, na praça central de Lisboa, um combate público entre a “ganda” e um de seus “alifões”. O elefante fugiu antes do fim do primeiro round.

Então, Dom Manoel decidiu dar o chifrudo animal de presente para o papa Leão X. Mas a nau que partiu para Roma naufragou – e o rinoceronte foi ao fundo junto com ela. Não sem antes ser eternizado por Albert Dürer: o genial pintor alemão fez magnífico retrato do rinoceronte pioneiro. Toda essa história está registrada no livreto *Deambulações da Ganda de Muzafer, Rei de Cambaia*, publicado em 1517.

Na semana passada, os jornais noticiaram – e não era *fake news* – que o último rinoceronte-branco-do-norte morreu no Quênia, deixando vivas apenas duas fêmeas. Ou seja, a extinção da espécie é questão de tempo – pouco tempo. E extinção, como se sabe, é para sempre. Fiquei pensando como seriam as coisas se, em vez de um derradeiro macho rinoceronte-branco-do-norte, restasse na face da Terra um só exemplar masculino do *Homo sapiens* (além de duas “mulheres sapiens”, claro). Mesmo que esse suposto sobrevivente não fosse um modelo lindo e brilhante como Dürer, mas um boçal como Rusticão, a eventual extinção dos humanos representaria uma tragédia maior, igual ou menor do que o sinistro sumiço do rinoceronte-branco-do-norte?

Não sei dizer. Mas parece que, nos confins da Malásia, há uma tribo que acredita que deus fez o rinoceronte à sua imagem e semelhança. E que a raça responsável por sua extinção será condenada a viver para sempre. Em um mundo horrível, cheio de gente brigando pelo Facebook.

30 de março de 2018

Data maxima venia

Quando gostam de alguma coisa, se julgam algo “bacana” ou “maneiro”, o que costumam dizer os brasileiros? Pois dizem: “Legal!”. Mas num país que tantas vezes dispensou a lei e vive flertando com ilegalidades, não terá sido essa uma escolha um tanto imprópria?

Bom, mas não era sobre isso que eu queria falar. O que queria dizer é que recentemente um renomado advogado, francófilo, mui fluente na língua de Proust (a tal ponto que, numa encarnação anterior, bem pode ter sido o defensor de Luís XVI), um douto jurisconsulto, sobejamente elogiado até pelos ministros do STF (trata-se, segundo eles, de uma “sumidade que defende com denodo seu paciente”), pois dia desses o supracitado luminar pegou um voo de Porto Alegre para São Paulo (Latam – JJ 3296).

Foi em 26 de março, ali pelas 18h30.

Tendo pago módicos cinquenta reais a mais, ou usufruindo dos benefícios de *frequent flyer*, aboletou-se num assento “com mais espaço e comodidade para as pernas”. A poltrona ficava numa das saídas de emergência. Como normas internacionais impedem que tais lugares sejam ocupados por passageiros com menos de quinze ou mais de sessenta anos, a aeromoça aproximou-se de Sua Excelência e perguntou: “O senhor tem menos de sessenta anos?”. “Pois claro que tenho”, latiu o interrogado, com fatuidade e aspereza, os olhos lançando chispas. Intimidada por tão inabalável convicção, a aeromoça aquiesceu e tratou de recolher-se logo à

sua insignificância.

Não sei se foi a primeira vez que José Roberto Batochio mentiu em seus bem-vividos 74 anos. Nem se foi a primeira vez que Cristiano Zanin (sentado a seu lado) foi conivente com a mentira de um colega (ou de quem quer que seja). O que sei é que na quarta-feira ambos de fato vivenciaram algo pela primeira vez em suas vidas: sem que lhes restasse saída de emergência, entraram para a história como advogados do primeiro ex-presidente brasileiro a ter sua prisão decretada, e em segunda instância.

Uma pena, pois o cliente deles já havia assegurado lugar na história por um tipo bem diferente de pioneirismo: quinze anos atrás, ele se tornou o primeiro mandatário advindo das camadas populares a assumir o comando do Brasil em mais de quinhentos anos de história – o que, naquele longínquo janeiro de 2003, parecia ser um avanço. Mas agora, sem a vênua e a verve (e as mentiras?) de Batochio, é provável que esse mesmo ex-presidente se torne o primeiro a ir para a cadeia.

Talvez assim se faça justiça – e, para quem acredita no peso das decisões colegiadas em segunda instância, far-se-á. Mas para qualquer pessoa familiarizada com a história recente do Brasil, não resta dúvida de que havia ex-presidentes na fila antes desse. José Sarney e Fernando Collor, por exemplo, seguem soltos – e respirando. Oxalá possam um dia os três dividir a mesma cela. E se o atual ocupante do Palácio do Planalto juntar-se a eles, estaria então formado um quatrilha. Ou algo parecido. Aí sim, acho que ia ser bem legal.

6 de abril de 2018

Déspota esclarecido

Viu a última do Dom Pedro I? Pois ele quebrou o nariz e nunca o arrumou. A descoberta veio à luz na semana passada graças à reconstituição facial em 3D feita a partir de uma fotografia do crânio do imperador, tomada em 2012 – tudo com autorização dos Orleans e Bragança. A bem da verdade, o nariz não foi a única coisa que o bom Dom Pedro quebrou e não consertou – e não só na cara. Do cavalo, ele caiu 36 vezes, embora fosse exímio (e imprudente) cavaleiro. Figurativamente, o príncipe também se quebrou em outras tantas ocasiões – sendo inclusive forçado a abdicar pelo mesmo “povo” que tanto o idolatrara e pelo “bem” do qual (e “felicidade geral da nação”) ele havia decidido ficar no Brasil em janeiro de 1822, naquele que foi a *avant première* do Sete de Setembro, que faria dele nosso primeiro e adorado imperador. Dom Pedro, de fato, foi amado – até porque sempre teve um lado amável.

Embora nascido em Portugal, chegou ao Rio com dez anos e virou um genuíno príncipe brasileiro – mais do que isso, carioca. Andava de roupas de algodão e chapéu de palha, tomava banho nu na praia do Flamengo, ria muito e zombava de quem quer que fosse. Foi mau aluno – um péssimo latinista! –, mas excelente músico: tocava piano, violino, fagote, trombone, clarinete e cravo. Flertava ainda com um ritmo e um instrumento malditos: o violão e o lundu, que aprendeu em lugares mal-famados do Rio, como a Taverna da Corneta, na Rua das Violas, onde conheceu aquele que viria a ser seu melhor amigo e secretário particular:

Francisco Gomes da Silva, por alcunha o Chalaça. Dom Pedro era um amante latino, com milhares de casos no “currículo”; um dândi liberal que tomava o que gostava, fossem cavalos, mulheres ou bebidas.

Dom Pedro I não era perfeito – nem aperfeiçoável. Mas acreditava na liberdade e no liberalismo e sempre entendeu que, para se “aperfeiçoar”, qualquer governo não podia prescindir de oposição e de liberdade de imprensa, que ele sempre prezou, até porque foi um jornalista panfletário e polêmico, que publicava artigos inflamados contra seus adversários, sob vários pseudônimos, tais como O Inimigo dos Marotos, Piolho Viajante, O Anglo-Maníaco e O Derrete Chumbo a Cacete.

Sempre gostei de Dom Pedro I – desde os bancos escolares e ainda mais depois de tanto ler sobre ele, por dever de ofício. Mas não foi por simpatia – nem por ele nem por nenhum de seus herdeiros – que quase acabei sufragando pela volta da monarquia naquele plebiscito um tanto patético de 1993. Pensei em votar na monarquia porque julguei que eu poderia ser à risca o tipo de rei que o país tanto necessita: um déspota esclarecido, com espantoso apetite sexual. Mas logo concluí que eu não era nem uma coisa nem outra, muito menos a terceira. E, embora eu de fato tenha o sangue muito azul, percebi que seria meter o nariz onde não fui chamado.

E assim quebrar a cara. Sem ter tempo nem dinheiro para arrumá-la.

27 de abril de 2018

King size bed

Thoreau me expulsou da cama dele.

Sim, ele mesmo: Henry David Thoreau (1817-1862), o filósofo da Desobediência Civil, o caminhante solitário, um dos pais do anarquismo, o rebelde pacifista que viveu por quatro anos isolado numa cabana minúscula, feita com as próprias mãos, às margens do lago Walden, em Concord, nos Estados Unidos.

E foi justo lá que se deu a dita expulsão: às margens do Walden, o lago de degelo, plácido e profundo feito um olho celeste luzindo em meio à mata.

No início da década de 80, disposto a escrever um ensaio biográfico sobre o nobre eremita, juntei uns trocados e, saco de dormir às costas, me mandei para Concord, com uma ideia (tola) na cabeça. O lago Walden é uma reserva estadual, é claro. Só não me ocorreu que fosse protegido por uma cerca de tela e que o portão fecha às 18h. Julguei que Thoreau não iria se importar se eu burlasse a lei – pelo contrário. Assim, noite alta, caminhei pela linha férrea cujos trilhos rebrilhavam ao luar e, do lado mais remoto do lago, pulei a cerca. Marchei reverente por entre carvalhos e bétulas, os pés afundando num tapete de folhas, sob os ruídos sutis e os aromas pungentes de uma noite de outono.

Era uma jornada de peregrinação – e Meca estava ao alcance.

Então, de repente, tudo mudou: à medida que me aproximava do local onde Thoreau erguera sua cabana (marcado no solo, como um sítio

arqueológico), planejando colocar meu *sleeping bag* no exato lugar onde ficava a cama dele, senti uma presença – forte, intensa, avassaladora. Em seguida, tomei um pé na bunda, metafórico mas quase... palpável. “Aqui, não, mané.” Enfiei o saco de dormir entre as pernas e fui procurar meu próprio canto às margens do Walden. Achei-o entre os olmos, onde dormi um sono meditativo.

Eu não ia escrever sobre nada disso, mas lembrei que Thoreau morreu num dia 6 de maio e que hoje é 4. Lembrei também de frases dele: “Para cada mil pessoas dedicadas a cortar as folhas do mal, há apenas uma atacando as raízes”. Ou: “A massa nunca se eleva ao padrão do seu melhor integrante; pelo contrário, degrada-se ao nível do pior”. Ou: “Se um homem marcha com um passo diferente do de seus companheiros, é porque ouve outro tambor”. Lembrei ainda que, certa vez, ele disse: “Opinião pública? Não conheço essa senhora”. Então, desisti de escrever sobre o que eu iria escrever. E decidi me desculpar e agradecer de novo:

“Desculpe, Thoreau. Sou um tolo. Mas, graças a você e a outros da sua estirpe, continuo achando que os livros podem melhorar este pobre mundo”. É só saber ler.

4 de maio de 2018

A viagem do Liberdade

Passou-se mais um 13 de maio. Mas, dessa vez, sem perdão pelo trocadilho, a data não passou em branco. No dia em que se completaram 130 anos da assinatura da lei da abolição, mediante a qual o Brasil libertou seus escravos – a derradeira nação digna do nome, o último país do Ocidente a fazê-lo –, foi lançado o magnífico *Dicionário da escravidão e liberdade*, que reúne cinquenta ensaios, editados por Lilia Schwarcz e Flávio Gomes, sobre os mais de três séculos ao longo dos quais a escravidão não só perdurou no Brasil, mas o construiu, com sangue, suor e lágrimas aos borbotões.

Só que um outro fato ocorrido naquele 13 de maio de 1888 – e que, portanto, também fez aniversário –, esse, sim, passou em brancas nuvens, como aliás tem passado esse tempo todo. É evidente que não há como comparar a relevância de uma efeméride com a da outra – embora a segunda também tenha soado como um cântico à liberdade. Foi na manhã daquele dia de maio que, nos recônditos da baía de Paranaguá, o intrépido marinheiro Joshua Slocum lançou ao mar a canoa de 35 pés (ou 10,6 metros) que havia construído com as próprias mãos, usando apenas um machado, um enxó e dois serrotes, com madeira de cedro e maçaranduba, derrubados por ele mesmo. A bordo dessa canoa, ele, a mulher e dois filhos (de quinze e seis anos) velejaram da Ilha do Mel até os Estados Unidos. Como o veleiro ficou pronto naquele 13 de maio de 1888, Slocum batizou-o de *Liberdade*, assim mesmo, em português. Sete meses e 6.820

milhas náuticas depois, o barco e seus tripulantes ancoraram em Washington.

Joshua Slocum (1844-1909) é um herói cultuado não só nos Estados Unidos e não apenas por navegantes de todos os tempos, mas por inconformistas e rebeldes do mundo inteiro. Espécie de eremita dos sete mares, admirado por escritores do porte de Mark Twain e Jack London, Slocum se notabilizou por ter sido o primeiro homem a dar uma volta ao mundo em solitário – a bordo do *Spray*, barquinho a vela de onze metros, sem instrumentos, sem cartas náuticas e com apenas um dólar e setenta centavos no bolso. Essa jornada – realizada quase dez anos após sua aventura “brasileira” – durou três anos, dois meses e 46 mil milhas. E dela resultou o clássico *Velejando solitário ao redor do mundo*, livro que virou um manifesto filosófico em prol da liberdade absoluta e da desobediência civil, a ponto de ser considerado “o equivalente náutico de Walden”, a obra clássica de Henry Thoreau.

Mas se *Velejando solitário* é um livro bem conhecido (inclusive no Brasil), *A viagem do Liberdade*, o diário de bordo no qual Slocum narra sua incrível epopeia do Paraná aos Estados Unidos, recebeu uma única edição em português (feita por este que vos escreve). E não vendeu nada. Mas não faz mal. Afinal, liberdade não tem preço. Por isso, não pode ser comprada, vendida, nem doada. Só conquistada – como perceberam os 723.419 escravos que, no mesmo dia em que Slocum jogou-se aos mares, foram jogados no olho da rua.

25 de maio de 2018

Varre, vassourinha

Em torno de Bob Dylan – sim, você sabe, o único artista da história a ter ganhado o Nobel e o Oscar, o Pulitzer e o Grammy –, revolvem-se pencas de histórias insólitas, excêntricas e idiossincráticas, algumas bem divertidas. Vivenciei pessoalmente umas poucas e sei de inúmeras outras. Segundo uma delas, em 1975, ao passar por uma de suas supostas “crises espirituais”, Dylan arranhou um encontro com um rabino, tido como sujeito tão idiossincrático, excêntrico e insólito quanto ele mesmo. Um mestre irado, por assim dizer. Sei o nome do dito-cujo, é claro – mas não vem ao caso. O fato é que Dylan chegou ao estúdio do mentor e, sem mais delongas ou etiquetas, o rabugento rabino entregou-lhe uma vassoura e apontou o lugar que deveria ser varrido. Bem versado nos tortuosos caminhos que os místicos mestres costumam palmilhar, Dylan obedientemente se pôs a cumprir a tarefa.

Instantes depois, batem à porta. O rabino ranzinza atende, encara o mirrado mexicano de bigodinho, metido em roupas surradas, e pergunta: “Você é Bob Dylan?”.

O recém-chegado se desconcerta um pouco, olha para a sala, sorri meio sem jeito e responde: “Não, eu sou o novo faxineiro. Bob Dylan é aquele ali, com a vassoura”.

Não é preciso ter assistido a *Kill Bill*, de Quentin Tarantino, para ver como se comportam os ditos mestres irados nem para saber que o ato de varrer – seja a sala de meditação, o pátio, o jardim de seixos, o próprio

quarto ou a calçada – sempre foi considerado um exercício de paciência, de sabedoria, de humildade e transcendência. Vassoura vem do latim *verrere*, que significa “agrupar, juntar por meio de varredura”. Pois, ao varrer, você primeiro agrupa e depois dispensa.

Só que, faz um tempo, algum ser demoníaco inventou esses sopradores de folhas, ou aspiradores de pó usados na rua – instrumento não por acaso produzido pela mesma empresa que introduziu mundialmente, e em larga escala, a não menos (provavelmente mais) diabólica motosserra. Como se a cacofonia urbana das buzinas, das sirenes, das britadeiras e dos freios que rangem e guincham como se estivessem sendo torturados não fosse o bastante, eis que agora temos serras elétricas, furadeiras, compressores de água para limpar as calçadas e... sopradores de folhas. Assim, ali vem você caminhando, remoendo suas dívidas e repassando suas dúvidas, quando surge uma alma penada soprando aquele treco. Sem falar que há quem o use no domingo de manhã.

Sempre amei vassouras. Agora, estou dividido entre pegar a minha e voar para bem longe – para Pasárgada, quem sabe – ou usá-la como instrumento contundente, tipo taco de beisebol em filme de gângster. Caso opte pela segunda opção, vou atribuir o tresloucado gesto ao desequilíbrio resultante do som emitido por esses malditos sopradores de folhas. Tenho certeza que você irá para a frente da delegacia exigir minha soltura imediata. Mas não grite muito alto, por favor. Tenho ouvidos sensíveis.

17 de agosto de 2018

Incompatibilidade de gênios

Já fui filiado ao PT. A forma como tudo se deu foi um tanto tortuosa – mas também foi engraçada. Além de elucidativa, é claro.

Em fins da década de 70, fui contratado pela TV Globo a peso de ouro (no caso, o peso do meu irmão, mais fornido). Pode ter sido erro de *casting*: buscavam um garoto-prodígio, mas, ao invés de Robin, levaram Peninha. A questão é que, embora eu tenha sido mui bem tratado e jamais voltasse a perceber salário tão alto, estávamos em pleno regime militar. E, como todos sabiam, a Globo apoiara o golpe – e ainda faltavam 25 anos para que ela pedisse desculpas. Por isso, julguei que lá não era o lugar adequado para um velho rebelde de vinte anos como eu exercer seu ofício. Nove meses depois, pedi demissão. Abandonei o salário de 65 mil cruzeiros e vim ganhar 16 mil no Coojornal, em Porto Alegre.

De início, me senti Maiakovski em 1917: trabalhava numa cooperativa, em nome da revolução. Então, no verão de 1980, um colega se aproximou e, em tom sedicioso e camuflado – simultaneamente melífluo e autoritário, como era o tom da época –, disse-me ao pé do ouvido: “Vamos formar um novo partido. O Partido dos Trabalhadores”. Gostei da ideia. Eu trabalhava desde os dezoito anos: era um trabalhador! O caso é que eu havia lido *A desobediência civil*, de Thoreau, venerava Bob Dylan e considerava Jack Kerouac um deus. Julgava, por isso, já ter meu próprio partido. Apoiaria aquele que surgia, mas filiar-me a ele não estava nos planos.

Só que o ponto era justamente este: “Já temos gente em todos os bairros...”. Seguiu-se uma pausa dramática e veio o *touché*: “Menos no Moinhos de Vento...”. Talvez o agente recrutador estivesse se referindo a seções eleitorais, ou mentindo, mas o fato é que, com o olhar a lançar chamas e a voz férrea, ele mencionou, quase soletrando, o nome do lugar onde eu havia nascido, crescido e morava. E estendeu a ficha. E eu a assinei.

Não precisei de mais de um mês para descobrir que a rebeldia de Thoreau era tida como “infantil” e que, por serem norte-americanos, Dylan e Kerouac não eram bem-vistos nem bem-vindos. Fui instruído a substituí-los por Eduardo Galeano, Chico Buarque e Darcy Ribeiro. Ok, eu gostava desses também – e até do Gonzaguinha. Mas então, certo dia, ao lusco-fusco, caí no erro de aparecer com Gilberto Freyre sob o braço. Nem lembrava que, como a Globo, ele também apoiara “os milicos”. Precipitou-se ali a crise definitiva, que redundou em divórcio litigioso, com ambas as partes alegando “incompatibilidade de gênios”.

Sigo achando que meus gênios eram melhores do que os deles.

De todo modo, sou grato ao PT: dois anos depois, fui sorteado para ser mesário, mas, como fora filiado, dispensaram-me. Mas tem mais: naquela época, os militantes do PT pelo menos sabiam quem Thoreau, Dylan, Kerouac eram. Os integrantes dos outros partidos, não. E esses, ao contrário da Globo, ainda não pediram desculpas por terem apoiado tanta coisa ruim.

24 de agosto de 2018

A prática da relatividade

Moro num prédio erguido em 1937. Dizem que foi o “primeiro arranha-céu” a... bem, a arranhar o céu de Porto Alegre fora do centro da cidade. Assim, embora seja um belo exemplo de art déco de apenas cinco andares, parece ter sido também o pioneiro na praga que hoje assola o bairro. Mas esse é outro assunto. O assunto agora é que o dito prédio possui elevador com porta pantográfica. E, de uma hora para outra, a referida porta passou a fechar beeeem devagarzinho. Então, ali está você saindo de casa, o elevador chega e a porta se abre e depois se fecha beeeem devagarzinho. O que levava, sei lá, uns três segundos, passou a levar, uns, sei lá, doze segundos. Intermináveis doze segundos. Tempo bastante para ruminar uma série de questões.

Na última *National Geographic*, por exemplo, há um artigo sobre a deriva continental. Sou pirado nessa história da deriva desde 1971, quando, aos treze anos, comprei, na lendária livraria Coletânea, na Rua da Praia, o livro do geólogo Alfred Wegener. Pirado não só pelo fato de há mais de um bilhão de anos os continentes dançarem seu balé cósmico, agrupando-se e se afastando, sempre a remodelar o mundo, mas por ter descoberto também que o alemão Wegener teve a carreira destruída ao apresentar sua teoria, em 1919. E isso tudo bem antes de eu saber que a fabulosa cantora e escritora Patti Smith não só é fã de Wegener mas integrante de uma estranhíssima Alfred Wegener Society. Mas isso também é outro assunto.

O fato é que as tais placas continentais se movem à razão de 18,3 centímetros por ano – velocidade igual à que crescem nossas unhas e, julgo eu, bem mais célere do que a de minha porta pantográfica. Assim, daqui a 250 milhões de anos, os continentes estarão de novo reagrupados, o Oceano Atlântico será pouco mais que um lago, Nova York ficará de frente para Lagos, na Nigéria, e Shangai grudada na Austrália. Podes crer.

Como se tal visão do futuro não bastasse, vi ontem um documentário sobre o homem de Neandertal, que se extinguiu há trinta mil anos. Como se sabe, *Homo sapiens* e neandertais conviveram por milênios. Mas eles foram extintos e nós vingamos. Mudanças climáticas e a própria ferocidade do *Homo sapiens* são as principais teorias para explicar o triste fim de nossa espécie irmã. Só que, na última frase do programa, um antropólogo diz: “Então você acha que o *Homo sapiens* venceu e o neandertal perdeu? Bem, estamos aqui há cinquenta mil anos. Eles estiveram por trezentos mil. Assim, se você quiser saber se de fato ganhamos, melhor fazer essa pergunta de novo daqui a 250 mil anos...”.

Bem, acabou meu espaço e não quero mais tomar seu tempo. Estou atrasado e tenho que esperar doze segundos até a pantográfica se fechar. E só me restam 250 mil anos até descobrir se afinal valho mais do que meu irmão neandertal e 250 milhões para que eu possa contemplar a nova coreografia da dança continental. Não tenho um segundo a perder. Que dirá uma dúzia.

31 de agosto de 2018

A bênção, poeta maldito

E se Arthur Rimbaud (1854-1891) não tivesse sido tão assombrosamente belo – não ostentasse aqueles olhos ardentes e etéreos e os lábios cerrados feito enigma? E se Rimbaud não fosse a mais plena encarnação do *enfant terrible*, exibindo o prontuário de tantas e tais transgressões: fugas de casa incessantes; a disposição irrefreável de encharcar-se em absinto e haxixe, chafurdar na sarjeta, afrontar as regras e se deitar com os amantes só para ser o melhor entre os piores – o poeta maldito por excelência? E se, depois disso tudo, não tivesse Rimbaud desistido de ser Rimbaud tão pouco tempo depois de ter espetacularmente inventado Rimbaud? Se não tivesse calado a voz e partido de vez, carregando – junto às armas que traficava e ao ouro escondido nas vestes – tantas reticências, entrelaçadas na coroa de espinhos duma biografia repleta de perguntas sem respostas?

Pois ainda assim – mesmo feio, convencional e previsível –, Rimbaud seria saudado como poeta maior, desbravador na selva das palavras, demiurgo, prestidigitador capaz de fingir que era só poesia e dor a dor que deveras sentia. Mas uma coisa é certa: não ostentasse ele beleza tão selvagem e andrógina, não fosse tão indomável e – mais que isso – não tivesse dado as costas para a própria obra e partido para o exílio nas areias escaldantes do deserto, Rimbaud seria considerado... um gênio. Mas não o gênio favorito de tantos outros gênios.

Os versos de Rimbaud – a “alquimia do verbo” que ele urdiu nas fornalhas de onde extraiu versos-fagulhas e palavras em chispas – repetem

o sussurro de deuses irados, cujo murmúrio o pequeno rei Arthur transmutou em uivo. Mas, se não tivesse concedido “cor às vogais” e “regulado o movimento das consoantes”, malhando na brasa viva das rimas em flor, por mais estações que percorresse na estrada dos excessos, ele não teria batido às portas do palácio da sabedoria. Então, ninguém daria bola para suas delinquências juvenis.

Tendo escrito o que escreveu – e com a idade que o fez, dos doze aos dezessete anos –, Rimbaud poderia ter virado escrivão na alfândega, como Melville; amanuense, como Kafka; barnabé de província, como Machado. Ou motorista de ônibus, como seu irmão. E, ainda assim, ninguém o esqueceria. Mas o que transpassa e transtorna os admiradores e imitadores baratos de Rimbaud não é só o que ele escreveu – mas o que deixou de escrever. Não é só o que ele tão exemplarmente foi – mas o que não quis mais ser.

Sim, a decisão de abandonar tudo, largar a lira, calar a voz, aposentar a pena e partir silente e anônimo feito agente duplo para os confins das Áfricas, e lá viver entre traficantes de escravos e camelos piolhentos, é algo que não só despeja uma torrente de inquietude sobre seus leitores mas faz com que seus poemas ainda ecoem o tenebroso balbuciar de uma esfinge. Arthur Rimbaud nasceu em 20 de outubro, há 164 anos. E passa bem, obrigado. Ao contrário do mundo ao redor.

19 de outubro de 2018

Barra

Nos primeiros dias de janeiro de 1980, para celebrar a década que raiava, resolvi escalar, junto com minha namorada, a imponente e mística Pedra da Gávea, no Rio de Janeiro, onde eu morava. Chegamos ao topo dos 844 metros de um dos maiores monólitos graníticos do planeta bem a tempo de vislumbrar as cores impetuosas de um pôr do sol que se derramava por sobre toda a soberba paisagem que se descortina lá de cima. Cores dramáticas, mas, ainda assim, menos hipnóticas que os tons aquarelados da aurora que vimos resplandecer tão logo o sol despontou do mar, iluminando a pequena gruta onde passamos a noite, como na primeira manhã do mundo.

De todas as maravilhas avistadas lá de cima, nenhuma atraiu mais minha atenção do que a vasta restinga arenosa, rendilhada de lagoas e mangues pergolados, prolongando-se selvática, perfumosa e quase virgem até onde a vista alcançava em direção ao Oeste: era a Barra da Tijuca. O antigo “sertão carioca”, o limite da urbanidade da mais famosa cidade do Brasil, a última fronteira do Rio, o lugar onde jagatiricas rondavam brejos ainda abundantes de pacas e capivaras, o areal onde Norma Bengell protagonizara em 1962 o primeiro nu frontal do cinema brasileiro, em *Os cafajestes*, de Ruy Guerra; a praia onde em 1968 Mick Jagger e Keith Richards roubaram e jogaram ao mar a chave do carro dos paparazzi que ousaram importunar seu devaneio hippie contemplativo na solidão arenosa recendendo a maresia.

Poucas semanas depois daquela escalada, abri o jornal (jornais eram uns troços de papel cheios de notícias, boa parte delas fidedignas, que as pessoas liam para ficar informadas) e deparei com uma manchete estrondosa, impactante feito meteorito: “Barra da Tijuca terá um milhão de habitantes no ano 2000”. Embora eu nunca tenha confiado de todo nos jornais e o ano 2000 fosse quase ficção científica para mim, decidi ir de carro até a estrada do Joá – o carro era o Galaxie da dita namorada –, contemplar de novo aquele colar de alvas dunas represando as lagoas da Tijuca (ou “do pântano”, em tupi), de Marapendi (“rio raso”) e de Jacarepaguá (a “enseada dos jacarés”) e dali tentar adivinhar o futuro.

Tive uma visão horrenda: imaginei que dali a vinte anos toda aquela frágil restinga estaria ocupada por condomínios fechados com seguranças de paletó suarentos sob o sol que arde, as lagoas podres com algas tóxicas e cardumes mortos, autopistas vorazes vomitando tráfego demencial, torres de trinta andares encravadas qual palitos de concreto em nervosas colmeias humanas, shopping centers envidraçados, imensos templos evangélicos, academias de ginástica com música estridente, gente de verde e amarelo vociferando e celebrando ao mesmo tempo, num pesadelo refrigerado. Miami, só que não. O fracasso do modelo desenvolvimentista brasileiro, a vitória do urbanismo imbecilizante.

Então, pisquei, e tudo que era insólito materializou-se no ar.

9 de novembro de 2018

Arquitetando

As parcelas mais esclarecidas da população brasileira – e as mais obscuras também – mantêm um dedo acusatório em direção àqueles que julgam ser os culpados pelas mazelas Brasil. Os alvos primordiais são, você sabe, os políticos (até porque de fato são os maiores responsáveis) e os corruptos (quase sempre eles mesmos). Mas sobra para os jornalistas (tadinhos), os militares (isso até pouco tempo, pois agora parecem ter virado heróis), os milicianos, os ricos, os pobres, o MST, os latifundiários, a polícia, os bandidos, os evangélicos, os ateus. Mas nunca vi ninguém acusar arquitetos e engenheiros. Chegou a hora.

É preciso reconhecer: o Brasil urbano é feio demais. Mais que feio: é horroroso, deprimente, desanimador. Quem nasceu na, ou antes da, década de 50 e conheceu o centro das grandes capitais – São Paulo, Rio, Salvador, Porto Alegre, BH – viu o quanto foram degradados: prédios lindos postos abaixo e aberrações erguidas em seus lugares. Pasmos ou indignados, às vezes nem sequer entendemos o que houve, embora reste evidente que o processo se iniciou na era JK, explodiu com a concentração de renda e o autoritarismo do regime militar e caiu na vala comum, no marasmo e no exercício ralo da cidadania que se seguiu à redemocratização, quando, de tão preocupado com o futuro, o Brasil esqueceu do presente sem deixar de cuspir no passado.

É óbvio que a ausência de planejamento urbano e de zoneamento, os gabaritos manipulados, o poder nefasto das empreiteiras e construtoras

influindo na elaboração dos planos diretores, aprovados por certos energúmenos que ocupam as Câmaras de Vereadores, são a parte mais ativa do processo que enfeou o Brasil urbano (e vem destruindo também suas lindas praias). Mas, apesar dessa culpa coletiva, resta a “culpa” individual.

Por isso, pergunto: de onde surgiram tantos engenheiros achando que podem prescindir de arquitetos e tantos arquitetos ruins, tantas ideias de mau gosto, tantos projetos com formas, materiais e conceitos horrendos?

Assim como certas construtoras botam suas logomarcas no topo dos prédios que erguem (ótima ideia, aliás, e espero que fiquem lá, para a posteridade saber quem fez aquilo), sugiro que haja uma placa com os nomes dos responsáveis pelo projeto. E, é claro, o nome da faculdade na qual se formaram. Ok, jornalistas podem ter sua parcela de culpa pelo medonho mundo que nos cerca, mas pelo menos dá para enrolar peixe com as colunas que eles escrevem. Garanto que não é possível fazer o mesmo com esses horrores concretos que brotaram na minha frente, justo quando eu estava distraído escrevendo mais uma. Ah, sim: o francês Alain de Botton reflete sobre o impacto da arquitetura em nossas vidas e saúde mental no livro *Arquitetura da felicidade*. Melhor você não ler.

Em tempo: a escola da Fazenda Canuanã, em Tocantins, projetada por Marcelo Rosenbaum, foi eleita o Melhor Edifício de Arquitetura Educacional do mundo. Ufa.

14 de dezembro de 2018

Homem de visão

Decidi passar a virada do ano numa praia de Santa Catarina. Creio que outras 845.723.916,3 pessoas também. Mas não sei se alguma delas teve epifania como a minha. Também não sei se devo atribuí-la ao sol na moleira, à mixórdia da trilha sonora, ao álcool e demais substâncias ou se à memória dos tempos em que aquilo tudo era meu – e caminhávamos três horas para chegar ali. O fato é que algo aconteceu no meu coração e, ao me sentir como quem cruza a Ipiranga com a Avenida São João, tive uma visão! Uma estrada litorânea, construída beeem à beira-mar, na areia mesmo, agora une Laguna à Pinheira. A BR-101 ainda existe (tem dezesseis pistas), mas é mera via de escoamento. A estrada legal é a costeira, de duas pistas (em cada sentido, claro). Como as autoridades foram previdentes, os prédios ali só podem ter 32 andares e apenas do lado esquerdo de quem sai de Laguna. Assim, os motoristas são brindados com a visão do mar pelas frestas entre os bares e quiosques, a não ser, é claro, quando ingressam nos túneis que perfuram o morro de Imbituba, o morro entre Ibiraquera e o Rosa e a serrinha que separa a Ferrugem do Silveira. Já o sambaqui entre a Barrinha e a Ferrugem foi terraplanado e as colinas da Praia Vermelha também. Mas, pelo menos, não são mais privadas. Aliás, privado nada mais é! A praia tornou-se, enfim, um espaço democrático. Em todos os sentidos: no arquitetônico, estão liberadas construções em todos os estilos e em tudo que é canto. Essa história de preservação do tal “terço superior” dos morros, das margens de rios,

lagoas e mangues era pura balela de ecochatos. Habitações populares, desde que sem reboco e com esquadrias de alumínio, também são bem-vindas. Por que só casarões? O estacionamento é livre, mas, para não atrapalhar o trânsito, só sobre o que restou das dunas. O melhor é o som: cada qual pode ouvir o que quiser, no volume e à hora que quiser. Claro, há tsunamis sonoros, e o pessoal do funk, do sertanejo e do pagode às vezes precisa curtir o som do vizinho... Pelas lagoas de Ibiraquera e Garopaba – enfim iguais à Lagoa Rodrigo de Freitas –, enxames de jet skis zumbem feito abelhas. Só não produzem mel. O Rio Siriú secou, mas o da Guarda, retificado, corre direto para o mar. Um aterro une a Pinheira à praia de Naufragados, na antiga ilha de Santa Catarina (que afinal tem ligação direta com o continente, embora a ponte siga engarrafada). O Parque da Serra do Tabuleiro virou pracinha com balanços e gangorras, em meio a um gracioso condomínio todo de aço. Gente do mundo inteiro vem apreciá-lo e ver o esqueleto da última baleia. Quando achei que ia pirar, concluí que estava apenas sendo agraciado com uma antevisão duplamente concreta: era a fiel materialização dos desejos, sonhos e anseios de tantos daqueles que alegre e despreocupadamente compartilhavam de tais areias e mares comigo. Por isso, anuncio: o futuro já chegou, amigos. E ele é bem movimentado.

11 de janeiro de 2019

Teatro de sombras

E o novo ministro da Fazenda, hein? Pelo amor de deus: vem da área e tem conhecimento técnico, mas há sérias dúvidas sobre seu caráter. Não parece ser sujeito de confiança. Agora, pior é o novo ministro da Justiça: esse, sim, um sujeito perigoso. Arrogante, prepotente e com passado sinistro. E o pior é que todo mundo sabe que vai acabar virando o consultor do primeiro mandatário, tão logo vierem à tona as denúncias contra o homem da grana... Do bispo, nem se fala: sobe ao púlpito para pregar sobre os mistérios insondáveis da fé, mas seu principal objetivo é arrancar dinheiro dos fiéis, pois os convenceu a pagar por seus pecados – literalmente.

Os principais empresários do pedaço não denunciam o esquema, pois lucram com o superfaturamento das obras públicas. Enquanto isso, enclausurado no palácio do governo, um funcionalismo leniente e nepotista se apressa em ratear os melhores cargos e perceber os melhores salários. No centro de tudo, um Judiciário corrupto e beligerante, liderado por desembargadores dispostos a aplicar o velho ditado: “Aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei”.

Não, não precisa se desiludir, pois o que você acaba de ler não são as manchetes de ontem – mas também não são *fake news*, eu juro. É tudo verdade, apesar de ser uma realidade vivida no reino de tão, tão distante, embora o cenário esteja lá e não tenha mudado tanto assim. De todo modo, para evitar constrangimentos desnecessários (você sabe, as pessoas andam

nervosinhas – algumas até enviam mensagens furibundas!), é prudente dar logo nome aos bois e data aos fatos.

Pois o período em questão se estende de março de 1549 a abril de 1557. E o local era a cidade de todos os pecados, erguida na Baía de Todos os Santos, para ser “um coração no meio do corpo” do Brasil: a cidade do Salvador, nossa primeira capital. E os personagens são todos muito reais. O ministro da Fazenda (ou “provedor-mor”) era Antônio Cardoso de Barros, funcionário de carreira da Casa dos Contos de Lisboa – órgão administrativo famoso pelos desvios de verbas, sendo que vários foram atribuídos ao próprio Cardoso. O ministro da Justiça (ou “ouvidor-geral”) era o desembargador Pero Borges, acusado, julgado e condenado em 1546 pelo desvio de verbas nas obras de um aqueduto em Portugal – e, depois de pagar multa, perdoado pelo rei Dom João III. O doutor Borges era o melhor amigo de Pero Fernandes Sardinha, o pregador-cobrador, primeiro bispo do Brasil e rematado ladrão.

Mas quem era o líder do bando? Supõe-se que fosse Dom Duarte da Costa, segundo governador-geral do Brasil, que veio para a Bahia com dois de seus filhos, que seguiam os passos do pai. Antes de embarcar, Dom Duarte obteve pensão vitalícia para engordar seu salário, pois fora presidente do Senado da Câmara, em Lisboa. Ele sempre jurou que não sabia de nada do que rolava nas salas bem ao lado da sua, ali no Palácio do Governador. Mas nós vamos mudar issaí, talquei?

18 de janeiro de 2019

Questão de opinião

Em sua desconsolada tentativa de evitar a morte supostamente anunciada, os jornais, rádios e TVs do mundo inteiro decidiram, faz já um tempo, dar “voz” àqueles que, presumivelmente, são seus consumidores. Foi assim que leitores passaram a escrever, ouvintes a falar e telespectadores a aparecer, em geral sem mostrar a cara. Então, ali está você vendo TV e eis que espouca o tweet: “Olha eu aqui, curtiiiindo esse shouzasso (sic) no sofá e aparecendo na telinha!!!!”. Ou então, ouve um jogo tenso de seu time quando o microfone é aberto para um torcedor tecer platitudes ordinárias – em tom loquaz. No estádio ou num bar. Na velha seção de cartas do leitor, oásis no cipoal das prescindibilidades, ainda se pode escutar o eco eventual de uma voz pertinente ou, ao menos, dissonante. Mas experimente conferir os comentários nas páginas eletrônicas dos jornais – incluindo este em suas mãos (ou em sua tela).

É de chorar.

Mas a questão que se impõe é que tal atitude da imprensa – ou, sei lá, dos departamentos de marketing que a dirigem – pode estar duplamente equivocada, já que, por um lado, parece inútil e, de outro, funesta. Resulta evidente que boa parte daqueles que comentam nos sites dos jornais ou mandam tweets ou textos de WhatsApp para as TVs e rádios não confiam, não gostam e não acreditam na imprensa. Desconfiar e/ou não gostar da imprensa é natural e eventualmente até saudável. A questão é que a maior parte dessa gente ignora ou despreza o papel que ela cumpre. Comportam-

se como se estivessem no pântano das mídias sociais, com a mesma certeza da proteção do anonimato.

E parece haver um risco adicional nessa decisão de dar voz a esse bando: quem garante que os leitores de verdade querem saber a opinião de outros leitores? Quem assegura que os ouvintes querem ouvir o que acham os demais ouvintes? Quem decidiu que a opinião de alguns telespectadores interessa a todos? Desesperados para atrair um público que lhes foge por entre os dedos, os meios de comunicação podem não só ter trazido para seu seio aqueles que, no fundo – e pelos motivos mais equivocados –, os odeiam, como, ao fazê-lo, talvez estejam repelindo aqueles que são sua razão de existir: o leitor que lê, o ouvinte que escuta, o telespectador que assiste. E que pagam para isso.

Nunca defendi a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo: acho que qualquer um pode escrever em jornal, falar na rádio e aparecer na TV – conquanto tenha o que dizer. De preferência, com algum estilo. E, se der, com uma pitada de elegância. Mas dar voz aos imbecis que abundam na rede? Por quê? Para quem? Até quando?

Eu, particularmente, só dou minha opinião se me pagam – o que, aliás, é o caso no presente momento. Isso me leva a crer que se você está dando a sua sem ganhar, talvez seja porque – pelo menos num certo sentido – sua opinião não vale nada. Não seria mais negócio, portanto, guardá-la para si?

20 de julho de 2018

O ministro da Justiça

Ao decretar a instauração do primeiro governo-geral do Brasil, em fins de 1548, a Coroa portuguesa pretendia garantir a defesa da terra, incrementar a cobrança de impostos e, acima de tudo, assegurar a aplicação da justiça na colônia, cujo quadro geral configurava “pública ladroíce e grande malícia”. As desordens da lei eram “cousa de causar espanto”, pois boa parte dos cargos judiciários era exercida por degredados, “que não os conhece a mãe que os pariu”, que “não possuíam livros de querelas”, que não haviam “estudado muito menos prestado juramento” e, por isso, proferiam “sentenças sem ordem nem justiça”.

O homem escolhido pelo rei Dom João III para a árdua tarefa de implementar a lei e a ordem nos tristes trópicos foi o desembargador Pero Borges, autor das frases citadas acima. Em dezembro de 1548, o doutor Borges foi nomeado o primeiro ouvidor-geral do Brasil – o equivalente hoje a ministro da Justiça. Apesar das dimensões hercúleas da tarefa depositada em seus ombros – e do poder concentrado em suas mãos –, o doutor Borges não tinha a ficha limpa.

Em 1543, quando era corregedor de Justiça no Alentejo, ele havia sido encarregado pelo rei de supervisionar a construção de um aqueduto. Quando a obra parou por falta de verbas, “um clamor de desconfiança se levantou no povo” e os vereadores da cidade instauraram uma comissão de inquérito. A conclusão foi que o doutor Borges recebera “indevidamente quantias de dinheiro que lhe eram levadas à casa, sem a presença do

escrivão”. O inquérito apurou que ele havia desviado 114.046 réis (equivalentes a um ano de seu salário).

Em 17 de maio de 1547, após o julgamento ser postergado por três anos, Pero Borges foi condenado a “restituir à custa de sua fazenda o dinheiro extraviado” e impedido de exercer cargos públicos. Exatos um ano e sete meses depois, em 17 de dezembro de 1548, ele foi escolhido pelo rei para ser o primeiro ouvidor-geral do Brasil. Sua carta de nomeação determinava que “todas as autoridades e moradores da colônia lhe obedeçam e cumpram inteiramente suas sentenças, juízos e mandatos, em tudo o que ele fizer e mandar”.

Antes de partir de Lisboa, em 1o de fevereiro de 1549, Pero Borges recebeu um ano de salário adiantado e obteve pensão de quarenta mil para a esposa. Mas não consta que, no Brasil, tenha recebido auxílio-moradia – nem feito greve para garantir o benefício.

16 de março de 2018

De desembargadores e peões

Assim que o rei Dom Manuel e, a seguir, seu filho e sucessor Dom João III deflagraram, por volta de 1499, o processo que iria impor de vez o poder do Estado e estabelecer a monarquia centralizada em Portugal, ficou evidente que o sistema judiciário seria um aliado natural na obtenção daqueles propósitos. “Racional” e sistemática, a instituição oferecia à Coroa os mais amplos e eficientes mecanismos de controle sobre a população – o que incluía não só o próprio código penal, mas também o arquivamento de dados sobre os súditos, uma novidade na época.

A interpretação e aplicação da justiça ajudava a manter intacto um dos preceitos fundamentais do mundo ibérico: o de que se tratava de uma sociedade na qual havia homens de “maior condição” e de “baixa condição”. Tal desigualdade fazia parte da representação mental coletiva, era algo “natural”, sendo, por isso mesmo, sancionada pela lei do reino. Os crimes eram punidos de acordo com “a qualidade” do infrator, fosse ele “peão” ou “fidalgo”.

Peões (ou “homens a pé”, que não podiam servir ao rei com cavalo, como “cavaleiros”) eram pessoas de “baixa condição”. A “pena vil” (pena de morte) e os açoites eram reservados exclusivamente a eles. Acima dos peões, escalonavam-se as pessoas de “maior condição”: escudeiros, cavaleiros, vereadores, escrivães e magistrados – muitos deles fidalgos (ou seja, “filhos de algo”), tidos como gente “limpa e honrada” e, portanto, livres de açoites e da condenação à morte (a não ser em casos

excepcionais).

No topo do sistema judiciário, se achava o Desembargo do Paço. Lá, despachavam os desembargadores, cujos decretos podiam ser equiparados aos do próprio rei, pois eles estavam autorizados a “dispensar a lei ou reformulá-la”. Os desembargadores usufruíam de uma série de privilégios: isenções de impostos, pensões, comendas, imunidades e os mais altos salários da burocracia estatal. Natural, portanto, que muitos almejassem se tornar desembargadores. Infelizmente, para a maioria dos pretendentes, as promoções não dependiam de competência, idade, graus universitários ou desempenho na carreira, estando mais ligadas ao fato de “ter ou não o progenitor do pretendente servido à Coroa”.

Conforme o brasilianista Stuart Schwartz, especialista no tema, “as relações de parentesco, interesses e amizades criaram uma teia, tornando os desembargadores um grupo autoperpetuador, com características de casta”. Esse jogo de interesses, troca de privilégios e tráfico de influência cedo minou os alicerces do Desembargo do Paço – e logo manchou sua reputação.

Ainda assim, quem estuda o assunto sabe que muitas foram as vezes em que os desembargadores se mostraram capazes de julgar peões com toda isenção. E não foram poucas as ocasiões em que condenaram aqueles cuja culpa restou provada – algo justo e elogiável. Pena é que, se o réu fosse fidalgo, o rigor não seria o mesmo.

E a pena não seria vil.

26 de janeiro de 2018

Caça às bruxas

Entre os dias 10 de junho e 22 de setembro de 1692, dezenove pessoas foram enforcadas em Salem, Massachusetts, na costa leste dos Estados Unidos, enquanto outra foi esmagada por rochas deitadas uma a uma sobre seu peito. Embora seis dos executados fossem homens, as vítimas ficaram conhecidas como “as bruxas de Salem”. A gritante maioria subiu ao cadafalso jurando inocência – o que, evidentemente, era o caso. O trágico e famigerado episódio mudaria para sempre a história do Judiciário nos Estados Unidos, já que, após a independência, em 1776, serviu de exemplo para refrear o autoritarismo das cortes e reduzir eventuais arbitrariedades dos magistrados. Por isso, até hoje, os americanos podem eleger – e destituir – muitos de seus juízes.

Na semana passada, estive em Salem, cidadezinha perturbadoramente perfeita, feito uma simulação de computador, a meia hora de Boston. Twin Peaks, por assim dizer. Uma de minhas filhas está ensaiando a peça *The Crucible* (*As bruxas de Salem*, em português), que o dramaturgo Arthur Miller escreveu em 1953, usando a chamada “histeria de Salem” como metáfora e vigorosa denúncia contra a caça às bruxas que assolava a América em tempos de macarthismo. Concluímos que visitar o palco dos acontecimentos não seria mau laboratório.

Estacionamos ao lado da chamada Witch House – não que uma bruxa tenha morado ali, pois nunca houve bruxas em Salem –, porque é a única casa de 1692 ainda em pé. Mal demos dez passos, deparamos com uma

manifestação diante do tribunal local – erguido, aliás, a poucos metros de onde ficava a corte original. Um bando de americanos gordos, brancos e típicos segurava cartazes exigindo o impeachment de um juiz. Só que logo descobrimos que ele não estava sendo acusado por ter prendido alguém, muito menos uma bruxa, mas por ter... soltado um sujeito que vendera heroína para uma menina que morreu de overdose. Caso similar ao de um juiz da Califórnia, destituído ontem mesmo por ter condenado um estuprador a apenas seis meses de prisão.

Após percorrermos o lugar onde ocorreram os principais casos da “histeria de Salem” e visitarmos os cemitérios onde vítimas e algozes jazem a sete palmos, nossas deambulações nos conduziram ao porto. Um mar metálico dissimuladamente plácido refletia os raios de um sol pálido e, ali, pregado na pedra do porto, contemplei o cinzento oceano, que trouxe a pólvora, o ferro e os vírus para a terra dos há muito extintos índios massachusetts. Então, lembrei do Brasil e, sei lá por que, me vieram à mente os versos de um poema de pé-quebrado que jamais escreverei:

“Oh, vil mar, mentes...”.

Em 1777, ao fundar o curso de Direito da Universidade de Yale, próxima a Salem, o professor e teólogo Ezra Stiles disse: “É impossível escravizar uma República de cidadãos bem instruídos em suas leis, direitos e liberdades”. Cidadãos que destituem juízes que caçam bruxas – e também os que soltam criminosos.

8 de junho de 2018

Saudades do Unabomber

Você sabe: o Brasil entrou oficialmente no curso da História por meio da carta de Pero Vaz de Caminha. Repleta de frescor e minúcias, aguda e vivaz, a carta esculpe, na fragrância de seus retratos e na acuidade de suas observações, um cântico à tolerância e um elogio às diferenças. É uma profecia, umbrosa e aromática, que o Brasil ainda não foi capaz de cumprir. Mas, se tivesse sido enviada pelos Correios, vai ver que só agora estaria chegando às mãos do rei Dom Manuel.

A carta mais dramática escrita no Brasil foi redigida por Getúlio Vargas no leito de morte, no Palácio do Catete. Acuado por seus inimigos e enredado nos dramas e nas tramas dos próprios desmandos, Vargas transformou o “tresloucado gesto” num golpe de mestre: o tiro que rebentou seu coração também acertou em cheio a cabeça de seus algozes. E Getúlio saiu da vida para entrar na História. Mas, se ele tivesse postado sua carta, o povo brasileiro talvez ainda não a tivesse recebido.

Silvério dos Reis denunciou a Conjuração Mineira por carta. Dona Leopoldina convenceu Dom Pedro I a proclamar a independência por carta. Dom Pedro II foi mandado para o exílio por carta.

Os capitães-donatários, os jesuítas (o gênio Antônio Vieira à frente), os grandes exploradores, os poetas inconfidentes, todos redigiram cartas que moldaram o Brasil – até porque chegaram a seus destinatários. Tarsila e Mário de Andrade; Chico e Vinicius; Drummond e Bandeira – esses foram *pen friends* assíduos e fiéis. No tempo em que os Correios existiam.

Se o Unabomber fosse brasileiro, é possível que não tivéssemos vítimas. Talvez só nos próprios correios: é provável que suas famigeradas cartas-bombas explodissem no depósito antes de chegarem ao destino. Bem, pensando assim, até que... Deixa para lá. Eu só estava querendo que o Brasil voltasse a ter correio, como teve uma vez.

Mudando de saco para mala, mas sem perder a ternura jamais: nos tempos em que *bullying* ainda se chamava prevalecimento e o mundo selvagem ditava as regras na hora do recreio, quem se chamasse Júnior parecia destinado ao cadafalso. Agora, imagine ser Júnior e ter jeito de almofadinha. Ser Júnior e depois virar um Tiozinho da Sukita. Ser Júnior e se eleger deputado. E ser Júnior sendo que o sênior foi um pilar do movimento Diretas Nunca. Eu não desejaria isso nem para meu pior inimigo – e quase justificaria a sede de vingança do padecente.

Mas desprezar a venerável Feira do Livro e vetar os 400 mil reais liberados pela Frente Parlamentar da Leitura para o programa Adote um Escritor (sucesso desde 2002), aí já é revide demais... Ainda bem que na segunda-feira tal veto poderá ser derrubado na Câmara, caso obtenha dezenove votos favoráveis. Suponho que pelo menos a metade mais um dos 36 ilustres vereadores de Porto Alegre saibam ler. Ou já estou querendo demais?

2 de março de 2018

A presa

Assistiu *Deserto*? Passou quase em branco. Se não viu, não perdeu grande coisa. Após deixar a plateia sem fôlego e de ponta-cabeça em *Gravidade* – e assim levar um Oscar –, o mexicano Alfonso Cuarón caiu na terra. Mas quem come poeira somos nós. Cuarón produziu para seu filho Jonás dirigir um filme cheio de boas intenções, embora esvaziado por um roteiro desidratado. O tema que aborda, porém, é tórrido: imigrantes ilegais dando de cara no muro da intolerância, ali na desértica fronteira do México, tão longe de Deus, tão perto de Trump. Acontece que ninguém veio aqui para falar no cinema, não é? O que se impõe é o pretexto da trama: caçada humana.

Os americanos filmam seus próprios horrores melhor do que qualquer outro povo e, portanto, já fizeram filmes bem superiores sobre isso – e sobre todo o resto também. Sem pensar muito, lá estão *Mississippi em chamas*, *Na mira da morte* e... *Caçada humana*. Também escreveram melhor sobre a questão. Hemingway, no ensaio “On the Blue Water”: “Certamente, não há caça como a caça ao homem, e aqueles que os caçaram e gostaram nunca mais se interessaram por qualquer outra coisa, pois, após vivenciar tal experiência, a vida normal se torna tão insípida quanto vinho degustado por papilas cauterizadas”.

Caçar humanos por esporte é prática antiga e bem real. Inclusive no Brasil. Foi assim: em 1812, o príncipe regente Dom João decidiu introduzir o cultivo do chá no Jardim Botânico que ele próprio fundara, no

Rio. Para isso, trouxe de Macau, então colônia lusa na China, quatro mestres, 140 agricultores e 6 mil mudas do arbusto. O plantio deu em nada e os chineses, que ganhavam seis patacas por mês, ficaram ao deus-dará. Quem deu as caras foi o diabo.

Dom Miguel, filho de Carlota Joaquina e de Dom João (embora seu pai biológico fosse o marquês de Marialva), era um guri mau. Bem mau. Nascido em Lisboa, em outubro de 1802, passou a infância para os lados da Barra da Tijuca, junto com o irmão mais velho, Dom Pedro, que ele odiava e de quem usurparia o trono, anos mais tarde. Às vezes, Dom Miguel sumia. Reaparecia na Lagoa Rodrigo de Freitas, onde podia ser visto embrenhando-se na luxuriante floresta da Tijuca. Ia caçar.

Com cavalos, cães e escopetas, o príncipe e uma turma de amigos mais velhos e de sangue menos real – mas, ainda assim, nobres, como ele – divertiam-se vendo quem abatia mais chins.

O escândalo foi denunciado pelo diplomata britânico J. Prattle e comentado, na surdina, por John Luccock, autor de um livro clássico sobre o Brasil. Só assim acabou vazando.

Caçar humanos não emplacou como esporte da nobreza no Brasil – até porque nobreza anda em falta no mercado. A questão é que aqueles que seguem brincando de polícia e ladrão nas grandes cidades brasileiras são péssimos de mira: erram o alvo quase tanto quanto acertam. O problema é que a gente nunca sabe o que suas balas perdidas acharão.

1o de dezembro de 2017

Ladrão de galinhas

Era uma vez um barbeiro – no tempo em que barbeiros não faziam só barba, cabelo e bigode, mas aplicavam sangrias, usavam ventosas e tratavam até das lombrigas; na prática, eram médicos. Era uma vez um rei – o único rei europeu que não reinava na Europa, nem sequer vivia lá; um rei bonachão, balofo, que fazia as vezes de bobo da corte. E era uma vez, é claro, um reino – no caso, não um reino independente, mas unido ao de Portugal e Algarves.

O barbeiro era Antônio Plácido Pereira de Abreu – que de fato aplicava sangrias (e, de tão ligado às sanguessugas, parece ter virado uma). O rei era Dom João VI, uma espécie de Montezuma português, pois, tal e qual o desafortunado imperador asteca, viu seu reino ser invadido e ocupado – a diferença é que Dom João fugiu. E o reino em questão, você já sabe, era um reino da fantasia chamado Pátria Amada Brasil.

Plácido de Abreu veio para o Rio em 1808, na comitiva da família real, que escapuliu às pressas de Portugal. Era homem de poucos recursos e poucas letras. Mas, por volta de 1810, tornou-se barbeiro do então príncipe regente Dom João – não só cortando-lhe a barba e as melenas, mas também fazendo abluções e cuidando das “coçaduras” régias (o príncipe nunca se banhava; tinha, portanto, inúmeras afecções de pele). Quando Dom João foi aclamado rei, em 1816, “o Plácido” (assim chamado, com artigo definido e tudo) acabou nomeado chefe da real ucharia. A real ucharia era a despensa do palácio real, que o ex-barbeiro logo tratou de

transformar em real baixaria. Ele se apoderou dos gêneros alimentícios da cidade inteira: confiscava produtos,

armazenava-os e depois os revendia, arbitrava os preços e desregulava o mercado ao bel-prazer, como comprova farta documentação. Seu alvo principal eram os frangos, que Dom João adorava, a ponto de armazenar coxinhas nas imundas algibeiras.

Em novembro de 1819, um grupo de cariocas enviou uma carta ao rei, relatando: “Não há galinhas no mercado nem para o socorro dos enfermos, pois por dinheiro algum se as pode comprar nem encontrar, senão em mãos do galinheiro da real ucharia por custo exorbitante”.

O que era ruim ficou pior quando o Plácido estreitou laços com o príncipe Dom Pedro e em 1820 tornou-se sócio dele num negócio escuso de compra e venda de cavalos. Ao saber da parceria, Dom João, em geral manso e pacífico, teve um ataque de fúria e ameaçou “quebrar a cara” do filho com uma bengalada se ele não rompesse a sociedade. Mas o rei se foi e, ao virar imperador, Dom Pedro nomeou Plácido tesoureiro da Casa Imperial – o clássico caso da raposa escalada para cuidar do galinheiro, tão comum nos tristes trópicos.

Mas não adianta você insistir, pois não vou repetir o chavão. Não vou bater na mesma tecla e não direi que “povo que não conhece a sua história está condenado a repeti-la”. Só afirmo que é uma boa prender um ladrão de galinha. Se ela for a dos ovos de ouro e ele for amigo do rei.

30 de novembro de 2018

Dependência e morte

O príncipe não estava nada bem. Teria sido a água salobra de Santos ou algum prato condimentado na noite anterior? Não se sabe – nem ele o sabia. O fato é que uma diarreia o atacara, e a árdua cavalgada pelas curvas da estrada de Santos até o platô de São Paulo em nada contribuíra para a recuperação do combalido ventre principesco. Assim, quando o correio real Paulo Bregaró, que havia partido feito raio do Rio de Janeiro em direção a Santos, chegou às margens do Riacho Ipiranga com um maço de cartas urgentes para Dom Pedro, ele logo avistou os membros da guarda de honra parados numa colina. Dom Pedro estava à beira do córrego, “quebrando o corpo” – de calças arriadas, “a responder a mais um chamado da natureza”. O oitavo daquele dia.

As missivas lhe foram entregues enquanto ele abotoava a braguilha. As circunstâncias não eram, portanto, as mais apropriadas para a “perpetração da notável façanha”. Ocorre que as notícias que lhe chegavam eram de tal forma perturbadoras, que, após ler, amassar e pisotear as cartas, Dom Pedro montou em sua mula, trotou meio sem jeito até o topo da colina e dali gritou para seu séquito: “Amigos, as Cortes de Lisboa nos oprimem e querem nos escravizar. Nossas relações estão rompidas”.

Então, após arrancar a insígnia lusitana de seu uniforme, ele sacou a espada e ouviu-se do Ipiranga às margens plácidas de um príncipe o heroico brado retumbante: “Por meu sangue, por minha honra e por Deus: farei do Brasil um país livre”. Aí, erguendo-se dos estribos e com a espada

a riscar os céus que anunciavam a primavera, o bom Pedro asseverou: “Brasileiros, de hoje em diante nosso lema será: Independência ou morte!”. Eram quatro horas da tarde de 7 de setembro de 1822 e o sol, em raios fúlgidos, brilhou no céu da pátria naquele instante.

As cartas, como se vê, desempenharam papel preponderante na trama – e não só as enviadas pelas autoritárias Cortes, mas também as da futura imperatriz, Dona Leopoldina, a brilhante esposa austríaca do príncipe, e as do não menos brilhante José Bonifácio, o único gênio a exercer a política no Brasil. E também, é claro, as cartas escritas pelo próprio Dom Pedro – incluindo as explícitas odes eróticas que ele tecia para a amante, a Marquesa de Santos.

Mas fico cá pensando com meus desabridos botões: sabe que, no fundo, talvez tenha sido bom Dom Pedro não ter usado aquelas cartas ardentes para limpar o traseiro em tão ardido momento? Pois, assim, os papéis que sobraram para registrar aqueles feitos puderam arder na pira da incúria e da ignorância, acesa junto às chamas que devoraram o Museu Nacional. Além disso, por não ter se limpado com papel, mas nas águas do Ipiranga, Dom Pedro ajudou a deixar o riacho tão pútrido, fétido, viscoso e nojento quanto ele está, correndo hoje às margens plásticas.

E, no fim das contas, que símbolo poderia afeiçoar-se mais ao Brasil do que um esgoto a céu aberto?

7 de setembro de 2018

Câmara prostituída

O deputado subiu ao plenário para dizer que as mudanças que o país tanto necessitava não seriam alcançadas por meio de uma reforma constitucional, mas só “por um ato revolucionário, embora (isso) seja um golpe de Estado”. O nobre parlamentar julgava que golpes eram “lamentáveis”, mas “admissíveis em casos extremos”. Outro deputado, do mesmo partido, foi à tribuna para tranquilizá-lo, afirmando que não era golpe, na medida em que era “legal todo ato que satisfaz a vontade do povo”. E o povo – pelo menos as oito mil pessoas que naquele instante cercavam a Câmara – parecia estar pronto para sapatear na Constituição.

Bem que os liberais tinham tentado seguir a ordem e o regimento. Ocorre que todos os projetos apresentados por eles para alterar o maldito artigo 121 da Constituição tinham sido derrubados pelos conservadores, e por mais de três vezes, e ao longo dos últimos quatro anos.

Desde a abdicação forçada de seu pai, em abril de 1831, Dom Pedro II era formalmente o imperador do Brasil. Mas a Constituição dizia que ele só poderia assumir o poder quando completasse dezoito anos – e o pirralho tinha apenas catorze naquele turbulento ano de 1840. Então, os liberais deram início à campanha “maioridade já”.

No começo de junho, o projeto dos chamados “maioristas” quase adquiriu um verniz de legalidade: por apenas dois votos (dezoito a dezesseis), o Senado deixou de aprovar a moção do senador José de Alencar que tornaria Dom Pedro II apto a assumir imediatamente o

comando da nação. Depois daquela derrota aos 48 do segundo tempo, o clube da maioria não parou mais de conspirar. O deputado Clemente Pereira então ousou usar a palavra “golpe” em plena tribuna. Seu nobre colega, o deputado Rocha Galvão, corrigiu-o: não é golpe se o povo assim o quer...

Então, em 22 de junho de 1840, os deputados liberais, liderados por Antônio Carlos de Andrada (irmão de José Bonifácio), abandonaram a “Câmara prostituída” e dirigiram-se em ruidosa passeata à sede do governo, na Quinta da Boa Vista. Lá, simplesmente passaram o poder às mãos de Dom Pedro II, mandando a lei às favas. Sem maiores formalidades.

Reunido numa praça, no coração do Rio de Janeiro, o “povo” dançava, cantando:

Queremos Dom Pedro II / Embora não tenha idade / A nação dispensa a lei / E viva a maioria.

Muitas nações já dispensaram a lei. Mas quantas o fizeram de forma tão alegre – em prosa e verso, com rima e dança?

Bom, mas olhando bem para a cara do atual Supremo Tribunal Federal, acho que também já estou preferindo um bom batuque, uma gafieira, um baião, um frevo, um fandango, um xaxado, um xote, um vanerão, uma valsa, um bumba meu boi. Até um baile funk na boquinha da garrafa – que, aliás, é bem a cara do país. Qualquer tipo de bailado – menos, é claro, o partido-alto e a dança de salão...

13 de abril de 2018

A queda do império

Não houve um só tiro – quer dizer, houve dois, mas como ninguém os ouve em meio à gritaria, é como se nada tivesse havido. Pois se ao menos esses dois estampidos ecoassem em seus ouvidos, então os soldados do 1o Regimento de Cavalaria e seus colegas do 9o Batalhão, agrupados em desordem unida em meio ao Campo de Santana, no Rio de Janeiro, talvez percebessem que não estavam ali a participar de uma improvável parada militar e sim... para derrubar um regime. Mas quem iria supor que o velho Deodoro da Fonseca, sob os achaques da idade e com a dispneia a abalá-lo, fosse sair da cama para dar um golpe – ainda mais um golpe republicano? Além de legalista, ele sempre fora a favor da monarquia. Tanto é que mal se passavam sessenta dias desde que o provecto homem de caserna dissera:

– República no Brasil é coisa impossível, pois será verdadeira desgraça. Os brasileiros estão e estarão muito mal-educados para republicanos. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia. Se mal com ela, pior sem ela.

Não é de se estranhar, portanto, que ele tenha esbofeteado o cadete que ousara lançar o grito supostamente entalado nas gargantas: “Viva a República”. Não há prova de que Deodoro tenha revidado com um “viva o imperador”, como as más línguas espalhariam depois. Mas o fato é que, em meio àquela confusa quartelada no raiar de 15 de novembro de 1889 – há 129 anos (e um dia) –, o futuro marechal não destituiu Dom Pedro II.

“O imperador é meu amigo”, disse ele. “Devo-lhe favores.” E assim, quem caiu, mais com um suspiro do que com um estrondo, foi o chefe do gabinete dos ministros, o Visconde do Ouro Preto – que aliás escreveria o livro *Advento da Ditadura Militar no Brasil*, no exílio em Paris, em 1891.

Mas Dom Pedro II não duraria muito em seu abalado trono. Naquele mesmo dia, embora já na calada da noite, Deodoro, na cama e de pijamas, foi ludibriado por seus companheiros golpistas: eles lhe disseram que o gaúcho Gaspar Silveira Martins, seu inimigo de morte, seria o substituto de Ouro Preto. E então, quase sem fôlego, o velho soldado balbuciou: “Digam ao povo que a República está feita”, concretizando, sem tiros, sem sustos e sem muito senso a queda do Império naquele que viria a ser o primeiro golpe militar de nossa história, embora, como o “movimento” (de tropas) de 1964, ele tenha passado à História com nome mais pomposo: Proclamação da República.

Ainda assim, foi uma proclamação “provisória”, pois ficou decidido que “se aguardaria o pronunciamento da nação, livremente expressado por sufrágio popular”. E não é que um plebiscito foi mesmo convocado? Sim, em 21 de abril de 1993, com 104 anos de atraso, quando o Brasil provisoriamente republicano já havia vivido pelo menos mais três golpes, que, como o primeiro, não ousaram dizer seu nome, apelidados de Revolução de 30, de Estado Novo e de Revolução de 1964. Ah, morrendo e aprendendo na escola sem partida...

16 de novembro de 2018

A cidade febril

No princípio, era a febre. Ancestral, assombrosa, letal: a febre amarela. Julgava-se que estivesse erradicada, mas, de repente, ela voltou. Com tudo. Em seguida, eclodiu a questão da vacina. A picada deveria ser, como havia quem exigisse, “obrigatória, feito o batismo para a Igreja”? Ou tal obrigatoriedade era o fim da picada, “o túmulo da liberdade”? O principal foco do contágio estava aí, mas convém não esquecer de outras moléstias fervilhando no coquetel de enfermidades: a carestia, o desemprego, a iniquidade das submoradias, o poder das gangues controlando os morros, os terrores e rancores da elite, a prepotência corrupta da polícia. O descompasso entre o Brasil real e o Brasil do palácio do governo. Só podia dar no que deu: intervenção militar.

E tão logo foram autorizados – mais do que isso, conclamados – a sair dos quartéis, os milicos não perdoaram: subiram os morros, sem mandado ou provas; prenderam, bateram e arrebutaram. Tudo dentro da lei: lei de exceção, é claro, pois o governo convocou o conselho de segurança e obteve, no Congresso, a decretação do estado de sítio. Então, chegou a hora mais dramática, quase implausível: a hora em que os militares legalistas tiveram que enfrentar – e prender – os militares revoltosos. Sim, a situação saíra de tal forma de controle, que uma guarnição, instalada na Urca, em plena Zona Sul, se sublevou. O plano era derrubar o governo constitucional – acusado de “golpista” por ter decretado o estado de sítio – e tomar o poder. Difícil imaginar tamanho caos e tão grande subversão da

ordem. Mas há fácil explicação: tudo isso ocorreu há muito, muito tempo (embora não no reino de tão, tão distante).

Foi no Rio de Janeiro. Mas, naquela época, o Rio era um local muito primitivo, assolado por um mosquito, o *Aedes aegypti*, que transmitia a febre amarela, para a qual não havia vacina. Vacina havia para a varíola, que também grassava por lá – mas essa picada, obrigatória, o povo não queria tomar. Não só o povo, diga-se: Ruy Barbosa e Olavo Bilac também se opuseram virulentamente a ela. Mas a capital não era apenas uma cidade febril: era também uma cidade partida, purgatório da beleza e do caos, onde os muito ricos tinham muito, tinham tudo, e os muito pobres tinham muito pouco, tinham nada. A violência era tal, que até o Carnaval servia de pretexto para grupos armados saírem pelas ruas espancando foliões. Os morros estavam tomados por favelas e as favelas não eram caso de polícia, que lá ela não subia: eram caso de Exército, julgavam alguns.

Foi em novembro de 1904 – incontáveis 114 anos atrás. O episódio passou para a história com nome esdrúxulo: a Revolta da Vacina. Mas foi tão traumático, que a cidade, o país, o governo e até o povo aprenderam a lição e decidiram: isso nunca mais haverá de acontecer. Não conosco. Não aqui. E não faria sentido mesmo uma nação do porte do Brasil passar por isso tudo outra vez.

23 de fevereiro de 2018

A dama e o cachorrão

A primeira-dama? Trinta anos mais moça do que o presidente. O presidente? Um velhaco e ilegitimamente eleito, segundo alguns. Mas a dama? Muito bela? Ah, sim, deveras. Recatada? Aí já não. Do lar, pelo menos? Menos ainda: do bar. O Bar do Jeremias. Pessoa da noite, então? Sim, mas nadava e cavalgava muito bem. E tinha um cãozinho, é claro. O cãozinho também nadava? Isso não sei. Sei é que o maridão-presidente vivia com água pelo nariz, com o país imerso em crise econômica e os índices de popularidade do governo baixíssimos. Por mais que fizesse, o presidente era desprezado. Para muitos, sua própria eleição fora uma fraude. A nação nunca engoliu o jeito como ele chegou ao poder.

Ainda assim, ninguém podia imaginar que, após sair do Palácio, ele seria o primeiro ex-presidente do Brasil a ir para a cadeia. Nunca antes na história desse país.

Mas não viemos aqui para falar do marechal Hermes da Fonseca, viemos? Tido por seus adversários como homem de “completa nulidade mental”, Hermes (1855-1923) se tornou o oitavo presidente do Brasil após a mais acirrada campanha eleitoral da história pátria. Foi a chamada “luta da pena contra a espada”: Ruy Barbosa, “a maior mentalidade da nação”, representava a pena, ao passo que o gaúcho de São Gabriel, Hermes, sobrinho do marechal Deodoro e candidato dos militares e conservadores, era a espada. Não chega a ser surpresa a espada ter ganhado, “com quatrocentos mil votos redondos” (como disse o senador Pinheiro

Machado, chefe da comissão apuradora do Senado) contra os 222.822 dados ao baiano Ruy.

Mas o que interessa é ela, não ele. Nair de Teffé von Hoonholtz nasceu em 1886, em berço de ouro em Petrópolis (RJ), e foi educada na França.

Aos vinte anos, voltou para o Rio e virou caricaturista – a primeira do mundo, dizem alguns; a primeira do Brasil com certeza. Trabalhou na revista *Fon-Fon*, onde, por causa do preconceito, assinava Rian – que é tanto Nair ao contrário como “nada” em francês. Também pintava, cantava e tocava violão e piano. E vivia metida no Bar do Jeremias, com João do Rio e Lima Barreto. Uma mulher bela, avançada e do bar, portanto. E a primeira a vestir calças compridas no país!

No verão de 1913, cavalgando por Petrópolis – “montada feito homem” –, ela encontrou, conheceu e em oito dias aceitou se casar com o “cachorrão” Hermes da Fonseca. Passou a morar no Catete, enchendo o palácio de alegria e música, com os frequentes saraus da amiga Chiquinha Gonzaga, o que causou escândalo no país. Certa feita, ela disse: “Da cozinha, eu só gosto da comida”. Só que gostava de jogar, a dona Nair, e acabou perdendo tudo no pano verde. Inclusive a ilha em Angra, que o marechal, morto em 1923, deixara para ela. Nair morreu em 1981, no dia em que fazia 95 anos. Mas segue sendo a prova viva de que, por trás de um homem pequeno, pode haver uma grande mulher.

A minha tem mais de 1m80cm. E nada muito bem. Mas não tem cãozinho para salvar. Só tem um gato.

11 de maio de 2018

Brancos e nulos

Ufa, graças aos deuses, não passou de um pesadelo. Tudo o que julguei houvera sido real, tratava-se só de sonho mau. Sim, fui dormir na quinta-feira passada, dia 4 de outubro, e, ao longo da madrugada, visões medonhas e aterradoras me assombraram: vislumbrei um país cheio de delegados, pastores evangélicos, majores, sargentos e cabos, boa parte deles retrógrados e iletrados, alçados ao poder; vi gente que censurou exposição de arte se elegendo em primeiro lugar, vendedora de sofá obtendo votação maciça, ex-ator pornô bombado e boçal entrando na Câmara, apresentador de programa de TV que sempre foi fracasso fazendo sucesso nas urnas, príncipe virando sapo e ratos, ratões e ratinhos roendo o quarto todo. Acordei em sobressalto. Mas, então, feito milagre da física quântica, o calendário marcava 15 de outubro. Era estranho, mas reconfortante: tudo o que se passara do dia 5 ao dia 15 – incluindo o domingo, dia 7 – simplesmente não havia existido. Ou, se existira, fora varrido do tempo e riscado do mapa.

Ou seja, dias nulos, que passaram em branco.

Você acha que estou louco? Que delírio, que desvario, que alucino, que não estou na posse de minhas (de resto poucas) faculdades mentais? Ledo engano. O que acabo de descrever, aconteceu, e exatamente como falei: à meia-noite do dia 4 de outubro, o calendário deu um salto para uma da manhã do dia 15 do mesmo mês, ignorando os dez dias que deveriam separar uma data da outra. Aconteceu bem assim. E ponto.

Pena que foi em 1582 e não em 2018.

De fato, quando a quinta-feira, 4 de outubro de 1582, terminou, o calendário avançou de imediato para o domingo, 15 de outubro do mesmo ano. Dava-se assim a dramática transição do calendário juliano para o calendário gregoriano, determinada pelo papa Gregório XIII por meio da bula *Inter Gravissimas*. Pois veja o quão aflitiva estava a situação: não bastasse ser “inter” a bula ainda precisou ser “gravíssima”. E tudo por causa de uns míseros segundos que foram se somando, se somando – como votos que, um a um, elegem ratões e ratinhos, censores e bombados.

O ano, como se sabe, possui 365 dias, cinco horas, 48 minutos e 45 segundos. O calendário juliano os arredondou para 365,25 dias, acrescentando um ano bissexto, de 366 dias, a cada quatro anos. A princípio, a proposta pareceu funcionar. Ocorre que tal fórmula desprezava a perda de um punhado de segundos todos os anos. Com o tempo, a soma deles acabou por distorcer gravemente o calendário e, passados quinze séculos, a defasagem se tornou insustentável. Quando o astrônomo Cristóvão Clávio foi contratado para calcular o erro acumulado no calendário juliano, a distorção já havia consumido dez dias inteiros. Foi preciso então impedir que eles existissem. Fico cá com meus botões (da urna eletrônica) perguntando se não seria prudente repetir a dose.

Bom, mas talvez nem seja preciso: parece que já estamos mesmo voltando para o Ano Zero.

12 de outubro de 2018

De capitães e marechais

Pois jamais imaginei que iria raiar o dia em que um capitão reformado e eu compartilharíamos da mesma opinião. Afeito à hierarquia e à disciplina dos quartéis, não sou de dar ouvidos a patentes inferiores a coronel – ainda mais com registro de desobediência na caserna. Mas deve ter sido a retórica irretorquível, as ideias arejadas, o proselitismo quase hipnótico, o viés renascentista, ou quiçá o entendimento formidável sobre todas as áreas do conhecimento humano. Ou talvez, sei lá, a língua presa, o cabelo para o lado, o olhar brando traindo viva inteligência: em suma, o magnetismo pessoal da criatura. O que quer que tenha sido, o fato é que passei a escutar a torrente de sábias palavras despejadas na vida pública (e na privada) pelo sobredito capitão. E acabei por encontrar um fio, um vestígio, um fragmento a nos unir: estamos ambos prontos para não aceitar o resultado das urnas eletrônicas.

Dependendo, é claro, de qual venha a ser.

Mas, tirante esse ponto em comum, temos discordâncias profundas, o reformado e eu. Ele já declarou que “através do voto você não vai mudar nada neste país”. Já eu acho que o voto muda, sim – às vezes, inclusive, para pior. E olha que não está fácil piorar. Ele também tem um bordão: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Já eu acho que o Brasil anda abaixo do rabo do cachorro – e pode ir mais fundo. Quanto a deus, numa atitude conciliatória, proponho um equilibrado “lado a lado”. Não vou nem comentar a frase que no meu primeiro dia na faculdade de Jornalismo vi

escrita no diretório acadêmico: “Se Deus existe, é problema dele”. Vá que o filho do capitão pegue um soldado, um cabo e um jipe e decida fechar a Fabico. Sei lá – meu xará é esquentadinho.

Mas voltando à questão da patente (não no sentido gaúcho do termo): entre um capitão e um marechal, sou mais Deodoro, que renunciou. Só que vale lembrar do sobrinho dele, o Hermes, eleito pelos famosos “400 mil votos redondos” – e isso antes das inconfiáveis urnas eletrônicas. Foi no pleito de 1910, tido como mais disputado até então na história do Brasil: a chamada “luta da pena contra a espada”. Ruy Barbosa, “a maior mentalidade da nação”, era a pena. O “sargentão sem compostura”, “homem de completa nulidade mental”, apelidos do marechal Hermes, era a espada. Quem você acha que ganhou? Bom, foi um desastre, é claro. Mas pelo menos era um marechal. E sem registros de indisciplina na carreira!

PS – Se você discorda desta crônica, lembre-se que ainda não estamos numa ditadura e dê sua opinião, debata e se posicione aqui mesmo no jornal: tenha certeza de que em breve precisaremos deles. Só não espere minha resposta: estou indo de muda para o Uruguai, trabalhar numa clínica de interrupção da gravidez, ao lado duma plantação de erva, que não mate. E já vou avisando que lá ambas as atividades são legais. É Uruguai acima de tudo. E Deus e os marechais no seu lugar.

26 de outubro de 2018

The book is on the table

E então, de repente, os livros, essa espécie ameaçada de extinção – ainda mais depois do estranho pedido de “recuperação judicial” de uma grande cadeia de livrarias e do fechamento de mais de vinte lojas de outra (ambas, aliás, beneficiadas por recentes empréstimos de oitenta milhões de reais pelo velho e bom BNDES) –, pois eis que quando, onde, como e por obra de quem menos se esperava, os livros fizeram sua fabulosa *rentrée*. Foi domingo passado que eles ressurgiram, expostos na tábula rasa do Eleito (que, assim, revelou ao mundo ser leitor, embora alguns achem que, quando ele lê, mexe os lábios e, para fugir das legendas, só vê filme dublado).

Eram quatro os exemplares dispostos na mesa meio brega de fórmica branca, embora o primeiro deles, apesar de já ter sido chamado de “livrinho” por um ex-presidente militar (no caso, um marechal), não seja “livro” no sentido lato da palavra: tratava-se de um exemplar da Constituição do Brasil, a terceira mais extensa do mundo, com 64 mil palavras, 250 artigos e 106 emendas. O segundo, era uma versão abreviada e diluída da Bíblia, intitulada *A Mensagem*, feita para gente de poucas letras e poucas luzes, que admira e visita pastores pastosos, como Malafaia e Macedo, e é incapaz de alcançar a grandiosidade literária, sem falar nas complexidades teológicas, da Bíblia (na versão do Rei James), e que nem nesta nem na próxima encarnação haverá de alinhar esse soberbo texto sagrado com o Bhagavad Gita, o Corão e a Torá.

De todo modo, a presença literária de fato estonteante naquela mesa sem toalha, mostrada durante uma transmissão entrecortada e de baixa qualidade técnica, era, oh céus, Winston Churchill. Churchill foi um gigante, um mestre da retórica, um purista do idioma, um cultor da fina ironia, um gênio da estratégia militar, um animal político. Pelos poderes de Greyskull, como ele foi parar ali? Então, ao lado das memórias de Churchill, havia um quarto volume, de autoria de um intelectual brasileiro gagá e arrogante, cujo título soa como ordem: *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Mas, de boa, esse parecia estar com as páginas virgens, intocadas.

Em meio a seu pronunciamento cifrado, o sujeito responsável pela seleção dos títulos explicou os critérios que regeram aquela amostra grátis de biblioteca: “O que eu mais quero”, disse ele, “é seguir os ensinamentos de Deus ao lado da Constituição brasileira, inspirando-me em grandes líderes, e com boa assessoria, técnica e profissional ao meu lado”.

Bom, assim sendo, senti a falta ali de um livro de colorir e de uma cartilha. Mas não vou me arriscar a sugerir substituições, pois vá que as lembranças de Churchill saiam de cena para que as opacas e sinistras memórias do já bem falecido coronel Ustra venham ocupar seu lugar. Embora queira crer que isso seria de todo impossível, pois o dito livro já não se encontra em estante alguma: jaz na lata de lixo da História.

2 de novembro de 2018

Gaudério

Todo mundo sabe o que significa “gaúcho”, mas ninguém sabe o que “gaúcho” quer dizer. A palavra evoca aventura, nostalgia, romance; recende a sangue, suor e poeira; ecoa o tropel de cavalos, o brado dos bravos, o retinir de metais. Tem algo de épico e grandiloquente – mas arrasta para um turbilhão de imagens cambiantes e origens indeterminadas.

De onde surgiu o gaúcho? Os historiadores continuam atolados na areia movediça das polêmicas vãs. O gaúcho é berbere, árabe, oriental ou andaluz? O gaúcho é charrua, quíchua ou araucano? Ninguém sabe. O mais provável é que todas as opções sejam mais ou menos verdadeiras: o gaúcho é um mestiço forjado na fronteira – mescla elementos de várias nações indígenas com a complexa tradição luso-castelhana, por sua vez repleta de influência moura. No esforço para conjurar esse mosaico, já houve os que arriscassem uma definição, com mais ou menos felicidade: gaúcho, o centauro dos pampas, é meio touro, meio galo, quase uma mistura de índio com cavalo.

Mas o que, afinal, quer dizer gaúcho? A palavra, escrita pela primeira vez em 1743, vem do persa, do árabe, do sânscrito, do quíchua, do araucano ou do guarani? Ninguém sabe ao certo. De certo mesmo, só que surgiu quase como palavrão. Gaudério, changador, garrucho ou haragano – todos sinônimos de “gaúcho” – eram também sinônimos de vagabundo, vagamundo, ou “bagamundo”. Ladrões de gado, “guascas”, sem lei nem

rei, que viviam dentro de suas camisas, debaixo de seus chapéus e em cima de seus cavalos.

Dentre as ervas daninhas que vingaram na selva das palavras, a flor mais bela foi colhida por Aurélio Porto, em 1946: “guaú”, do guarani “cantar tristemente”, mais “che”, do quíchua “gente, homem”; ou seja: “homem que canta triste”. Definição linda e poética – pena que errada. A origem mais provável remete ao araucano: “huagchu”, que virou “guacho” e quer dizer “filho que não conhece o pai”, ou “órfão”. Ou seja: o bendito fruto de uma união fugaz entre um aventureiro que passava com uma mãe indígena que se deixou seduzir. Um mestiço em um mundo em mutação.

Só que a lenda sempre importou mais do que a realidade: a transformação do gaúcho em peão (“peão”: aquele que anda a pé), o empenho dos estancieiros em suprimir o estilo de vida independente, a substituição da indumentária feita à mão por peças industriais, a opressão e a desordem – nada disso aparece na obra dos poetas e prosadores que cantaram o gaúcho.

Seja como for, lá está o gaúcho – só, altivo, melancólico. A cena toda tingida em tom crepuscular: um homem a cavalo, metido num poncho e sorvendo o mate, silhueta no entardecer que se derrama sobre a vastidão do pampa. Gaúchos são sombras numa correnteza de grama na planície sem cercas nem porteiras, com o pé no estribo e o pé na estrada.

Ser gaúcho é um estado de espírito. Ser gaúcho é ser gauche na vida.

Ser gaúcho é um destino – e quem disse foi Jorge Luis Borges.

14 de setembro de 2018

Luzes

O mundo já vivenciou mais trevas e dores do que luzes e concórdia ao longo dos milênios em que escorre a civilização. Mas não resta dúvida de que houve lugares e tempos em que o sublime parece ter cintilado na Terra. De todas as épocas de ouro, minha favorita floresceu no Al-Andalus, como os mouros batizaram a refulgente nação que estabeleceram no que antes já quase era e que depois com certeza viria a ser a Espanha. Foram necessários só sete anos para conquistar o território que por sete séculos viveu sob égide islâmica. A ocupação se iniciou em maio de 771, quando o exército de Tarik ibn Ziyad cruzou o estreito que leva seu nome: Gibraltar (de Jabal al Tariq, ou “montanha de Tarik”). Mas a nova historiografia ibérica tende a considerar esse movimento mais que mera invasão: terá sido uma missão civilizatória que levou à Península vastas inovações e várias benesses.

Entre outras coisas, os berberes quiseram ensinar os iberos a tomar banho – nem todos aprenderam.

Mas as fabulosas termas e “banhos turcos” foram pequena parcela dos hábitos, técnicas, ciências e artes de rebuscado requinte e comprovada eficácia então introduzidos – junto com as laranjas – no sul da Espanha e de Portugal. Entre as cintilações proporcionadas pelo Califado de Córdoba e pelos sultões da dinastia Nasrida (senhores do palácio de sonhos da Alhambra, em Granada), estão a arquitetura de sublime esplendor, a astronomia e a astrologia, a medicina, a álgebra, a poesia de refinamento

inaudito e forte teor erótico ou religioso; a música profana e a sacra, a criação de cavalos “árabes”, os bálsamos e perfumes de inebriante aroma, o xadrez, o plantio em degraus e a irrigação arrojada; as almofadas, tapetes e azulejos; o sexo simultaneamente sagrado e tórrido, as banheiras de mármore, as janelas “manuelinas” enquadrando os alvos cumes da Serra Nevada; os rios sussurrando como se gratos por virarem canais translúcidos e, é claro, os primeiros hospitais, bibliotecas e universidades públicas de que se tem notícia. Tudo fruto da Idade de Ouro Islâmica, do século VIII a fins do século XV.

Ali, a jardinagem foi elevada ao status de arte viva. Na sombra projetada por altos e rubros muros, os paisagistas árabes plantavam fileiras de plátanos, palmeiras, laranjeiras e limoeiros e canteiros sem fim de rosas e jasmins, ao redor de um tanque geométrico central, revestido de azulejos azuis. As águas jorravam refrescando o ar e seu murmúrio tinha efeito hipnótico. Não é à toa que “paraíso” é palavra advinda do persa pairidaeeza, ou jardim celestial.

Tudo isso esmoreceu e murchou em 1o de janeiro de 1492, quando Isabel, a Católica, com seu fervor religioso e monolítica intolerância, tomou Granada, último bastião da Andaluzia. Com o dinheiro saqueado aos vencidos, ela financiou a expedição de seu favorito, Colombo, o portador de Cristo.

De lá para cá, lamento informar, o mundo não melhorou.

4 de janeiro de 2019

Revolver a revolução

E então, num piscar de olhos, o Palácio de Inverno, em São Petersburgo, caiu para dar início à primavera do mundo. Era como se estivéssemos todos lá: Maiakovski, vestido de três metros de meio-dia, soprando a flauta feita das próprias vértebras; Eisenstein com uma câmera na mão e mil ideias na cabeça; Rodchenko colando colagens construtivistas pelos aposentos do czar; Prokofiev ouvindo coisas, a tanger o violino; Chagall pronto para tingir velhas chagas de cores novas, vendo Kandinsky jogar amarelinha. Tudo que é sólido desmanchando-se no ar, feito a fumaça do trem que trouxe Vladimir Ilitch.

Sim, é tudo verdade: Lenin acaba de desembarcar na Estação Finlândia, aqui em São Petersburgo, enquanto o camarada Trotski inflama a massa proletária com seu discurso incendiário, bem ali, no comitê dos soviets. Tudo o que veio antes é jogado agora na lata de lixo da História. O mundo está prestes a mudar – e mudaremos com ele.

Anastácia chora em vão.

John Reed, o jornalista vermelho, testemunha ocular dessa história, furou a revolução e entrou no lar do czar pisoteando as espingardas deixadas para trás pelos guardas em fuga. Seu livro épico ainda anda por aí, em várias edições: é a História em carne viva. Mas, por mais que aquela leitura tenha mudado tantos corações e mentes ao redor do mundo, foi preciso aguardar um século para ter “distanciamento” suficiente e entender melhor o que afinal se passou naqueles dez dias que abalaram o

mundo.

A Rússia dos czares atrozes e dos revolucionários rebeldes, dos escritores febris e das censuras ferozes, de tantas calúnias e tantas calamidades ainda desfila seu poderio e suas misérias embaralhando o quadro que, há um século, parecia pintar o nascimento de uma nova nação. Muitos foram os gênios que a vislumbraram enquanto ela se contorcia nas dores do parto. E houve quem tivesse visto ali o advento do paraíso na Terra. Talvez por isso tenha sido tão dolorido. Talvez por isso não pudesse mesmo dar certo. Afinal, era só uma história humana – demasiadamente humana.

Pois o fato é que o legado real do experimento político que se iniciou há 101 anos em São Petersburgo, chegou a Moscou e em seguida projetou a aura de seus sonhos e a sombra de seus pesadelos por todo o planeta foi, em larga escala, de destruição e morte. Basta lembrar que Maiakovski suicidou-se, Eisenstein foi flertar com Hollywood, Rodchenko abstraiu-se e se absteve, Prokofiev preferiu escutar a rapsódia americana e Chagall quis ficar numa *nice*, em Nice. Para milhões de outros, restou o Gulag, e uns poucos conseguiram publicar suas recordações da casa dos mortos: são só esqueletos enregelados em covas anônimas.

Assim, no fim das contas, talvez estivéssemos errados. Mas isso não quer dizer que nossos antagonistas estavam certos.

Até porque eles seguem aqui, e acolá, fazendo a História se repetir como tragédia e como farsa.

E Anastácia ainda chora em vão.

São Petersburgo, 22 de junho de 2018

Metamorfose de travestis

A pior parte era o corpete. Mas as criadas tinham ordens para não os afrouxar, mesmo que o pobre nobre que o trajasse já estivesse a ponto de desmaiar. Era uma determinação da czarina, e ai de quem ousasse desrespeitá-la.

Elizabeta Petrovna Romanov ascendeu ao trono de todas as Rússias em 1741 e nele ficou, à custa de muito sangue e centenas de línguas arrancadas, até morrer, em 1761. Foi a segunda mulher a comandar o mais vasto império do globo, depois de Catarina I, a analfabeta filha de um pastor que havia sucedido ao marido, Pedro, o Grande. Elizabeta era filha deles e, em certos aspectos, a trajetória da chamada “Vênus da Rússia” ou “Messalina do Norte” é ainda mais impressionante do que a da mãe.

A czarina era hipnoticamente linda. Alta, forte, inteligente, vivaz, “de olhos reluzentes, boca perfeita e pescoço e colo de rara alvura”, dançava feito uma deusa e cavalgava ainda melhor. E era cruel, muito cruel. Dizem, aliás, que deixava Jael, o cruel, no chinelo. Personificação dos excessos insolentes e frívolos do rococó, ela possuía quinze mil vestidos e oito mil pares de sapatos, jamais acordava antes do meio-dia e todas as noites dava festas que duravam até as seis da manhã.

Muitos desses bailes se chamavam “Metamorfoses” e, neles, Elizabeta obrigava as mulheres a se vestirem de homem e os homens a se travestirem de mulher. Ela supervisionava cada detalhe, e os cortesãos tinham que usar “saías compridas e armadas, cafetãs e tafetás brancos”;

por vezes até “perucas de dois andares”. E na maçã da face, uma graciosa pinta falsa. Por baixo, é claro, um corpete bem apertado.

Se você, como eu, não consegue tirar as mulheres russas da cabeça – em especial, é claro, aquelas que ocuparam o trono ao longo da fabulosa dinastia dos Romanov, então corra à livraria mais próxima (livrarias são estabelecimentos comerciais nos quais vendem-se livros; existiram no passado e algumas ainda sobrevivem) e adquira *Os Romanov*, de Simon Sebag Montefiore. Dentre milhares de outras informações magnificamente entrelaçadas ali, descobrirá a que de momento interessa: depois daqueles três a zero tomados ao natural do Uruguai, a melhor saída para a seleção russa – que agora enfrentará o que restou da Espanha, só classificada após garfar o Marrocos – será escalar Elizabeta como centroavante rompedora, mantendo Catarina II com a camisa 10 e Catarina I na contenção, em frente à zaga.

Ainda bem que meu amado Uruguai já se livrou dos donos da casa – antes que as donas tivessem que ser convocadas para, mais uma vez, lavar a honra dessa tão máscula nação.

Moscou, 27 de junho de 2018

A pena e a bola

Após meses de confinamento na penumbra gotejante das masmorras da fortaleza de Pedro e Paulo, os prisioneiros arrastavam-se pela praça central de São Petersburgo ofuscados pela luminosidade oblíqua que banhava o palco de sua execução. Entre os padecentes, havia um jovem escritor de 26 anos. Os condenados subiram ao cadafalso e o pelotão de fuzilamento posicionou-se, empertigado, para cumprir a ordem. “Preparar” – e o som metálico das espingardas sendo destravadas rasgou o ar gelado da manhã. “Apontar” – e os tambores rufaram, fúnebres.

Então, ao invés dos tiros, os sentenciados ouviram a ordem de clemência concedida pelo czar Nicolau I, que havia concebido aquele espetáculo sadicamente teatral. “Mas não houve alegria em voltar à vida”, escreveria Fiódor Dostoiévski. “Eu não me importava mais – já havia passado pelo pior.” Mas o pior estava por vir: Dostoiévski partiria para quatro anos de trabalhos forçados na Sibéria. Registrou isso tudo em suas soberbas e sombrias *Memórias da casa dos mortos*.

Li o livro aos quinze anos, com tradução de Rachel de Queiroz, ilustrado por Santa Rosa e editado por José Olympio. O exemplar era do meu pai: ele o ganhou, com dedicatória, das minhas tias Nelda e Edith, ao fazer trinta anos, em 9 de julho de 1958, quarenta dias depois de eu nascer. Ainda guardo o volume que me fez mergulhar na alma russa.

E a alma russa misturar-se à minha.

Dostoiévski amava Gogol, o doente imaginário que queimou centenas

de páginas manuscritas na lareira e, febril em seu delírio místico, desistiu da vida para conhecer as almas mortas que havia descrito como ninguém. Gogol amava Pushkin, o pai de todos, que decidiu lavar a honra com sangue – e o fez. Só que o sangue vertido foi o dele próprio. E ele morreu num duelo banal. Já Tolstói saiu sem dar palavra rumo à floresta hirsuta, em pleno inverno. Morreu de pneumonia – e desilusão.

Desilusão que levou Maiakovski a cometer o tresloucado gesto em seu apartamento em Moscou: o homem com o qual a “anatomia ficou louca”, pois era “todo coração”, estourou os miolos, enquanto Gorki, amigo de fé, irmão camarada de Stalin, morreu em circunstâncias misteriosas. Envenenado, dizem alguns.

A mando de Stalin, suspeitam todos.

Isso posto, parece lícito concluir que a Rússia trata mal seus escritores. Até pode ser. Mas só enquanto vivos. Após a morte, eles são endeusados em mármore, bronze ou granito, nas praças, ruas e parques, suas casas transformadas em museus, seus livros impressos aos milhões, seu legado cantado em prosa e verso por um povo de leitores.

Sim, muitos países batem a Rússia na bola. Mas que outra nação pode escalar um time de escritores como a que ora sedia a Copa? Ok, a Inglaterra e, vá lá, a França. Mas elas não estão em casa e jogam por linhas tortas. A trama se adensa e o desfecho se aproxima. Machado de Assis espreita de soslaio, com riso de mofa.

São Petersburgo, 29 de junho de 2018

De gigantes e anões

Nos divertimentos, nos banquetes, nos festins e nos folguedos, bem como, é claro, nas orgias, a presença deles era relativamente rara. O impacto que causavam, porém, se mostrava tão grande quanto eles. Ainda assim, apesar do tamanho descomunal, eles não deixavam de ser gentis. O que não chega ser surpresa, já que, para assegurar tal docilidade, tinham sido castrados. Sim, eles eram gigantes (com ao menos 2 metros e quinze cada um), gentis e castrados. E passavam a maior parte do tempo confinados em seus alojamentos.

Já com os anões dava-se o oposto: esses perambulavam aos bandos, ruidosos pela corte, enchendo os palácios de som e fúria, sempre prontos para as algazarras, para as patifarias e as patuscadas, metidos em troças grosseiras, fazendo piadas de mau gosto, causando constrangimentos. E nos bacanais, sua presença era vista como indispensável.

A obsessão da dinastia dos Romanov por gigantes e, em especial, por anões, não parece estar ligada apenas ao fato de que tais “mascotes” supostamente traziam boa sorte, mas sim porque, num sentido mais profundo e metafórico, tais aberrações representavam a excepcionalidade da família real que por mais de trezentos anos comandou a Rússia com mão de ferro (e pés de barro). Além disso, gigantes e anões conferiam à corte um clima de conto de fadas, simultaneamente onírico e tétrico, como se para varrer a realidade para longe dali.

Alexei, um dos primeiros Romanov, inaugurou a prática em 1639,

empregando uma trupe de dezesseis anões, que mantinha quase sempre bêbados, metidos em trajes quadriculados vermelhos e amarelos. O czar deu 22 anões de presente de casamento para sua noiva. Em seu plantel, havia anões favoritos, anões vingativos, anões encenqueiros, anões delatores e, é claro, anões alcoviteiros, assíduos frequentadores do leito régio.

Até Pedro, o Grande, não escapou do velho costume e desfilou com um séquito de 72 anões e onze gigantes nas cerimônias de inauguração da soberba São Petersburgo, a cidade que ele ergueu para ser capital de todas as Rússias. O czar estava fazendo a história se repetir como farsa, disposto a desmascará-la de uma vez por todas.

Pois bem: essa Copa já teve gigantes que viraram anões – você não precisa de mim para saber quem foram, não é? –, já teve anões que continuaram pequenos, já teve grandalhões pegando pênaltis que pareciam cobrados por pigmeus. Já teve gente subindo alto e caindo baixo. Já teve gente rolando sem ser tocada. Mas será que já revelou candidato à altura do título? Sei lá, Modric parece do tipo mediano, da estatura de um, digamos, Neymar. Mbappé corre muito – mas não voa. Já Cavani, com seus enormes 1m84cm, é um gigante. Pelo menos para mim.

Só espero que nenhum anão lhe venha passar a perna.

São Petersburgo, 2 de julho de 2018

A múmia

Sob a penumbra umbrosa e o ar mortiço, o templo que deveria ser sagrado na verdade exala um clima profano. Foi erguido para celebrar a vida, mas mais parece uma exaltação à morte insepulta, dia após dia, há quase um século. Um facho de luz baça se projeta do teto, transpassa o sarcófago de vidro e então alumbra a face severa e pétrea do falecido. É um rosto macilento de cera – ou uma máscara mortuária de carne –, mais inquisidor do que tenebroso. Quase esfinge em vez de múmia, a propor, em silêncio mortal, o enigma às avessas: “Devora-me ou te decifro”.

Ninguém jamais ousou devorar Vladimir Ilitch Lenin, embora seja lícito dizer que ele também não foi capaz de decifrar as charadas da História que um dia quis jogar na lata de lixo. O líder da maior revolução social de todos os tempos morreu em janeiro de 1924. Mas jaz até hoje em praça pública, mumificado feito um faraó de araque. Não foi ele, no entanto, quem traçou seu destino pós-vida: Lenin só queria ser enterrado junto à mãe.

Ocorre que na velha Rússia era costume embalsamar os czares, mesmo os mais terríveis. Além disso, a tumba de Tutancâmon tinha sido descoberta apenas dois anos antes no Egito e Stalin era um gênio na fabricação de mitos: foi ele quem decidiu tornar seu velho mestre um morto-vivo. É possível que a intenção dos embalsamadores fosse fazer de Lenin um ícone, como as obras-primas medievais de Andrei Rublev. Mas 94 anos depois, ele lembra um Darth Vader num mausoléu interestelar.

Qual pirâmide em degraus, com prumo e sem ponta, feito de mármore, labradorite, pórfiro e granito, o mausoléu está bem ali, na necrópole aos pés das muralhas do Kremlin, rubras como sangue. A tumba de Stalin, que também foi embalsamado (mas depois deixaram que retornasse ao pó), fica logo atrás, como se em sonâmbula e insone vigilância. Já o cosmonauta Yuri Gagarin e o jornalista norte-americano John Reed, que foram às alturas, esses parecem descansar em paz, apesar dos ruídos dos passos – dos vivos e dos mortos.

Sim, a tumba de Lenin ainda atrai milhares de visitantes todos os dias. Eles entram na fila, sem seus telefones ou máquinas fotográficas (é proibido fazer fotos na tumba) e penetram, silentes, solenes, com juras de amor ou juras de maldição, reverentes ou incrédulos, gratos ou irados, num túnel do tempo. Para ver um passado sem futuro.

Jazendo desmorto em sua pirâmide, ao custo de quase mil dólares diários, metido num terno funéreo e sem o cérebro (extraído em 1924 para estudos – que revelaram um caso grave de arteriosclerose), Lenin lembra um Drácula de filme B. Sem que ninguém tenha lhe cravado no coração a estaca que enfim o deixaria sob sete palmos de terra e setenta anos de histórias mal contadas. Pela eternidade e mais um dia.

Até os humanos estarem prontos para construírem uma sociedade mais decente. A sociedade com a qual ele sonhou e que, junto com seus amigos e seus inimigos, ajudou a transformar em pesadelo.

Moscou, 6 de julho de 2018

Filhos de Putin

Os vivos são sempre e cada vez mais governados... pelos muito vivos.

Se Vladimir Putin tivesse ouvido falar no aforismo cunhado pelo francês Auguste Comte – também autor do lema que tremula, amputado, na bandeira do Brasil: “O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim” –, o astuto e audaz senhor incontestável de todas as Rússias talvez pensasse em submeter o velho adágio a essa nada sutil alteração.

Não que Putin refute de pronto e de público a máxima comtiana de acordo com a qual “os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos” (impressa em bronze e colada ao granito no monumento a Júlio de Castilhos, na Praça da Matriz, bem no coração de Porto Alegre). Pelo contrário: o primeiro ditador russo democraticamente eleito – e com 78 por cento dos votos – parece julgar-se um mix moderno de czar dos velhos tempos (quem sabe Ivan, o Terrível) com déspota da era soviética.

Putin cultua os grandes ícones da autocracia russa (e força comparações deles consigo). E no mundo da pós-verdade, ele de fato se impõe como um híbrido de Pedro, o Grande, com Stalin, o Monstro. Há uma profusão de pôsteres, camisetas, bustos, canecas – e matrioskas, claro – com sua imagem por todos os quiosques e biroskas da Mãe Rússia. Putin caçando ursos, Putin treinando caratê, Putin montado num elefante, Putin de torso nu, de escusos óculos escuros, olhando enigmaticamente para o alto – o céu é o limite.

Com Putin comodamente instalado no Kremlin (de torso nu e óculos escuros?), a Rússia vive sob a égide do que se poderia chamar de “democracia soberana” – com a clara preponderância da “soberania” nessa frágil equação. Uma nação gigante cuja ideologia é um coquetel que mescla o culto à autoridade com a velha burocracia soviética e nacionalismo exacerbado com um “capitalismo camarada”, cujo principal lema consiste no direito sagrado de enriquecer em nome do Estado. Tudo temperado por uma azeitona replicante: um autoritarismo digital em proporções nunca vistas. Sim, na Rússia os “rebeldes” hackers estão a serviço do Estado – e até ajudaram a eleger Trump. A Rússia é a pátria-mãe das *fake news*.

Mas a Rússia é mais do que isso e é mais do que Vladimir Putin, por mais tempo que o “poder do voto” assegure a permanência no poder desse coronel da KGB. A Rússia é um épico escrito por Tolstói e musicado por Tchaikovsky. A Rússia é uma máxima de Gorki, um conto louco de Gogol. A Rússia é lúgubre e é trágica, mas transcende, transforma e encanta. A Rússia é uma epopeia de sombra e luz, de som e fúria, de lava e gelo, numa vastidão de estepes e tundras sem fim. Na Rússia, as vacas e os violinistas voam, como numa ode onírica pintada por Chagall.

Ainda assim, nem tudo na Rússia termina com um estrondo. Às vezes, o fim vem com um suspiro – de melancolia e desilusão. Não com a Rússia, mas com um certo país medíocre. O país que vive simulando faltas. Em plena era do VAR. Mas para o qual chegou a hora de voltar.

Moscou, 13 de julho de 2018

O pássaro e a chama

Foi quando o cristianismo era pouco mais do que uma miragem tremeluzindo desde as areias inférteis do Oriente Médio – de onde, claro, era originário – e o paganismo seguia sendo a floresta luxuriante de liames e líquens, de musgos e murmúrios, porém entulhada de madeira velha, pronta para arder sob o fogo do proselitismo, soprado por uma fé intolerante, voraz e monolítica. Foi o tempo descrito por Gore Vidal em *Juliano*, quando a nova religião brotava feito dardos atravessando as folhas quebradiças do outono; a época recriada também por Marguerite Yourcenar nas páginas que parecem gravadas em mármore de *Adriano*. Mil anos antes dos esconjuros balbuciados pelas bruxas de *Macbeth* num pântano de infortúnios.

Era o século VI, e Edwin, o rei de Northumberland (na atual fronteira entre Inglaterra e Escócia), foi procurado em seu velho e assombroso castelo por um missionário cristão, vindo do continente. Com toda a humildade e prudência, o monge pediu-lhe permissão para evangelizar seu insubmisso e aguerrido povo. Com igual tino e o mesmo siso do missionário, o rei não quis arcar sozinho com o peso de tal decisão – como se anteviesse que ela mudaria a história do mundo, em especial a do seu mundo. Edwin convocou, então, um conselho de sábios e líderes tribais. E é Marguerite Yourcenar quem transcreve (mas não em *Adriano*, e sim no livrinho de ensaios *O Tempo, esse grande escultor*) o que disse um daqueles chefes, cujo discurso foi preservado por um escriba chamado

Beda, o Venerável:

“A vida do homem sobre a terra, ó rei, comparada com os vastos espaços de tempo dos quais nada sabemos, parece-me semelhar o voo do pássaro que entrasse por um vão do telhado numa grande sala do castelo ao centro da qual há uma lareira acesa, e onde tu te banqueteias em meio aos teus conselheiros e vassalos, enquanto lá fora as chuvas e as neves do inverno a tudo castigam. O pássaro atravessa rapidamente o salão para sair do lado oposto e, após esse breve átimo, vindo do inverno, a ele retorna, perdendo-se de vista. Assim é a efêmera vida humana, da qual nada sabemos do que a precede nem do que se lhe seguirá...”.

Baseado na poética inquietude contida naquela parábola, Edwin tomou sua decisão: já que nada sabemos – quem somos, de onde viemos, para onde vamos? –, por que não apelar para aqueles que talvez saibam de algo? E foi assim que os velhos deuses foram varridos da face da Inglaterra – sobrevivendo apenas no sortilégio das bruxas, nas de então e nas de hoje.

Embora a imagem do pássaro vindo não se sabe de onde e voltando para onde não se sabe seja poderosa e fecunda, é a lareira que crepita no centro da sala iluminada entre uma tormenta e outra que parece se impor como a chama central dessa trama. Não arderá ali o fogo do conhecimento, que faz não só com que pássaro e tempestade possam ser percebidos, mas também com que o homem tenha ousado criar um deus à sua imagem e semelhança?

27 de julho de 2018

Quanto, Vale?

Nem tudo é brumado, nem tudo é brumoso. Nem mesmo Brumadinho.

Tem vezes que as coisas estão tão claras, tão na cara, que até o mar de lama flui transparente.

Por isso, na fluidez do mercado, na transparência das transações, na fluência das mercancias, na limpidez das finanças, indago: quanto vale *uma tonelada* de minério de ferro?

Ora, todo mundo sabe quanto vale: vale 190 dólares...

Ah, mas isso foi no auge dos negócios aquecidos, caro colega!

Agora, a economia da China resfriou-se e uma tonelada está valendo 63,91 dólares!

Sim, é o que vale, lá na Bolsa de Dalian (The Dalian Commodity Exchange, para os íntimos), onde se fecham os “contratos futuros do minério de ferro”. Futuro do presente.

Sim, 63,91 dólares. É mais do que uma nota! São cinco: uma de cinquenta, uma de dez e três de um. Verdinhas, como um vale. E mais umas moedas – de cobre. O equivalente a 237,74 reais.

Sim, é o quanto vale uma tonelada de ferro arrancada das entranhas das Gerais.

Um minério sem maiores mistérios; nunca deu origem a nenhuma Era de Ouro.

E uma vida, quanto vale? Vale o peso de uma pena. Ou de uma alma na lama.

Passando nos cobres, pode valer até cem mil reais. No atacado. No varejo, sai mais caro.

E quanto vale – ou valia – o Vale do Rio Doce?

Quanto, quanto, quanto, Vale? Ah, como era verde o meu vale...

Por que de novo é preciso atravessar esse vale de lágrimas?

Será uma via de mão única em direção ao vale dos caídos?

Agora que ando pelo vale da sombra da morte, tua vara de ferro já não me basta.

Qual o testa de ferro que vai agir com mão de ferro e sentar-se no Trono de Ferro desse *Game of Thrones*? Quem vai barrar a barragem de barro? A barra dos tribunais ou a bancada da lama? Quem vai bancar? Quem vai meter banca? Qual o banco? Ah, mas tem o pessoal da Barra e o pessoal dos fundos... de pensão. Vai fundo, vamos quebrar essa banca!

Quem vai pagar esse vale? Quando vai acabar esse vale-tudo?

Até quando a gente vai ficar achando que este país não vale nada?

Diz pra mim, dona Vale...

Diz pra mim, antes de eu voltar lá pro fundo, bem no fundo, do meu brumado. Meu brumoso Brumadinho, tão cerrado. Porque eu gosto mesmo é lá de fora, onde sei que a falsidade não vigora.

Porque, por aqui, meu irmão, tudo é barro – e vaidade.

Até que, um dia, enferruja.

*10 de fevereiro de 2019*¹³

¹³ Texto publicado uma semana após o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), acidente que fez cerca de 300 vítimas entre mortos e desaparecidos.

OUTRAS VIAGENS

Jornada rumo ao começo da história

Nas comemorações dos quinhentos anos da descoberta da América, duas ilhas remotas expõem paisagens desoladas e a memória melancólica de um paraíso perdido.

Durante a segunda semana de outubro de 1992, duas ilhotas de coral perdidas na imensidão cristalina do mar do Caribe se transformaram nos locais mais celebrados do planeta. Foi, com certeza, numa delas – na pequena San Salvador, hoje com quinhentos habitantes, ou na minúscula e desabitada Samana Cay – que a nau e as caravelas de Cristóvão Colombo tocaram pela primeira vez as praias do Novo Mundo, há então quinhentos anos. As festividades oficiais concentraram-se todas em San Salvador – e adquiriram um tom profundamente cristão. Distante 45 milhas náuticas (ou aproximadamente noventa quilômetros) de San Salvador, cercada de recifes e quase inacessível, Samana Cay – apontada pelos pesquisadores da **National Geographic Society** como o local mais provável do desembarque – permaneceu isolada e distante de toda a movimentação. Em outubro de 1992, juntamente com a *Bahamas Quincentennial Comission* – uma organização formada em 1982 para promover as festividades do V Centenário da descoberta, estive em San Salvador e em Samana Cay.

Samana Cay, Bahamas – Água, somente água, à frente, atrás e dos lados, como se o oceano fosse um mero reflexo, mais tangível e mais palpável, dos imensos céus sem nuvem e sem fim que abraçam imperiosamente o barco. O sol resplandece com generosidade e inclemência – em doses nem sempre proporcionais. Sob a sombra das palmeiras, sob o abrigo de um telhado, haveria de ser um sol admirável. Não há palmeiras nem telhados no pequeno barco de quinze pés e motor de 250 HP que agora singra as águas faiscantes do Caribe, rasgando-as como rastro revoltado de seu próprio e ruidoso esforço. A cada um dos cinquenta minutos que o *Reef Sailor* (“Navegante dos Recifes”) está no mar, corresponde um dia da viagem que o almirante Cristóvão Colombo realizou por estas mesmas águas, há exatos quinhentos anos, depois de partir das ilhas Canárias no rumo do desconhecido.

Ninguém a bordo do *Reef Sailor* – que zarpou há hora e meia de Cockburn Town, capital da ilhota de San Salvador, nas Bahamas – acha que o mundo é plano e que o barco avança agora em direção ao abismo insondável do último horizonte. Não há mapas a bordo, mas as saliências pontiagudas dos recifes submersos – com sua vocação obsessivamente criminosa – estão todas assinaladas na carta náutica mental que meio século de experiência e dedicação concedeu ao barqueiro Donald Clifford, de 57 anos. De qualquer forma, depois que a viagem ultrapassa duas horas de duração, e a pele castigada pelo sol do trópico reclama e a boca ressequida pede água, não é difícil imaginar o que Colombo e seus amedrontados marinheiros devem ter sentido ao se depararem com aquele minúsculo pedaço de terra que a mente cartográfica de Clifford sabe que está logo em frente – e que seus olhos de marinheiro eficiente também já avistaram. Para navegantes mais inexperientes, ainda há apenas água, água

à frente, atrás e dos lados.

Dez minutos depois da observação de Donald Clifford, um tênue traço mais escuro surge com alguma clareza no horizonte. Em breve, também como para Colombo e seus homens, o aroma exalado pelas árvores cuja silhueta refulge à frente, improvável como miragem, começa a adquirir a fragrância inequívoca da vitória. Samana Cay, perdida em meio à imensidão cristalina do Caribe, é apenas uma ilhota de coral com doze quilômetros de comprimento e cinco de largura. Mas se depois de duas horas e quinze minutos de viagem sob o sol e sobre o mar ela adquire os contornos de um oásis, é fácil imaginar o que sua visão significou para Colombo e sua inquieta tripulação.

Uma ilha esquecida

Donald Clifford conduz o *Reef Sailor* por entre os recifes assassinos, que envolvem Samana Cay como uma rede de sentinelas avançados. Conhece os canais e as correntes e sua habilidade permite a quem o acompanha dedicar-se exclusivamente à contemplação daquele paraíso vegetal que desafia o reinado da água salgada. Quatro minutos mais tarde, os recifes já ficaram para trás e há apenas o fundo arenoso, de alvura absoluta, erguendo-se suavemente até formar a praia onde muito provavelmente Cristóvão Colombo e os capitães Vicente e Martin Alonzo Pinzon desembarcaram há meio milênio, três semanas e três dias.

“Se foi mesmo aqui ou não, que diferença realmente faz?”, pergunta Clifford, já abrigado à sombra das palmeiras, mastigando a lagosta com arroz e lentilha que sua mulher Joyce preparou para a viagem. “Mesmo que o desembarque não tenha sido em San Salvador, quem viajaria até esta

lonjura para celebrar um acontecimento que, no fundo, talvez nem sequer mereça ser festejado?”, quer saber com o pragmatismo dos marujos experientes.

Donald Clifford tem a razão, é evidente. Em primeiro lugar, não há provas definitivas de que o desembarque original de Colombo tenha de fato se realizado nesta minúscula e hoje desabitada Samana Cay – onde apenas os coletores da casca de *Cascarilla*, ou “madeira doce”, vêm eventualmente para apanhar o principal ingrediente na fabricação do Campari. Pesquisas altamente confiáveis realizadas pela *National Geographic Society*, no entanto, apontaram Samana Cay, e não San Salvador, como o local exato onde o Colombo e o Ocidente iniciaram a conquista do Novo Mundo. Mas quem percorre a ilha, não vê sinais do “grande lago central” descrito pelo almirante. E, com exceção do cético e lacônico Clifford, não há ninguém ali, naquelas areias e naquelas florestas, disposto a compartilhar tais inquietações.

A estadia de três horas em Samana Cay, de qualquer forma, revela-se uma experiência quase carregada de sugestões e motivos edênicos. A areia é verdadeiramente virgem – uma pegada aqui teria sobre o visitante o mesmo efeito do que em Robinson Crusoé. A mata é, fato, *perfumada*. Os corais são temíveis, mas soberbos. E as lagostas agarram-se a eles de forma acintosamente generosa. Alguns anos de solidão aqui – pelo menos é esta a sensação original – não teriam o efeito de uma punição ou de um exílio, mas de uma dádiva. Mas muito possivelmente trata-se de uma suspeita equivocada, e Donald Clifford, de alguma forma, parece representar o apelo da realidade.

O mais prudente é retornar a San Salvador, noventa quilômetros ao nordeste de Samana Cay. De qualquer maneira, lá também é possível

desfrutar de praias intocadas, areias virgens, mares de turquesa ou de esmeralda e será igualmente fácil sentir-se o primeiro branco a conquistar o paraíso. Na viagem de retorno, com o sol ainda alto e impiedoso, com toda aquela imensidão azul ao redor, é impossível deixar de pensar em Colombo e o significado de sua jornada.

Um homem desconhecido

O que realmente se sabe sobre o almirante? Absolutamente tudo o que a História deixou registrado – e isto é virtualmente nada se comparado à complexidade que sempre envolveu a vida e o sonho desse homem que, segundo uma maldosa piada caribenha, ao zarpar não sabia para onde estava indo, ao desembarcar não soube onde chegara e, ao retornar à Europa, não podia dizer com certeza onde havia estado. Ainda assim, Colombo tornou-se o principal responsável pelo maior fluxo migratório de indivíduos, culturas e recursos que a humanidade conheceu. À medida que o *Reef Sailor* se aproxima de San Salvador e surge o contorno minúsculo de três pequenas caravelas – réplicas exatas da *Santa Maria*, da *Pinta* e da *Nina*, ancoradas no porto em frente a Cockburn Town (vinte casas, uma igreja, um posto do correio e um museu sempre fechado) –, não há como deixar de sentir admiração pelo homem que as comandou numa arriscada jornada por mares nunca dantes navegados.

Quando Clifford e seu mareado companheiro contornam as caravelas e desembarcam no generoso porto de Cockburn Town, deparam-se com a igrejazinha construída às pressas, ao lado de uma praia onde, com certeza, Colombo também esteve. Exatamente ali, dias atrás, foi celebrada a primeira missa do segundo meio milênio da América.

De ternos negros e capas vermelhas, gravatas supostamente elegantes e espadas reluzentes pendentes, os vinte Cavaleiros da Ordem de Colombo, ou *Columbus Knights* – uma espécie de sociedade secreta formada pelos mais proeminentes moradores de San Salvador –, aguardaram durante mais de uma hora, sob o sol a pino, com seus chapéus emplumados nas mãos, o início da cerimônia que muitos deles consideraram a mais importante de suas vidas. Nela, o arcebispo de Nassau, Lawrence Burk, afirmou que fora Colombo quem trouxera “o verdadeiro Deus” a estas ilhas. Porém, à medida que os mistérios e segredos de San Salvador vão sendo desvendados, “o verdadeiro Deus” de Lawrence Burke de alguma forma revela-se tão impróprio para este lugar quanto os trajes vestidos por seus fiéis.

O paraíso de Colombo se transformou numa ilha fantasma

Cockburn Town, San Salvador – Enquanto os carros alugados pela Bahamas Quincentennial Commission – a entidade formada para coordenar os festejos do quinto centenário da descoberta da América – levantam poeira pela Queen’s Highway, e o canto dos fiéis que lotaram a igrejinha de Cockburn Town é apenas uma vaga memória, a paisagem insular de San Salvador desvela-se à frente dos passageiros como uma imagem de desolação. Com seus quinhentos habitantes e uma única e precária estrada, o lugar paradisíaco onde Colombo teria desembarcado – pelo menos segundo a versão oficial – parece hoje uma ilha fantasma.

Ao longo do caminho, na canícula tremeluzente da hora mais quente do dia, há igrejas batistas abandonadas com as portas rangendo ao vento

morno, carros abandonados à beira-mar, com o oceano levando-lhes as partes enferrujadas, pneus jogados à beira dos lagos salobros do interior, fazendas de sisal abandonadas, bases navais americanas abandonadas, castelos de piratas abandonados (até 1926, San Salvador chamava-se Watling Island, nome dado a ela pelo pirata John Watling, que viveu aqui, com luxúria e devassidão, em um castelo hoje em ruínas, na ponta sul).

Há bares abandonados frequentados só por insetos e escolas abandonadas com as janelas fechadas por tábuas já quase apodrecidas. Os carros sacolejam por entre buracos empoeirados, e os passageiros veem de relance uma mãe banhando o filho em uma banheira rachada à sombra de uma mangueira, uma mala velha em cima de um guarda-roupa carcomido, por trás da janela telada que em vão tenta proteger os habitantes de San Salvador da fúria sanguinária dos mosquitos, negros reclinados num alpendre pitando um cigarro, árvores tombadas pelos furacões, latas velhas luzindo à beira da estrada.

O Club Mediterrané, único hotel da ilha, poderia ser na Lua. Há vidros rayban, ar-condicionado polar, tapetes de quinze mil dólares e buffets suntuosos. Foi aqui, no dia 12 de outubro, que os convidados especiais da Quincentennial Comission confraternizaram com grandes goles do champanhe tão irretocável quanto a alvura da luva dos garçons, todos negros.

Espectros e deuses

De alguma forma, entretanto, todas as festas, missas, jantares e banquetes não foram definitivos o suficiente para dissipar os espectros e os deuses há muito esquecidos de Guanahani – o nome com o qual os índios lucaios, habitantes originais destas paragens, batizaram San

Salvador. Restam, ainda hoje, muitas dúvidas e sombras a perturbar os visitantes menos desatentos desta ilha de tantas histórias e tantos significados.

Quando o banquete se encerra, já na madrugada do dia 13, na praia em frente ao Club Med restam apenas latas de cerveja, garrafas vazias e a incerteza quanto ao fato de se haver celebrado um evento que, à luz de um outro enfoque, mais se assemelha a uma invasão do que a uma descoberta. Quem sobrevivesse aos festejos e caminhasse pela Queen's Highway em direção ao norte, no rumo do vilarejo chamado United Estates (com "E"), três quilômetros e milhares de pensamentos depois se defrontaria com um pequeno casebre de madeira compensada e portas teladas, com a pintura verde-calipso já descascada. E escutaria *rhythm'n'blues* dos anos 50 ressoando por trás da placa que avisa: *Ed's First and Last Bar* ("Bar do Ed: o Primeiro e o Último").

O lugar está vazio, exceto pelo proprietário, um guitarrista e um cantor – e os três parecem tão surpresos quanto o intruso que agora ingressa na penumbra abafada sob o telhado de zinco. A música é bruscamente suspensa e, ao silêncio constrangido que se instaura, segue-se uma pergunta, energética e improvável:

– Você esteve na missa dos quinhentos anos? – quer saber o cantor.

A resposta positiva é rebatida por outra pergunta impensável: a de se, na igreja, havia uma imagem de Cristo "pregado na cruz".

– É claro que sim – responde, constrangido, aquele que já se sente um invasor.

– E sabe por que está pregado lá? – prossegue o *bluesman* dos trópicos.
– Porque se não fosse assim, já teria abandonado toda aquela gente que estava na igreja...

Meia hora mais tarde, o visitante atordado percorre a Queen's Highway na direção inversa – sentindo-se um estranho em uma terra estranha. Nesta ilha, cujos bosques verdes sussurraram coisas ininteligíveis ao almirante e aos seus comandados, não resta agora um único nativo para guiar os que gostariam de entender um mundo para sempre perdido, enquanto, do lado oceânico de San Salvador, o vento incessante continua desgastando a cruz branca erguida em 1892 para comemorar o desembarque, naquelas areias, de Cristóvão – o portador de Cristo.

14 de outubro de 1992

O sangrento massacre de uma civilização

“E hoje em dia, outra coisa não fazem senão matar, trucidar e torturar o povo desses países”, escreve o Frei Bartolomé de Las Casas. Cinco séculos, a vida continua valendo pouco na terra que, ao descobrir, Colombo julgou ser o “Paraíso Terreal”...14

“A terra queimarà e haverá grandes círculos brancos no céu. A amargura surgirá e a abundância desaparecerá. A terra queimarà e a guerra de opressão queimarà. A época mergulhará em graves trabalhos. De qualquer modo, isso será visto. Será o tempo da dor, das lágrimas e da miséria. E o que está para vir.”

(Profecia maia do século XIII, encontrada no Livro de Chilam Balam de Chumayel)

Cadáveres alinhados em calçadas sujas manchadas de sangue. Alguns desses corpos, decapitados, pertencem muitas vezes a mulheres, velhos ou crianças. Os sobreviventes desapareceram na montanha ou na mata. Moscas zumbem em cidades mortas.

Eventualmente, surgem correspondentes internacionais. Anotam

números, detalhes rápidos – seu relato será breve e impessoal. As telefotos transmitidas pela AP e UPI são editadas em cantos de página; nos noticiários das oito da noite na TV, as imagens não ficarão no ar por mais que dez segundos.

Mesmo em meio à desinformação e ao desinteresse, não é muito difícil perceber que a absoluta maioria daqueles mortos – espalhados sob o sol tropical, em alguma cidadezinha interiorana da América Central – são índios puros. Enterrados em covas coletivas anônimas e rasas, eles pertencem, em grande parte, ao grupo Maia Quiché – descendentes diretos da civilização que floresceu nas florestas úmidas da Meso-América, entre 300 e 1200 da Era Cristã. Povo de astrônomos que penetrou nos segredos do Tempo, domesticou o milho e mantém ainda hoje inalterados alguns de seus hábitos milenares.

Povo que em vez de luzir solene e altivo, envolto em trajes sagrados de pluma de quetzal, consegue lugar nas páginas da imprensa internacional na forma difusa de uma pilha de cadáveres.

No cenário político polarizado da América Central, envoltos pela truculência ancestral das oligarquias locais e pela arrogante política externa dos Estados Unidos, os confrontos armados de El Salvador, Guatemala e Honduras muitas vezes deixam de revelar uma de suas principais características: a de que se trata de uma guerra deliberadamente genocida.

O extermínio da população indígena – que, em certas áreas, chega a mais de oitenta por cento do total e é basicamente de origem maia – faz parte da estratégia geopolítica traçada para essa região conflagrada e populosa.

Os cavalos (enormes “veados sem chifres” que deixavam os espanhóis

“da altura dos tetos”), as espadas e os cães assassinos (alguns tão adestrados na caça aos índios que deixaram seus nomes registrados na história, como os famosos Becerrillo e Leoncillo) foram substituídos por fuzis automáticos, helicópteros e assessores militares norte-americanos. Mas a guerra “não convencional” que eclode nas cidades, florestas e montanhas da América Central, nada mais é do que uma herança direta da conquista espanhola, em versão anacrônica, mas igualmente sanguinária e preconceituosa.

Lamentavelmente, o nome de Frei Bartolomé de Las Casas (1474-1566) continua praticamente desconhecido do grande público no Brasil. Por isso, a realidade da guerra suja de El Salvador e da Guatemala geralmente passa despercebida no país.¹⁵

Penetrar nos livros doloridos e ousados de Las Casas permite identificar com clareza as raízes mais significativas dos confrontos na América Central.

Uma figura solene, túnica geralmente branca e olhar resplandecente, com uma oratória cáustica e um texto audaz e acusatório, admirado por todas as forças progressistas do continente, a imagem de Las Casas se mantém viva em toda a América Espanhola. Na própria Espanha, sua terra natal, a simples menção de seu nome ainda hoje é motivo para polêmica. No país onde os conquistadores são nomes de rua ou praças e onde muitas cidades possuem solenes estátuas de Hernan Cortez, a mera lembrança das palavras de Las Casas soa, em determinados círculos, como “antipatriótica”.

Apóstolo dos índios, “procurador e protetor universal de todos os povos indígenas” como se autodenominava, Bartolomé de Las Casas foi autor de dezenas de livros implacáveis onde narrou, com minúcia de

detalhes, o macabro processo da conquista dos territórios do Caribe, América Central, México, Colômbia, Venezuela e Peru.

O mais famoso deles, justamente a *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, foi lançado em 1552 e transformou-se imediatamente num best-seller, com várias e repetidas edições na Holanda, Inglaterra e Alemanha. A partir do livro criou-se a chamada “leyenda negra” – rótulo mordaz através do qual se propagou por todo o mundo protestante europeu a imagem dos espanhóis como um povo sanguinário, cruel e corrupto: analfabetos truculentos que se lançaram sobre o Novo Mundo como aves de rapina; uma imagem que persistiu durante mais de um século, principalmente na Alemanha e na Holanda (independente das atrocidades que esses países vieram a cometer nas nações que colonizaram pouco mais tarde).

No texto pungente e emocionado da *Brevísima relación*, Las Casas, com audácia surpreendente, chama os conquistadores – que, na época, desfrutavam do auge do seu prestígio e fama – de “sujos ladrões”, “tiranos cruéis”, “sangrentos destruidores”.

Surpreende a atualidade de Frei Bartolomé de Las Casas. Quase quinhentos anos depois, os episódios mais terríveis que descreve repetem-se diariamente sob o mesmo céu, entre as mesmas montanhas verdejantes e rios cristalinos – e são rotineiramente transmitidos pela televisão ou pelo relato desinteressado das agências internacionais. Os massacres comandados pelos espanhóis não diferem em nada dos organizados pelos esquadrões da morte a serviço da ultradireita – a não ser pela sofisticação incomparável das armas desses últimos. A ganância dos conquistadores é a mesma que obceca as 32 famílias que comandam o processo político em El Salvador ou o conselho diretivo da United Fruit Co., que possui três

milhões de acres de terra na Guatemala e subemprega noventa mil camponesas indígenas.

“E, hoje em dia, outra coisa não fazem senão matar, trucidar e torturar o povo desses países”, escreve Las Casas na introdução da *Brevísima relación*. Quatro séculos e meio depois, a frase dispensa retoques. A vida continua valendo pouco na terra que, ao descobrir, Colombo julgou ser o “Paraíso Terreal”...

Por essa atualidade e pelo próprio furor radical e libertário da obra de Las Casas, a L&PM relançou em 1984 a *Brevíssima relação da destruição das Índias*, rebatizada de *O paraíso destruído*, livro que segue sendo reeditado na Coleção L&PM POCKET.

Com o passar dos anos, o texto de Las Casas apenas se enriquece. Sua denúncia irada é o protesto ainda vivo de todos aqueles que conhecem a realidade, os verdadeiros motivos e as consequências aterrorizantes dos conflitos que explodem hoje na América Central.

A conversão

“Com que direito haveis desencadeado uma guerra atroz contra essas gentes que viviam pacificamente em seu próprio país? Por que os deixais em semelhante estado de extenuação? Os matais a exigir que vos tragam diariamente seu ouro. Acaso não são eles homens? Acaso não possuem razão, e alma? Não é vossa obrigação amá-los como a vós próprios? Podeis estar certos que, nessas condições, não tereis maiores possibilidades de salvação do que um mouro ou um turco...”

Foi um sermão histórico. De imediato, causou intensa emoção e profundo mal-estar. No último domingo de novembro de 1511, na pequena

igreja de teto de palha, a primeira erguida na Ilha Espanhola (hoje, São Domingos), o padre dominicano Antônio de Montesinos dava início a uma polêmica que se estenderia por mais de um século. Pela primeira vez na história do Novo Mundo, erguia-se, pública e deliberadamente, uma voz em defesa dos índios do Caribe – cujo processo de extinção, iniciado desde a segunda viagem de Colombo, em 1484, prosseguia aceleradamente. No domingo seguinte, mesmo ameaçado, Montesinos voltou à carga, com firmeza. Ao final do sermão, entretanto, concluiu desiludido: “Sou a voz que clama no deserto...”.

Estava enganado. Entre os colonos que permaneciam sentados nos rústicos bancos de madeira da pequena igreja, estarrecidos e indignados, estava Bartolomé de Las Casas. As palavras ríspidas de Montesinos o chocaram profundamente. Estava começando ali a primeira fase de uma conversão que duraria três anos – até 1514, quando Las Casas abriria mão de suas posses e *encomiendas*¹⁶ de índios dando a guinada que o transformaria numa das figuras mais importantes e polêmicas do século XVI.

Bartolomé de Las Casas nasceu em Sevilha, em 1474. Em abril de 1502, já formado em Direito pela Universidade de Salamanca, embarcou para a América em companhia de Nicolas de Ovando. Em 1511, de regresso à Ilha Espanhola, depois de uma estadia de quatro anos na Espanha, recebeu na localidade de Concepción de la Vega seu primeiro *repartimiento* de índios, tornando-se assim *encomiendero*. Foi nessa condição que escutou o sermão de Antônio de Montesinos (cujos protestos, meses depois, foram calados por ordem do superior dominicano Alonso de Loyasa).

Apesar de profundamente abatido pela prédica de Montesinos, Las

Casas deu prosseguimento à sua vida de descobridor conquistador. Dois anos mais tarde, participou da conquista de Cuba, comandada por Diego Velasquéz e Panfilo de Narváez. Durante os combates, Narváez – segundo seu próprio depoimento, nas *Cartas de relación* – mandou degolar sete mil índios nas proximidades de Caonao.¹⁷ Depois dessa conquista, Las Casas recebeu novas porções de terra e outro *repartimiento* de índios, em Jaguá, Cuba. Foi durante sua residência de um ano na ilha que tomou a decisão de abandonar suas posses, seus lotes de escravos e consagrar a vida à defesa dos indígenas do Novo Mundo.

De 1514 até o ano em que morreu, em 1566, com 92 anos de idade, Las Casas levou adiante sua luta cada vez mais radical. Ardente e incansável, de temperamento combativo e turbulento, suas atitudes agitaram a metrópole e a colônia. Fez dezenas de denúncias, protestos, pedidos, exigindo que os indígenas fossem encarados como os verdadeiros “poseedores y propietarios de aquellos reinos e tierras”. Na prática, conseguiu duas vitórias que sempre considerou insuficientes): as Novas Leis promulgadas em 1542, que praticamente encerraram o sistema das *encomiendas*, e as doutrinas jurídicas expostas na Universidade de Salamanca pelo grande reformador da teologia Francisco de Vitória, que lhe garantiram a vitória legal da explosiva polêmica contra Juan Ginés de Sepúlveda, partidário da “servidão natural” dos índios da América.

A obra

“Dizem que era lindo vê-lo escrever, com sua túnica branca, sentado na cadeira de couro e tachas, com a mão fazendo dançar a pluma de ave, já que escrevia sempre devagar. De repente, levantava-se da cadeira, como se

ela o queimasse: apertava a fronte com as mãos, andava por seu quarto em grandes passadas, o rosto atormentado, como padecendo de uma dor profunda. Era que estava escrevendo, em seu livro famoso sobre a *Destrucción de las Indias*, os horrores que viu nas Américas quando chegou a gente da conquista. Os olhos se incendiavam no rosto coberto de lágrimas...”

Assim o ensaísta e poeta cubano José Martí descreve Las Casas exercendo o que viria a se tornar sua atividade primordial: escrever. E Las Casas escreveu muito. Um de seus maiores biógrafos, o americano Lewis Hanke, publicou, junto com Manuel Jiménez Fernández, uma bibliografia completa contendo todos os seus livros, tratados, opúsculos, cartas e memoriais: o volume tem mais de quatrocentas páginas.

O principal livro de Las Casas tem um título tão extenso quanto as dimensões de sua obra: trata-se da famosa *Apologética Historia Sumaria quanto a las qualidades, disposición, descripción, cielo y suelo destas tierras, y condiciones naturales, políticas, repúblicas, maneras de vivir y costumbres de las gentes destas Indias Occidentales y Meridionales, cuyo imperio soberano pertenece a los reyes de Castilla*, comumente conhecida apenas por *Apologética História*.

Nessa obra, o plano de Las Casas era descrever os acontecimentos registrados na América desde a descoberta, em 1492, até o ano de 1550, em seis décadas; mas foi posteriormente modificado, indo somente até 1520. A maior parte é dedicada aos primeiros oito anos, com grande ênfase nas viagens de Colombo (cujos diários chegaram até nós graças às cópias feitas pelo próprio Las Casas, de quem o almirante fora amigo íntimo). Iniciada em 1527, na Ilha Espanhola, a *Apologética História* só foi terminada em 1562, 35 anos mais tarde, no Monastério de São

Gregório, em Valladolid, na Espanha. A longa elaboração, é claro, prejudicou a unidade da obra.

“Na verdade, trata-se de um mosaico”, comenta Lewis Hanke. “À medida que chegavam às mãos do autor, novos documentos e ideias eram incorporados ao livro. Contudo, por mais confusa que possa parecer, a obra tem uma diretriz clara e discernível, que jamais se perde.”

A verdade é que tudo que Las Casas escreveu – desde um pequeno memorial enviado da Espanha em 1516 até o tratado sobre *Os tesouros do Peru*, redigido em 1563 – manteve uma linha básica: alertar a Espanha e o resto da Europa para as injustiças e atrocidades que se cometiam no Novo Mundo.

Sua tese era simples, direta: para ele, como para Michel de Montaigne, a América era “a mais bela e rica parte do mundo”, uma reminiscência do paraíso terrestre, e os índios, seus habitantes, seres humanos, “inteligentes, audazes e belos”. Em sua opinião extremada, garantia poder assegurar “com certeza e sem medo de errar que os espanhóis jamais tiveram uma guerra justa contra os índios”, senão que eram todas provocadas “pela ganância, luxúria e cegueira desses cruéis conquistadores”. Não só os massacres, mas também a terra roubada e usurpada, o trabalho estafante e obrigatório ao qual os indígenas eram forçados indignavam profundamente Las Casas. Em resumo, era contrário à instauração dessa nova espécie de feudalismo naquelas terras paradisíacas. E assim se manteve, por toda a vida.

“Impressiona em Las Casas a unidade de sua vida, do homem e da obra. Não se desvia um momento sequer da linha que estabeleceu para sua existência; não modifica suas ideias básicas, que são poucas mas pensadas e vividas com ardência e sinceridade. A sua obra, tão volumosa e densa, se

desenvolve e se completa dentro de uma efetiva unidade e espírito. É verdadeiramente admirável a constância do homem que abraçou um propósito, um ideal, e dele não mais se afasta. Possuído de um sonho – a justiça para os índios –, fez disso a razão de sua vida. Não esmorecia ante sarcasmos, ameaças ou perseguições. Sempre falando, escrevendo, denunciando. Em 1511, após a crise, resolve consagrar a vida à defesa dos naturais. E cinquenta anos depois, no testamento preparado dois anos antes de morrer, a 17 de março de 1564, com noventa anos de idade, insistia Las Casas nos direitos dos índios e na crueldade dos espanhóis. E declarava, no tom vigoroso que lhe era próprio: “Creo que por estas impías y celerosas e ignominiosas obras, tan injusta, tiránica y barbáricamente hechas en ellas y contra ellas, Dios ha de derramar sobre España su furor e ira”.¹⁸

Ao escrever sua obra densa e complexa, Las Casas tinha três principais objetivos, que cita no início de sua *Apologética História*:

– *Para la felicidad temporal y eterna de todos los numerosos pueblos del Nuevo Mundo, si no fueren destruídos antes que esa “Historia” sea terminada.*

– *Para librar a España del gravísimo error de creer que los indígenas del Nuevo Mundo no son hombres, pues los españoles los han considerado, y los consideran aún, como “brutales bestias incapaces de virtud y doctrina”, y consecuentemente, han corrompido las buenas costumbres que tenían los indios y han aumentado grandemente el mal entre estos.*

– *Para dar una descripción verdadera de las virtudes y pecados de los españoles en las Indias.*

O homem

“Quantas cidades arrasadas, quantas nações exterminadas, quantos milhões de povos passados a fio de espada, e a mais rica e bela parte do mundo transtornada pela negociação de pérolas e de pimenta: vitórias mecânicas. Nunca a ambição, nunca as inimizades incitaram os homens uns contra os outros a tão horríveis hostilidades e a calamidades tão miseráveis quanto nesse novo mundo que o nosso acaba de descobrir...”, escreveu o filósofo Michel de Montaigne (Ensaaios, III, 6) – e seus principais biógrafos não deixam de notar aqui uma influência direta dos livros de Bartolomé de Las Casas.

Objetivamente, os escritos do Frei Bartolomé de Las Casas contribuíram mais do que qualquer outra história para forjar a opinião mundial sobre a conquista espanhola. E não era outra sua intenção. Desde que começou a relatar com detalhes os horrores da colonização das terras recém-descobertas ele jamais se afastou do seu objetivo: deixar para a posteridade o relato “verdadeiro” da conquista da América. “Escrevo apenas o que vi, ou o que fui informado por fontes seguras, escritas ou orais”, repete muitas vezes Las Casas.

Afinal, que personalidade se esconde atrás do homem cujo trabalho – libertário e progressista – tornou-se peça fundamental para a moderna compreensão de um episódio histórico da importância da conquista da América e consequente destruição das civilizações Inca, Maia e Asteca?

“Não era um santo, mas sim um político cristão de grande envergadura e um teólogo-jurista brilhante e audaz, ávido de influência e ação”, assegura Marcel Bataillon, autor de um dos mais brilhantes ensaios sobre Las Casas.

“Ao contrário do que se possa imaginar”, completa o historiador Pierre Chaunu, “esse homem intrépido que durante cinquenta anos de sua vida

iria lutar pela justiça, era o extremo oposto do idealista ou do sonhador. Realista apaixonado, foi, antes de tudo, um homem de ação. E mesmo como homem de negócios, jamais fracassou. Quando renunciou a tudo, a fortuna lhe sorria e ele amava a vida...”

No entanto, o traço da personalidade de Las Casas que é mais conhecido e comentado é a sua radicalidade, sua intransigência inabalável. Por que era ele tão radical quanto afirmam seus contemporâneos? “Era radical porque acreditava no apostolado e não na conquista”, afirma o historiador Alonzo Imbert. “Na opinião dele, a Espanha só poderia justificar sua ação na América caso cumprisse a missão de conduzir os índios à fé cristã. Pois não a concedera Deus ao Papa, e este não dera ao rei tão gloriosa tarefa? Para Las Casas qualquer afastamento dessa determinação divina era inaceitável. Assim, ao perceber que os espanhóis haviam atraído a alta missão que lhes fora confiada, voltando-se avaramente para as riquezas das novas terras descobertas, sem medir os meios, praticando contra o pobre e indefeso gentio toda a sorte de crimes e barbaridades, se lhe acendeu a ira, encolerizou-se, lançando sobre os traidores duras e terríveis admoestações.”

“O que lhe comoveu em 1514, precipitando sua conversão, não foi tanto o fato de que os índios morressem sob a dominação espanhola, mas sim que perecessem por culpa daqueles que deveriam ser os maiores interessados em sua conversão”, comenta Marcel Bataillon.

Las Casas, de início, não condenava o sistema colonial. Apaixonadamente desejava, apenas, modificá-lo. E foram os imensos obstáculos que encontrou nesse propósito que o levariam, em 1522, depois do fracasso de duas de suas principais tentativas, a adotar posições cada vez mais radicais, que o impulsionaram em direção à mais completa

intransigência.

A primeira grande decepção de Las Casas deu-se em 1517, no chamado Interrogatório Jeronímico. Em abril de 1516, em Madri, Las Casas apresentou ao cardeal Jiménez de Cisneros e a Adriano de Utrech (governadores regentes na ausência do rei), dois memoriais em favor dos índios de Espanhola e denunciando os colonos. Formou-se então uma junta para discutir a questão. Como resultado das deliberações, Cisneros decidiu enviar três freis jerônimos para Espanhola, onde eles organizariam o tribunal para entrevistar alguns índios e decidir se eles “tinham condições de viver por si sós, como camponeses de Castela”. Deveriam concluir a qual das duas categorias correntes na época os índios pertenciam: o “nobre selvagem” ou o “cão imundo”.¹⁹ Ao final de quase dois anos de investigações, o tribunal jeronímico concluiu que os índios não tinham condições de viverem livres e confinou grande parte deles em vilas ou “reduções”, onde, vítimas de varíola, a maioria sucumbiu poucos meses mais tarde.

A segunda derrota de Las Casas deu-se em 1520: foi o fracasso de seu projeto de colonização pacífica, em Cumaná, na Venezuela, onde ele tentou substituir conquistadores e colonos por camponeses recrutados na Espanha. Quando o projeto fracassou – bloqueado pela burocracia e pela falta de verbas – Las Casas indignou-se. Um ano mais tarde, começou a redigir a *Brevísima relación*, que se tornaria um dos livros mais polêmicos de todos os tempos.

A polêmica

“O almirante Colombo encontrou, quando descobriu esta Ilha

Espanhola, um milhão de índios e índias [...] dos quais, e dos que nasceram então, não creio que estejam vivos, no presente ano de 1535, quinhentos, incluindo tanto crianças como adultos, que sejam naturais, legítimos e da raça dos primeiros índios [...] Alguns fizeram esses índios trabalhar excessivamente. Outros não lhes deram nada para comer, como bem lhes convinha. Além disso, as pessoas desta região são naturalmente tão inúteis, corruptas, de pouco trabalho, melancólicas, covardes, sujas, de má condição, mentirosas, sem constância e firmeza que vários índios, por prazer e passatempo, deixaram-se morrer com veneno para não trabalhar. Outros se enforcaram pelas próprias mãos. E quanto aos outros, tais doenças os atingiram que em pouco tempo morreram... Quanto a mim, eu acreditaria antes que Nosso Senhor permitiu, devido aos grandes, enormes e abomináveis pecados dessas pessoas selvagens, rústicas e animais, que fossem eliminadas e banidas da superfície terrestre...”

Gonzalo Fernández de Oviedo

Se conseguiu alguns aliados e adeptos em sua campanha de mais de cinquenta anos a favor dos direitos dos índios, Las Casas teve que enfrentar incontáveis inimigos. Dois dos mais destacados: o historiador oficial da conquista, Gonzalo Fernández de Oviedo, autor da famosa *História general y natural de las Indias* e Juan Ginés Sepúlveda, também historiador e partidário da teoria aristotélica da “servidão natural” dos povos “inferiores”. Com ele Las Casas travou uma polêmica de tal dimensão que exigiu a interferência da maior autoridade moral do Ocidente: a Igreja Católica. Uma polêmica que terminou no banco dos tribunais, em Valladolid, na Espanha. Os grandes debates judiciais

prolongaram-se por três anos, de 1547 a 1550 – em certa ocasião, Las Casas depôs durante cinco dias ininterruptos –, e terminaram com a ampla vantagem da tese libertária de Las Casas, já que o teólogo tomista e titular da cátedra de Direito da Universidade de Salamanca, Francisco de Vitória, considerado “uma das mentes mais extraordinariamente dotadas de sua época” e coordenador dos debates, concluiu que os índios não poderiam ser escravizados e eram os autênticos possuidores das terras descobertas.

Alguns dos depoimentos a esse tribunal ficaram famosos. O de Sepúlveda, por exemplo:

“[...] e é por isso que as feras são domadas e submetidas ao império do homem. Por essa razão, o homem manda na mulher, o adulto na criança, o pai, no filho: isso quer dizer que os mais poderosos e os perfeitos dominam os mais fracos e os mais imperfeitos. Constata-se essa mesma situação entre os homens; pois há os que, por natureza, são senhores e os que, por natureza, são servos. Os que ultrapassam os outros pela prudência e pela razão, mesmo que não os dominem pela força física, são, pela própria natureza, os senhores; por outro lado, os preguiçosos, os espíritos lentos, mesmo quando têm a força física para realizar todas as tarefas necessárias, são, por natureza, servos. E é justo e útil que sejam servos, e vemos que isso é sancionado pela própria lei divina. Pois está escrito no livro dos provérbios: ‘O tolo servirá ao sábio’. Assim são as nações bárbaras e desumanas, estranhas à vida civil e aos costumes pacíficos. E sempre será justo e de acordo com o direito natural que essas pessoas sejam submetidas ao império de príncipes e de nações mais cultivadas e humanas, de modo que, graças à virtude dos últimos e à prudência de suas leis, eles abandonam a barbárie e se adaptam a uma vida mais humana e ao culto da virtude. E se recusam esse império, é permissível impô-lo por

meio das armas e tal guerra será justa, assim como o declara o direito natural [...] Concluindo: é justo, normal e de acordo com a lei natural que todos os homens probos, inteligentes, virtuosos e humanos dominem todos os que não possuem essas virtudes.”

Os argumentos de Sepúlveda, entretanto, foram derrubados pelo juiz dos debates, Francisco de Vitória, em seu veredito definitivo: “De tudo o que foi dito, concluiu-se que, sem dúvida alguma, os bárbaros tinham, assim como os cristãos, um poder verdadeiro tanto público como privado. Nem os príncipes, nem os cidadãos poderiam ser despojados de seus bens sob o pretexto de que não possuíam verdadeiro poder. Seria inadmissível recusar àqueles que nunca cometeram injustiças o que concedemos aos sarracenos e aos judeus, inimigos eternos da religião cristã. Reconhecemos, de fato, a esses últimos um poder verdadeiro sobre seus bens, exceto quando se apossaram de territórios cristãos.

“Resta responder ao argumento segundo o qual os bárbaros são escravos por natureza, sob o pretexto de que eles não são suficientemente inteligentes para se governarem a si próprios. A esse argumento eu respondo que Aristóteles certamente não quis dizer que os homens pouco inteligentes sejam, por natureza, submetidos ao direito de um outro e não tenham nenhum poder sobre si próprios nem sobre as coisas exteriores. O que Aristóteles na verdade quis dizer é que certos homens são chefes por natureza, a saber, aqueles que brilham pela inteligência. Ora, ele certamente não quer dizer que esses homens podem tomar em mãos o governo dos outros, sob o pretexto de serem mais sábios. Se há homens pouco inteligentes por natureza, Aristóteles não quer dizer que seja permitido apropriar-se de seus bens e de seu patrimônio, escravizá-los e pô-los à venda. Assim, admitindo que esses bárbaros sejam tão tolos e

obtusos como dizem, nem por isso se lhes deve recusar um poder verdadeiro e nem se deve contá-los entre os escravos legítimos.”

A decisão histórica de Francisco de Vitória, entretanto, chegara tarde demais. Em 1550, mais de noventa por cento da população indígena do Caribe já estava exterminada.

Em 1556, o uso das palavras *conquista* e *conquistadores* foi proibido por determinação legal. Elas deveriam ser substituídas por descobrimento e colonos. A confissão é enorme. Entretanto, o historiador Ruggiero Romano questiona:

“Com essa proibição, a conquista acabou verdadeiramente? A fase de colonização é diferente da conquista? Os conquistadores realmente desapareceram depois da metade do século XVI, ou a conquista prolongou-se através dos séculos até os nossos dias? Na verdade, o que aconteceu é que o mecanismo empreendido para o extermínio dos indígenas simplesmente agora atingiu certa “perfeição” graças aos meios técnicos atuais: rajadas de metralhadoras e bombardeios aéreos, distribuição de alimentos e roupas previamente infectadas por micróbios, bombons envenenados... História de ontem, história de há quatro séculos, história de hoje...”.

Porto Alegre, inverno de 1984

¹⁴ Texto escrito como apresentação do livro *O paraíso destruído*, de Frei Bartolomé de Las Casas, publicado pela L&PM Editores em 1984.

¹⁵ Rara exceção é o comentarista internacional Newton Carlos, que em suas crônicas diárias publicadas pela grande imprensa já estabeleceu o paralelo entre os massacres de hoje e os perpetrados pelos espanhóis no século XVI.

16 Desde os primeiros tempos da conquista, os índios da América Espanhola passaram a ser “encomendados” aos conquistadores e colonizadores para serem catequizados. O preço que deveriam pagar em troca dessa hipotética salvação era o trabalho intenso, constante e não remunerado em suas próprias terras – que já não mais lhes pertenciam. Até 1516, os índios eram outorgados em “encomendas”, junto com sua descendência, pelo prazo de duas vidas: a do *encomendero* e a do herdeiro imediato; a partir de 1629, o regime estendeu-se por três vidas, e em 1704 chegou a quatro vidas nas localidades onde as *Nuevas Leyes*, sancionadas sob a pressão de Las Casas, não foram adotadas (informações citadas por Eduardo Galeano em *As veias abertas da América Latina*).

17 Anos mais tarde, na sua *Apologética História*, o próprio Las Casas descreveria o massacre: “No dia em que ali chegaram, os espanhóis pararam de manhã para o desjejum no leito seco de um riacho que ainda conservava algumas poças d’água, que estava repleto de pedras de amolar: o que lhes deu a ideia de afiar as espadas. Chegando à aldeia, alguns tiveram a ideia de verificar se as espadas estavam tão cortantes quanto pareciam. Um soldado, subitamente, desembainhou a espada (que parecia tomada pelo diabo), e imediatamente os outros fizeram o mesmo, e começaram a estripar, rasgar e massacrar aquelas ovelhas e aqueles cordeiros, homens e mulheres, crianças e velhos, que estavam sentados, tranquilamente, olhando espantados para os cavalos e para os espanhóis. Num instante, não restam sobreviventes de todos os que ali se encontravam e o sangue corria por toda a parte, como se tivessem matado um rebanho de vacas”.

18 João Francisco Ferreira, in “Fragmentos de Cortez, Bernal Las Casas e Garcilaso”.

19 Aqui é preciso notar que a bula emitida pelo Papa Paulo III declarando que os índios eram “verdadeiros homens” e que, portanto, “possuíam alma” data de fins de 1537.

Hans Staden: um livro para devorar

Está tudo no livro *Duas viagens ao Brasil*: ação, aventura e história, antropologia e antropofagia; sangue e pólvora. Cenários luxuriantes, conflitos tribais, expansão colonial, guerreiros emplumados, piratas franceses, fé e ceticismo; desamparo e esperança; lealdade e perfídia.20

Erguido nos confins da ilha de Santo Amaro, na pequena escarpa rochosa junto a qual as águas verde-escuras do canal de Bertioga se misturavam ao azul translúcido do Atlântico, o pequeno forte de São Felipe era o último entreposto militar da América portuguesa. Fora construído nas cercanias da fronteira, ainda indefinida, entre as possessões lusas e espanholas nas lonjuras meridionais do Brasil, e também no exato local onde se confrontavam os limites dos territórios tribais de dois grupos indígenas rivais: os tamoios e os tupiniquins. Aliados dos franceses, os tamoios moviam guerra sem trégua contra os tupiniquins, aliados dos portugueses.

O fortim não era apenas remoto, mas perigoso e inseguro, já que a principal rota das incursões dos tamoios contra o nascente vilarejo de São Vicente, no litoral sul de São Paulo, era através do sinuoso e verdejante

canal da Bertioga. A floresta majestosa, cheia de vida e cor; o rugido difuso das cachoeiras, as praias virgens de areias faiscantes, os rios explosivamente piscosos, as pequenas ilhotas pontilhando o fecundo emaranhado do mangue, tingidas de escarlate pela plumagem vistosa de imensos bandos de guarás – nada era atrativo suficiente para que soldados portugueses se dispusessem a sentar praça entre as frágeis muralhas de pedra e cal do recém-inaugurado forte de São Felipe da Bertioga. O encargo acabou recaindo no mercenário alemão Hans Staden.

Staden, um jovem aventureiro na casa dos vinte e poucos anos de idade, fora dar com os costados em São Vicente após uma sequência assombrosamente desafortunada de naufrágios e motins. Era a segunda vez que vinha ao Brasil. Diferentemente da primeira, chegara a bordo de um navio espanhol, integrante da frota comandada por Diego de Sanabria, cujo objetivo era a fundação de pelo menos duas vilas castelhanas no litoral sul do Brasil. Nada poderia contrariar mais frontalmente os interesses lusitanos na região. Por isso, mesmo tendo prestado auxílio aos náufragos, o governador Tomé de Sousa tratou de prender os sobreviventes tão logo os recolheu de sua desdita nas praias varridas pelos ventos de Santa Catarina – local do desastre –, ou os encontrou, famintos e aos farrapos, perambulando pelas ruas embarradas de São Vicente.

Mas além de o alemão Staden não ter maiores vínculos com os espanhóis, ainda tinha experiência como bombardeiro, artilheiro e arcabuzeiro – e o governador concluiu que ele poderia lhe ser útil. E foi assim que Staden acabou indo parar no fortim de Bertioga (corruptela de “buriqui-oca” – ou “morada dos macacos”, em tupi). E foi ali que os tamoios o capturaram. E foi então que sua vida mudou para sempre. E foi desse modo que esse relato nasceu.

Está tudo no livro *Duas viagens ao Brasil*. Ação, aventura e história, conjugadas como sempre deveriam estar. Antropologia e antropofagia; sangue e pólvora. Cenários luxuriantes, conflitos tribais, expansão colonial, guerreiros emplumados, piratas franceses, fé e ceticismo; desamparo e esperança; lealdade e perfídia. Tudo narrado pela ótica de um homem comum, um forasteiro – um estrangeiro em um mundo estranho. A visão de um mero mercenário, um soldado da fortuna, que, ao circular entre líderes como o capitão espanhol Juan Salazar, o comandante português Tomé de Sousa, os jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta e os chefes tribais Cunhambebe e Aimberê, tornou-se, literalmente, testemunha ocular da história – e justo no momento em que o Brasil Colônia ainda se retorcia nas dores do parto. O nascimento de uma nação; o ocaso e a agonia de povos em vias de extinção: está mesmo tudo nas páginas vibrantes do pequeno livro de Hans Staden.

Livrinho que, não por acaso, se tornou best-seller desde o dia em que deixou a prensa alemã, em Marburgo, “na terça-feira de carnaval de 1557”, como registra o prefácio original, não por acaso nos arredores de onde Gutenberg inventara os tipos móveis; não por acaso publicado em meio à enxurrada de textos lançados pelos reformistas luteranos em seu proselitismo militante; não por acaso escrito por um ghost-writer; não por acaso pirateado já em sua segunda edição; não por acaso fartamente ilustrado. E muito menos por acaso, lançado sob o impactante título de *História verídica e descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hesse até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hesse, a conheceu por experiência própria, e que agora traz a público com essa*

impressão.

O notável é que os méritos da narrativa de Staden são tão superlativos quanto os dizeres sensacionalistas que o anunciam. Talvez o maior deles seja oferecer – e não só aos estarecidos leitores europeus do século XVI, mas também a nós, leitores de um cético e cínico terceiro milênio – a mais acurada e impressionante descrição do banquete antropofágico, aquele “festim canibal” tão característico dos povos Tupi, cujo prato principal era a deglutição eucarística do adversário e o sacramento único, a consumação de uma vingança ancestral. Passados quase cinco séculos da narrativa, o depoimento de Staden ainda se impõe como a fonte primária mais confiável para o estudo do canibalismo ritual – e o impacto da descrição se mantém inalterado. Pode-se supor a avidez com que o texto terá sido, digamos, devorado na Europa renascentista.

Na verdade, não é preciso supor: sabe-se que *História verídica* teve nada menos que dez reedições em cinco anos, sendo rapidamente traduzida para o holandês (1558), para o latim (1559) e para o flamengo (1560), bem como para o inglês e o francês. Até o século XVIII, já se contavam mais de setenta edições da obra. O livro, no entanto, não foi escrito pelo próprio Staden, que, embora não fosse analfabeto de pai e mãe, com certeza era pouco letrado. O texto é obra de um certo doutor Dryander, alemão estudioso de “matemática e cosmografia” e autor do prefácio original, no qual, aliás, confirma que de fato “reviu, corrigiu e, quando necessário, aperfeiçoou” o original.

Já as xilogravuras que ilustram – e tanto enriquecem – o texto, essas teriam sido produzidas a partir de desenhos feitos diretamente pelo jovem Hans, ou, quando menos, sob sua orientação. Com certeza, pagas por ele o foram, se é verdade o que afirma o douto doutor Dryander. Tão

impressionantes e detalhistas eram as imagens que, anos mais tarde, seriam refeitas pelo consagrado gravador flamengo Theodor de Bry, transformando-se então em cenas ainda mais perturbadoras, exalando um fascínio que flerta com a morbidez. A versão com as gravuras de Bry, publicada em Frankfurt, em 1592, espantou e extasiou a Europa letrada daquele fim de século.

Mas a fortuna crítica e a consagração popular de *História verídica* não se repetiram no Brasil – pelo menos não de início. Embora tenha servido de fonte e inspiração tanto para os apocalípticos poemas de Gonçalves Dias como para os romances algo açucarados de José de Alencar, o livro só foi traduzido para o português em 1892 – e mal. O chefe de polícia, desembargador e ministro cearense Tristão de Alencar Araripe publicou, em tomo especial da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma versão coalhada de erros – nem todos dele, muitos da tradução francesa na qual se baseou. Nem as notas de Richard Francis Burton, o príncipe dos viajantes ingleses, que fora cônsul britânico em Santos (SP) e conhecia bem a região, salvam a obra.

Foi preciso esperar mais oito anos pela primeira edição confiável, publicada às expensas do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Traduzida pelo botânico suíço Albert Löfgren, direto do original alemão de 1557, e com caudalosas notas do geógrafo e gênio baiano Theodoro Sampaio, o livro, lançado em janeiro de 1900, deflagraria a crescente influência da narrativa de Staden sobre a intelectualidade brasileira. E isso desde o começo, pois o exemplar utilizado por Löfgren fora adquirido em um antiquário parisiense pelo intelectual e milionário Eduardo Prado, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Eduardo Prado era tio de Paulo Prado, também milionário e mentor da

Semana de Arte Moderna de 1922, que, desde a juventude, era apaixonado pelo livro de Staden. Foi Prado quem, não por acaso, apresentou a obra aos poetas Raul Bopp e Oswald de Andrade, e à pintora Tarsila do Amaral, mulher de Oswald. Teria sido a partir do relato de Staden – quase que por causa de uma frase específica dele: “Lá vem sua comida pulando”, que o desafortunado prisioneiro foi obrigado a dizer tão logo seu captor o conduziu, amarrado e aos saltos, para o centro da aldeia tupinambá de Ubatuba – que Tarsila teria decidido pintar o Abaporu (“O comedor de gente”, em tupi) e Oswald encontrou a inspiração para deflagrar o Movimento Antropofágico.

Monteiro Lobato, que, de início, revelou-se um crítico feroz dos apetites modernistas, também se rendeu aos encantos do livro – e diluiu-o, como a tantos, em uma versão infantil, publicada em outubro de 1925, sob o título de *Meu cativo entre os selvagens do Brasil*, no qual as atribulações do arcabuzeiro alemão no litoral brasileiro são narradas na voz de Dona Benta. Está certo que, dois anos depois do aperitivo, Lobato lançou, pela mesma Companhia Editora Nacional, as Aventuras de Hans Staden – versão menos modificada da obra, mas ainda assim mera adaptação.

No prefácio, Monteiro Lobato tratou de se justificar:

As aventuras de Robinson Crusóe constituem talvez o mais popular livro do mundo. Da mesma categoria são estas de Hans Staden. Se as de Robinson tiveram a divulgação conhecida, proveio de passarem às mãos das crianças em adaptações conforme a idade, e sempre remoadas no estilo, de acordo com os tempos. Com as de Staden tal não sucedeu – e em consequência foram esquecidas. Quem lê hoje, ou pode ler, o livro de Defoe na forma primitiva em que apareceu? Os eruditos. Também só os

eruditos arrostando hoje a leitura do original das aventuras de Staden. Traduzidas ambas, porém, em harmonia moderna, toante com o gosto do momento, emparelham-se em pitoresco, interesse humano e lição moral. Equivalem-se. Anos atrás tivemos a ideia de extrair do quase incompreensível e indigesto original de Staden esta versão para as crianças – e a acolhida que teve a primeira edição, bastante larga, leva-nos a dar a segunda.

O fato é que mais de quarenta anos se passariam desde a edição traduzida por Löfgren antes que *História verídica* – que de “indigesta” nada tinha, além de cenas, digamos, mais temperadas – enfim ganhasse nova tradução e novas notas. O sucesso deu-se em 1941, sob os auspícios do Instituto Hans Staden (hoje Instituto Martius-Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão). O poeta Karl Fouquet atualizou o texto original da edição de 1557 e Guiomar de Carvalho Franco o traduziu. Embora vetusta e excessivamente literal, a tradução foi considerada a melhor por especialistas do porte de José Honório Rodrigues. Mas o elogio se deve mais às notas e à introdução assinadas por Francisco de Assis Carvalho Franco, que contextualizam o livro no bojo da malfadada expedição de Sanabria, relacionando as perambulações de Staden com os episódios ocorridos durante a viagem de inspeção do governador Tomé de Sousa às chamadas “capitanias de baixo” (dentre as quais se incluía São Vicente) e que constituem um momento-chave no processo de formação territorial do Brasil.

No mesmo ano em que a edição do Instituto era publicada, Cândido Portinari produzia 26 gravuras inspiradas nas xilogravuras originais de Staden. Mas elas levariam mais de meio século até enfim virem a público, o que só ocorreu em 1998, no livro de arte *Portinari devora Hans Staden*

(Editora Terceiro Nome). Não por acaso, Portinari e os modernistas influenciaram os criadores do Cinema Novo e, em 1971, Nelson Pereira dos Santos, um dos mentores daquele movimento, dirigiu-se a uma Ubatuba ainda quase tão selvagem e intocada quanto nos tempos de Staden para lá dirigir o clássico *Como era gostoso meu francês*, no qual fundiu antropofagia literal com antropofagia cultural em um mesmo e borbulhante caldeirão.

Mas, como o roteiro se baseia também no relato do pastor calvinista Jean de Léry (que chegou ao Rio de Janeiro em 1557, no mesmo ano em que Hans lançava seu livro em Marburgo), o filme de Nelson Pereira dos Santos não se revelou tão fiel à obra original como aquele que Luiz Alberto Pereira realizou em 1999. Em *Hans Staden*, Pereira recria, com minúcias naturalistas e extraordinária precisão etnográfica, toda a trajetória do, a princípio azarado e ao fim e ao cabo sortudo, soldado da fortuna em suas veredas e venturas. Atraiu assim, em especial por meio do DVD, a atenção de uma plateia mais ampla para as desventuras em série do alemão que escapou de ser comido.

O Brasil não alimenta sua própria mitologia histórica. Se o fizesse, Hans Staden seria, se não um herói, quando menos um personagem presente no nosso cotidiano, desde os bancos escolares até as viagens “ecológicas” e de turismo de aventura pelas praias “selvagens” do litoral da Rio-Santos. Em vez disso, seu livro sobrevive de pequenos bocados, lançados aqui e ali – até a reedição lançada pela L&PM, cuja tradução, assinada por Angel Bojadsen, enfim recupera o tom deliciosamente coloquial do original de 1557, o que afinal nos permite “dialogar” com o jovem aventureiro que, tal e qual Robinson Crusoe, fugiu de casa em busca de ação e quase virou repasto.

Enquanto isso, o forte de São Felipe da Bertioga segue gotejando seu suor de pedras sob o sol do trópico, despencando aos cacos, em uma paisagem desfigurada que não guarda resquícios dos imensos bandos de guarás de plumagem flamante, nem ecoa os ruídos dos bravos guerreiros vestidos com suas penas, e onde os imensos cardumes de paratis deram lugar a um enxame de jet-skis impertinentes como mosquitos e turistas engarrafados em busca de improvável descanso, enquanto nuvens negras exaladas em Cubatão viajam pesadas, sobre a serra, se adensando em Ubatuba – a “Ubachuva” de tantas frustrações de fim de férias e o lugar onde Staden renasceu sem ter morrido.

Está tudo no livro: caos e canibalismo – já que a história sempre se repete, como farsa ou como tragédia, para aqueles que não conhecem a própria história.

Fevereiro de 2008

20 Texto escrito como apresentação do livro *Duas viagens ao Brasil*, de Hans Staden, publicado pela L&PM Editores em 2008.

O homem da casa do lago

Thoreau foi uma espécie de Júlio Verne que, em vez de descrever as maravilhas do futuro, anteviu os desatinos de um modelo desenvolvimentista que nunca quis levar em conta a preservação da natureza.21

Henry David Thoreau foi uma nuvem de calças.

Nascido em Concord, Massachusetts, na costa leste dos Estados Unidos, em julho de 1817, pairou acima e ao largo de seus compatriotas e contemporâneos. Lançou-se a tais altitudes – e em eventuais platitudes – disposto não apenas a ver o mundo de cima mas a experimentar um universo próprio e idiossincrático. Muitas vezes assomou-se leve, habilitado a flutuar em céu azul, como se parte da paisagem que tanto amou. Noutras, revelou-se capaz de projetar sombras, quando não raios e trovões, vertendo aguaceiros incômodos sobre sua vila e seu país. Tratou de despejá-los na forma de discurso torrencial: uma prosa caudalosa que – caso tivesse sido realmente lida – haveria de ter o efeito de uma enchente na planície onde labutavam “em calado desespero” os homens de sua região e sua época.

Thoreau foi único, solitário e inimitável.

Mas Henry David Thoreau foi também um chato de galochas – até

porque de fato as calçava. Não era perfeito, e muito menos aperfeiçoável. Misanthropo, misógino, radical e irreduzível, parecia cultivar a inconveniência como virtude. Mais do que mero exercício de retórica, afrontar o senso comum sempre lhe pareceu emérita prática cotidiana. Thoreau manteve o dedo em riste – acusatório e descortês. E tratou de metê-lo nas feridas vivas de uma nação que ainda não havia forjado plenamente a própria identidade. Identidade que, embora por vias transversas, Thoreau ajudaria a construir. Thoreau foi desprezado e ofendido, mas isso não lhe doeu tanto quanto nas ocasiões – aliás, mais frequentes – em que pregou ao deserto.

Thoreau era um caminhante, mas nunca foi pedestre.

Para Thoreau estava tudo na cara. E Thoreau foi um cara de pau. Seu semblante despertou surpresa e susto naqueles que o contemplaram. Com feições como que talhadas a machado no cerne de madeira nobre e dura, Thoreau tinha, muito apropriadamente, a face de um fauno. O nariz adunco, os olhos miúdos, o cenho franzido, os lábios finos como navalha emolduravam as maçãs salientes de um rosto que fazia lembrar o de um totem indígena. Thoreau era uma esfinge – e, por não saberem decifrá-lo, alguns homens de seu tempo quiseram devorá-lo. Mas Thoreau era osso duro de roer.

Nem todo mundo ia com a cara de Thoreau. Para o grande Robert Louis Stevenson, por exemplo, sua “face aguda, penetrante e com um narigão emitia certos sinais das limitações de sua mente e de seu caráter”. Até entre os que nutriam simpatia por ele, como Nathaniel Hawthorne, o rosto e as maneiras de Thoreau provocavam estranhamento. Conforme o autor de *A letra escarlate*, Thoreau era “feio como o pecado, com o nariz comprido, a boca transversal e os modos desajeitados, quase rústicos,

apesar de cortesões”.

Com o passar dos anos a fachada de Thoreau foi se transfigurando e, como o próprio estado de espírito, parece ter se suavizado. Uma foto clássica, tomada em 1861, um ano antes de sua morte, aos 44 anos, exhibe olhos translúcidos, quase aquosos, adornados por sobrelanceiras grossas e arqueadas, em harmonia com a testa larga e a basta barba de profeta. Um seu discípulo, Daniel Ricketson, recordou “a gentileza, humanidade e sabedoria” estampada naqueles “olhos azuis profundos”, e, embora o admirador não tenha mencionado a evidente melancolia expressa no retrato, não se pode dizer que exagerasse.

A voz de Thoreau também causou comoção. Não apenas o que ele dizia, mas os sons que emitia ecoavam tonitruantes, quase estrondosos, nos ouvidos e nas mentes de seus interlocutores, mesmo depois que a tuberculose se instalou para lhe corroer os pulmões. Testemunhos presenciais o atestam: “Suas palavras soavam tão distintas e verdadeiras ao ouvido quanto as de um emérito cantor”, anotou o pastor Robert Collyer. “Ele hesitava por breves instantes à espera da palavra exata, ou então aguardava com paciência comovedora até vencer seu problema pulmonar, mas, quando enfim proferia a sentença, ela ressoava perfeita e concêntrica.”

Para que sua voz literária também se projetasse, Thoreau precisou de doses ainda maiores de paciência. Mas enfim encontrou a modulação correta ao publicar *Walden ou A vida nos bosques*. Como em suas conversações recheadas de reticências, o tom autoral não lhe surgiu espontaneamente, senão que após muito esforço e alguns alarmes falsos. Ainda assim, sua linguagem nunca primou pelo requinte literário nem pela clareza de estilo. *Walden* é um livro anguloso e em várias passagens

prolixo. Repleto de citações e aforismos, remete a gregos e latinos e vai referindo contistas chineses ou poetas persas um tanto obscuros, em meio a frequentes recaídas paroquiais e rasgos doutrinários.

Thoreau era, com efeito, um pregador, propondo a religião de um homem só, soando como o arauto do individualismo intransigente e da liberdade pessoal quase refratária. E se era um tribuno, fez de sua cabana em Walden a tribuna de onde, em certos momentos, parece insinuar que estava apto, e era impoluto, austero e estoico o bastante para julgar o resto da humanidade.

E, no entanto, tal é a sinceridade da voz que ressoa, tal sua singularidade e pureza virtualmente virginal que, com o passar dos anos, Thoreau acabou se impondo no panteão dos heróis rebeldes, dos desbravadores da mente, dos anunciadores de um novo tempo – tempo que, se não se concretizou, não foi capaz de fazer com que o discurso de Thoreau perdesse (pelo contrário, só reforçou) sua disposição utópica e indômita.

Thoreau não era uma ilha – nenhum homem é, já houve quem tenha dito. Apesar da aura de ermitão que viria a adquirir, Thoreau foi mais gregário do que a sua obra deixa transparecer. Um dos capítulos de *Walden*, muito apropriadamente chamado “Visitas”, já revela que ele não viveu em completo isolamento, como, em alguns momentos, dá a entender. Mas Thoreau nunca foi companhia exatamente agradável, e sua teimosia só era compreendida e aceita por aqueles que, como o mentor e padrinho literário Ralph Waldo Emerson, desde o início a perceberam em toda a sua ousada pretensão.

Thoreau era um bicho do mato. O historiador James Kendall Hosmer o descreveu “parado no umbral de sua casa, com o cabelo desgrehado como

se estivesse adornado com pinhas e musgos, e as roupas puídas e em desalinho exibindo os traços de suas andanças pelas matas e pântanos”. Thoreau se sentia deslocado na cidade (embora sua Concord natal tivesse pouco mais de dois mil habitantes), na universidade (apesar de ter se formado em Harvard), nos saraus, na paróquia. Isolado em sua cabana de Walden, subverteu até o dito americano segundo o qual “*three is a crowd*” (“três é uma multidão”): para ele, um era bom, dois já era demais...

Thoreau talvez sonhasse ser o nobre selvagem. Ele “nunca se formou em nenhuma profissão”, relatou Emerson. “[...] nunca se casou; vivia sozinho; nunca ia à igreja; nunca votou; recusou-se a pagar um imposto sequer ao Estado; não comia carne, não tomava vinho, nunca usou tabaco; embora estudasse a Natureza, não utilizava armas nem armadilhas. Quando lhe perguntavam à mesa qual prato preferia, ele respondia: ‘O que estiver mais perto’.” Tais e tantas “superioridades negativas” levaram Stevenson a concluir que Thoreau “se apresentava tão distante da humanidade que é difícil saber se devemos chamá-lo de semideus ou de semi-homem”.

Thoreau era o peixe fora d’água que, às margens do lago Walden, submeteu-se a uma metamorfose. Só que, em vez de virar barata, um belo dia acordou transformado em pato – ou em algo semelhante, já que sua ave favorita, o mergulhão, de fato se parece com um. Dona de uma “risada demoníaca [...] talvez o som mais selvagem jamais ouvido por aqui”, aquela ave solitária o atraía, e ele se identificava com ela.

No outono, estação predileta do autor, o mergulhão aparecia para “trocar as penas e se banhar no lago”. Ao descrever tal período, Thoreau reflete: “Nossa estação de muda, como a das aves, deve ser um momento de crise em nossa vida. O mergulhão, durante a muda, se retira para um

lago solitário. Assim também a cobra solta sua casca e a lagarta, seu casulo [...]”.

Embora Thoreau tenha se recolhido à floresta disposto a se libertar da “epiderme ou falsa pele, que não faz parte de nossa vida”, não se pode deixar de notar que, em inglês, a ave se denomina *loon* – e *loon* também significa “maluco” ou, mais propriamente, “lunático”. Thoreau, num rasgo insuspeito de humor, parece, assim, inclinado a debochar de si mesmo e ironizar seus detratores – se não a escarnecer dos futuros seguidores de seu evangelho peculiar.

É como se ele adivinhasse que, um século e meio mais tarde, *Walden* iria se transformar de tal forma na bíblia do movimento preservacionista – bem como no manual da desobediência civil e no livro de cabeceira dos rebeldes cheios de causas – que, conforme observou John Updike, a obra “corre o risco de se tornar tão citada e tão pouco compreendida quanto a própria Bíblia”.

Com efeito, em tempos de discurso ecológico lustroso mas vazio – de supostas preocupações com “desenvolvimento sustentável” anunciadas por conglomerados que, enquanto puderam, destruíram tudo a seu redor; de comerciais de veículos “ecológicos” 4x4 patrolando dunas e riachos; de aventuras na natureza programadas para executivos estressados em busca de um novo “modelo de gestão”, de ecovilas, eco sports e eco resorts; em tempos de roupas esportivas trajadas por turistas, mesmo que estejam apenas subindo a torre Eiffel de elevador ou voando em jatinhos para alguma ruína maia –, Thoreau haveria de odiar, e trataria de afrontar, a maioria dos que se dizem seus admiradores.

Thoreau era sua própria bússola – e jamais perdeu o norte. Mesmo após a morte, parece manter não apenas o rumo, mas o controle sobre seu

legado. Isso porque a voz que ele fez soar em *Walden* não foi abafada pela cacofonia publicitária das palavras ocas.

Foi no dia 4 de julho de 1845 que Henry David Thoreau caminhou pelas ruas de sua pequena Concord e seguiu em direção ao oeste, rumo ao lago Walden, onde construía, com as próprias mãos e em um terreno que pertencia a Emerson, a diminuta cabana de seis metros quadrados. Por todos os Estados Unidos celebrava-se o dia em que o país tinha se libertado da Inglaterra. Não há de ter sido à toa que Thoreau elegeu a data para a mudança: ele estava declarando a própria independência. Tinha 28 anos e, embora houvesse estudado em Harvard, não tinha ocupação fixa: fazia apenas bicos e lápis na pequena fábrica da família. O que ele buscava, o dinheiro e os ofícios não podiam comprar. Àqueles que espalhavam que ele não tinha profissão nem trabalho, Thoreau dizia ser “supervisor das tempestades”, das “trilhas nas florestas” e pastor de “animais desgarrados”.

Thoreau não era um João-ninguém. Mas era quase. Não por ser um despossuído, mas porque, apesar de contemporâneo e quase vizinho de Herman Melville, Nathaniel Hawthorne, Walt Whitman, Edgar Allan Poe, Henry Longfellow e Emily Dickinson, só lhe foi dado compartilhar com eles a mesma época, a mesma região do país e a mesma labuta de escritor. Afinal, embora viesse a tomar parte no movimento batizado de Transcendentalismo – também chamado, e talvez mais apropriadamente, de “Renascimento Americano” –, Thoreau nunca foi de “frequentar” e, com exceção de Emerson e do poeta (e seu futuro biógrafo) W. Ellery Channing, nenhum dos citados o levava a sério.

Pelo menos não até que *Walden* fosse descoberto.

Ao colocar em *Walden* o subtítulo quase romântico de *A vida nos*

bosques, Thoreau parece convidar o leitor para o mergulho em uma aventura. Como se o livro fosse uma espécie de *Robinson Crusoe* passado não numa ilha, mas num lago de degelo. Mas quem apanha a obra em busca de ação e fábula depara com uma série de sermões, quando não com uma espécie de dissertação de mestrado imersa em moralismo. E, no entanto, para além da retórica ríspida e da acidez monocromática de uma prosa eventualmente empolada, o lado “aventuresco” de *Walden* também se impõe. Mas, muito mais do que isso, o livro é um guia para uma viagem interior. Porque, mesmo quando imerge em alegorias e parábolas, Thoreau se mantém firme, vigoroso e evocativo, impondo seu discurso lícido, acurado e tantas vezes profético.

Thoreau foi uma espécie de Júlio Verne que, em vez de descrever as maravilhas do futuro, anteviu os desatinos de um modelo desenvolvimentista que nunca quis levar em conta a preservação da natureza. Previu o advento de um consumismo viciante e vicioso; viu os tempos em que a privacidade deixaria de ser um recurso natural renovável para se tornar bem descartável; ouviu os gritos surdos da maioria silenciosa. E preferiu se retirar para trocar as penas.

Junto aos mergulhões; longe dos lunáticos.

Mesmo assim, e com todo seu apreço pela solidão, Henry David Thoreau continua, 150 anos depois, nos convidando para nos unirmos a ele na minúscula cabana às margens de Walden.

Para fazê-lo, basta mergulhar nas páginas de sua obra-prima, *Walden*. E, quem sabe, trocar as penas...

Porto Alegre, inverno de 2010

21 Texto escrito como apresentação do livro *Walden*, de H.D. Thoreau, publicado pela L&PM Editores em 2010.

Quatro mil dólares e uma ponta

Uma viagem nos dois sentidos (da palavra) ao coração da Flórida, com seu calor obsceno, sua umidade doentia e sua paisagem exalando um odor de gênese e podridão.

O meio do nada até que pode ser um lugar interessante. Em especial se não estiver infestado de mosquitos, se não fizer um calor obsceno, se a umidade do ar não roçar os noventa por cento, se a paisagem não exalar um cheiro de gênese e podridão. E se não for noite cerrada, e você não estiver sozinho, de bermuda, sem documento, com quatro mil dólares e uma ponta enfiados no bolso – e se um carro de polícia não aparecer, vindo de lugar nenhum direto para o meio do nada.

O meio do nada pode ser um lugar bem interessante. Principalmente se você não estiver lá; seus cabelos desgrenhados e o olhar parvo refletidos no para-brisa da viatura, sua cara embaralhando-se com as feições insondáveis e a pele macilenta de dois policiais tipicamente americanos. Seus olhos tão fixos nos olhos deles, sua mente tão concentrada na ameaça iminente, que você nem percebe que o verdadeiro problema ainda está por vir. Então, a porta de trás do carro se abre e... bom, estou me antecipando. Melhor começar do começo – até porque foi essa mania de começar pelo começo que me levou a estar no meio do nada, de bermuda, sem documento, com quatro mil dólares e uma ponta metidos no bolso.

Embora a incursão tenha sido proposital, a culpa de eu ter ido me meter no meio do nada pode ser creditada, em parte, a um velho livro editado em 1948 pela The American Heritage. *Our Natural Wonders*. Todas elas, as maravilhas naturais dos Estados Unidos, dispostas ali como num catálogo de lojas de departamentos. Paisagens selváticas, picos intocados, praias virgens, vales profundos, Yellowstone, Great Smoky Mountains, o Grand Canyon, os clássicos todos, estampados em desenhos espantosamente reais, como se vistos de um satélite – só que antes da invenção dos satélites; antes do Sputnik, antes dos beatniks, antes até do Kaputnik (a geringonça que os americanos lançaram às pressas para se antecipar aos russos e, bem... kaput!) Em uma daquelas imagens aquareladas, a península da Flórida mergulhava como um antebraço amputado no oceano, entre o verde-esmeralda do Caribe e o azul-cobalto do Atlântico. Lembrava também um pênis cabisbaixo, fatigado, pós-coito, gotejando os últimos espasmos da ejaculação na forma de pequenas ilhotas, miríades delas – *keys*, ou *cayos*, como as chamam; uns troços de coral e calcário onde a massa continental norte-americana se desfaz, relutante, soltando pedaços a cada novo *round* numa luta desigual cujo resultado foi arranjado antes de soar o gongo. Na ponta mais meridional, onde o continente se fragmenta num labirinto de arquipélagos, o emaranhado de mangues do Everglades se impõe, desafiador como uma terra incógnita: um pantanal inóspito, um mar revolto de grama e água salobra, o território dos *alligators*, das febres palustres e dos mosquitos. Entre a inconstância dos charcos e os tufoes esparsos de pinheiros esqueléticos, uma única aglomeração humana: a cidade de Flamingo (215 habitantes na alta temporada).

É lá, pensei.

A má ideia me ocorreu numa locação ainda pior: um quarto de despejo em Porto Alegre, pós-separação, entre milhares de outros livros empilhados e cuecas e canecas sujas. Decidi partir dali para uma jornada iniciática pelos Estados Unidos, mais uma, embora, para meus padrões de antes e de então, eu já estivesse velho demais para a estrada. “Deus, ajude que meus pais só morram quando eu for velho”, costumava rezar eu, de joelhos, ao pé da cama, aos sete anos de idade. “Quando eu tiver 22 anos.” Cinco já haviam se passado desde os meus 22 e há sete eu tinha percorrido a América de costa a costa, refazendo a trilha de Jack Kerouac, com uma mochila de 33 quilos, doze livros dentro, o polegar apontando o caminho: de Nova York a San Diego e, depois de atravessar a rua, de Tijuana a Porto Alegre.

Mas agora – agosto de 1985 – eu sonhava com uma viagem mais consistente ou, pelo menos, mais consciente; outras referências, parâmetros diferentes, novos heróis: Thoreau, Whitman, Melville, Poe, John Muir e, é claro, “los conquistadores”: Cabeza de Vaca, Ponce de León, Panfilo de Narváez. Uma coisa de raiz, se é que você me entende. Por isso, era fundamental, decisivo, inegociável, começar pelo começo – pela primeira língua de terra americana, mesmo que isso significasse desafiar o lendário Everglades.

Flamingo, aqui vou eu.

Desembarquei no aeroporto de Miami como um teleguiado, com quatro mil e seiscentos dólares no bolso – mais do que suficientes, julgava eu, para vencer os sete mil quilômetros que separam o Cabo Sable, ali bem ao lado de Flamingo, das lonjuras setentrionais do Mount Katahdin, na enregelada fronteira com o Canadá, percorrendo em mais ou menos um ano o corpo rude e cru da América, por sua coluna vertebral, os Apalaches,

disposto a desvendá-la por inteiro, como numa promessa impossível de Ano-Novo.

O início da peregrinação não poderia ter sido mais auspicioso, pois a voz anódina que ecoava, incorpórea e insistente, a cada cinco minutos pelos alto-falantes do saguão acarpetado do aeroporto, não cansava de repetir, em um monótono anúncio oficialmente bilíngue, que eu tinha acabado de chegar em “La Florida”. “La Florida”: a palavra, apropriadamente paroxítona, ressoava como um augúrio sobre a maré de hondurenhos de bermudas, bermudenses de gravata, donas de casa caribenhas com penteados estilo erupção vulcânica, cubanos de dentes de ouro e sorriso de latão, alemãs de sandálias com meias recobrindo os pés tostados feito lagostas ao vapor, brasileiros afobados, abarrotados de compras, e até americanos com óculos de armação fina e ternos de lã fria, todos indo ou vindo para qualquer lugar, para lugar algum, sem propósito aparente ou com propósitos inconfessáveis.

“La Florida”, tal como batizada em 1521, num arrobo febril, pelos soldados de Ponce de León, com seus arcabuzes enferrujados gotejantes e os elmos luzindo sob um sol primitivo, concebido em alguma maldição bíblica. Um bando de esfarrapados, arrastando-se em fila indiana, com água pela cintura, suarentos, sequiosos, na busca pela Fonte da Juventude, em um pântano insalubre mas... florido. Foram os primeiros caras pálidas a chafurdar nos Everglades à procura de algo que não estava lá.

Então, em 1819, aquilo que os espanhóis haviam tomado dos índios, os americanos tomaram dos espanhóis. E os novos proprietários do pedaço usaram seu asfalto e seu concreto e seus carpetes e sua fórmica e seu plástico e suas piscinas para recobrir, ocultar, sufocar e extirpar a natureza selvagem daquele mundo, outrora fervilhante de florestas

fantasmagóricas, com raízes aéreas e trepadeiras com ventosas, charcos controlados por crocodilos e plantas carnívoras, floridas ou não. Tudo foi implacavelmente soterrado. “Algo não muito diferente do que cobrir nossos pobres pelos pubianos com um esparadrapo”, diagnosticou Norman Mailer.

Não foi preciso esperar pela parte em inglês do anúncio para perceber que La Florida tinha virado Flórida – a pronúncia “com a acentuação esdrúxula”, como disse um gramático, conseguiu tornar a palavra uma orgulhosa proparoxítona. Mas obviamente um simples acento agudo, uma mera variação fonética, não seria capaz de transmutar a natureza do lugar. Embora os turistas, e até os “locais”, finjam ignorar, a verdade é que os fantasmas da flora ancestral, da vegetação comprimida sob o asfalto das estradas e a borracha dos pneus, as recordações da mata extinta e extirpada, ainda assombram e importunam Miami como uma doença tropical contagiosa.

A cidade e a região vizinha são pulverizadas todos os dias e, mesmo que o processo mantenha a sanha sanguinária dos mosquitos sob estrita vigilância sanitária, mal você bota os pés na calçada, uma transpiração equatorial pesada e úmida se ergue da terra e exala um ar aquecido que penetra nos pulmões como uma mão escorregando para dentro de uma luva de borracha. Parecia um alerta claro o suficiente – mas eu o ignorei.

Disposto a recuperar a verdade sufocada pelos hotéis em forma de bolo de noiva, pela música de Julio Iglesias soando em um elevador refrigerado, pela disseminação de shoppings como células mafiosas, decidi mergulhar deliberadamente no substrato, na zona proibida, nas camadas sob as camadas da Flórida. Embora no fundo eu soubesse que a busca por “La Florida” fosse tão insensata quanto a dos homens de Ponce

de León, Hernando de Soto ou Cabeza de Vaca, não tive dificuldades em encontrar o caminho: bastou seguir o fervilhar dos miasmas.

Pelo menos eu estava em boa companhia: não a daqueles conquistadores ensandecidos, é claro, mas a dos autores que trazia nas costas – John Muir (*A Thousand-Mile Walk to the Gulf*, um clássico da literatura andarilha), John James Audubon (*Birds of America*, o livro que transformou Everglades no paraíso dos ornitólogos), William Barton (o botânico-peregrino, autor de “Footprints across the south”), Seth Eastman (o soldado-artista que retratou o extermínio dos seminóis) e até um raro Henry Miller (*Deslizando para os Everglades*, relato desesperançado de uma viagem de carona até a Flórida, em 1928). Só faltou Virgílio – ausência que seria muito sentida.

Fiz um acordo secreto e escuso comigo mesmo: ao contrário de meus veneráveis predecessores, que meteram o pé na estrada, eu faria a viagem a bordo de um exoesqueleto metálico de quadro rodas, movido a combustível fóssil, um dos maiores símbolos da América, a “noiva metálica”, como disse Desmond Morris, o antropólogo. Simplificando: um carro.

Percorri a Collins Avenue, a rua que corta Miami como uma navalha, permanentemente em construção, destruição e reconstrução, sob o gargalhar das britadeiras e da especulação e nuvens disseminadas pelas brigadas aéreas mata-mosquito. Ali, entre dezenas de milhares de carcaças metálicas mais ou menos reluzentes, expostas e à venda, acabei deparando com um carro igual ao de minha mãe. O vendedor colombiano disse que, se eu fechasse negócio, ganharia um baseado de brinde. Não sei de onde ele tirou a ideia de que a proposta me atrairia. Mas tirou-a de um bom lugar.

O baseado era quase maior do que o carro. Melhor com certeza era. E foi assim que, nos Estados Unidos, acabei comprando um carro alemão – a diesel. No Brasil, o diesel, subsidiado, sai mais barato do que a gasolina. Na América, custa o dobro. E não tem diesel à venda em lugar nenhum. Mas nada disso me importava e eu saí da Collins a bordo de uma Parati. Igualzinha a da minha mãe. Branca, como a dela. E com um baseado colombiano pendendo dos beiços. O carro não tinha ar-condicionado – devia ser o único carro sem ar-condicionado de toda a Flórida, mas eu jamais tivera um que tivesse mesmo. E eu estava feliz: tinha um carro, quatro mil dólares e um bem-cheiroso baseado...

Assim como meu mais recente bem de consumo americano, meu quarto no Clay Hostel também não era refrigerado. A luz de um néon piscava entre as persianas cadentes. “Pan com lechón” anunciavam os reflexos esverdeados intermitentes. Pelos corredores, cubanos bêbedos tentavam desferir facadas um no outro, mas só rasgavam o ar. Aposentadas com bengalas se arrastavam em direção ao fim da linha. A dona do hotel tinha quarenta anos, um sorriso flácido, as coxas grossas. Ficou a fim de mim. Imaginei que eu faria amor em lençóis puídos e passaria o resto da vida cuidando da portaria.

Dois dias depois, longe dali e de tais presságios, lá estava eu, cruzando os portões do Everglades National Park. Diferentemente da entrada do inferno, não há letreiro avisando aos recém-chegados para abandonar qualquer esperança antes de cruzarem a linha fatal, embora o nome dado ao lugar pelos nativos seminóis já devesse ser suficiente: *Owaquphenoga*, a “terra que treme”. Apesar das bases permanentemente instáveis de minha vida, eu não estava preparado para aquilo. O terreno pantanoso geme e se move como um réptil moribundo quando se pisa nele.

Uma trilha estreita de asfalto, costurada em zigue-zague em meio ao mangue insalubre, conduzia a Flamingo. Eu atravessava os charcos, Bob Dylan uivava *Dark Eyes* e, mesmo sem ar-condicionado a bordo, eu tinha certeza de que estava numa situação bem melhor do que Ponce de León e seus soldados. Até o carro fazer um ruído como se estivesse ferido de morte. Estava – aquele foi seu último suspiro. E o primeiro de uma longa série dos meus.

Abri a porta. O ar era pesado e úmido e pertencia aos mosquitos. Fechei a porta e levantei os vidros. Os bichos entravam pela fresta mais minúscula. O calor era insano, boçal, doentio, surreal. O sol se punha, escarlate, alaranjado, flamante, flamingo, fanático. Parecia uma bola colada ao céu no cenário de um circo mambembe. Os pinus lançavam sombras enormes, como unhas. Aquilo era um mundo em formação – ou, sabe-se lá, esquecido por Deus, descontente com a própria criação. Uma terra encharcada, indecisa entre dois elementos, exalando gás metano. As trepadeiras enrolavam-se nas árvores como as cortinas puídas de um teatro condenado, ruminando os idos dias de glória. Não havia condições sequer de descer para abrir o capô e ver o motor fumarento.

Os mosquitos zumbiam como jet-skis. E eram quase do tamanho deles, e com a mesma impertinência. Passar repelente não os repelia. Pensei em bebê-lo. Pensei em me comunicar com eles e pedir uma trégua. Tentei suborná-los com quatro mil dólares. Tentei espantá-los fazendo fumaça. Quinze minutos depois, reforcei a oferta: quatro mil dólares e uma ponta. Em bom estado de conservação. Não houve acordo.

Meses antes, deparando por total acaso com a informação de que o prêmio Pulitzer daquele ano fora concedido ao livro *Mosquito: A Natural History of Our Most Persistent and Deadly Foe*, de um certo Andrew

Spielman, caí na tentação e no erro de comprar a obra – e, o que é pior, lê-la. Descobri que, como baratas e pulgas, os mosquitos chegaram ao planeta muito antes dos humanos. E que existem mais de 2.700 espécies de mosquitos, divididas em 35 gêneros. A maioria transmite doenças. Apenas a fêmea pica. Suga o sangue da vítima e, enquanto se serve do repasto, põe ovos – uns trezentos por vez – e, empanturrada, defeca.

A boca do mosquito (no caso, a mosquita) é constituída por tubos e cerdas, que fazem um pequeno orifício na pele para que o sangue (no caso o seu, ou o meu) possa fluir diretamente para a sua boca, libertam saliva que contém um anticoagulante que causa o ardor ou “comichão”. Quando você se coça, suas unhas empurram os ovos e as fezes pra dentro da sua corrente sanguínea. É assim que as doenças entram em contato com você – e você em contato com as doenças. Várias.

O vírus do Oeste do Nilo, por exemplo – que leva esse nome porque disseminou-se a partir do Egito, e foi passar as férias, ou fazer compras, na Flórida, a bordo de um mosquito –, causa meningite e um outro tipo ainda pior de inflamação do cérebro. Os sintomas da contaminação incluem febre alta, dores de cabeça e no corpo, fraqueza muscular e perda da consciência. Eu já não estava de posse da minha, e podia sentir todo o resto.

Foi então que ele apareceu zunindo tão alto quanto o mais voraz dos pernilongos. Chamava-se Jack Lang. Não era francês, muito menos ministro da Cultura. Não lia nem as linhas que a vida sulcara em seu rosto queimado pelo sol da Flórida (onde passava os verões) e pelas nevascas do Alasca (onde passava os invernos), cruzando e tornando a cruzar os Estados Unidos como um pássaro migratório, só que às avessas, indo para

o lugar de onde todos estavam voltando, voltando para onde todos já tinham saído, “Desde que minha mulher morreu, assim, de supetão, no sofá, na frente da TV, a traidora”.

Jack comia apenas Burger King (“Tudo que você precisa está ali: farinha, alface, tomate e carne”), numa espécie obsessiva de dieta microbiótica, que, aliás, devia funcionar bem melhor do que a minha macrobiótica, pois ele falou: “Só mesmo um completo estúpido viria para cá no verão, sem saber o que vai encontrar. As pessoas só vêm para os Everglades no inverno. No verão, o parque pertence aos mosquitos. Só a eles – e a mim...”. Não havia por que duvidar daquelas sábias palavras e, se por ventura eu o fizesse, um sujeito teimoso e durão como aquele talvez desistisse de me ajudar, e ele era como uma boia após o naufrágio.

Jack tinha um Impala – “genuinamente americano; não uma porcaria alemã”. O carro dele empurrou o meu, conduzindo o corpo morto sobre rodas para um desvio no acostamento. O desvio aparecia no maldito desenho aquarelado das tais Maravilhas Norte-Americanas. Pay-hay-okee Overlook, chamava-se. Meu carro ficou lá, à mercê dos mosquitos – ele não merecia melhor sorte –, enquanto Jack me levava para uma noite em Flamingo.

O paraíso dos meus sonhos era um pesadelo concreto. Flamingo, a autointitulada “*the mosquito capital of the world*” estava... bem, ia dizer às moscas, mas aí está um lugar-comum muito incomum para o lugar... Não havia nada nem ninguém, além dos mosquitos. Em uma loja de souvenir fechada – “*closed for season*”, como todo o resto – vi, através da vidraça empoeirada, uma camiseta pendurada em um cabide de arame, como um fantasma enforcado. “*I gave blood at Flamingo*”, diziam as letras impressas nela. Dos flamingos, eles próprios, apenas umas poucas

estátuas de gesso fincadas em um pé só, como aquelas plantadas em frente a um sobrado suburbano, entre uma Branca de Neve esmaecida e anões descascados, em bairros periféricos que em vez de grama têm capim.

Uma porta telada rangia, batida pela aragem escaldante. Era o quarto de um motel desocupado. Dormi ali uma noite pior do que uma noite no inferno. Ao raiar do dia seguinte, Jack estava de pé na minha frente, seis mosquitos pousados em diferentes partes de sua cara, esculpida como a dos heróis americanos no Monte Rushmore. Ele parecia mesmo de pedra. Sacudiu-me entre os lençóis suados, despertando-me de um sonho ruim para algo pior, enquanto os mosquitos caíam do meu corpo, entorpecidos, provavelmente mortos por uma overdose de sangue. Meu sangue.

Jack sorriu seu sorriso superior e disse que me levaria de volta ao meu carro para amarrá-lo ao dele e me rebocar até a saída do parque, de onde eu deveria voltar para Miami e contratar um guincho. O guincho, explicou, pragmático e rispidamente prestativo, não poderia entrar no parque. Se por causa da voracidade dos mosquitos ou não, não sei dizer.

Voltei para o Clay Hostel sem carro – mas com quatro mil dólares e uma ponta. Liguei para o guincho. Marcamos o encontro. Deixei o hotel. Mas não ia deixar meus quatro mil dólares lá, muito menos minha ponta: vá que as baratas que compartilhavam o espaço comigo, confortavelmente instaladas na gaveta do criado-mudo, decidissem dar sumiço nos dois. Ou os cubanos farejassem a grana e o baseado, entre bocados de *pan con lechón*, ou uma daquelas velhinhas aposentadas RESOLVESSE...

Bom, por dúvida das vias, resolvi levar minha grana e minha ponta, junto com os documentos, os meus e os do finado veículo, no bolso da bermuda, e assim embarcamos – eu, meus quatro mil dólares e minha ponta – no ônibus que saía das cercanias do Orange Bowl, o estádio onde

Bruce Springsteen estava gritando “*I was born in the USA*”, talvez para me lembrar que eu era apenas um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco, mas com os bolsos cheios.

O ônibus rangia na manhã desesperançada ao percorrer a marginal do Miami River, escoando, oleoso, sem peixes, retificado, e foi passando pelo bairro negro onde uma mãe de seios volumosos banhava uma criança numa tina de alumínio e as portas teladas escondiam sofás de tecido floreado há tempos vencidos pela ponta eventual de uma mola. Saltei em Florida City – muito apropriadamente, o fim da linha.

O guincho atrasou, mas depois fez o que se espera de um guincho: rebocou meu carro. Pedi ao motorista que me levasse junto, de volta para Miami, para bem longe do Everglades, para sempre. Mas era proibido por lei: guinchos não dão carona. Disse a ele que podia ir a bordo de meu próprio carro. Ele se mostrou tão irredutível como os mosquitos. O máximo que posso fazer é te levar até a estação rodoviária de Homestead, disse.

Homestead, “*a rather small town*”, informa o site mantido pela Chamber of Commerce local. Isso hoje, que existe internet. Um quarto de século atrás, Homestead sonhava em se tornar *a rather small town* assim que crescesse. Um entardecer lilás se debruçava sobre os pântanos. O sol despenca rápido nos trópicos e já era noite cerrada quando ele me largou na estação. Ela estava fechada. Não havia nada nem ninguém lá. Ninguém e nada num raio de cinco quilômetros. Estou sendo injusto com os mosquitos. Eles estavam lá. Há dois milhões de anos, de acordo com o bom doutor Spielman. Mas menos ferozes do que no coração selvagem do Everglades, pois as derradeiras emanações da pulverização diária chegam até aquele entreposto da civilização.

Tão logo o guincho sumiu no horizonte, percebi que, junto com os documentos do falecido, eu havia dado os *meus* documentos. Fiquei ali, em frente à estação, com lenço e sem documento, à espera do ônibus que só chegaria às dez da noite. Passava um pouco das sete, e o único sinal de vida além dos zumbidos eram umas luzes vermelhas iluminando o que me pareciam ser as distantes muralhas de um castelo kafkaniano. Mas eu sabia que delirava. Um fecho de luz saía de lá e dava volteios pelo céu como se fosse... bem, um mosquito-gigante com uma lanterna.

De repente, duas outras luzes saíram do castelo, mas essas eram rasteiras: vinham por terra e avançavam resolutas. Em minha direção. Ou melhor, em direção à estação rodoviária. Auxílio. Ajuda. Socorro. Amparo. Resgate. Uma ambulância? A cavalaria? Não: era um carro de polícia. Um carro de polícia! Polícia americana! Sulista.

Quatro mil dólares e uma ponta até pode ser um bom nome para um conto, mas não um conto para contar a dois policiais de pele macilenta e feições insondáveis, parados dentro de um carro, no meio do nada, olhando para você, de cabelos desgrehados e olhar parvo, de bermuda, sem documento, com quatro mil dólares e uma ponta metidos no bolso, no meio do nada.

Enquanto eu olhava para os policiais e os policiais olhavam para mim, a porta de trás da viatura se abriu. Quatro negros gigantesco, um após o outro, emergiram de lá. Três eram enormes em todas as dimensões, um só para os lados – era o baixinho. Esse, foi fácil perceber, era líder do grupo e se chamava Black Bull. Dois deles carregavam uma mala de papelão duro. Dois carregavam apenas suas consciências.

Homestead não tem nada, mas tem uma prisão. É a Homestead Correctional Institution. De vez em quando seus grossos portões de ferro

se abrem, como o Mar Vermelho. Abriram-se quando eu estava a cerca de cinco quilômetros deles. Não que eu tenha presenciado a cena, mas não foi difícil fazer a ilação, pois as luzes terrestres que saíram dali e avançaram até mim pertenciam a uma viatura que estava conduzindo quatro ex-presidiários de detrás das grades diretamente para minha frente. Cumprida a tarefa, o carro da polícia deu meia-volta com um rápido ranger de pneus e deixou-se tragar pela escuridão. Imaginei que nos Estados Unidos a polícia em vez de te livrar dos ladrões faz uma espécie de tele-entrega deles.

Quatro negrões, quatro mil dólares e uma ponta. A trama se adensa. Quatro ex-presidiários e um magrelo com os cabelos desgrehados e o olhar parvo, de bermuda, sem documento, no meio do nada. Legal – se o magrelo não for você.

Black Bull e seus amigos me trataram como se eu fosse um ovo cru estalado no chão da cozinha da comunidade dos Novos Baianos em Jacarepaguá, onde quem primeiro mencionasse a existência da sujeira tinha que limpá-la. Ou talvez tenham achado que eu era uma aparição – e nenhum deles queria revelar aos demais que estava vendo coisas. Ou, quem sabe, pensaram que eu era um brasileiro com quatro mil dólares e uma ponta. Ou seja, não podia ser de verdade.

– *I'm hungry* – trovejou um dos negrões. Logo ele, o líder. O pequeno grande Black Bull.

Desde as os tempos do colégio, sempre confundi “*hungry*” (faminto) com “*angry*” (furioso). Nas circunstâncias, qualquer confusão era justificável. Decidi agir rápido, com presteza e astúcia.

– *I have...* – falei. Ou será que só pensei?, pensei eu por uma fração de segundo mais rápida que o bater das asas de um mosquito. Não precisei

pensar muito: evidentemente, eu não havia pensado, mas fa-la-do, já que quatro pares de olhos (a única coisa branca eram os globos oculares) se voltaram para mim no escuro, como se eu tivesse saído de um sonho e eles entrado em um.

– Eu tenho... – balbuciei... mas o que eu tinha? Quatro mil dólares e uma ponta. Julguei que os quatro mil dólares não seriam úteis para os recém-chegados, não havia nada para comprar num raio de cinquenta quilômetros, e então continuei a frase: – Eu tenho... uma ponta.

Eles continuaram olhando para mim como se não acreditassem. Eu também não acreditava. Então, em um intervalo de tempo inteiramente indefinível, as luzes de um outro carro surgiram ao longe, às costas deles e de frente para mim. Essas pareciam estar em câmera lenta, ou na velocidade... da luz. Acho que estavam nas duas velocidades simultaneamente. O fato é enquanto eu refletia sobre o significado e o ritmo daquelas luzes, surgindo no meio do nada e avançando como em um filme de David Lynch, elas, as luzes, chegaram até o seu destino. Pararam no mesmo lugar da viatura.

Era um carro branco, enorme, com molejo mais suave que qualquer um dos meus carrinhos Matchbox de coleção. Uma negra gigante, tipo personagem de Crumb, saiu do banco ao lado do motorista. Olhou direto para o baixinho feroz e faminto – ou só faminto, ou só feroz – e deu-lhe um esporro. Um esporro monumental. Era a irmã mais velha de Black Bull. Bull escutou cabisbaixo o discurso difamatório. Às vezes seus olhos buscavam apoio e compreensão nos olhos do motorista, seu cunhado. Algumas vezes, encontravam – especialmente nos momentos em que a irmã pegava pesado: “Você é a vergonha da família, negro desgraçado. Ninguém nunca foi preso nesta família, seu crioulo miserável. Você é um

imprestável, preto do demônio. Você puxou ao papai, seu picolé de piche”.

Depois do jorro de impropérios que afugentou os mosquitos, ela disse para Bull: “Mete essa bunda gorda aí dentro e vamos embora”. Abriu a porta de trás, e ali estava um garotinho de seus oito anos. Ele dispensou um olhar repleto de admiração e ternura para seu tio Bull. Ao lado dele uma outra menina, uma adolescente, os peitos arfando por detrás de uma blusa de algodão bordada, quase transparente.

– Temos que dar carona para os meus amigos – balbuciou Black Bull, como um touro ferido em seu orgulho.

– São ladrões de galinha como você? Ou são estupradores? Ou quem sabe tem algum assassino aí? Sejam o que forem, como é que vamos fazer para enfiar essas bundas negras aqui dentro?

O dono do carro achou que a mulher já tinha passado dos limites e disse, sem desafio, mas com firmeza: “Cabem todos no banco de atrás. As crianças vão conosco, na frente”.

Sem uma palavra, sem um olhar para a irmã de Bull, ele e os amigos se amontoaram no banco traseiro. Bull foi o último. Antes que ele entrasse, fazendo ranger os amortecedores traseiros, a irmã apontou com o queixo para mim e perguntou: “E esse aí, não vai?”.

Black Bull me dirigiu o olhar mais híbrido que já encarei na vida – um misto de espanto, altivez, ternura, vergonha e raiva contidas; um pedido de socorro e uma crítica velada à impertinência de minha presença no meio do nada em plena crise familiar. Pareceu indeciso sobre qual daqueles sentimentos deveria sobrepujar os demais, girou a cabeça e, enquanto se metia no carro, disse, como se tivesse sido esfaqueado no pescoço e precisasse falar em meio às últimas golfadas de sangue: “Não, ele não”.

“Menos mal” grunhi a mulher, antes de jogar-se no assento e bater a

porta.

O carro partiu zunindo. Os mosquitos deram uma trégua. Talvez por piedade, talvez em uma pausa para reflexão. Fazia um calor obsceno, a umidade do ar roçava os noventa por cento, a paisagem exalava um cheiro de gênese e podridão. Eu tinha vindo para a Flórida pensando em John Muir e em John James Audubon, nos seminóis e em Ponce de León, em William Barton e nas desventuras de Henry Miller. Viera em busca de “La Florida”, onde as verdades ancestrais não estivessem sufocadas pela borracha e pelo asfalto. E então, os miasmas se libertaram e, no turbilhão deflagrado por eles, lembro apenas de Black Bull e seus bravos esvaindo-se em um carro na noite pantanosa de Homestead, deixando a penitenciária para trás, rumo à uma nova cadeia de acontecimentos.

O motor do meu carro tinha fundido. O conserto foi orçado em 670 dólares. Mas eu havia pagado quinhentos por ele – mais um baseado. Que virara uma ponta. Queimei a ponta. Queimei os quatro mil dólares. Nunca mais voltei à Flórida e tratei de esquecer La Florida. Ela deve estar lá, em algum lugar debaixo de todo aquele asfalto, onde carros americanos movidos a gasolina zumbem mais alto que os mosquitos.

Texto inédito

Texto de acordo com a nova ortografia.

Com exceção de onde foi indicado, todos os demais textos foram publicados no jornal Zero Hora de Porto Alegre.

Capa: Ivan Pinheiro Machado

Preparação: Mariana Donner da Costa

Revisão: Jó Saldanha

Cip-Brasil. Catalogação na publicação

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

B941t

Bueno, Eduardo, 1958-

Textos contraculturais, crônicas anacrônicas & outras viagens / Eduardo Bueno. – 1. ed. – Porto Alegre [RS]: L&PM, 2019.

ISBN 978.85.254.3846-1

1. Crônicas brasileiras. 2. Ensaios brasileiros. I. Título.

19-55532 CDD: 869.8

CDU: 82-94(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

© Eduardo Bueno, 2019

Todos os direitos desta edição reservados a L&PM Editores

Rua Comendador Coruja, 314, loja 9 – Floresta – 90.220-180

Porto Alegre – RS – Brasil / Fone: 51.3225.5777

Pedidos & Depto. comercial: vendas@lpm.com.br

Fale conosco: info@lpm.com.br

www.lpm.com.br

Impresso no Brasil

Verão de 2019

Table of Contents

[Apresentação: Como as pedras que rolam à beira da estrada](#)

[Textos contraculturais](#)

[O pianista do cassino abandonado](#)

[Uivo de Ginsberg é a voz da América](#)

[O bandoleiro da literatura](#)

[A longa e tortuosa estrada profética](#)

[A estrada sem fim](#)

[Visões e revisões de Jack & Neal](#)

[Na estrada da beatitude](#)

[O vagabundo celestial](#)

[O passamento de Charles Bukowski](#)

[O eterno retorno de Paul Bowles](#)

[O velho new journalism](#)

[A morte do yippie que virou yuppie](#)

[Crumb e Shelton no autoexílio](#)

[Moebius: o gênio e o charlatão](#)

[A missa pagã de Chuck Berry e Little Richard](#)

[Jerry Lee encarna a decadência](#)

[Crônicas anacrônicas](#)

[Meu primeiro dia](#)

[Mil e uma noites](#)

[Memórias do cárcere](#)

[Reação em cadeia](#)

[O Guarujá](#)

[Não me leve a mal](#)

[Halterocopismo](#)

[Rainha do lar](#)

[Canela à venda](#)

[Espírito do Natal presente](#)

[Noite feliz](#)

[Adeus ano velho](#)

[Feliz ano velho](#)

[Sinais de fumaça](#)

[O quarto poder](#)
[A voz da América](#)
[Voar sem asas](#)
[Deambulações da ganda](#)
[Data maxima venia](#)
[Déspota esclarecido](#)
[King size bed](#)
[A viagem do Liberdade](#)
[Varre, vassourinha](#)
[Incompatibilidade de gênios](#)
[A prática da relatividade](#)
[A bênção, poeta maldito](#)
[Barra](#)
[Arquitetando](#)
[Homem de visão](#)
[Teatro de sombras](#)
[Questão de opinião](#)
[O ministro da Justiça](#)
[De desembargadores e peões](#)
[Caça às bruxas](#)
[Saudades do Unabomber](#)
[A presa](#)
[Ladrão de galinhas](#)
[Dependência e morte](#)
[Câmara prostituída](#)
[A queda do império](#)
[A cidade febril](#)
[A dama e o cachorrão](#)
[Branco e nulo](#)
[De capitães e marechais](#)
[The book is on the table](#)
[Gaudério](#)
[Luzes](#)
[Revolver a revolução](#)
[Metamorfose de travestis](#)
[A pena e a bola](#)
[De gigantes e anões](#)

[A múmia](#)

[Filhos de Putin](#)

[O pássaro e a chama](#)

[Quanto, Vale?](#)

[Outras viagens](#)

[Jornada rumo ao começo da história](#)

[O sangrento massacre de uma civilização](#)

[Hans Staden: um livro para devorar](#)

[O homem da casa do lago](#)

[Quatro mil dólares e uma ponta](#)

MARTHA MEDEIROS

**QUEM
DIRIA QUE
VIVER
IA DAR
NISSO**

LPA

Quem diria que viver ia dar nisso

Medeiros, Martha

9788525437433

232 páginas

[Compre agora e leia](#)

Viver deu nisso. Em roteiros: os de cinema, os de viagem, o que são guiados ou desviados pelo destino. Também em paixões: por pessoas, por espaços, por ideias. Deu ainda em tropeços e recomeços, em idas e vindas, em pé no chão e cabeça na lua. Viver, como mostra Martha Medeiros, deu nisso, em mais este livro, espécie de diário poético (ou seria profético?), com suas crônicas que misturam memórias e histórias – as reais e as ficcionais. São textos que escancaram e são descarados. Dão a cara para bater ao falarem de aborto, de arte, de assédio. Mas que, por mais despudorados que sejam, são repletos de amor, humor, calor humano. Porque Martha respira cada palavra que escreve, fazendo delas a matéria viva de sua existência.

[Compre agora e leia](#)

BEST-SELLER INTERNACIONAL

Uma breve história da humanidade

Sapiens

Yuval Noah Harari

"Harari é brilhante [...]. *Sapiens* é realmente impressionante, de se ler num fôlego só. De fato questiona nossas ideias preconcebidas a respeito do universo."

The Guardian



Sapiens

Harari, Yuval Noah

9788525432407

464 páginas

[Compre agora e leia](#)

O que possibilitou ao Homo sapiens subjugar as demais espécies? O que nos torna capazes das mais belas obras de arte, dos avanços científicos mais impensáveis e das mais horripilantes guerras? Yuval Noah Harari aborda de forma brilhante estas e muitas outras questões da nossa evolução. Ele repassa a história da humanidade, relacionando com questões do presente. E consegue isso de maneira surpreendente. Em "Sapiens", Harari nos oferece não apenas conhecimento evolutivo, mas também sociológico, antropológico e até mesmo econômico. Ele se baseia nas mais recentes descobertas de diferentes campos como paleontologia, biologia e antropologia. Esta edição traz dezenas de imagens, mapas e tabelas que deixam este best-seller mundial ainda mais dinâmico.

[Compre agora e leia](#)

**LEON ,
TOLSTÓI
A MORTE
DE IVAN
ILITCH**

LPM POCKET

A Morte de Ivan Ilitch

Tolstói, Leon

9788525406934

112 páginas

[Compre agora e leia](#)

"Muitos críticos consideram 'A morte de Ivan Ilitch' como a novela mais perfeita da literatura mundial; a agonia de um burocrata insignificante serve de pretexto ao autor para nos contar uma história que diz respeito ao destino de cada um de nós e que é impossível ler sem um frêmito de angústia e de purificação" Paulo Rónai

[Compre agora e leia](#)

**EDUARDO
GALEANO**

AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA

Tradução de Sergio Faraco



As veias abertas da América Latina

Galeano, Eduardo

9788525407559

392 páginas

[Compre agora e leia](#)

"Uma bomba literária que muito provavelmente Obama não leu, mas que – sejamos francos – na verdade deveria ler..." Jorge Volpi, El País Um livro (infelizmente) atual. A L relança As veias abertas da América Latina, de Eduardo Galeano, com nova capa, índice analítico e nova tradução de Sergio Faraco, um dos mais importantes contistas do Brasil. Sobre essa versão, escreveu Galeano: "Excelente trabalho de Sergio Faraco, melhora a não menos excelente tradução anterior, de Galeno de Freitas. E graças ao talento e à boa vontade destes dois amigos, meu texto original, escrito há quarenta anos, soa melhor em português do que em espanhol". No prefácio, escrito em agosto de 2010, especialmente para esta edição de As veias abertas da América Latina, Eduardo Galeano lamenta "que o livro não tenha perdido a atualidade". Remontando a 1970, sua primeira edição, atualizada em 1977, quando a maioria dos países do continente padecia facinorosas ditaduras, este livro tornou-se um autêntico "clássico libertário", um inventário da dependência e da vassalagem de que a América Latina tem sido vítima, desde que aqui aportaram os europeus no final do século XV. No começo, espanhóis e portugueses. Depois

vieram ingleses, holandeses, franceses, modernamente os norteamericanos, e o ancestral cenário permanece: a mesma submissão, a mesma miséria, a mesma espoliação. As veias abertas da América Latina vendeu milhões de exemplares em todo o mundo. Com seu texto lírico e amargo a um só tempo, Galeano sabe ser suave e duro, e invariavelmente transmite, com sua consagrada maestria, uma mensagem que transborda humanismo, solidariedade e amor pela liberdade e pelos desvalidos.

[Compre agora e leia](#)



Orgulho e Preconceito

Austen, Jane

9788525404350

400 páginas

[Compre agora e leia](#)

"É verdade universalmente reconhecida que um homem solteiro em posse de boa fortuna deve estar necessitado de esposa." É com essas palavras que Jane Austen inicia "Orgulho e preconceito", conduzindo o leitor diretamente ao lar dos Bennet, família com não menos que cinco noivas em potencial: Jane, Elizabeth, Mary, Kitty e Lydia. Quando o sr. Bingley e o sr. Darcy, dois jovens distintos, chegam a Hertfordshire, todas ficam em alerta: eles são solteiros, bonitos e, claro, donos de uma boa fortuna. O que poderia ser uma típica história de amor é, nas mãos de uma das escritoras de língua inglesa mais difundidas pelo mundo, um espetáculo de grandes personagens e diálogos sagazes, com um timing perfeito para a ironia.

[Compre agora e leia](#)